



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SEEDF
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA – CRE/GAMA

Projeto Político Pedagógico
Centro de Ensino Fundamental Tamanduá

2024

“Na colheita das espigas cantam homens e mulheres, na riqueza dos saberes, em poemas e cantigas.

Foram muitas mãos amigas para esta plantação, no pulsar do coração, sob a luz dos pirilampos, nos cantares da Educação do Campo, o Campo se faz canção.

(Movimento dos Sem Terra – MST – Setor Educação)

SUMÁRIO

Apresentação	4
Histórico da Unidade Escolar	8
Caracterização Física	10
DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR	13
Função Social.....	25
Missão da Unidade Escolar	26
Princípios Orientadores da Prática Educativa	27
Metas da Unidade Educacional.....	29
Objetivos.....	31
Fundamentos Teórico-metodológicos que fundamentam a Prática Educativa.....	33
Organização Curricular da Unidade Escolar	35
Organização do Trabalho Pedagógico da unidade escolar	44
Programas e Projetos Institucionais desenvolvidos na Unidade Escolar.....	53
Apresentação dos Projetos específicos da unidade escolar.....	55
1. Projeto Sala de Leitura Cora Coralina: Lendo e Letrando.....	56
2. Projeto Dia do Campo.....	57
3. Projeto: Festa Cultural/Arriá do Tamanduá.....	58
4. Projeto: Jogos Escolares / Interclasse.....	58
5. Projeto HorTam - Horta do Tamanduá.....	58
6. Projeto: Educação Ambiental	59
7. Projeto: Interventivo.....	59
Apresentação dos Programas e Projetos desenvolvidos em parceria com outras instituições	63
2. Projeto Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP	65
Desenvolvimento do Processo Avaliativo na Unidade Escolar	66
Papéis de Atuação.....	74
Coordenação Pedagógica	81
Estratégias Específicas.....	85
Tomando por base o caderno orientador: “Convivência Escolar e Cultura de Paz” o CEF Tamanduá tem buscado:.....	86
Processos de Implementação do PPP	89
Processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação do PPP	93
Referências Bibliográficas	95
Apêndices	97
Projetos específicos da unidade educacional	158
Inventário histórico, social, cultural e ambiental do CEF Tamanduá	180

Apresentação

O Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (CEF Tamanduá), é uma unidade escolar vinculada à Coordenação de Ensino do Gama (CRE - Gama), pertencente a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). A unidade de ensino localiza-se na Rodovia DF 180, km 27, Ponte Alta, Gama/DF, ou seja, está localizada em uma área rural do Distrito Federal, geograficamente dividida entre as regiões administrativas do Gama e do Recanto das Emas e fazendo divisa com a Samambaia.

O presente Projeto Político Pedagógico constitui a identidade do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá e é, juntamente, com o Inventário Histórico, Social, Cultural e Ambiental, um fundamental norteador do trabalho pedagógico aqui desenvolvido. É um objeto em permanente construção e fruto do protagonismo de estudantes, professores, servidores, famílias e comunidade em geral. Entendemos a tarefa de escrever esse projeto como uma construção coletiva, uma tarefa inacabada e constantemente revisitada, reavaliada e reescrita.

Por se tratar de escola pública do Distrito Federal, esse PPP foi construído tomando por base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como a Orientação Pedagógica da Secretaria de Educação do Distrito Federal, 2014 e a Resolução n.º 1/2005 -CEDF.

Conforme a Resolução n.º 1/2005 -CEDF, supracitada, em seu capítulo 2, art. 140, a elaboração do Projeto Político Pedagógico é responsabilidade da Unidade Educacional e deve contar com a participação dos docentes e outros integrantes da comunidade escolar. Sendo assim, entendemos que a construção desse PPP deve ser coletiva. A partir disso, a equipe gestora, juntamente com professores, auxiliares de educação, comunidade e membros do Conselho Escolar, elaboraram e aprovaram a atualização da Proposta Pedagógica desta Unidade de Ensino entre o período de fevereiro e abril de 2024.

O grupo começou o processo de discussão e reformulação do PPP no início do ano de 2024, na Semana Pedagógica, apresentando o documento de 2023, bem como os planos de ação. A partir daí buscou-se estudar, discutir, ampliar e rever o projeto. Essa discussão prosseguiu durante as coordenações coletivas e por meio de grupos de estudo montados na escola com esse objetivo. Também foram realizadas

reuniões e entrevistas com os Pais e/ou Responsáveis e estão previstas visitas aos Territórios ainda no primeiro semestre, visando atualização dos dados e conhecimento da realidade da nossa comunidade, considerando que temos muitos professores novos que ainda não conhecem a comunidade.

Além das resoluções e diretrizes citadas, foram estudados, também, os documentos norteadores do segundo e do terceiro ciclo. Em paralelo a isso, vários profissionais da Escola se matricularam nos Cursos da EAPE referentes a Educação no e do Campo, bem como no curso Escola da Terra, em parceria com a Universidade de Brasília – UnB. Essa formação continuada dos profissionais da educação facilita e contribui para a construção de um PPP condizente com a nossa realidade e com nosso Inventário Histórico, Social e Cultural.

Os documentos publicados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e pelo Ministério da Educação (MEC), que estão em vigência e as publicações de importantes autores da área educacional foram os principais suportes teóricos deste trabalho. Entre essas fontes, destacamos: o Currículo em Movimento da Educação Básica 2ª Edição: Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais (2019), as Diretrizes de Avaliação Educacional (2014-2016), as Diretrizes Pedagógicas do BIA (2012), a Orientação Pedagógica: Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas, as Diretrizes Nacionais (2002/2008), os Marcos Legais para Educação do Campo/MEC, o Plano Distrital de Educação (2015/2024) em especial a Meta n.º 08 e a Portaria 419 de 2018 SEDF que institui a Política de Educação Básica do Campo.

Segundo Barbosa (2012), a Educação do Campo afirma uma determinada concepção de educação, não se limitando à discussão pedagógica de uma escola para o campo, nem de aspectos didático-metodológicos. Refere-se ao traçado de um novo desenho para as escolas do campo, que tenha as matrizes formadoras dos sujeitos como espinha dorsal, que esteja adequado às necessidades da vida no campo e que, fundamentalmente, seja formulado por sujeitos do campo, tendo o campo como referência e como matriz.

Nossos profissionais juntamente com toda a Comunidade Escolar estão em constante estudo, reorganização e atualização para que nosso PPP seja cada vez mais adequado a realidade.

Dados de Identificação

Mantenedora: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
CRE: Coordenação Regional de Ensino do Gama
CNPJ: 00.394.676/0001-07
Endereço: Anexo do Palácio do Buriti – 9º andar Telefone: (61) 3901-1886
E-mail: se@se.df.gv.br
Data da fundação: 17/06/60
Utilidade Pública: Oferecer recursos para a viabilização da Educação Formal.
Secretária de Educação: Hέλvia Miridan Paranaguά Fraga

Unidade Escolar:

Centro de Ensino Fundamental Tamanduά - CRE Gama
Endereço: Rodovia DF 180, km 27, Ponte Alta, Gama/DF
Telefones: 3318 - 2364 / 3506-1087 (orelhão)
E-mail: ceftamandua.gama@edu.se.df.gov.br
Data de criação da Instituição Escolar: 14/09/1966
Decreto n.º 481 de 14/01/66.
Turnos de funcionamento: Matutino e Vespertino
Modalidades de Ensino: <ul style="list-style-type: none">• Educação Infantil –1º ciclo – 1º e 2º períodos• Educação Especial - EJA Interventivo• Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais

Recursos humanos do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (2024)	Recursos humanos do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (2024)	Recursos humanos do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (2024)
CARREIRA MAGISTÉRIO E ESPECIALISTAS	CARREIRA ASSISTÊNCIA	SERVIÇO TERCEIRIZADO
<ul style="list-style-type: none"> • 29 professores, 17 efetivos e 12 em contratação temporária • 5 professores readaptados • 01 Orientador educacional • 01 pedagoga na Equipe de Apoio à Aprendizagem; • 01 coordenador pedagógico • 01 Vice-Diretora; • 01 Diretor. • 01 Supervisor Pedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> • 01 Chefe de Secretaria; • 01 Supervisor administrativo; 	<ul style="list-style-type: none"> • G&E - 2 • Interativa - 7 • Confederado - 4 • 1 Educador Social Voluntário

Histórico da Unidade Escolar

I - Descrição histórica e atos de regulação

A Escola Rural do Tamanduá, hoje o Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (CEFTAM) do Gama, iniciou suas atividades escolares no ano de 1959, de acordo com informações prestada pelo Museu da Educação do DF, e teve o seu reconhecimento oficial, pela então Fundação Educacional do DF, em 1966. Nesta época as turmas eram multisseriadas, e estudavam na mesma sala estudantes de 1ª a 4ª séries do antigo Ensino Fundamental.

A escola surgiu da necessidade de escolarização dos filhos dos moradores e trabalhadores da Fazenda Experimental Tamanduá, localizada em área da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal. A Fazenda Experimental Tamanduá tinha como finalidade produzir hortaliças para os moradores da futura capital do Brasil por meio da SAB (Sistema de Abastecimento de Brasília). Até hoje há moradores da época da fundação da escola que residem na comunidade.

Nesse período houve grande migração de pessoas de vários locais do país para trabalharem na região, em especial da região do Goiás, Minas Gerais e estados do Nordeste. Após esse período a Fazenda Tamanduá passou a ser controlada pela Secretaria de Agricultura do DF, devido à mudança do sistema de governo, quando foi criado o GDF – Governo do Distrito Federal, com seu primeiro governador, Wadjô da Costa Gomide. Criando também a Secretaria de Agricultura, assim substituindo a SPAB (Serviço de Produção Agrícola de Brasília) e nomeando também o primeiro secretário de agricultura, Júlio Quirino da Costa.

Os trabalhadores da Fazenda Tamanduá pertenciam ao quadro de funcionários da Fundação Zoobotânica, residiam em casas funcionais na região pertencente ao prefeito, para auxiliar no abastecimento da SAB (Sistema de Abastecimento de Brasília).

Entre 1964 a 1968 a produção agrícola na região era de cana-de-açúcar. A escola Tamanduá acolhia em grande maioria os filhos dos funcionários devido à proximidade da fazenda com a escola. Quem queria estudar e morava longe da

instituição de ensino, tinha que caminhar, num percurso de 2 km a 3 km, devido à ausência de transporte. Os meios de locomoção eram carroça e bicicleta. Muitas pessoas desistiam de estudar devido às dificuldades encontradas.

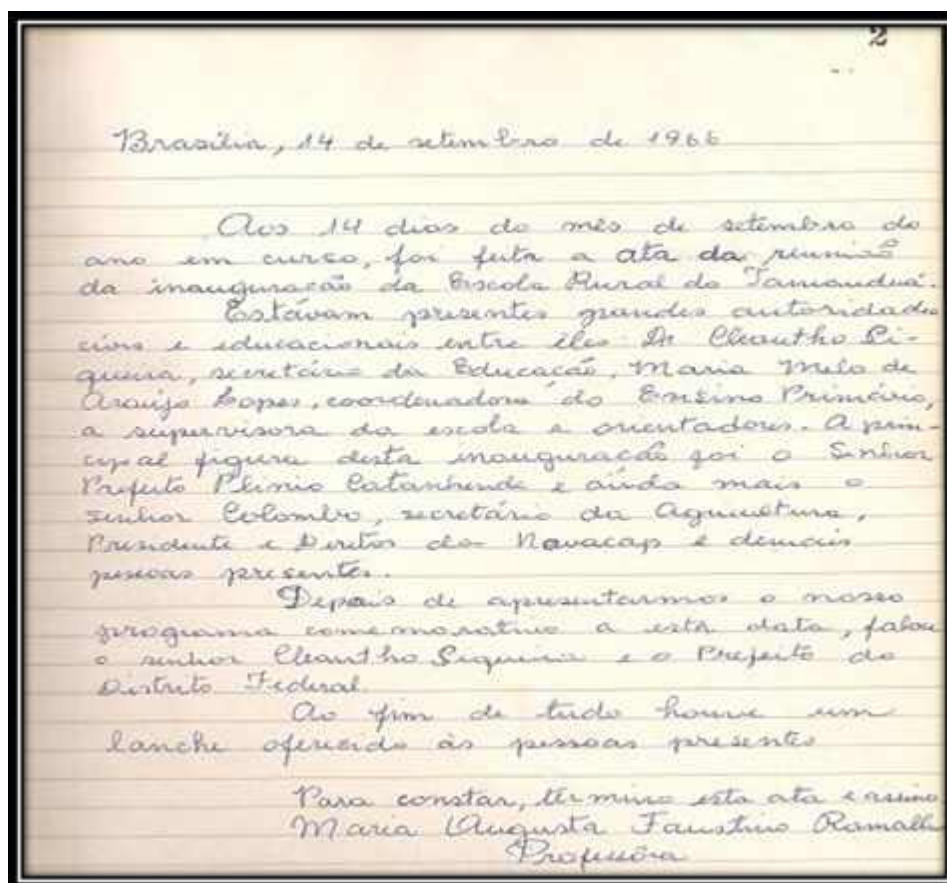
Diante da falta de estrutura, os moradores eram beneficiados com energia elétrica mediante um gerador, que era ligado às 18 horas e desligado às 22 horas, apenas nesse período eram realizadas as atividades que necessitavam de energia elétrica.

Ao longo dos anos algumas melhorias de infraestrutura foram sendo realizadas devido às necessidades e reivindicações da comunidade: como a implantação da energia elétrica entre 1969 a 1970 e a pavimentação da rodovia que liga a região até o Gama no ano de 1972, hoje a Rodovia DF 270. Com isso as pessoas foram tendo mais facilidades no seu dia a dia e melhorias nas condições de vida.

Na época dessa primeira pavimentação, havia várias fazendas com terras ociosas e outras de propriedade da Terracap. Segundo o governo, os grandes proprietários foram indenizados, com o intuito de repassarem as terras para quem não tinha e queria produzir. Em especial a Fazenda Bom Sucesso que era propriedade particular foi fracionada em módulos de, no mínimo, de 2 hectares de área para serem vendidos, e até hoje corre na justiça processo de legalizações dessa área.

Devido a interesses políticos a realidade foi mudando, e em 1975 a Fundação Zoobotânica foi substituída pela atual Embrapa, que assumiu parte da Fazenda Tamanduá, buscando novos caminhos de pesquisa e produção de hortaliças, acabando com a produção de cana. Segundo informações obtidas através das conversas e pesquisa em documentos da época e atuais, percebe-se que a comunidade não sofreu mudanças significativas nas atividades sociais e produtivas, bem como no sistema de migração.

Atualmente, a escola localiza-se em uma área pertencente a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Hortaliças, localizada na Rodovia DF 180, km 61, Ponte Alta do Gama. Um ponto a se destacar é que a localização do território físico da escola pertence a RA do Recanto das Emas, porém a maioria da comunidade reside na área pertencente a RA do Gama, fazendo, portanto, parte da Coordenação Regional de Ensino do Gama.



Ata Oficial da Inauguração – 1966



Declaração de Reconhecimento Escola Pioneira – 2018

Caracterização Física

No ano de 2021, a escola passou por algumas alterações na estrutura física, em virtude das normas sanitárias da pandemia de COVID19, e outras de fundo técnico/pedagógico para adequações de ambiente em relação à funcionalidade de atendimento.

Em 2023 houve eleição para a gestão da Unidade Educacional, com duas chapas concorrendo a direção escolar. O processo eleitoral ocorreu dentro da normalidade, a chapa vencedora tomou posse no ano de 2024 e vem colocando em prática seu plano de ação, com metas e objetivos constantes nesse projeto político pedagógico.



II - Caracterização Física

- 08 salas de aula;
- 01 sala de leitura;
- 01 sala de atendimento EEAA;
- 01 sala de atendimento SOE;
- 01 sala da direção;
- 01 sala de professores;
- 01 cantina com depósitos para alimentos;
- 02 banheiros para professores;
- 02 banheiros para estudantes; sendo os dois adaptados a pessoas com deficiência;
- 01 banheiro para carreira assistência a Educação;
- 01 depósito para material de limpeza
- 01 secretaria;
- 01 copa e cozinha para os professores com sala de descanso
- 01 quadra coberta
- Área verde com mesas
- 01 Horta Escolar

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

I - Características sociais, econômicas e culturais da comunidade

O Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo é o documento fundamental para a construção da identidade da comunidade do CEF TAMANDUÁ, reconhecendo-a como escola do campo. A trajetória da Educação do Campo é resultado de um processo histórico excludente e capitalista de lutas, avanços e retornos.

A Educação do Campo precisou e precisa ainda de muita luta para conquistar um lugar no campo educacional. É garantido ao educando o direito a uma educação de qualidade, respeitando seu aprendizado e o lugar onde vive. O artigo 2º, Parágrafo

Único da Lei n.º 9.394/96 assegura que a Educação no Campo deverá ser adaptável às Diretrizes Curriculares, garantindo assim a identidade do sujeito do campo.

O Centro de Ensino Fundamental Tamanduá está localizado em uma comunidade escolar composta por sete territórios. São eles: Condomínio Asa Branca, Acampamento Nova Jerusalém, Bar do Gordo, Cerâmica Santa Maria, Território Sindjus, Chácara Camargo e Território Suinocop.

O primeiro território, chamado Condomínio Asa Branca, está localizado às margens da Rodovia BR 060, próximo ao Posto de Gasolina Asa Branca. É formado por 153 lotes de 300 m². Nas terras existe um parcelamento irregular não autorizado pelo condomínio. Atualmente a ocupação dos lotes está em aproximadamente 70% da capacidade do condomínio

Na época da constituição do Condomínio Asa Branca, o proprietário da fazenda da Granja Reunidas Asa Branca, separou alguns lotes para as famílias que residiam na fazenda. Sendo assim, as famílias de sobrenome Brasil e Rabelo, receberam esses lotes mediante doação do proprietário.

Atualmente existe a escritura pública da área total do condomínio, que está em fase de regularização dos parcelamentos para que cada proprietário dos lotes tenha a escritura das suas próprias terras. No local há diversos tipos de moradias como: casas próprias, alugadas e cedidas.

Quanto aos meios de trabalho e modos de vida da comunidade, foi observado que os moradores antigos da fazenda Granja Reunidas Asa Branca, que ainda moram nesta área, não conseguiram permanecer na condição de sujeito camponês devido ao parcelamento dos lotes, que reduziu muito a área para a produção rural. No condomínio existe uma grande diversidade de pessoas já aposentadas que procuram um lugar tranquilo para viver. Algumas famílias produzem pequenas hortas e galinheiros nos seus lotes para consumo próprio. Também compõem o corpo de moradores alguns empresários, um deputado distrital e trabalhadores assalariados de fora do campo.

As pessoas que geralmente trabalham fora do campo se utilizam de carro próprio no deslocamento casa/trabalho ou utilizam o transporte público da linha do Engenho das Lajes, que possui apenas três horários, não atendendo a demanda da comunidade.

Os estudantes chegam à escola através do Transporte Escolar Rural. Antes da implantação deste programa, os alunos iam para a escola a pé, atravessando uma longa distância pelas terras da EMBRAPA – Hortaliças. O abastecimento de água na comunidade é realizado por meio de um único poço artesiano, e cada família tem direito ao consumo de 30 mil litros de água por mês, sem nenhum acréscimo na taxa de condomínio, caso o morador ultrapasse esse consumo ele paga pelo excedente. Por esse motivo, algumas famílias possuem cisternas para uso nas hortas, molhar plantas e gramados e consumo na casa.

Existem relógios de saída de água na caixa d'água central do condomínio que controla o consumo da água das residências, que tem suas caixas d'água individualizadas. A água não passa por sistemas de tratamento, mas segundo informações do síndico do condomínio a análise de qualidade é considerada uma água quase mineral.

O escoamento do esgoto residencial é realizado mediante fossas sépticas. O lixo doméstico é recolhido nas portas das casas três vezes por semana em um carro específico do condomínio, sendo colocado no depósito para ser recolhido pelo serviço de coleta pública. Ainda não existe a separação do lixo para a reciclagem.



O segundo território, chamado Residencial Nova Jerusalém, era conhecido como Acampamento Che Guevara e fazia parte da FNL - Frente Nacional de Luta Campo e Cidade. É uma comunidade que vem lutando pela demarcação e regularização da área localizada na BR 060 próximo à entrada da DF 280. A comunidade veio do antigo acampamento Chico Mendes, local que teve a reintegração de posse aos proprietários em 2017. Na atual área, existem cerca de

1000 lotes demarcados com metragens que variam de 600 m², para os que vieram do antigo acampamento, e 300 m², para os que chegaram após o cercamento da área.

Durante o período da pandemia de COVID-19, o número de famílias residindo no acampamento mais que dobrou. Muitos trabalhadores urbanos, em situação de desemprego, se viram obrigados a se mudar para a área, mudando o perfil do morador da região. As casas são construídas de madeiras, madeirites ou lonas, e geralmente esses materiais são doados por terceiros. Existem apenas duas construções de alvenaria no local, que já existiam antes da ocupação, uma é habitada pela líder do movimento, a segunda é a sede da Associação de Moradores.

Existe uma organização entre as lideranças do movimento, havendo uma Associação com organização dos espaços coletivos. As ruas de acesso não têm pavimentação, sendo elas de terra e sem águas pluviais. A água para consumo nos lotes é proveniente do poço artesiano feito no local. A energia elétrica é irregular, mas atende a todos da comunidade. Existe internet via fibra óptica no local e cada morador trata diretamente com a operadora responsável, pagando individualmente pelos seus planos.

A área usada pela comunidade está entre as torres de transmissão de energia elétrica que cruzam o acampamento. Nos lotes existem várias árvores frutíferas e hortas individualizadas, algumas criações de frangos e galinhas para consumo próprio. Os lotes possuem fossas sépticas para a coleta do esgoto produzido.

A linha de transporte público que atende a comunidade é a mesma que atende as cidades de Santo Antônio do Descoberto, Engenho das Lages e Água Quente. Os moradores são atendidos pela UBS 03 de Samambaia, Centro de Referência e Assistência Social de Samambaia. Os alunos do ensino médio e EJA do Residencial estudam no Centro Educacional Engenho das Lages (CEDEL).

A organização do assentamento é distribuída em várias frentes: 1. Saúde, a responsável deve buscar parcerias com UBS, médico da família, campanhas de vacinação entre outras políticas de saúde. 2. Educação: a responsável deve buscar vagas e providenciar as matrículas das crianças na fase escolar. 3. Eletricista: o responsável por realizar as ligações elétricas para os barracos e vias da comunidade. 4. Coleta de lixo: responsável pela organização e coleta do lixo, sendo recolhido e deixado em ponto específico. 5. Bombeiro hidráulico: organiza as instalações hidráulicas nos lotes; 6. Responsável pela Cultura e pelas confecções de artesanatos.

Todos os estudantes que habitam no local também dispõem do transporte escolar rural.



O terceiro território é uma área pertencente a região administrativa do Recanto das Emas, chamada Núcleo Rural Vargem da Bênção. Um grande território formado em torno de um ponto de referência chamado “Bar do Wellington”, mais conhecido como “Gordo”.

Devido a suas belezas naturais, a localidade oferece uma diversidade de opções de lazer, principalmente haras, e são geralmente frequentadas por pessoas vindas de localidades fora da Ponte Alta. Esta região é composta por vários empreendimentos comerciais e chácaras destinadas ao lazer, e são cuidadas por caseiros, que acabam morando nas propriedades em que trabalham. As dimensões das chácaras são variadas: a menor chácara ocupa um espaço de 20.000 m², mantendo a área preservada de parcelamento ou fracionamento irregular do solo.

Há trabalhadores assalariados, que trabalham fora do campo, e há moradores que são proprietários de suas terras e que praticam a agricultura de subsistência ou para pequenas vendas nos arredores das chácaras. Cultivam milho, mandioca e hortaliças sem agrotóxico, sendo essas, as mais fortes na área. Bem como praticam a pecuária por meio de pequenas criações de galinhas, porcos e bovinos.

De acordo com informações obtidas em entrevistas na comunidade, soube-se que a Dona Divina foi uma das primeiras professoras do CEF Tamanduá por morar nesta região. Na época, para trabalhar na escola era obrigatório residir nas proximidades, para não depender de transporte público, que era muito escasso e não atendia as demandas da comunidade escolar.

Neste território a comunidade dá preferência por colocar seus filhos para estudar no CEF Tamanduá por questões de confiança nos profissionais da escola, mesmo com a distância de suas residências e precisando do transporte escolar rural, não sentem necessidade de matricular seus filhos em outra instituição de ensino.



O quarto território é conhecido como Cerâmica Santa Maria. A comunidade começou a ocupar essa área quando vieram as primeiras pessoas de Luziânia–GO em busca de trabalho na olaria existente no local que tinha como finalidade a fabricação de cerâmicas.

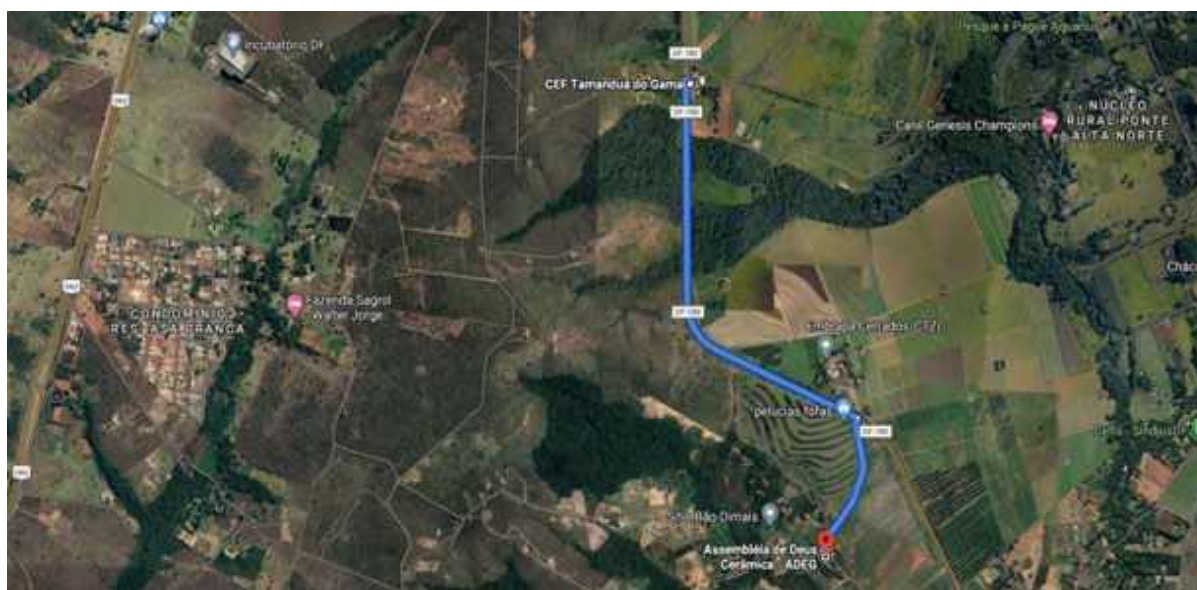
Os trabalhadores tinham jornadas de trabalho médias de 10 a 12 horas por dia, e não recebiam pagamento em dinheiro pelo serviço prestado. A forma de pagamento aos trabalhadores era por meio de mantimentos, remédios e outros gêneros comprados em locais especificados pelo dono da fabricação e tudo era anotado em caderneta

Os moradores dessa área não costumam participar de atividades culturais ou de manifestações artísticas na comunidade da Ponte Alta, optando por frequentar, em sua maioria, centros religiosos. Quanto as relações de trabalho, são poucos os que trabalham em atividades camponesas para sobreviver ou vender o que produzem. A maioria trabalha em atividades fora do campo que é, apenas, seu lugar de moradia

Algumas famílias cultivam suas hortas para consumo próprio e outras para vender seus cultivos de mandioca, abóbora e quiabo. Há, também, algumas famílias

que criam aves para vendas. Afirmam ainda que não recorrem a defensores agrícolas em suas produções.

As famílias afirmaram que escolheram o Tamanduá para matricular seus filhos, por ser a escola mais próxima da área da Cerâmica Santa Maria. Inicialmente não havia ônibus, e as crianças e jovens andavam quilômetros a pé até chegar na escola. Com o passar do tempo houve a chegada do Transporte Escolar Rural, facilitando o deslocamento e a segurança dos estudantes.



O quinto território tem como ponto de referência o Sindjus - Clube Social do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF, e várias chácaras familiares formadas a partir da desapropriação da Fazenda Bom Sucesso.

Atualmente os moradores vivem em pequenas chácaras, porém ainda não são escrituradas em seus nomes. A posse das terras é uma questão que está tramitando na justiça, por haver pessoas que reivindicam a propriedade das antigas fazendas. Atualmente nesta região algumas famílias vivem da agricultura familiar, sendo o principal cultivo a produção de folhagens, comercializadas na Feira Permanente do Gama.

Há também cultivos de milho, abóbora, mamão, tomate e verduras em geral. As famílias relatam que a produção de hortaliças está bastante prejudicada devido à poluição das águas do Rio Ponte Alta, e pelo esgoto não tratado que vem da Samambaia e do Recanto das Emas.

Os atuais pais de alunos, em sua maioria, são ex-alunos da escola. Dizem ser uma escola que tem amor, um bom nível de aprendizagem, disciplina, compromisso e gratidão pelos estudantes.



O sexto território que forma a comunidade escolar do CEF Tamanduá é uma área composta por três principais pontos de referência: Chácara Camargo – Chácara de agricultura familiar, Fazenda Leão de Judah – Turismo ecológico e agricultura e Frigorífico Boa Carne LTDA (Antigo Pontal Frigorífico) – Comércio atacadista de produtos hortigranjeiros – legumes, verduras, raízes e tubérculos, frutas e ovos, aves e pequenos animais para alimentação

Não existem atividades culturais, movimentos sociais ou ONGs com atividades desenvolvidas especificamente por essa comunidade, mas participam dos eventos culturais realizados na comunidade Ponte Alta.

Quanto aos meios de produção neste território, são geralmente de agricultores familiares que cultivam hortas de milho, mandioca e quiabo para consumo próprio de suas famílias. Criam vacas, cavalos, mulas, bodes, ovelhas, galinhas, perus e patos. Na região também há criatórios de peixes.

As famílias desse território fazem preferência por matricular seus filhos no CEF Tamanduá, porque uma das primeiras pessoas da Família Camargo estudou lá e amou a escola. Segundo eles em entrevista realizada: “Com 6 anos de idade ela já aprendeu a ler, e diz que se sente feliz pelos filhos terem sido “sorteados” e estarem

estudando na escola: “os nossos filhos voltam ‘limpinhos’ e a escola é muito organizada, tem um bom ensino e o corpo docente é muito dedicado e esforçado!” Foi uma experiência muito rica para todos nós, ver alegria e emoção das pessoas ao falar do amor ao CEF Tamanduá. De ex-alunos que falam com emoção da escola e dos professores que o ensinaram com tanta dedicação.

A comunidade propôs uma parceria a escola de fazer o reflorestamento da nascente do córrego que passa aos fundos da Chácara Camargo, estando disponível para o plantio de árvores de espécies nativas do Cerrado.



O sétimo e último território, denominado Suinocop, compreende os arredores da empresa Suinocultura Copacabana – que realiza a suinocultura visando abate, revenda e distribuição comercial. Sua sede está localizada na Rodovia DF 290, chácara 114, Ponte Alta, Gama. A propriedade é composta pela empresa e pelos alojamentos cedidos aos funcionários, que vivem com suas famílias.

Com a convivência, tornaram-se uma grande comunidade, pois muitos trabalham lá no mínimo há 15 anos. Quanto ao modo de trabalho são na maioria trabalhadores assalariados rurais, uma vez que são funcionários da Suinocop. Geralmente os homens trabalham na empresa, com horário definido e as mulheres ficam em casa, ou trabalham em outros lugares como comércio e serviços fora do campo.

As famílias mantêm relações com agricultura mediante horta familiar cultivando milho, feijão e mandioca em uma área específica da chácara, autorizada pela empresa

para consumo próprio. Porém, não há atividades de pecuária realizadas pelos moradores, uma vez que, por normas de segurança sanitária impostas a Empresa Suinocop não pode haver nas dependências da chácara outros animais que não sejam os destinados ao abate.

A comunidade diz que optam por colocar seus filhos no CEFTAM pela proximidade com a escola, pela qualidade do ensino ministrado e porque muitos de seus parentes já estudaram na instituição, fazendo com que se sintam acolhidos e pertencentes a história escolar, fazendo parte de sua identidade com a comunidade.



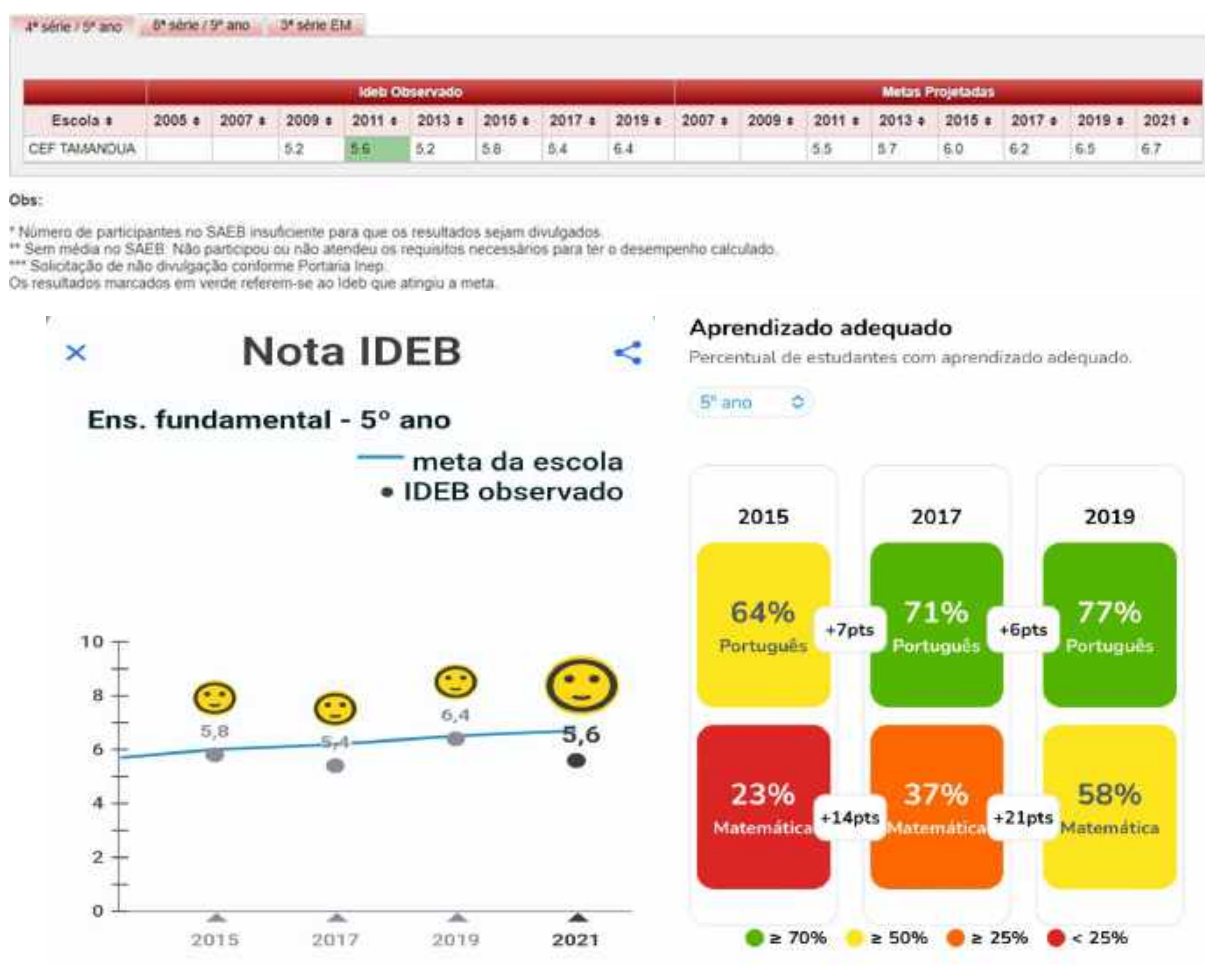
II - Apresentação e análise de indicadores, índices e dados

A pandemia de COVID19 derrubou todos os índices e indicadores educacionais do CEF Tamanduá, bem como da maioria das instituições de ensino brasileiras e ao redor do mundo. Por ser uma instituição pertencente a modalidade do campo, localizada em zona rural, o acesso à internet por parte dos estudantes era extremamente limitado, gerando defasagem gritante no processo de ensino e aprendizagem daquele período, refletindo nos indicadores ainda em 2024.

A partir de 2022, com a retomada do ensino presencial, observamos um aumento da defasagem idade-ano dos nossos estudantes, bem como a necessidade de fazer projetos e trabalhos interventivos para a recomposição das aprendizagens.

Na aplicação do SAEB de 2021, alcançamos o quórum mínimo para recebermos os resultados apenas nos Anos Iniciais. Dessa forma, não temos dados referentes aos Anos Finais desde 2019. No ano de 2023 houve aplicação de nova prova do SAEB, com uma prévia organização e motivação por parte da equipe gestora, visando adesão da totalidade dos estudantes, obtendo, dessa forma, sucesso. Com os resultados previstos para o mês de abril de 2024, haverá estudo por área e por etapa de ensino, junto a coordenação e supervisão, visando entendimento específico dos resultados, bem como entendimento de quais áreas, objetivos e habilidades devem ser trabalhados e melhorados.

Com relação aos Anos Iniciais, o CEF Tamanduá vinha numa crescente em seus resultados. Atingindo números muito próximos à meta. A Nota final do IDEB, Índice de desenvolvimento da Educação Básica), promovido pelo Ministério da Educação - MEC, de 2019 atingiu 6,4 quando tínhamos como meta 6,5. Já no ano de 2021, durante o período pandêmico, as notas recuaram em quase um ponto percentual, chegando a 5,6.



Com relação aos Anos Finais, os dados nos mostram uma situação um pouco mais desafiadora, já que, mesmo no período pré-pandemia, os números já se mostravam preocupantes com muita defasagem nas aprendizagens. No ano de 2019, a meta da escola era 5,5 e o resultado atingido foi de 4,3, resultado muito abaixo do esperado. No ano de 2021, como dito anteriormente, a unidade escolar não atingiu o quorum mínimo de estudantes no dia da prova e, por esse motivo, não há dados para comparação.

4ª série / 5º ano 8ª série / 9º ano 3ª série EM																
Escola *	Ideb Observado								Metas Projetadas							
	2005 *	2007 *	2009 *	2011 *	2013 *	2015 *	2017 *	2019 *	2007 *	2009 *	2011 *	2013 *	2015 *	2017 *	2019 *	2021 *
CEF TAMANDUA			4,3	4,2	3,4	4,3	*	4,3			4,4	4,7	5,0	5,3	5,5	5,8

Obs:

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
 ** Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
 *** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep.
 Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.



No início do ano letivo de 2024, foram aplicadas avaliações diagnósticas em todos os níveis de ensino, bem como em todas as disciplinas, com objetivo de levantarmos dados sobre as principais potencialidades e fragilidades de nossos

23

estudantes a fim de fazermos um trabalho pedagógico orientado para o resgate dessas aprendizagens. Esse trabalho encontra-se em andamento.

Função Social

Em uma sociedade que prima pelo saber, temos a grande função de transmitir o conhecimento universal e sistematizado proporcionando condições para o desenvolvimento da consciência crítica do aluno que o levará a uma transformação nos aspectos pessoal e social, valorizando também os saberes culturais dos sujeitos do campo.

A função social do CEF Tamanduá é, portanto, promover uma educação de qualidade, com vistas ao desenvolvimento integral dos estudantes, tornando-os cidadãos críticos, atuantes e capazes de contribuir com a transformação positiva da sociedade. Bem como os preparar para o prosseguimento de sua vida profissional e acadêmica.

Para tanto, a escola desenvolverá seu trabalho pedagógico, alicerçado na proposta pedagógica vigente e no Currículo Em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, que diz:

“... sugere um fazer pedagógico que busque a construção de cidadãos/ãs comprometidos com o ato de cuidar da vida, em todas as fases e tipos, pensando no hoje e nas próximas gerações. O eixo perpassa o entendimento crítico, individual e coletivo, de viver em rede e de pensar, refletir e agir acerca da produção e consumo consciente, qualidade de vida, alimentação saudável, economia solidaria, permacultura, ativismo social, cidadania planetária, ética global, valorização da diversidade, entre outros.” (p.69).

Tendo em vista o aprimoramento de sua função social, na especificidade de escola do campo, atendendo os princípios da educação do campo, contidos na Portaria SEDF n.º 419/2018.

Missão da Unidade Escolar

Para todos nós, educadores e educadoras do campo, cumprir a Meta 08 do PDE garantindo o direito a uma educação NO e DO campo é um objetivo e uma missão a ser alcançada:

“Garantir a Educação Básica a toda população camponesa do DF, em Escolas do Campo, de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudos, no último ano de vigência deste Plano, com prioridade em áreas de maior vulnerabilidade social, incluindo população de baixa renda, negros, indígenas e ciganos, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e/ou a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), conforme Resolução n.º 1, de 3 de abril de 2002 – MEC/CNE/CEB, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.”

A missão de uma instituição educacional é complexa, ampla e diversa. A escola representa um espaço de luta e de transformação, não apenas intelectual, como social, cultural, política e econômica. Dessa forma, é preciso oferecer uma educação de qualidade, voltada para a formação integral dos estudantes, com valorização das diferenças e singularidades de cada um.

O CEF Tamanduá visa, dessa forma, garantir a todos os membros da comunidade escolar, o exercício pleno de seus direitos e cidadania enquanto sujeitos do campo. Para isso, temos em vista proporcionar um ensino acolhedor, visando a excelência educacional, com aprendizagem significativa e respeito as diversidades.

I - Princípios Epistemológicos

Os princípios que orientam as práticas pedagógicas do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá devem estar voltados ao atendimento de alunos da escola do campo, o Currículo em Movimento da SEEDF (Livro 1), ressalta:

“A base fundamental de sustentação da Educação do Campo é que o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os seres humanos e a natureza; de novas relações entre o rural e o urbano.” (p.44).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) em seu artigo n. 3, o ensino deve ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; no respeito à liberdade e apreço à tolerância, assim baseiam-se os princípios orientadores das práticas pedagógicas do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá.

Baseia-se ainda na gestão democrática do ensino público; na valorização da experiência extraescolar, especialmente agregando às discussões os conhecimentos trazidos pelos alunos; e na vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, considerando as características da comunidade do campo e suas especificidades.

O Centro de Ensino Fundamental Tamanduá fundamenta-se em práticas pedagógicas desenvolvidas para a concepção da aprendizagem e apropriação de conhecimentos articulados com a vida e a cultura do sujeito do campo, conforme as Diretrizes da Educação do Campo do Distrito Federal, que diz:

“Tais abordagens e práticas pedagógicas devem apoiar-se no modo de existência desse sujeito camponês, objetivando a superação da dicotomia rural/urbano e da visão preconceituosa e equivocada do campo como lugar de atraso, distante do conhecimento científico e da vida intelectual, considerados como presentes somente na cidade.” (p.13).

O CEF Tamanduá, é uma escola voltada para a educação transformadora. Está atenta às demandas sociais e, portanto, fundamenta-se nas teorias críticas e pós-críticas, na pedagogia histórico-crítica e na psicologia histórico-cultural. Essas concepções norteiam os princípios da educação do campo, do processo de ensino-aprendizagem e das práticas avaliativas para as aprendizagens, sendo, portanto, o condutor da construção desse Projeto Político Pedagógico.

É preciso ter em mente, o aspecto prático da educação transformadora que buscamos. Para tal, é necessário relacionar as teorias histórico-críticas e histórico-sociais com a prática pedagógica diária. Para tal, adotamos práticas didáticas que nos permitem um fazer pedagógico interdisciplinar, flexível e adaptado a realidade do campo, ou seja, contextualizado. Dessa forma, todas as ações práticas partem dos objetivos de uma educação do e no campo.

II - Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - LDB

Observa-se, ainda, o Art. 22º da LDB (1996), que indica a finalidade da educação básica: desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Da mesma forma, para a Educação Infantil, atendemos ao disposto no Art. 29º da LDB, que a define como a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais), o Art. 32º da LDB nos indica que o ensino fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se

fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A opção pela Educação Integral proposta pelo Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal (2014) reafirma esses norteadores em seus Pressupostos Teóricos (p. 27-28), como emergente da responsabilidade dos sistemas de ensino, tal proposta vai ao encontro de uma sociedade democrática de direito, constituindo-se como uma política pública de inclusão social e de vivência da cidadania como parte de um conjunto articulado de ações por parte do Estado que preconiza a importância do desenvolvimento humano em todas suas dimensões, além da necessidade de se garantir direitos e oportunidades fundamentais para a população infantojuvenil.

Metas da Unidade Educacional

A gestão democrática das escolas públicas da educação básica está em vigor há mais de dez anos no Distrito Federal. Como especificado em seu Art. 2º da Lei 4,751, de 7 de fevereiro de 2012, seu objetivo é garantir que a comunidade escolar tenha participação direta na definição e implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, bem como na escolha de diretores e vices para as unidades de ensino.

Dessa forma, a comunidade do CEF Tamanduá, no ano de 2023, elegeu uma chapa aliada aos seus interesses e de seus filhos para liderar a unidade de ensino pelos próximos quatro anos. Houve um alinhamento de interesses e uma construção coletiva das metas não só da Unidade Educacional, mas sim de toda comunidade escolar. Essas metas foram divididas em: aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

I - Aspectos Pedagógicos

- Criação na escola de uma área de convivência e espaço para escuta e acolhimento;
- Criação de um Conselho Estudantil por modalidade de ensino para promover o protagonismo do estudante diante de seus anseios da vida escolar;
- Realização de eventos para a integração e socialização da família na instituição de ensino.
- Criar grupos de trabalho com a comunidade escolar para dialogar sobre as vivências dos alunos, para que as aprendizagens sejam mais significativas e que o ambiente escolar seja mais agradável a todos.
- Realização de uma gestão participativa, estimulando o desenvolvimento das responsabilidades individuais para a promoção do trabalho coletivo.
- Buscar um estudo técnico de viabilidade da implantação da Educação Integral.
- Fazer uma consulta pública com a comunidade sobre o interesse da Escola Integral.

- Analisar os indicadores de aprendizagem (índices de evasão, aprovação/reprovação e distorção idade/série);
- Aprimorar a ação do Conselho de Classe participativo para propor novas formas de avaliações e intervenções pedagógicas.
- Rever com periodicidade juntamente com toda a equipe pedagógica as competências e habilidades a serem desenvolvidas em cada segmento, levando sempre em conta a realidade da Escola do Campo.
- Promoção da inclusão
- Redução da evasão escolar, com busca ativa e constante de estudantes faltosos

II - Aspectos Administrativos / Financeiros

- Buscar implementar o acesso à internet para uso de todos os servidores e estudantes, e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais.
- Promover oficinas de sensibilização com os funcionários do transporte escolar.
- Formação para todos os servidores sobre utilização do SEI
- Buscar recursos extras mediante emendas parlamentares para melhorias na Unidade Escolar
- Solicitar aos órgãos da Secretaria de Educação do DF a construção de salas específicas para: Sala de Recursos, Orientação Educacional, Equipe de Atendimento Especializado e salas de aula.
- Realizar reuniões periódicas com o Conselho Escolar e Caixa Escolar para deliberar o Plano de Aplicação, acompanhar e aplicar a utilização dos recursos recebidos.
- Buscar parcerias com Órgãos Públicos, ONGs, Agentes Políticos sempre que possível para angariar doações, contribuições e manutenções para melhorias da Unidade Escolar
- Reforma da quadra poliesportiva, implementando iluminação adequada para uso noturno.
- Buscar junto aos órgãos superiores os meios de execução das obras previstas, como a construção de salas de aula e melhorias da quadra poliesportiva, autorizadas pela Secretaria de Educação

Objetivos

I — Objetivo Geral:

- Proporcionar aprendizagem integral dos alunos por meio de uma ação pedagógica direcionada para a formação do cidadão consciente de suas responsabilidades com o meio em que vive, respeitando a diversidade, a sustentabilidade e os direitos humanos.

II - Objetivos Específicos:

- Criar mecanismos capazes de promover e elevar o empenho acadêmico dos estudantes, tais como reagrupamentos e projetos interventivos;
- Estimular a participação de pais e de estudantes nas decisões escolares;
- Promover a articulação de todos os segmentos da educação visando à melhoria do trabalho coletivo;
- Manter e aprimorar o espaço físico de modo a atender às necessidades pedagógicas, respeitando prioridades definidas pelo grupo e Conselho Escolar;
- Administrar e aplicar os recursos financeiros destinados à escola na forma da lei;
- Manter a comunidade esclarecida sobre os projetos implantados pela Secretaria de Educação;
- o Manter a ordem e o ambiente escolar favorável à realização do ensino de qualidade;
- Buscar participação dos pais e da comunidade na escola e consequentemente na vida escolar dos seus filhos.
- Buscar parceiros para os projetos desenvolvidos na escola, considerando o contexto de escola do campo;
- Manter e melhorar a HORTAM - Horta do Tamanduá-, no intuito de utilizá-la como instrumento pedagógico interdisciplinar e a sua produção na complementação da merenda escolar;
- Buscar parcerias junto a entidades como Embrapa, Emater, Ibram, Administração Regional e outras para desenvolver atividades de

reflorestamento de áreas desmatadas, revitalizar córregos e nascentes vizinhos à escola;

- Ampliação do projeto de leitura já existente na sala de leitura, visando melhorar o rendimento dos estudantes na leitura, na escrita e na interpretação de textos;
- Incluir no calendário escolar atividades com a participação dos pais/responsáveis: Festas Culturais, Semana de Inclusão, Chá Literário, Torneio Interclasses, Sarau Literário, Dia da Família na Escola e Feira de Ciências conforme o interesse da comunidade escolar;
- Iniciar o projeto de coleta e seleção do lixo reciclável e aproveitamento do lixo orgânico, com a composteira para a horta.

Fundamentos Teórico-metodológicos que fundamentam a Prática Educativa

Sabendo que o currículo escolar não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes, a SEEDF fundamenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural.

A Pedagogia Histórico-Crítica, desenvolvida a partir do pensamento pedagógico de Saviani (2005), inclui a educação no processo social e histórico de humanização do homem. Os homens produzem a existência e, neste ato, são também produzidos, humanizados. A concepção de educação e, no caso, a educação escolar como “mediação no seio da prática social global” (SAVIANI, 2007, p. 420), fundamenta essa pedagogia como uma ação transformadora e de emancipação dos sujeitos sociais, afirmando a politização do fazer pedagógico.

Complementando essa proposta a Psicologia Histórico-Cultural, destaca o desenvolvimento do psiquismo e das capacidades humanas relacionadas ao processo de aprendizagem, compreendendo a educação como fenômeno de experiências significativas, organizadas didaticamente pela escola dos Pressupostos Teóricos (p. 33).

Enxergando a educação dessa forma, entendemos que o currículo vai muito além de uma enumeração simples de diretrizes, habilidades e conteúdo a serem trabalhados em sala de aula. O currículo é, na verdade, uma construção histórica, social, cultural e política, que sofre alterações e transformações ao longo do tempo. Por esse motivo, é indispensável a escola e a figura do professor, entender o sentido da orientação curricular, não apenas o conhecer.

As teorias pós-críticas, no que versam ao currículo, emergem a partir da década de 1970, com ideais pós-estruturalistas e multiculturais. Estas, juntamente com as teorias críticas, criticou duramente as teorias educacionais tradicionais. Seu ponto focal tornou-se o sujeito, seu contexto, cultura, gênero, racialidade, dentre outros elementos que tornam o sujeito único. Dessa forma, objetiva-se entender o sujeito do processo educacional e estabelecer o combate a opressão de grupos marginalizados e incluí-lo como foco do processo educacional. Enquanto o currículo tradicional atuava como um verdadeiro legitimador dessas opressões sociais.

Assim, a escola precisa entender que a aprendizagem deve ser vista como um processo de interações entre estudantes, professores, linguagens e o ambiente em sua totalidade. Nosso desafio é assegurar a aprendizagem a partir desses pressupostos em uma comunidade rural, pois a Educação do Campo abrange ainda o direito à educação de qualidade e o respeito às suas características que são peculiares.

Há ainda, preocupação em preservar o desejo de conhecer e de saber com que todas as crianças chegam à escola, cumprir com os princípios éticos, políticos e estéticos destacados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEIs e adotar os eixos integradores do Currículo em Movimento da Educação Infantil, das Séries Iniciais e Finais.

Trabalhar consoante a proposta do Bloco Inicial de Alfabetização, buscando a melhoria da qualidade do ensino, com a consolidação de ações coletivas que garantam a formação do cidadão no eixo integrador do BIA: alfabetização/letramento/ludicidade, para isso há necessidade de reflexão sobre a prática, de organização do trabalho coletivo, de criação de momentos de formação continuada, e principalmente da concretização das ações planejadas e ainda de sensibilização de todos os atores envolvidos no processo de ensino aprendizagem, para a importância da contribuição de cada um. E ainda priorizar ações voltadas para o cumprimento do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), com vistas a garantir que todos os alunos estejam alfabetizados ao final do Bloco I do 2º ciclo.

O currículo foi organizado a partir dos Eixos estruturantes do Currículo em Movimento e ainda a partir da realidade cotidiana da Escola e os conteúdos foram distribuídos em bimestres letivos, contemplando os conteúdos constantes no livro didático (PNLD 2013). Conteúdos estes que passam por revisões bimestrais conforme a sua funcionalidade. A definição de eixos, conforme Santomé (1998, p. 125), permite uma organização curricular mais integrada, focando temas ou conteúdos atuais e relevantes socialmente, em regra geral, deixados à margem do processo educacional.

Quanto à avaliação, a Secretaria de Estado de Educação do DF, em seus pressupostos teóricos, compreende que a avaliação formativa é a mais adequada ao projeto de educação pública, adota ainda o termo “Avaliação para as aprendizagens”,

por ter a intenção de avaliar para garantir as aprendizagens, comprometendo-se com o processo.

Organização Curricular da Unidade Escolar

O Currículo da Educação do Distrito Federal (2018) se constituiu em instrumento fundamental para construção desta Organização Curricular. Nela será apresentada a forma como a interdisciplinaridade, o trabalho com projetos, com os eixos transversais e integradores serão promovidos no Centro de Ensino Fundamental Tamanduá, por etapa e por modalidade de ensino.

Os Eixos transversais foram definidos pela SEEDF e apresentados no Currículo em Movimento da Educação Básica para serem articulados aos conhecimentos das diversas áreas, esses eixos devem ser trabalhados de forma transversal. O documento enfatiza que os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade favorecem a uma organização curricular mais integrada, possibilitando a focagem de temas ou conteúdos atuais e relevantes socialmente.

Assim, há a expectativa de que a transversalidade desses temas torne o Currículo mais reflexivo e menos normativo e prescritivo, ao mesmo tempo em que indica que a responsabilidade pelo estudo e discussão dos eixos é do coletivo de profissionais que atuam na escola.

Os Pressupostos Teóricos apontam uma definição para o currículo (p. 37):

O currículo é o conjunto de todas as ações desenvolvidas na e pela escola ou por meio dela, que formam o indivíduo, organizam seus conhecimentos, suas aprendizagens e interferem na constituição do seu ser como pessoa. É tudo o que se faz na escola, não apenas o que aprende, mas a forma como aprende, como é avaliado, como é tratado. Assim, todos os temas tradicionalmente escolares e os temas da vida atual são importantes e compõem o currículo escolar, sem hierarquia entre eles.

Os projetos institucionais desenvolvidos na escola são integrados à Orientação Educacional e EEAA por meio de trabalhos coletivos com todo grupo escolar para se efetivar a inclusão, promovendo ações educativas com todas as pessoas da instituição, apoiando os professores que atuam em regência de classe e equipe gestora da escola.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) contida na Orientação Pedagógica, a qual pontua que:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.

Considerando a perspectiva da inclusão em todas as áreas de conhecimento, faz-se necessário a realização da adequação curricular para atender aos estudantes da Educação Especial. Destacamos que a realização da adequação curricular é um direito do estudante, um dever do professor e responsabilidade da Instituição Educacional, conforme legislação descrita abaixo:

1. Lei n.º 9.394/96 da LDBEN de 20/12/1996: art. 59, “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais”, no seu inciso I “assegura currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades.”;

2. Lei n.º 3.218/2003 (DF) de 10/11/2003: o inciso II do art. 3º diz: “cabe às escolas da rede pública de ensino definir em seu projeto educacional as adaptações curriculares no âmbito da escola, da sala de aula e do aluno portador de deficiência individualmente.”;

3. Resolução CNE/CEB n.º 02/2001: o inciso III, do art. 8º preconiza: “as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o

significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória; ”

4. Resolução CE/DF n.º 01/2003: os incisos I e III, do art. 41º estabelecem: “a estruturação do currículo de modo a atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, deve observar, entre outros aspectos: ”

Inciso I – Dosagem e sequência dos conteúdos, com objetivo de adequação ao ritmo próprio do aluno e a especificidade do atendimento.

Inciso III – Adaptações curriculares, quando necessário, nos diferentes níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.

Com vistas ao cumprimento das referidas normatizações, orienta-se o professor:

- Conhecer o histórico acadêmico dos alunos e seu diagnóstico, por meio dos documentos disponíveis na secretária da escola e com apoio do profissional do Atendimento Educacional Especializado;
- Construir a adequação curricular, respeitando as diretrizes recebidas pela SEEDF e pelo serviço de Atendimento Educacional Especializado;
- Participar, quando oportuno, de cursos de formação na área de Ensino Especial, preferencialmente ofertados pela EAPE.

I - Educação Infantil

Oferecer a Educação Infantil na escola do campo ainda é um grande desafio à comunidade. As dificuldades de acesso citadas anteriormente tornam-se mais latentes para as crianças dessa faixa etária, porém com a obrigatoriedade da oferta as famílias vêm procurando vagas para alunos a partir do 1º período da Educação Infantil e a oferta de vagas em 2024 não foi suficiente para atender a procura.

Participar da Educação Infantil que, do ponto de vista legal, passou a ser um dever do Estado e um direito da criança (Constituição Federal de 1988, art. 208, inciso IV) seja talvez a única oportunidade da família de ter assegurado “o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social,

complementando a ação da família e da comunidade” contribuindo dessa forma para o bom desempenho escolar no Ensino Fundamental.

O eixo integrador específico da educação infantil é considerado juntamente com o eixo transversal do Currículo da Educação Básica do SEEDF. O primeiro refere-se ao educar e cuidar, brincar e interagir, esses eixos estão inseridos no planejamento formando um elo com os conteúdos propostos e também com os eixos transversais - Educação para sustentabilidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos e educação para diversidade.

Os conteúdos foram organizados por semestre a partir da indicação do quadro organizativo apresentado no caderno da Educação Infantil do Currículo, e serão trabalhados desde o Cuidado Consigo e com o Outro até à Linguagem Digital.

A coordenação pedagógica funciona como facilitador para os professores elaborarem estratégias que permitam a interdisciplinaridade e a contextualização entre as áreas do conhecimento.

II - Ensino Fundamental Anos Iniciais-Bloco Inicial de Alfabetização

O Currículo é operacionalizado por componentes curriculares, que se desenvolverão para ampliar a construção de habilidades e competências, adquiridas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as quais serão necessárias para assegurar a aquisição do conhecimento e a formação integral e ainda, fornecer meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Tais componentes serão distribuídos por meio da matriz curricular com 05 horas diárias de aula, com professores que atuam em atividades, que cumprem uma carga horária de 40 horas semanais incluída a coordenação pedagógica.

Serão incluídos nas atividades curriculares sobre a forma de eixo transversal a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: com objetivo de resgatar as contribuições desses dois grupos étnicos na formação da sociedade nacional, ministrados em todo currículo escolar, em especial nas áreas de arte, literatura e história brasileiras.

Os conteúdos foram organizados a partir de diferentes áreas do conhecimento, porém articulados em uma perspectiva de unidade para promover o trabalho interdisciplinar, tais conteúdos foram estabelecidos com a expectativa de trabalho para o período de um bimestre. A interdisciplinaridade é promovida ainda por meio

dos projetos e sequências didáticas. A uni docência facilita esse trabalho, pois um professor regente tem a possibilidade de ministrar as diversas disciplinas, articulando-as aos conteúdos.

O eixo integrador específico do Bloco Inicial de Alfabetização é considerado juntamente com o eixo transversal do Currículo da Educação Básica do SEEDF. O primeiro refere-se à alfabetização, letramento e ludicidade, esses eixos estão inseridos no planejamento formando um elo com os conteúdos propostos e também com os eixos transversais - Educação para sustentabilidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos e educação para diversidade.

Tais eixos serão explorados no cotidiano escolar por meio de atividades como leitura de livros relacionados ao tema, apreciação de poemas, vídeos e músicas, rodas de conversa, brincadeiras e outros.

De modo geral, os conhecimentos se integram aos projetos educativos da escola. A sala de leitura é aliada a esse trabalho, pois oportuniza acesso à informação e um espaço privilegiado de aprendizagem, estimulando pesquisa e leitura.

A recuperação de aprendizagens se associa à avaliação formativa e na perspectiva de “promover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento” o Projeto Interventivo constitui-se em uma estratégia adequada e possível. Ele é um procedimento elaborado pela escola, com caráter investigativo, pois, por meio dele, investigam-se as melhores estratégias de aprendizagem para cada estudante. Desse modo, a intervenção e a investigação conduzem à prática da inovação.

O Projeto Interventivo constitui-se em um princípio do Bloco Inicial de Alfabetização, consta nas Diretrizes Pedagógicas do BIA, tem caráter coletivo e integrador; deve ser permanente em sua oferta e flexível, dinâmico e temporário no atendimento aos estudantes. Além disso, está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB n.º 9394/96:

Art. 12 Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

V.promover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.

Art. 24; A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
V.a. verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

e) obrigatoriedade de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

No CEF TAM, o Projeto Interventivo atinge estudantes que apesar de participarem das outras estratégias propostas pelo Bloco Inicial de Alfabetização, ainda apresentam necessidades específicas de aprendizagem. Ocorre concomitante ao horário de aula em função da dificuldade de transporte dos alunos envolvidos.

Faz-se necessário que todas as equipes trabalhem coletivamente estipulando e cumprindo prazos para devolutivas e orientações aos professores, executem os atendimentos solicitados e colaborem efetivamente para o desenvolvimento do aluno.

III - Ensino Fundamental Anos Iniciais – 4º e 5º ano

Os Eixos Transversais do Currículo, Educação para sustentabilidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos e educação para diversidade devem ser contemplados no processo ensino-aprendizagem, sendo incluídos em todas as disciplinas de modo que esses eixos façam parte das aulas.

Assim como nas demais modalidades, o currículo é operacionalizado mediante componentes curriculares, que se desenvolverão com a finalidade de ampliar a construção de habilidades e competências, adquiridas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as quais serão necessárias a fim de assegurar a aquisição do conhecimento e da formação integral e fornecer meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, distribuídos através da matriz curricular com 05 horas diárias de aula, com professores que atuam em atividades, que cumprem uma carga horária de 40 horas semanais incluída a coordenação pedagógica.

Bem como na educação infantil e no BIA, serão incluídos nas atividades curriculares sobre a forma de eixo transversal a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: com objetivo de resgatar as contribuições desses dois grupos étnicos na formação da sociedade nacional, ministrados em todo currículo escolar, em especial nas áreas de arte, literatura e história brasileiras; será incluído no âmbito dos conteúdos interdisciplinares o tema Serviço Voluntário, com objetivo de preparar a comunidade escolar para a prática da cidadania e solidariedade.

Os conteúdos também foram organizados a partir de diferentes áreas do conhecimento, e articulados em uma perspectiva de unidade para promover o trabalho interdisciplinar, tais conteúdos foram estabelecidos com a expectativa de trabalho para o período de um bimestre. A interdisciplinaridade é promovida ainda por meio dos projetos e sequências didáticas. A uni docência facilita esse trabalho, pois um professor regente tem a possibilidade de ministrar as diversas disciplinas, articulando-as aos conteúdos. Os conhecimentos se integram aos projetos educativos da escola.

IV - Ensino Fundamental – Anos Finais

Assim como nas demais modalidades, o currículo dos anos finais é operacionalizado a partir de componentes curriculares, que se desenvolverão com a finalidade de ampliar a construção de habilidades e competências, adquiridas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as quais serão necessárias a fim de assegurar a aquisição do conhecimento e da formação integral e fornecer meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Distribuídos através da matriz curricular com 05 horas diárias de aula, com professores que atuam em área específica, que cumprem uma carga horária de 40 horas semanais incluída a coordenação pedagógica.

Serão incluídos nas atividades curriculares sobre a forma de eixo temático:

- História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: com objetivo de resgatar as contribuições desses dois grupos étnicos na formação da sociedade nacional, ministrados em todo currículo escolar, em especial nas áreas de arte, literatura e história brasileiras.

Além do trabalho diário realizado em sala de aula, os temas transversais são trabalhados por meio de palestras, seminários, trabalhos individuais e em grupos, pesquisas em sala de aula, sala de leitura e em casa. Podendo ainda ser abordado mais sistematicamente em uma turma específica conforme a necessidade da mesma.

Considera-se necessário que o Serviço de Orientação Pedagógica oportunize acesso a informações referentes aos problemas específicos de alunos. Faz-se necessário que todas as equipes trabalhem coletivamente estipulando e cumprindo prazos para devolutivas e orientações aos professores, executem os atendimentos solicitados e colaborem efetivamente para o desenvolvimento do aluno. A coordenação pedagógica funciona como facilitador, para que os professores busquem

meios de desenvolver o trabalho interdisciplinar entre os diversos componentes curriculares.

O trabalho e organização curricular da escola estão pautados em todos esses documentos acima citados, bem como nos eixos transversais, dessa forma conseguimos fazer um trabalho contextualizado com a realidade local, considerando os fatores que nos tornam uma escola do e no campo e, ao mesmo tempo, oferecer uma educação compartilhada com as demais unidades educacionais do Distrito Federal e demais estados brasileiros.

Para tal, buscando fortalecer a prática pedagógica da unidade escolar e o desenvolvimento das aprendizagens na organização em ciclos, foram e estão sendo desenvolvidos projetos que garantem uma educação inclusiva, com temas transversais, indisciplinares, de sustentabilidade, direitos humanos, antirracistas e de cultura de paz.

Esses projetos permeiam todas as áreas de conhecimento na escola, bem como todos os níveis de ensino. Busca-se, através da interdisciplinaridade e da transversalidade, alcançar os estudantes em todas as possibilidades de aprendizado.

Além disso, temos fortalecido constantemente a relação intersetorial com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, buscando fazer um trabalho articulado entre os profissionais da saúde e os da educação. Juntamente com o PSE - Programa Saúde na Escola, do Ministério da Educação, temos adotado também estratégias de participação dos profissionais responsáveis pela UBS Ponte Alta (unidade de saúde que atende a boa parte da nossa comunidade).

Essa articulação visa, além da cobertura vacinal de todos os estudantes e servidores, uma proposta de educação em saúde, havendo um entrelaçamento com as disciplinas ligadas às ciências com palestras, participação dos profissionais de saúde nos projetos e encontros da comunidade na escola.

Visando essa educação integradora, enxergamos que a educação física, e o esporte, de maneira geral, está sempre na vanguarda de uma formação completa, de um cidadão reflexivo e transformador. Por esse motivo, a escola planeja fortalecer a prática de esportes e a discussão de todos esses temas transversais através da prática esportiva.

Trabalhando dessa forma, entendemos que a aprendizagem se torna cada vez mais significativa, e o estudante toma cada vez mais o seu papel central nesse processo de ensino-aprendizagem.

Organização do Trabalho Pedagógico da unidade escolar

I - Organização dos tempos e espaços

A organização dos tempos e espaços na escola interfere na organização do processo didático, no sentido de revelar como o trabalho é concebido e realizado no ambiente escolar, conforme afirma Wallon apud Almeida (2000, p. 86): “Somos componentes privilegiados do meio do nosso aluno, torná-lo propício ao desenvolvimento é nossa responsabilidade”.

A escola funciona nos turnos matutino e vespertino e os alunos estão organizados em 17 turmas estruturadas na forma de ciclos para as aprendizagens. Sendo: 2 turmas de 1º ciclo (Educação Infantil - 1º e 2º períodos), 6 turmas de 2º ciclo (1º ao 5º ano), 8 turmas de 3º ciclo (6º ao 9º ano) e 1 turma de EJA Interventivo (DI) não seriada. A unidade educacional conta com 334 estudantes, sendo 177 matriculados nos Anos Iniciais, 150 nos Anos Finais, e 4 na turma de EJA Interventivo não seriado.

As turmas de Ensino Fundamental Anos Finais funcionam no turno matutino de 07h30min às 12h30min, bem como a turma do EJA Interventivo, e as turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais funcionam no turno vespertino de 12h30min as 17h30min.

O intervalo/recreio; previsto na matriz curricular das escolas do DF, defendido no parecer do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica, Parecer CEB 02/2003; acontece todos os dias da semana, no horário de 08h50min às 09h10min no turno matutino, e no turno vespertino na Educação Infantil e Anos Iniciais de 15h30 min as 15h45min.

O planejamento se constitui como uma ferramenta fundamental na efetivação do trabalho e a coordenação pedagógica é um espaço valioso para que ele se efetive. É necessário compreender a importância do planejamento como uma forma efetiva de acompanhamento e reflexão da práxis pedagógica. No turno matutino os professores realizam a coordenação pedagógica da educação infantil e dos anos iniciais, tanto a coletiva quanto a individual (por ano). A coordenação pedagógica dos anos finais ocorre no turno vespertino, esse espaço tem por objetivo promover oportunidades de reflexão.

Atualmente, a unidade escolar possui apenas um coordenador específico para os anos finais, estando vago o cargo de coordenador da educação infantil e dos anos iniciais, dificultando o planejamento e execução das ações para esse grupo de professores e estudantes.

II-Relação escola-comunidade

A parceria que se espera que ocorra entre a escola e a comunidade pode ser considerado o elo principal para o sucesso dos educandos, sendo esse um direito garantido na LDB e no Estatuto da Criança e do Adolescente, cabendo aos gestores e professores o dever de buscar inserir os responsáveis nas decisões da escola.

Cabe à escola proporcionar meios que resultem na participação da família no ambiente escolar, por meio de projetos, reuniões, conselho escolar, dentre outros. Sempre buscando o diálogo entre a instituição e a família, ressaltando qual é o papel de cada: a escola ensina e a família educa, tendo como objetivo comum à formação do indivíduo:

“A escola, entretanto, tem uma especificidade – a obrigação de ensinar (bem) conteúdos específicos de áreas do saber, escolhidos como sendo fundamentais para a instrução de novas gerações. O problema de as crianças aprenderem fração é da escola.” (Szymanski, 2007: p. 99).

“As famílias têm de dar acolhimento a seus filhos: um ambiente estável, provedor, amoroso.” (Szymanski, 2007: p. 99).

Considerando a função de cada um na formação dos cidadãos que queremos para o futuro, o CEF TAM realizou junto à comunidade escolar uma pesquisa que possibilitou acompanhar e aprimorar o conhecimento do perfil que a escola atende.

Observou-se que as famílias reservam tempo para conversar sobre a escola com os seus filhos e possuem interesse em participar de atividades propostas e/ou oferecidas na escola. Esses dados retratam que a comunidade em sua maioria acredita que as famílias devem manter uma parceria com a escola para uma aprendizagem efetiva de seus filhos.

Título da pergunta: Você acredita que a aprendizagem do seu filho depende da parceria entre a família e a escola?

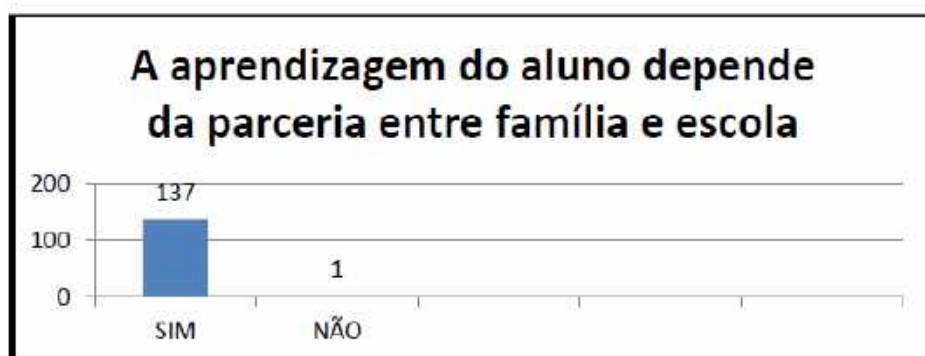


Gráfico de respostas do Formulário Google aplicado aos pais

Somente com a parceria família e escola é possível construir uma proposta pedagógica útil, capaz de atender às necessidades dos alunos, que enfrentam as dificuldades de aprendizagem, o desinteresse, a indisciplina, o uso de drogas e demais problemas que já existiam ou aparecem recentemente no ambiente escolar e na sociedade no geral.

Não há como a escola e a família ignorarem as ocorrências do dia a dia, cabe o diálogo, o debate e as ações em conjunto a fim de resguardar aos estudantes, especialmente, dialogando com demais setores (Saúde, segurança, conselho tutelar).

Toda a comunidade deve participar da elaboração da proposta pedagógica, conhecer os projetos que se deseja implantar ou aperfeiçoar os já existentes. Qualquer projeto que se pretenda na escola, deve considerar a proposta pedagógica, as prioridades e o desejo de toda a comunidade escolar.

III - Relação teoria e prática

A escola, como instituição educativa-pedagógica, revela-se como espaço privilegiado para as crianças viverem e experimentarem a vida e educação de diferentes modos durante a sua infância. Ao considerar as crianças como sujeitos de

direito, cidadãs e portadoras de vez e voz, os profissionais se dispõem a colaborar para o desenvolvimento de potencialidades e autonomia para vida.

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, é entendida como promotora do desenvolvimento integral do aluno, na perspectiva da criança protagonista na construção de seu conhecimento. Consoante o Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Infantil, as práticas pedagógicas devem ter como eixos norteadores as interações e as atividades lúdicas. Assim sendo, os eixos integradores do Currículo da Educação Infantil são “Educar e Cuidar, Brincar e Interagir”. Diante dessa concepção, percebemos as crianças como sujeitos de direitos, possibilidades e necessidades.

Trabalhar com o lúdico na Educação Infantil é extremamente importante para que as crianças se encontrem no espaço escolar, já que brincar além de uma atividade inerente à criança é uma das formas mais eficazes para a aprendizagem acontecer prazerosamente, sendo um meio privilegiado para o estudante poder refletir, ordenar, desorganizar, organizar, construir e reconstruir o mundo que o cerca.

A Escola considera como ação pedagógica na Educação Infantil a ampliação do repertório cultural das crianças, privilegiando eixos que articulem conhecimentos de diferentes áreas. Assim sendo, os eixos transversais contemplados no Currículo da Educação Infantil do Distrito Federal possibilitam uma melhor organização dos conteúdos e do trabalho pedagógico, permitindo a integração, contextualização e interdisciplinaridade.

Nesse processo, a Educação Infantil foi repensada e suas bases passaram por reestruturações. Atenta a estas mudanças, a SEEDF estabeleceu diálogos entre seu Currículo em Movimento e a BNCC, contemplando em sua 2ª edição as fundamentações estruturantes da BNCC. Pautada nessas bases, a Educação Infantil através dos Campos de Experiência – O eu, o outro e o nós. Corpo, gestos e movimentos. Traços, sons, cores e formas. Escuta, fala, pensamento e imaginação. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – vêm garantir às crianças os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos pela 38 BNCC, sendo eles o de Participar, Expressar, Conhecer-se, Conviver, Brincar e Explorar.

Para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais), o Art. 32º da LDB nos indica que o ensino fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno

domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

No Ensino Fundamental, as Competências Gerais estão presentes em unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades a serem trabalhadas dentro de cada área do conhecimento e componentes curriculares específicos. Diferente da Educação Infantil, a proposta da BNCC Ensino Fundamental – Anos Iniciais é a progressão das múltiplas aprendizagens, articulando o trabalho com as experiências anteriores e valorizando as situações lúdicas de aprendizagem.

Segundo o documento da BNCC: Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. (BNCC). Portanto, ao compreender as mudanças no processo de desenvolvimento da criança – como a maior autonomia nos movimentos e a afirmação de sua identidade – a BNCC Ensino Fundamental – Anos Iniciais propõe o estímulo ao pensamento lógico, criativo e crítico, bem como sua capacidade de perguntar, argumentar, interagir e ampliar sua compreensão do mundo. Ou seja:

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. (BNCC)

A organização estrutural da BNCC no Ensino Fundamental na totalidade se dá por áreas do conhecimento, tal organização visa favorecer a comunicação entre os conhecimentos e aprendizagens das inúmeras disciplinas, agora chamadas de componentes curriculares.

As áreas do conhecimento previstas pela BNCC são: 1) Linguagens, 2) Matemática, 3) Ciências da Natureza e 4) Ciências Humanas, sendo que cada uma

delas têm competências específicas de área – reflexo das dez competências gerais da BNCC – que devem ser promovidas ao longo de todo o Ensino Fundamental.

Conforme a BNCC, “as competências específicas possibilitam a articulação horizontal entre as áreas, perpassando todos os componentes curriculares, e também a articulação vertical, ou seja, a progressão entre o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e o Ensino Fundamental – Anos Finais e a continuidade das experiências dos alunos, considerando suas especificidades.”

Portanto, para além das competências, cada uma dessas áreas tem papel fundamental na formação integral dos alunos de todo o Ensino Fundamental. Isso aparece nos textos de apresentação das áreas na BNCC. Além de mostrar tal papel, o documento dá destaque às particularidades do segmento, considerando as especificidades e as demandas pedagógicas de cada etapa educacional.

Com o intuito de garantir o desenvolvimento das competências específicas de cada área, cada componente curricular possui – conforme indicado na BNCC – um conjunto de habilidades relacionadas aos objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) e que se organizam em unidades temáticas.

Outro aspecto que muda com a BNCC - Ensino Fundamental, é a alfabetização. A partir da implementação da Base, toda criança deverá estar plenamente alfabetizada até o fim do 2º ano. Antes, esse prazo era até o terceiro ano – conforme o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Portanto, nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental.

A organização curricular do Ensino Fundamental Anos Finais está baseada no Documento Organização Curricular Ensino Fundamental 3º Ciclo - Anos Finais da SEEDF. De acordo com esse documento “A equipe pedagógica deve priorizar o trabalho pedagógico que reflita a comunicação entre os objetivos de aprendizagem nas diferentes áreas, ampliando o tempo e espaço destinado à consolidação e recuperação dos saberes em seus planejamentos. A intenção é transversalizar os conteúdos de Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Arte e Educação Física), Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas (História e Geografia) nas atividades que explorem a leitura, escrita e raciocínio lógico, na perspectiva dos letramentos.

A turma de Educação Especial – EJA Interventivo segue as Diretrizes Específicas para tal modalidade. Trata-se de turma exclusiva para estudantes com DI

ou TGD/TEA, a partir dos 15 anos completos com DI e/ou TEA, associados ou não a outras deficiências. O aluno, para tal, deverá ser avaliado, além dos professores regentes da turma, pelos profissionais do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, bem como coordenador e supervisor pedagógico.

As matrículas obedecem ao período estipulado em calendário escolar e pode se dar a qualquer tempo. Outros encaminhamentos dos estudantes se darão por meio de estudo de caso realizado na própria Unidade Escolar, com ciência dos responsáveis. A enturmação do estudante na EJA Interventiva deverá respeitar, obrigatoriamente, a etapa/segmento correspondente ao seu percurso escolar. O estudante indicado para a EJA Interventiva não pode, em hipótese alguma, ter seu percurso escolar retrocedido. As especificidades são definidas no processo pedagógico.

Em consonância com as diretrizes do Currículo em Movimento tem-se que os parâmetros para inserção dos eixos transversais que versam sobre os seguintes aspectos: cidadania e educação em e para os direitos humanos; educação para a sustentabilidade; educação para a diversidade; educação para a escola do e no campo, Implementação da Cultura da Paz que são trabalhados diariamente em sala de aula dentro do que é preconizado e planejado nas coordenações individuais.

IV-Metodologias de ensino

A prática pedagógica no CEF Tamanduá está pautada na pedagogia histórico-crítica e histórico-cultural. Dessa forma, as metodologias de ensino adotadas são aquelas que buscam promover uma relação dialógica. Segundo o educador brasileiro Paulo Freire, a educação dialógica é aquela que ocorre a partir de um encontro de sujeitos, em que se busca o conhecimento, ou seja, a capacidade de estabelecer diálogos na educação é o que pode elevá-la a uma esfera libertadora para todos os sujeitos envolvidos.

A partir dessa ideia de Paulo Freire, entendemos que todos os profissionais que trabalham na escola são sujeitos do conhecimento, e a própria unidade educacional funciona como facilitadora de uma rede entre as pessoas e o processo de ensino-aprendizagem. Todos coparticipam do processo de aprender e de ensinar. Dessa forma, entendemos que as metodologias de ensino não devem estar reduzidas

a uma relação entre aprendiz e transmissor de conhecimento, mas em uma rede onde todos aprendem e todos ensinam. Trabalhar dessa forma favorece, ainda, a contextualização dos conteúdos, abraçando a ideia do conhecimento vivo e passível de construção coletiva.

Reconhecemos, no entanto, a dificuldade de romper com o modelo tradicional de educação, visto que foi utilizado por décadas, e ainda prevalece em alguns modelos de organização da própria escola, como na estrutura das salas de aula, por exemplo. O que se buscar, é introduzir os métodos da educação dialógica e contextualizada, independente dessa organização.

Além disso, é importante destacar que as metodologias de ensino aplicadas na unidade escolar buscam abarcar os diferentes aspectos da aprendizagem, possibilitando aos estudantes alcançarem o conhecimento formal em processos e metodologias diferentes, adequados a cada realidade. Isto ocorre por, coletivamente, entendermos que a sala de aula, bem como a escola, no geral, são espaços diversos e coletivos, não cabendo a nós, docentes, privilegiar formas únicas ou tradicionais de aprendizagem.

No CEF Tamanduá, oferecemos as modalidades de Educação Infantil, 2º e 3º ciclo e EJA Interventivo e, para todos os segmentos, as metodologias de ensino aplicadas visam um processo de ensino-aprendizagem pautados em uma educação dialógica, como proposta por Paulo Freire. Visando, dessa forma, um processo de ensino-aprendizagem acolhedor e de qualidade. Sendo norteado e baseado por concepções teóricas que viabilizem uma prática inovadora, eficiente, transformadora e de qualidade, guiando os estudantes a uma formação integral.

V – Organização da escolaridade e Modalidades Ofertados

O CEF Tamanduá, bem como todas as escolas públicas do Distrito Federal, está organizado em ciclos e blocos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental de 9 anos. A implementação da educação em ciclos foi iniciada em 2005 nos Anos

Iniciais, estendida aos Anos Finais a partir de 2015, tornando-se obrigatória no ano de 2017.

A escola atende a etapa de ensino da Educação Básica e oferta as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais e Educação Especial - EJA Interventivo.

A divisão da oferta de vagas do CEF Tamanduá apresenta-se da seguinte forma:

- Educação Infantil – 1º Ciclo
 - 01 turma 1º período – 20 alunos
 - 01 turma 2º período – 23 alunos

- Ensino Fundamental de 09 anos – Anos Iniciais – 2º Ciclo
 - 1º ano – BIA – 01 turmas – 20 alunos
 - 2º ano – BIA – 01 turma – 25 alunos
 - 3º ano – BIA – 02 turmas – 36 alunos
 - 4º ano – 2º Bloco – 01 turma – 25 alunos
 - 5º ano – 2º Bloco – 01 turma – 26 alunos

- EJA Interventivo - Educação Especial (DI) – Não Seriada – 01 turma – 04 alunos

- Ensino Fundamental de 09 anos – Anos Finais – 3º Ciclo:
 - 6º ano – 1º Bloco – 02 turmas – 29 alunos
 - 7º ano – 1º Bloco – 02 turmas – 58 alunos
 - 8º ano – 2º Bloco – 02 turmas – 33 alunos
 - 9º ano – 2º Bloco – 02 turmas – 30 alunos

Programas e Projetos Institucionais desenvolvidos na Unidade Escolar

I - Programa Superação

Segundo dados da Secretaria de Educação do Distrito Federal, a rede pública, no ano de 2023, contou com 11.881 estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano, matriculados no ensino fundamental. É preciso pensar sobre o impacto desses números na vida de inúmeros estudantes. Esse tipo de distorção gera o que podemos chamar de fracasso escolar, levando a evasão e ao abandono escolar. É nesse cenário que o programa Superação visa agir, diminuindo o número de estudantes nessa situação.

Os estudantes considerados em situação de incompatibilidade idade/ano são aqueles que tem dois ou mais anos de defasagem. Para eles, o programa sugere um projeto de recomposição de aprendizagens, com uma adequação dos tempos e espaços, bem como readequação curricular.

O objetivo do programa é, então, “reconstruir as trajetórias escolares dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano [...], levando-os ao fluxo regular com sucesso”. Portanto, o trabalho com o programa deve estar voltado a garantia de correção de fluxo escolar, recomposição e consolidação das aprendizagens, progressão escolar e avanço das aprendizagens, garantindo, assim, a correção de fluxo.

O CEF Tamanduá aderiu ao programa no ano de 2023, atendendo aos estudantes do terceiro ao oitavo ano, e obtendo sucesso com um número expressivo de estudantes. Para o ano de 2024, a unidade escolar conta com 13 estudantes na situação de incompatibilidade idade/ano. As estratégias traçadas para o atendimento dos estudantes começaram com o estudo do programa nas coordenações coletivas, buscando que os professores tenham um embasamento teórico acerca do programa.

A partir daí houve uma parceria com a CRE Gama para que houvesse uma formação para os professores, com o intuito de tirar dúvidas e abrir possibilidades de

atuação, com o objetivo de recompor as aprendizagens e corrigir o fluxo escolar dos estudantes envolvidos.

Além dessa preparação teórica, foram feitas reuniões com os estudantes e seus responsáveis, com o intuito de explicar como o programa irá acontecer, tirar dúvidas e buscar fechar uma parceria com as famílias, para o projeto ser mais efetivo.

A partir daí as metodologias aplicadas foram a aplicação de provas diagnósticas e posteriores intervenções, tais como: criação de apostilas para suporte teórico, divisão de horários especiais para atendimento dos estudantes, projetos interventivos e reagrupamentos intra e interclasse. Serão feitos, ainda, conselhos de classe específicos para os estudantes do projeto

II-Programa Alfaletando

O programa Alfaletando, instituído pelo Decreto n. 45.495, de 19 de fevereiro de 2024, tem os seguintes objetivos:

- I - Garantir que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental
- II - Recompor as aprendizagens, com foco na alfabetização, de 100% das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º ano, que não alcançaram os padrões esperados para a alfabetização durante sua trajetória escolar.

Há a previsão, ainda, do fortalecimento do regime de colaboração das áreas técnico-pedagógicas da SEEDF, nos níveis local, intermediário e central; o apoio técnico-pedagógico do Distrito Federal às Coordenações Regionais de Ensino e às unidades escolares do 2º ciclo do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino; a centralidade nos processos de ensino, de aprendizagens e das necessidades das unidades escolares, de forma que os estudantes concluam o 2º ano do Ensino

Fundamental com o domínio das competências de leitura, de escrita e de letramento matemático e, conseqüentemente, com habilidades para avançar nos estudos de forma autônoma.

Contará, também, com a formação e o acompanhamento pedagógico destinados aos professores de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino, ampliando-se, gradativamente, para os de 3º, 4º e 5º anos, respectivamente, nos anos subsequentes da implantação do Programa. Além disso, houve elaboração de material pedagógico suplementar de forma a qualificar e subsidiar a prática docente e atender às especificidades educacionais e territoriais do Distrito Federal.

Apresentação dos Projetos específicos da unidade escolar

I - Articulação com os objetivos e as metas do PPP

A proposta que inspira o trabalho com projetos favorece a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares, a qual objetiva a compreensão das estruturas internas de um conteúdo que intencionalmente se quer ensinar aos educandos.

O conhecimento é visto sob uma perspectiva construtivista, e visa estudar e pesquisar com os educandos de forma lúdica e prazerosa, respeitando as características internas das áreas de conhecimentos envolvidos no trabalho.

Ao planejar a realizações de projetos, os professores têm claro qual o objetivo a ser alcançado, ou seja, o que quer realmente que os educandos aprendam. Para tanto, é necessário um planejamento prévio, que embase a sua prática educativa, bem como pesquisas sobre o assunto.

Os projetos a seguir serão desenvolvidos durante o corrente ano e pretendem resgatar os conhecimentos prévios dos alunos e articular as várias áreas de conhecimento.

II - Articulação com o Currículo em Movimento

O Currículo em Movimento do Distrito Federal, em seus pressupostos teóricos, assegura uma identidade dinâmica quando propõe que o documento esteja *em movimento*. Isso nos assegura que se trata de um documento em constante transformação, por estar sendo permanentemente avaliado, e partindo de situações concretas nos mais diversos contextos das escolas do Distrito Federal.

A existência do currículo em movimento colabora para uma educação baseada em teorias críticas e pós-críticas, corroborando para uma educação que privilegia a construção de projetos, de forma que sejam trabalhados os conteúdos do currículo, bem como os eixos transversais. Dessa forma, o currículo em movimento pode ser visto como principal base teórica para a construção e efetivação de projetos na unidade educacional.

III - Articulação com o PDE, PPA, PEI e ODS

A escola participa dos programas do Governo Federal e Governo Distrital que oferecem assistência para o atendimento dos estudantes. Poderá, ainda, participar de outros projetos da Secretaria de Estado de Educação, Subsecretarias e CRE, conforme a demanda e condições de participação e acesso, uma vez que os alunos do campo necessitam de transporte para a participação de projetos fora da escola.

Outros projetos, que sejam elaborados pelo coletivo da escola, serão incluídos no início de cada ano letivo e no plano de ação, bem como visitas e palestras agendadas a instituições que venham contribuir para o enriquecimento das atividades propostas nos projetos relacionados acima, entre elas: Planetário, Museus, Parques, Fábricas, Rede Sarah, Feiras, Exposições, Cinemas, Clubes e Pontos Turísticos.

1. Projeto Sala de Leitura Cora Coralina: Lendo e Letrando

Objetivo: Estimular a leitura através da utilização do acervo literário existente na biblioteca e em sala de aula, proporcionando momentos de prazer através da leitura, ampliando o vocabulário e organização de pensamentos.

Principais ações:

- Apresentação de acervos;
- Empréstimos de livros;
- Contação de histórias;
- Montagem de livros;
- Estudos de gêneros diversos;
- Estudo de biografia de autores;
- Reprodução coletiva das histórias;
- Público: Com todas as turmas de Educação Infantil e séries iniciais e finais durante todo ano letivo.

É preciso que se construa um espaço adequado, em atendimento a Meta 8.32 do PDE, para a Biblioteca, que funciona em local improvisado e que antes era destinado à parte administrativa da escola. A Meta 8.32. PDE diz: “-Construir bibliotecas e laboratórios de informática nas escolas do campo, assistidos por profissionais, e

ampliar o acervo das bibliotecas, principalmente para aquisição de livros paradidáticos, materiais de pesquisa e recursos tecnológicos, transformando-as em lugar de referência cultural para a comunidade local, a partir da publicação deste Plano.”

2. Projeto Dia do Campo

Objetivo: Promover a construção de uma escola do campo vinculada à identidade, à realidade e à emancipação dos sujeitos do campo.

Principais ações:

- O dia 17/04 foi regulamentado como Dia do Campo pela portaria n.º 419/2018, artigo 3º, para “aprofundar o diálogo pedagógico e ampliar o espaço/tempo de formação continuada dos profissionais que atuam em Escolas do Campo”.
- Realização de atividades relacionadas ao Inventário Histórico, Social e Cultural da escola.
- Apresentação de trabalhos dos alunos sobre o tema. Poesias, danças, jornais; apresentações teatrais; desenhos; redações etc.

3. Projeto: Festa Cultural/Arraiá do Tamanduá

Objetivo: Promover a construção de uma escola do campo vinculada à identidade, à realidade e à emancipação dos sujeitos do campo através do conhecimento e valorização dos saberes do povo da comunidade.

- Principais ações: Realizar a festa cultural como culminância das atividades do Inventário Social, Histórico e Cultural da comunidade escolar;
- incentivar manifestações culturais, artísticas, artesanais e produtivas da comunidade escolar;
- Público: toda a comunidade escolar

4. Projeto: Jogos Escolares / Interclasse

Objetivo: Promover a interação entre a comunidade escolar.

Principais ações:

- Promover ações mediante vivências corporais que visam garantir o melhor desenvolvimento de suas qualidades no que se refere à diversidade cultural, esportiva, de lazer e saúde, contribuindo para formação do indivíduo como cidadão participativo e consciente.
- Oportunizar ambiente e prática de socialização, integração, inclusão, propício ao desenvolvimento da autoestima e autoconhecimento do aluno;
- Principais ações: jogos internos e Gincana entre as turmas.
- Público: Estudantes do Ensino Fundamental (1º ao 9º).

5. Projeto HorTam - Horta do Tamanduá

Objetivo: Promover a construção de uma escola do campo vinculada à identidade, à realidade e à emancipação dos sujeitos do campo.

Principais ações:

- manutenção e cultivo da horta escolar;
- Destinação da produção para a complementação da merenda escolar.
- Parcerias: Embrapa/Emater/UnB
- Público-alvo: todas as turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais e finais durante todo ano letivo.

6. Projeto: Educação Ambiental

Objetivo: Promover a educação ambiental na construção de uma escola do campo com ações voltadas a sustentabilidade.

Principais Ações:

- Implantação e coleta seletiva solidária do lixo produzido na escola;

- implantação do reflorestamento para a conservação de nascentes nas proximidades da escola;
- uso consciente da água;
- implementação da agrofloresta.
- Parcerias: Embrapa
- Público: Todas as turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais e finais durante todo ano letivo.

7. Projeto: Interventivo

Objetivo: O projeto visa auxiliar os estudantes, que estão em desfasagem em relação ao esperado e apresentem necessidades de aprendizagem relativas à leitura e a escrita. Principais Ações:

- Apresentação de histórias, textos variados, livros (escolhidos pela equipe pedagógica); Através deste contexto utilizar diferentes situações/estratégias para promover aprendizagens, tais como:
 - Preguicinha, utilização de jogos variados e bingos; formação de palavras no quadro de pregas; uso do alfabeto móvel para formação de palavras à vista de gravuras; explorar letras iniciais, visando a aquisição da identificação da letra inicial/som; atividades psicomotoras e lúdicas; cartazes, ilustrações, atividades que contemplam todos os níveis da Psicogênese (letra, som, sílaba, ortografia, gramática e texto); Caixa de Gêneros, incentivando a leitura de vários gêneros literários.
 - Tarefas extraclasse (apoio familiar);
 - Atividades psicomotoras e lúdicas;
 - Ambiente alfabetizador (cartazes, ilustrações);
 - Público-alvo: Alunos que apresentaram dificuldades em leitura e escrita

8. Projeto Halloween - HallowTam

Objetivo: trabalhar a cultura dos países anglófonos (de língua inglesa), visando integrar a cultura brasileira à americana a partir do estudo dos costumes e tradições que busca conhecer a diversidade cultural no mundo.

- Principais ações:
 - Desfile de fantasias;
 - jogos culturais
 - Festa de encerramento do projeto
- Público-alvo: todas as turmas do ensino fundamental

9. Projeto Consciência Negra

Objetivo: Valorizar a cultura afrodescendente e indígena, reconhecendo a presença destas positivamente nos diversos segmentos da sociedade, no que diz respeito à literatura, arte, culinária, religião, poesia, música e dança, relacionando – as aos direitos humanos.

- Principais ações
 - Atividades direcionadas às diversidades étnico – raciais e direitos humanos;
 - Estudo e valorização da cultura indígena
- Público-alvo: Toda a comunidade escolar

10. Projeto Caldas Novas

Objetivo: Levar todos os estudantes que estão concluindo o 9º ano para passar um fim de semana em Caldas Novas, como sua viagem de formatura

Principais ações

- arrecadação de fundos para custear a viagem daqueles que não podem pagar por meio de festivais de pizza, venda de sorvete, dentre outras.

Público-alvo: estudantes concluintes do 9º ano.

11. Projeto Formatura Educação Infantil e 5º ano

Objetivo: Preparar a cerimônia de formatura da educação infantil e anos iniciais - 5º ano.

Principais ações: Cerimônia no auditório da Embrapa

Público-alvo: estudantes concluintes da educação infantil e dos anos iniciais.

12. Projeto Feira de Ciências

Objetivo: Contribuir com o conhecimento e o desenvolvimento da interdisciplinaridade existente no âmbito das atividades que envolvem a educação. Despertar o interesse dos estudantes pela ciência no ambiente escolar.

Principais ações: Pesquisa e divulgação de conhecimento científico

Público-alvo: todas as turmas da educação infantil, anos iniciais e anos finais.

Apresentação dos Programas e Projetos desenvolvidos em parceria com outras instituições

I - Articulação com os objetivos e as metas do PPP

A proposta que inspira o trabalho com projetos favorece a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares, a qual objetiva a compreensão das estruturas internas de um conteúdo que intencionalmente se quer ensinar aos educandos.

O conhecimento é visto de forma a mobilizar, estudar e pesquisar com os educandos de forma lúdica e prazerosa, respeitando as características internas das áreas de conhecimentos envolvidos no trabalho.

Ao planejar a realizações de projetos, os professores têm claro qual o objetivo a ser alcançado, ou seja, o que quer realmente que os educandos aprendam. Para tanto, é necessário um planejamento prévio, que embase a sua prática educativa, bem como pesquisas sobre o assunto.

Os projetos a seguir serão desenvolvidos durante o corrente ano e pretendem resgatar os conhecimentos prévios dos alunos e articular as várias áreas de conhecimento.

II - Articulação com o Currículo em Movimento

O Currículo em Movimento do Distrito Federal, em seus pressupostos teóricos, assegura uma identidade dinâmica quando propõe que o documento esteja *em movimento*. Isso nos assegura que se trata de um documento em constante transformação, por estar sendo permanentemente avaliado, e partindo de situações concretas nos mais diversos contextos das escolas do Distrito Federal.

A existência do currículo em movimento colabora para uma educação baseada em teorias críticas e pós-críticas, corroborando para uma educação que privilegia a construção de projetos, de forma que sejam trabalhados os conteúdos do currículo, bem como os eixos transversais. Dessa forma, o currículo em movimento pode ser visto como principal base teórica para a construção e efetivação de projetos na unidade educacional.

III - Articulação com o PDE, PPA, PEI e ODS

A escola participa dos seguintes programas do Governo Federal e Governo Distrital que ofertam assistência para o atendimento dos estudantes:

Programas: PNLD (Programa Nacional do Livro Didático)

Programas: PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

Programas: PNTE (Programa Nacional de Transporte Escolar)

Programas: PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)

Programas: PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)

Programas: PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira)

Programa Mais Alfabetização

A escola poderá participar de outros projetos da Secretaria de Estado de Educação, Subsecretarias e CRE, conforme a demanda e condições de participação e acesso, uma vez que os alunos do campo necessitam de transporte para a participação de projetos fora da escola.

Outros projetos, que sejam elaborados pelo coletivo da escola, serão incluídos no início de cada ano letivo e no plano de ação, bem como visitas e palestras agendadas a instituições que venham contribuir para o enriquecimento das atividades propostas nos projetos relacionados acima, entre elas: Planetário, Museus, Parques, Fábricas, Rede Sarah, Feiras, Exposições, Cinemas, Clubes e Pontos Turísticos.

1. **Parceria Educação e Saúde**

Objetivo:

- Vacinação de toda a comunidade escolar na escola, tanto nas campanhas de vacinação da gripe, como na atualização dos cartões de vacinas. Vermifugação e desparasitação, bem como conscientizações acerca de sua importância e ações educativas para os estudantes.
- **Principais ações:**
 - A parceria com esses profissionais da saúde se estendeu ainda para a participação deles nos projetos escolares. Como, por exemplo, a participação no projeto de Combate a Dengue, onde houve a fiscalização de possíveis focos

da dengue, a conscientização e trabalho de convencimento para participação das campanhas de vacinação, bem como distribuição de materiais sobre o tema.

- Em paralelo a isso, os profissionais fazem triagem dos estudantes que precisam de atendimento odontológico e oftalmológico. A partir dessa triagem, os profissionais da saúde fazem a marcação das consultas e cabe a unidade educacional avisar sobre o agendamento para as famílias. O objetivo é que todos os estudantes tenham suas demandas de saúde atendidas, visto que é uma comunidade com pouco acesso aos serviços de saúde, considerando especialmente as distâncias geográficas em uma zona rural, bem como a falta de transporte público rural.
- **Público-alvo:** Toda a comunidade escolar
- **Parceria:** UBS Ponte Alta

2. Projeto Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP

- **Objetivo:** Incentivar o ensino de matemática e descobrir talentos entre os estudantes da escola do Ensino Fundamental do 4º ao 9º ano.
- **Principais ações:** preparação dos estudantes e aplicação das provas para o nível A (4º e 5º anos); aplicação das provas da 1ª fase da olimpíada, nível 1 (6º e 7º anos) e nível 2 (8º e 9º anos).
- **Parceria:** IMPA E SBM

3. Projeto OlimGama

Objetivo: A OLIMGAMA é um evento esportivo realizado pelo Governo do Distrito Federal, executado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por iniciativa da Coordenação Regional de Ensino do Gama e da Unidade Regional de Educação Básica – CRE/UNIEB. Com participação das escolas públicas e privadas vinculada a Coordenação Regional de Ensino do GAMA. Objetiva-se, ainda, levar o maior número possível de estudantes nas mais diversas modalidades da OlimGama.

Principais ações:

Divisão dos estudantes em modalidades

Treinamento das equipes

Participação nos jogos

Público-alvo:

Todas as turmas do ensino fundamental - anos iniciais e anos finais

Desenvolvimento do Processo Avaliativo na Unidade Escolar

I - Avaliação para as aprendizagens

A avaliação na escola constitui-se em algo de grande valor, isto porque por meio dela se define as diretrizes que nortearão não somente a aprovação dos alunos, mas também o desenvolvimento de procedimentos metodológicos dos professores, portanto sua discussão faz-se necessária.

No Centro de Ensino Fundamental Tamanduá, bem como na Secretaria de Educação do Distrito Federal, há a compreensão, de que a Avaliação Formativa, é a mais adequada ao projeto de educação pública, democrática e emancipatória. Dessa forma, a avaliação formativa, independente do instrumento utilizado, é realizada com a intenção de incluir e manter todos aprendendo (HADJI, 2001).

A avaliação formativa, dessa forma, é “a que promove a aprendizagem do aluno e do professor e o desenvolvimento da escola” (VILLAS BOAS, 2004, p. 30) “É marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo” (FERNANDES e FREITAS, apud BEAUCHAMP Et al. (org.), 2007, p 30).

Uma avaliação formativa informa os dois principais atores do processo. O professor, que será informado dos efeitos reais de seu trabalho pedagógico, poderá regular sua ação a partir disso. O aluno, que não somente saberá onde anda, mas poderá tomar consciência das dificuldades que encontra e tornar-se-á capaz, na melhor das hipóteses, de reconhecer e corrigir ele próprio seus erros. (HADJI, 2001).

A unidade escolar adota, dessa forma, a avaliação para as aprendizagens (VILLAS BOAS, 2012), entendendo-a com a intenção de avaliar para garantir o

aprendizado e não apenas coletar dados, independente do processo. A avaliação para as aprendizagens, dessa forma, vai se comprometer com o processo de aprendizagem, e não apenas com o seu produto.

Entendemos ser necessário romper com a ideia de avaliação somativa ou classificatória, pois esta favorece a ideia de que o ensino estaria voltado tão somente a realização de provas, e que a reprovação seria a única forma de garantir o desempenho dos estudantes.

Considerando que o CEFTAM está inserido na lógica dos ciclos para as aprendizagens, a avaliação, ao contrário disso, é entendida de forma contínua, onde há a lógica da progressão continuada. Portanto, a avaliação deve ser permanente. Nessa lógica de progressão continuada, a ideia é de que haja a construção de um processo educativo ininterrupto, que inclua condições de aprendizagem a todos os estudantes, rompendo com a avaliação classificatória, fragmentada e permeada pela reprovação anual. (JACOMINI, 2009).

II - Avaliação em larga escala

É de responsabilidade do Ministério da Educação - MEC, o desenvolvimento e aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), por meio do Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Os dados obtidos a partir daí, são analisados pelas equipes da Secretaria de Educação do Distrito Federal e enviados para as unidades escolares.

O que se tem a partir daí é o debruçar da equipe pedagógica da escola para, além de incorporar os dados aos seus registros, analisá-los e promover ações que fortaleçam o processo de ensino e aprendizagem da unidade escolar. Os dados devem ser utilizados para fortalecer práticas e ações exitosas que já venham ocorrendo, bem como para reavaliar e refazer caminhos quando eles não estão tendo bons resultados. É a partir desse processo que se viabiliza a promoção das aprendizagens de todos os sujeitos, buscando a melhoria da qualidade do ensino.

De acordo com as diretrizes de avaliação da SEDF, em todos os momentos coletivos, os dados fornecidos por essas avaliações em larga escala devem ser confrontados e analisados, bem como os dados da avaliação institucional. Sempre tendo como fim a busca de uma educação de qualidade.

O CEFTAM busca, além de incorporar os dados das avaliações de larga escala, analisá-los coletivamente. Os professores, juntamente com a equipe pedagógica, avaliam os resultados e decidem, juntos, quais caminhos traçar. Quais projetos serão necessários para atingir os objetivos definidos coletivamente, onde serão necessárias intervenções ou quais práticas devem ser fortalecidas, bem como adaptações de currículo e mudanças no PPP. Todas essas ações são definidas e colegiadas pelo grupo docente.

III - Avaliação Institucional

A avaliação institucional, ou seja, a avaliação do trabalho da escola, é o momento em que se dá o entrelaçamento entre as avaliações em larga escala e a avaliação praticada na escola. Quando a unidade escolar se volta para suas próprias ações, envolvendo-as com as avaliações externas e buscando melhorar, é quando se dá a avaliação institucional.

“Quando a unidade escolar discute sobre os dados trazidos por agentes externos, quando esses dados servem para que a unidade escolar se localize em relação ao currículo e às aprendizagens dos estudantes, quando a instituição se reúne em conselho de classe, quando a escola se organiza para avaliar seus serviços prestados e seus objetivos contidos na função social está, portanto, realizando a avaliação do seu próprio trabalho ou a avaliação institucional.” (DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO, SEDF, 2014)

A SEDF nos apresenta, em suas Diretrizes de Avaliação Educacional (2014), a articulação de três níveis de avaliação educacional: a avaliação em larga escala; a avaliação institucional da escola e a avaliação da aprendizagem. O objetivo geral é de que esses três níveis interajam entre si e possam contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

Dessa forma, a nível local, externo ou de avaliação institucional, a perspectiva sempre será a de promover uma educação de qualidade e pautada nos eixos transversais, tais quais a Educação para a Diversidade, Cidadania em e para os Direitos Humanos e a Educação para a Sustentabilidade, garantindo a todos, o direito fundamental e inalienável de aprender. (SEDF, 2014)

A avaliação institucional será, portanto, a base para as práticas de autoavaliação do trabalho da escola, visando o trabalho elaborado conforme o Projeto Pedagógico vigente, usando como referência as Diretrizes de Avaliação da SEEDF.

IV - Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens

Diversos instrumentos e procedimentos são utilizados na escola como estratégias de avaliação, entre os quais citamos: observações, relatórios, Conselho de Classe, reuniões de pais, provas, testes, dentre outros. Faz-se sempre necessárias discussões com vistas à adequação dessas práticas às Diretrizes de Avaliação da SEEDF (2014) e estudos desse documento e de outros materiais que abordam a temática da avaliação, definindo instrumentos, conforme item que se segue.

Educação Infantil

Será observada e registrada a evolução e o progresso das crianças nos diversos contextos e momentos, a criança e a família estarão inseridas no processo por meio de preenchimento de fichas, dinâmicas e conversas devidamente registradas e agrupadas em portfólios e exposições das crianças. A autoavaliação também será orientada e utilizada para compor os instrumentos. Os conselhos de classe comporão a avaliação no sentido de analisar necessidades, intervenções, avanços, e intervenções pedagógicas utilizadas.

Esses instrumentos deverão produzir informações para planejar, intervir e /ou modificar determinadas situações que serão registradas em cadernos de campo e/ou relatórios semestrais.

Bloco Inicial de Alfabetização

Farão parte dos instrumentos de avaliação do BIA os testes de psicogênese da Língua Escrita, realizado no início do ano letivo, ao início de cada bimestre ou quando surgir necessidade, tais resultados serão registrados nos cadernos individuais dos professores e os dados gerais computados e organizados em arquivo pela coordenação pedagógica. A observação diária da evolução e do progresso das crianças nos diversos contextos e momentos será observada e registrada em cadernos individuais dos professores.

Durante o bimestre algumas atividades serão selecionadas para compor o portfólio da turma, com observações realizadas pelo professor, relatando o desenvolvimento do aluno para realização das mesmas. A criança e a família estarão inseridas no processo por meio de preenchimento de fichas, dinâmicas e conversas devidamente registradas e agrupadas. A autoavaliação também será orientada e utilizada para compor os instrumentos.

Os conselhos de classe comporão a avaliação no sentido de analisar necessidades, avanços, e intervenções pedagógicas utilizadas. Provas e/ou testes serão aplicados com data previamente informada à família e aos estudantes. Os conteúdos abordados serão selecionados a partir da grade curricular do bimestre em questão e de sua relevância.

Esses instrumentos deverão produzir informações para planejar, intervir e /ou modificar determinadas situações que serão registradas em cadernos de campo e/ou relatórios bimestrais. Cabe ressaltar que esses instrumentos analisados e discutidos servirão de fonte para formação de grupos para organização dos Reagrupamentos, bem como:

Projetos Interventivos orientados pela Diretriz do Bloco Inicial de Alfabetização. As atividades trabalhadas no reagrupamento são elaboradas em conjunto por todos os envolvidos no processo. O envolvimento coletivo é fundamental como suporte técnico e pedagógico ao desenvolvimento do projeto, unindo diversos setores da escola.

A) Reagrupamento intraclasse: atividade realizada no interior da classe. Semanalmente, o professor estará desenvolvendo atividades independentes, autogeridas. As atividades são definidas pelo professor segundo os objetivos e habilidades a serem trabalhadas de forma diversificada.

B) Reagrupamento interclasse: atividades para atendimento aos alunos da mesma etapa ou entre as diferentes etapas, proporcionando o intercâmbio entre eles. Cada professor recebe em sua sala de aula, alunos de níveis afins, possibilitando fazer intervenções eficazes para atingir especificamente as fragilidades e potencialidades de cada educando.

Ensino Fundamental 4º e 5º ano

A observação diária da evolução e do progresso das crianças nos diversos contextos e momentos será observada e registrada também no 4º e 5º ano. Produções de textos serão realizadas para compor o portfólio/pasta do aluno, que servirá de diagnóstico para planejamento de estratégias e intervenções pedagógicas ao longo do ano.

Provas e/ou testes serão aplicados com data previamente informada à família e aos estudantes. Os conteúdos abordados serão selecionados a partir da grade curricular do bimestre em questão e de sua relevância. A criança e a família estarão inseridas no processo de avaliação por meio de preenchimento de fichas, dinâmicas e conversas devidamente registradas e agrupadas. A autoavaliação também será orientada e utilizada para compor os instrumentos.

Os conselhos de classe comporão a avaliação no sentido de analisar necessidades, avanços, e intervenções pedagógicas utilizadas. Esses instrumentos deverão produzir informações para planejar, intervir e/ou modificar determinadas situações que serão registradas em cadernos de campo e/ou relatórios bimestrais.

Ensino Fundamental Anos finais

A prática avaliativa no Centro de Ensino Fundamental Tamanduá é desenvolvida de acordo com as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF. Dessa forma, entendemos a avaliação de maneira formativa, e não somativa. Aos estudantes são oferecidas formas diversas de avaliação. Desde provas escritas a projetos práticos, construídos coletivamente.

Sabendo que o processo de avaliação não é e nem pode ser fixo e, assim, sempre que necessário, o corpo docente o modifica, para alinhar ao conteúdo aplicado. Costuma haver o trabalho com projetos temáticos em todos os bimestres, e cada turma desenvolve um trabalho coletivo a partir de um tema previamente acordado. E a partir daí, as avaliações se dão com base nesses temas formadores.

O Conselho de Classe é realizado de forma participativa, contando com a presença do aluno representante de turma, além dos demais atores envolvidos nesse processo (professores, coordenação, supervisão, orientação pedagógica e direção), visando consolidar a parte formativa do aluno: disciplina, pontualidade, assiduidade e participação nas atividades propostas durante o bimestre.

Após a realização de todos os Conselhos de Classe, os pais são convocados em reunião, em dias e horários pré-determinados, para terem conhecimento dos resultados obtidos pelos alunos durante o bimestre. A reunião de pais é feita em um espaço amplo em que se alojam todos os professores da série ou ano em questão, para os pais terem a oportunidade de conversar com todos os professores de seu filho (a).

O Conselho Permanente é uma intervenção pedagógica e disciplinar que tem o objetivo de buscar soluções para as dificuldades individuais e coletivas dos alunos. Este conselho conta com a participação do aluno em questão, dos pais ou responsáveis legais, dos professores, da supervisora pedagógica e da orientadora educacional. Ocorre em qualquer momento do bimestre em que a Equipe Pedagógica ou os pais e/ou responsáveis percebem a necessidade. Aos alunos que apresentarem menor rendimento nos procedimentos de avaliação será aplicada a recuperação contínua, bem como projetos interventivos ou outras intervenções, quando o corpo docente julga necessário,

O regime de dependência também é oferecido aos alunos do Bloco 2 (8º ano), quando seu aproveitamento no Bloco 1 for insatisfatório em até dois componentes curriculares, e caso tenha concluído todo o processo de avaliação da aprendizagem. Aos alunos com necessidades especiais incluídos em turmas regulares é feita a adequação curricular que se aplica às atividades cotidianas e aos instrumentos de avaliação.

Aos alunos com diagnóstico de TDAH e DPAC existe a possibilidade de realizar as avaliações na sala do SOE com adequação de temporalidade. Além disso, poderão ser utilizados outros instrumentos de avaliação, de acordo com as necessidades individuais. Essa gama de ferramentas fornecerá informações necessárias para planejar, interferir e adequar o que for necessário para sanar as dificuldades encontradas, buscando a aprendizagem de todos os sujeitos envolvidos no processo.

V - Conselho de classe

O conselho de classe é uma das mais relevantes instâncias avaliativas da escola (SEDF, 2014). Ele acontece ao final de cada bimestre, ou quando a escola e o corpo docente julgarem necessário, visando analisar aspectos relativos à

aprendizagem dos estudantes, sejam individuais ou coletivas. Bem como intervenções, avanços, reagrupamentos, dentre outros.

Este deve ser um espaço de discussão e avaliação do aproveitamento dos alunos e da turma, no Distrito Federal a Lei n.º 4751/2012, reserva ao conselho de classe o status de colegiado. O artigo 35 desta legislação diz:

Art. n.º 35: O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos conselhos de classe quantas forem às turmas existentes na escola.

§ 1º O Conselho de Classe será composto por:

I – Todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos;

II – Representante dos especialistas em educação;

III – Representante da carreira Assistência à Educação;

IV – Representantes dos pais ou responsáveis;

V – Representante dos alunos a partir do 6º ano ou primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhidos por seus pares, garantida a representatividade dos alunos de cada uma das turmas;

VI – Representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas.

§ 2º O Conselho de Classe se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação do diretor da unidade escolar ou de um terço dos membros desse colegiado.

§ 3º Cada unidade escolar elaborará as normas de funcionamento do Conselho de Classe em conformidade com as diretrizes da SEDF.

O Centro de Ensino Fundamental Tamanduá realiza o Conselho de Classe das séries iniciais e finais ao final de cada bimestre, a representatividade ocorre conforme orientação prevista na lei n.º 4751/2012 citada. Nele é discutido o rendimento de cada estudante, em cada disciplina e discutidas estratégias adotadas para sanar as dificuldades detectadas, bem como avançar nas estratégias propostas.

Papéis de Atuação

I - Serviço Especializado de Apoio a Aprendizagem - SEAA

No Centro de Ensino Fundamental Tamanduá, há o serviço ofertado por um pedagogo específico do SEAA para o ano letivo de 2024. Ele conta com a atuação da pedagoga Nathanry Lourenço Araújo. Há uma sala de atendimento própria, equipada com mobiliário, computador, impressora colorida e material pedagógico.

Atualmente o tema da inclusão está presente em todos os ambientes e no dia a dia da educação. Cada vez mais a sociedade está percebendo que as diferenças não só devem ser aceitas, mas também acolhidas como subsídio para a construção do cenário escolar. E não se trata apenas de admitir a matrícula dessas crianças, isso nada mais é do que cumprir a lei.

A atuação da SEAA é direcionada para o assessoramento à prática pedagógica e ao acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem em suas perspectivas preventiva, institucional e interventiva, sempre em articulação com a comunidade escolar e profissionais da (OE) Orientação Educacional e (AEE) Atendimento Educacional Especializado.

A (EEAA) Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem, procura articuladamente identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que visam diminuir ou eliminar as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. Além de oferecer esses serviços, atua em atendimentos complementares, como: apresentação de várias formas de ensinar e aprender, ao adotar práticas criativas e inovadoras na sala de aula, visa adaptar o projeto pedagógico e o currículo, rever posturas e construir uma nova filosofia educativa.

Aprender a conviver com as diferenças faz parte de um crescimento pessoal, um passo nas relações interpessoais. O atendimento realizado pela Equipe de Apoio (SEAA, AEE, OE) vem para atender essa demanda, nele procura-se articular para identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas pela Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Pretende transformar, melhorar e refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem, a partir de um olhar alicerçado em estudo constante, pesquisas, observações, audição sensível, dentre outros. Com vistas a composição de novas estratégias de intervenções pedagógicas que são necessárias, a superação das dificuldades encontradas no âmbito escolar.

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, no contexto de Educação para a Diversidade, constitui-se em apoio técnico-pedagógico especializado visando promover a melhoria do desempenho escolar de todos os alunos, com e sem necessidades educacionais especiais, por meio de atuação conjunta de professores com formação em pedagogia e com licenciatura em psicologia ou psicólogo, em um trabalho interdisciplinar”. (Regimento Escolar das Instituições da Rede Pública do DF).

A portaria n.º 395/2018, em seu artigo n.º 75, define: “As UEs, UEEs, UNEs que atendem, exclusivamente, à Educação Infantil e o Ensino Fundamental Anos Iniciais, a partir de 351 (trezentos e cinquenta e um) estudantes matriculados no turno diurno farão jus a um pedagogo” extinguindo assim a possibilidade da maioria das Escolas do Campo de contarem com pedagogo para o acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem. O que vai contrário aos objetivos específicos das escolas do campo, como visto acima.

II - Biblioteca Escolar

O CEF Tamanduá conta com uma sala de leitura, denominada “Sala de leitura Cora Coralina”, esta atende a todos os estudantes desde a educação infantil aos anos finais. Há um pequeno acervo de livros literários e didáticos, os quais são apresentados e emprestados a comunidade escolar, em geral.

Além disso, a sala de leitura funciona como espaço de aprendizagem para os estudantes. Há um trabalho de contação de histórias para os estudantes da educação infantil e dos anos iniciais. Para os anos finais, há rodas de conversa com o professor

responsável pelo espaço, denominada “A importância da leitura no cotidiano da vida humana”. As rodas de conversa acontecem com uma turma de cada vez, mediante marcação prévia.

Há, ainda, o desenvolvimento de um projeto coordenado pelo professor Cristino, responsável pela biblioteca, e pela professora Ana Paula, denominado “Consciência Negra e diversidade na perspectiva dos direitos humanos e combate ao racismo.

III - Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão colegiado que deve representar a comunidade escolar e local na gestão democrática da unidade escolar. Ele é composto por pais, alunos, professores, funcionários, diretores e membros da comunidade, estes são eleitos de forma transparente e participativa.

O Conselho Escolar tem funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras, que visam garantir a qualidade da educação e o cumprimento das diretrizes e metas pedagógicas da escola. Além disso, fiscaliza a aplicação dos recursos destinados à escola e acompanha o desenvolvimento do projeto político-pedagógico. Trata-se, portanto, de instrumento de fortalecimento da cidadania e da participação social na educação.

No ano de 2023, houve eleições para o conselho escolar juntamente com a escolha de diretores e vice-diretores. Desta forma, o conselho escolar do CEF Tamanduá foi renovado pelo período de 2024 a 2028. Foram eleitos para o conselho escolar os seguintes representantes:

1. Geysa Ribeiro Rabelo - Diretora da Unidade Escolar e Membro Nato
2. Deivison Bras Gomes - Presidente Eleito
3. Ana Paula Costa da Silva - Vice-presidente
4. Marcia Castelo Branco Daniel - Secretária Designada

IV - Orientação Educacional - OE

Para o ano letivo de 2024, o CEF Tamanduá conta com uma profissional atuante no serviço de orientação educacional, após longo período de ausência de atuação, com a profissional anterior afastada por motivos de saúde.

O Serviço de Orientação Educacional - SOE, está vinculado às questões pedagógicas e ao compromisso ético de contribuir na construção de uma escola democrática, reflexiva e cidadã (Balestro, 2005). Essa prática exige competências em organização para o processo educacional fluir de forma clara, transparente e comprometida, considerando a realidade escolar, a modalidade e as etapas de ensino nas quais o Orientador Educacional atua.

Tendo em vista o preconizado no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127, A atuação do Pedagogo Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada ao Projeto Político Pedagógico - PPP, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59). Da mesma forma, “o trabalho do Orientador é contínuo, dinâmico e permanente.”. (Porto, 2009:75, apud Grinspun, 1998).

As principais ações do orientador educacional são: organizar e sistematizar o trabalho a ser realizado na instituição educacional; conhecer a clientela e identificar a demanda escolar a ser acompanhada; integrar suas ações às do professor, como colaboração no processo de aprendizagem e no desenvolvimento do educando; contribuir para o desenvolvimento integral do educando, ampliando suas possibilidades de interagir no meio escolar e social, como ser autônomo, crítico e participativo; participar ativamente do processo de integração família / escola / comunidade, realizando ações que favoreçam o envolvimento dos pais no processo educativo; integrar ações do OE com os outros profissionais da instituição educacional e instituições especializadas.

V - Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos - AEE/SR

A Educação Especial é uma modalidade de Ensino ofertada nas Unidades Escolares Regulares e nas Unidades Escolares Especializadas: os Centros de Ensino Especial (CEE), o Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais (CEEDV), o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), a Escola Bilíngue Libras Português Escrito.

Essa modalidade de ensino é garantida aos estudantes com Deficiências, Transtorno do Espectro Autista – TEA, Altas Habilidades/Superdotação – AH/SD, bebês e crianças de 0 a 4 anos do Programa de Educação Precoce. Todas as escolas da Rede Pública de Ensino do DF que ofertam a Educação Básica e as Instituições Educacionais Parceiras são inclusivas, ou seja, se organizam para favorecer a cada estudante, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação, um ensino significativo, que reconhece e respeita as diferenças e responde a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Salas de Recursos Generalista (SRG): Espaço pedagógico conduzido por professor especializado, com aptidão comprovada, em que a finalidade é oferecer suporte educacional especializado aos estudantes com DI, DF, DMU e/ou TEA em Unidade Escolar de Ensino Regular nas etapas da Educação Básica e nas modalidades da EJA.

Para o ano letivo de 2024, o CEF Tamanduá não conta com nenhum profissional para a sala de recursos. Uma profissional foi lotada como itinerante na unidade escolar no ano letivo de 2023. Esta, no entanto, encontra-se afastada por motivo de saúde e não houve substituição da profissional. Portanto, apesar da existência dos estudantes que necessitam do atendimento especializado da sala de recursos, a escola não conta com o profissional, acatando prejuízo aos estudantes.

VI - Profissionais de apoio escolar: Educador social voluntário - ESV

O Programa Educador Social Voluntário - ESV tem como objetivo oferecer auxílio e melhorar o atendimento nas unidades que necessitam deste suporte, como as de educação em tempo integral, que atendem a educação infantil e o ensino fundamental e de educação especial, como funções definidas em portarias publicadas anualmente.

Os educadores sociais voluntários atuam nas unidades escolares sob orientação e supervisão das equipes gestoras, auxiliando em atividades da Educação em Tempo Integral, com os estudantes com necessidades educacionais especiais e/ou deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), no que tange ao exercício das atividades diárias, locomoção, alimentação, higienização, etc. Podem atuar ainda na integração de estudantes estrangeiros ou indígenas das unidades escolares, conforme portaria n.º 45/2024. Além disso, o voluntário pode atuar em duas unidades escolares ou em dois turnos na mesma unidade.

Seguindo a portaria supracitada, o CEF Tamanduá conta com uma educadora social voluntária, atuando nos dois turnos. A profissional atende no turno matutino uma estudante indígena com deficiência física e no turno vespertino acompanha duas estudantes com deficiências múltiplas. Auxiliando as estudantes na locomoção, alimentação, higiene e demais atividades diárias.

VII - Profissionais Readaptados

A Lei 840/2011 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais. A lei supracitada conceitua a Readaptação Funcional da seguinte forma:

Art.277: “O servidor efetivo que sofrer redução da capacidade laboral, comprovada em inspeção médica, devem ser proporcionadas atividades compatíveis com a limitação sofrida, respeitada a habilitação exigida no concurso público.”

Dessa forma, a lei define que os cargos e atribuições do servidor readaptado sejam compatíveis com sua capacidade física e/ou mental, além de serem

compatíveis com a habilitação para o concurso aprovado. A partir disso, os servidores foram divididos de maneira compatível com o motivo de suas readaptações.

Atualmente, o CEF Tamanduá conta com cinco servidores readaptados em seu quadro de funcionários. Destes, uma é a atual diretora da escola. Duas fazem trabalho de apoio a coordenação e direção, um está lotado na sala de leitura e a outra está lotada na secretaria da escola. Todos os servidores atuam conforme suas capacidades laborativas e desenvolvem trabalhos de fundamental importância para o desenvolvimento da UE e o cumprimento do PPP.

As atribuições dos servidores readaptados na unidade escolar são de apoio à escola nas demandas da gestão pedagógica, administrativa e de logística interna, em conformidade com parecer médico. Bem como orientar e realizar atendimento a estudantes na sala de leitura para empréstimo de livros literários e didáticos, além de distribuir e controlar o acervo dos livros didáticos.

I - Desenvolvimento da coordenação pedagógica

O planejamento se constitui como uma ferramenta fundamental na efetivação do trabalho, e a coordenação pedagógica é um espaço valioso para que ele se efetive. É necessário compreender a importância do planejamento como uma forma efetiva de acompanhamento e reflexão da práxis pedagógica.

Para que o trabalho pedagógico da unidade escolar funcione, é preciso potencializar e valorizar o planejamento coletivo de ações, o qual tem na coordenação pedagógica seu principal palco. Trata-se de um ambiente voltado para o diálogo, a formação continuada e o estabelecimento de acordos e parcerias entre todos os atores envolvidos no processo educacional.

É na coordenação pedagógica que os profissionais podem revisar e readequar o projeto político pedagógico, os projetos específicos da unidade escolar e o inventário do campo. Além da troca de experiências para o planejamento de suas aulas, atividades e projetos. Bem como o fortalecimento das estratégias e avaliação daquilo que é feito de maneira individual e coletiva.

Conforme os cadernos orientadores da Secretaria de Educação do Distrito Federal, o papel do coordenador pedagógico baseia-se em fortalecer as coordenações pedagógicas como espaço/tempo para planejamento coletivo das ações pedagógicas, utilizando esses momentos para otimizar as formações continuadas e fomentar a discussão dos documentos que norteiam a prática pedagógica, como a BNCC e o Currículo em Movimento, além de desenvolver o senso de coletividade na construção dos planejamentos com o apoio da orientação educacional e das salas especializadas.

II - Papel e atuação do Coordenador Pedagógico

No turno matutino os professores realizam a coordenação pedagógica da educação infantil e dos anos iniciais. Já a coordenação pedagógica dos anos finais

ocorre no turno vespertino. Quando necessário, os dois grupos se juntam para discussões pertinentes ao projeto político e pedagógico e do inventário social, além de decisões relacionadas a projetos que envolvem todas as modalidades de ensino. Esse espaço tem por objetivo promover oportunidades de reflexão sobre questões pedagógicas e estratégias a serem adotadas em sala de aula.

Conforme a portaria n.º 1273, de 23 de dezembro de 2023, no que versa sobre a coordenação pedagógica, temos o seguinte:

Art. 42. A coordenação pedagógica abrigar-se-á no PPP da UE/UEE/ENE, no que se refere às atividades individuais e coletivas, internas e externas.

Parágrafo único. As horas de trabalho destinadas às atividades de coordenação pedagógica constarão do horário do servidor, devendo ser planejadas, cumpridas e registradas na folha de frequência.

Art. 43. Para os Professores que atuam com 40 horas semanais, no turno diurno, com jornada ampliada, em regência de classe na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental [...] a coordenação pedagógica dar-se-á no turno contrário ao de regência, totalizando 15 horas semanais, devendo atender ao disposto abaixo:

I - quartas-feiras destinadas à coordenação coletiva, presencialmente, na UE/UEE/ENE;

II - terças e quintas-feiras destinadas à coordenação pedagógica individual, presencialmente, na UE/UEE/ENE ou, em 1 desses dias, à formação continuada;

III - segundas e sextas-feiras destinadas à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

Na mesma portaria, no que se refere a figura do coordenador pedagógico, o que temos é o seguinte:

Art. 60. Para o exercício das atividades de Coordenador Pedagógico Local, o servidor deve:

I - ser Professor de Educação Básica, integrante da CMPDF;

II - ser escolhido pelos servidores integrantes da CMPDF da UE/UEE/ENE;

III - conhecer e implementar o PPP da UE/UEE/ENE;

IV - ter habilitação/aptidão cadastrada na ficha funcional compatível com a etapa/modalidade da Educação Básica atendida na UE/UEE/ENE e, no caso das Escolas Parque, com a área de atuação, conforme normativo próprio.

X - no caso das UEs do Campo, ter, prioritariamente, curso na área de Educação do Campo, certificado pela Eape ou por IES, desde que tal curso esteja em conformidade com a implementação da política pública de Educação do Campo na SEEDF, estar matriculado ou,

ainda, assinar termo de compromisso de que, mediante a oferta de curso de Educação do Campo pela Eape, nele matricular-se-á.

A portaria trata ainda da quantidade de coordenadores que cada unidade escolar tem direito, fazendo jus ao CEF Tamanduá, a quantidade de dois coordenadores. Um específico para a educação infantil e os anos iniciais, e um para os anos finais. No entanto, nenhum professor se candidatou ao cargo de coordenador pedagógico da educação infantil e anos iniciais, portanto, a escola conta apenas com a profissional a cargo da coordenação dos anos finais. A falta de um profissional para realização desse trabalho é de grande prejuízo pedagógico para a unidade escolar.

III - Valorização e formação continuada dos profissionais da educação

Para constante aperfeiçoamento e construção de uma educação de qualidade, a formação continuada dos profissionais da educação é imprescindível. A coordenação pedagógica configura o espaço ideal para que essa contínua formação seja valorizada.

Os princípios epistemológicos, orientadores do currículo integrado, que sustentam as práticas educativas no CEF Tamanduá são baseados no Currículo em Movimento. O processo de ensinar-aprender, baseado no diálogo pedagógico, investigação e criatividade, propicia a construção, a consolidação e o aprofundamento gradual dos conhecimentos, viabilizando o prosseguimento dos estudos nos diferentes níveis.

A ação pedagógica deve enfatizar procedimentos capazes de favorecer a compreensão e o domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos em que se baseiam os processos produtivos da sociedade atual. A vivência do processo educativo tem como objetivo propiciar ao cidadão, condições de responder positivamente às grandes necessidades contemporâneas de aprendizagem: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a empreender.

Nossos Profissionais terão capacitação através dos programas de formação continuada da EAPE, bem como por cursos conveniados e reconhecidos pela SEEDF. Além de estudos que visem a reflexão e mudanças de posturas metodológicas sendo realizados no espaço da coordenação pedagógica visando:

- Relação teoria x prática;
- Interdisciplinaridade e contextualização;
- Flexibilização;
- Trabalho em Rede;
- Planejamento;
- Reflexão;
- Integridade/ética;
- Contextualização;
- Compartilhamento;
- Flexibilização;
- Embasamento teórico
- Intervenções

Estratégias Específicas

I - Redução do abandono, evasão e reprovação

O abandono escolar é uma realidade que atinge um número muito alto de estudantes no Distrito Federal, bem como nos demais estados brasileiros. Segundo o INEP, no ensino fundamental a taxa de abandono escolar subiu de 1 para 1,2% em 2020, enquanto os números que indicam a evasão no ensino médio saltaram de 2,1 para a 5% em 2021.

Há muitas causas que justificam essa evasão. O Ministério da Educação (MEC), traçou um perfil dos jovens com maior risco à evasão: são os de baixa renda, em sua maioria negros, forçados precocemente ao mercado de trabalho ou que engravidam já na adolescência. Fernandes aponta ainda que esses fatores “externos” à atividade propriamente escolar se articulam a um processo contínuo de desinteresse e desengajamento, levando por fim ao abandono. Esse perfil de estudantes é justamente aquele em sua maioria atendido por escolas públicas das regiões periféricas, como no CEF Tamanduá.

Outro fator que soma nesse caminho para a evasão, é o fracasso escolar. A Secretaria de Educação do Distrito Federal registrou, no ano de 2023, 11.881 estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano, apenas no ensino fundamental. Esse cenário tem consequências diretas no abandono e evasão escolar, e acaba refletindo um cenário de exclusão na própria escola pública.

Dessa forma, a SEDF entende que é preciso buscar alternativas para minimizar esse cenário. Dentro dessa perspectiva, criou-se o Programa Superação, com o intuito de corrigir essa distorção idade/ano, recompondo as aprendizagens desses estudantes e, portanto, diminuindo os índices de reprovação, abandono e evasão escolar.

O CEF Tamanduá integra o programa desde o ano de 2023, e a partir dele já teve uma melhora significativa em seus dados relativos à reprovação e distorção idade/ano.

II - Recomposição das aprendizagens

O intuito do Programa Superação é reconstruir as trajetórias escolares dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano matriculados no ensino fundamental da rede pública do Distrito Federal.

Para isso, o trabalho das unidades escolares gira em torno de acolher, implementar uma nova organização do currículo escolar, visando recompor e consolidar as aprendizagens desses estudantes que apresentam distorção idade/ano, possibilitando a progressão, o avanço e, finalmente, a correção do fluxo escolar desses estudantes.

No CEF Tamanduá os estudantes atendidos participam de grupos de trabalho específico com os professores, com a realização de reuniões com os responsáveis, acolhimento e escuta pelo SOE, objetivando entender o motivo da distorção idade/ano.

Com relação à recomposição das aprendizagens, começamos com as avaliações diagnósticas e, a partir daí, fazemos o atendimento semanal dos estudantes com cada professor, divididos por habilidades e competências que cada estudante precisa atingir. Além disso, há a produção de apostilas de apoio, a realização de reagrupamentos quinzenais, e projetos interventivos específicos.

No ano de 2023, tivemos uma taxa de sucesso do programa considerada satisfatória pelo corpo docente. Foi avaliado que o programa precisa ainda de muitas adaptações e melhorias, mas que há um bom potencial para atingirmos seu objetivo.

III - Desenvolvimento da Cultura de Paz

Tomando por base o caderno orientador: “Convivência Escolar e Cultura de Paz” o CEF Tamanduá tem buscado:

“a implementação de uma proposta pautada na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos e Cultura de Paz parte da premissa do trabalho em rede, o que pressupõe o envolvimento e a integração de toda a comunidade escolar disposta a dialogar, horizontalmente, com a rede de promoção e defesa dos direitos dos/as estudantes, em consonância com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos² (PNEDH) o qual define a

Educação em Direitos Humanos como: [...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (BRASIL, 2009, p. 25).

Dessa forma, os princípios da dignidade humana, da democracia participativa na educação e no ensino, da valorização das diversidades, da transformação social, da interdisciplinaridade e da sustentabilidade embasam a Política pública que consolida um projeto de sociedade baseado nos princípios da democracia, da cidadania e da justiça social, por meio de um instrumento de construção de uma cultura de direitos humanos que visa ao exercício da solidariedade e do respeito às diversidades, dito no Caderno Orientador - Convivência Escolar e Cultura de Paz Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2013).

Esses princípios são essenciais para a disseminação de ações que pautem os Direitos Humanos. Ademais, a Educação em Direitos Humanos deve ser permanente, continuada e global, atenta à mudança cultural, à interdisciplinaridade, com base nos eixos transversais do currículo, deve ocorrer com a colaboração de educadores/as, educandos/as e diferentes agentes da rede de proteção. Deve igualmente abarcar questões concernentes “aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa” (BRASIL, 2009).

Assim, as orientações e ações voltadas para a promoção da cidadania e garantia dos Direitos Humanos e Cultura de Paz pautam-se na compreensão das

diversas formas de violências, violações de Direitos Humanos e suas ocorrências no campo dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

O SOE – Serviço de Orientação Educacional realiza um trabalho de escuta e acolhimento, no intuito de diminuir a violência no ambiente escolar. Além disso, há uma busca de resolução de conflitos e não violência por parte de toda a comunidade escolar.

IV - Qualificação da Transição Escolar

O CEF Tamanduá tem como particularidade o oferecimento de várias modalidades de ensino. Há desde a modalidade da educação infantil até o EJA Interventivo, contando ainda com anos iniciais e anos finais. Essa particularidade nos permite que boa parte das transições escolares sejam feitas na própria escola, facilitando imensamente a adaptação dos estudantes.

Além desse trabalho feito na unidade escolar, há ainda a parceria estabelecida com a Escola Classe Córrego Barreiro, que tem o CEF Tamanduá como sua escola sequencial. Há a realização de reuniões entre as equipes pedagógicas, e os estudantes do 5º ano matriculados tanto na ECCB e no CEFTAM, participam de alguns dias de aula nas turmas do 6º ano.

Os estudantes do 9º ano têm o CEM 02 como escola sequencial, e fazem visitas à unidade escolar para conhecer e entender as dinâmicas da nova fase. Para esses estudantes, é preciso um projeto de transição ainda mais elaborado, considerando que estes vão sair de uma escola do campo para estudar em uma escola urbana. Nesse caso, tanto a mudança de modalidade quanto o não oferecimento do transporte escolar rural podem gerar abandono e evasão escolar, portanto, trabalhamos nessa perspectiva, visando a manutenção dos estudantes matriculados e frequentando as escolas urbanas de ensino médio.

Processos de Implementação do PPP

I - Gestão Pedagógica

OBJETIVOS: Trabalhar em conjunto com toda a comunidade escolar para oferecer uma educação de qualidade aos estudantes, garantindo assim o direito a aprender, tendo como base o Currículo em Movimento, a Base Nacional Curricular, as Diretrizes Pedagógicas e os Pressupostos Teóricos.

AÇÕES: Observação do calendário escolar da Rede Pública de Ensino; Organização de Calendário Pedagógico Anual Coordenações pedagógicas bem organizadas e desenvolvidas; coordenações coletivas com momentos de formação pedagógica; avaliação constante do trabalho desenvolvido; festividades pedagógicas com intuito de unir escola e comunidade; realização da formatura da Educação Infantil 2º Período/ 5º ano e 9º ano Projeto interventivo para alunos com dificuldades de aprendizagem; Organização do cronograma interno das atividades; reagrupamento entre turmas para alunos com dificuldades de aprendizagem; reuniões de pais.

META: Melhorar o ensino ofertado enquanto escola do campo, garantindo a aprendizagem dos estudantes e buscando alcançar melhores resultados nos índices apresentados tanto nas avaliações internas quanto nas avaliações em larga escala.

RESPONSÁVEIS: Todos os profissionais da unidade escolar.

PRAZO: Cada ação terá uma duração específica a ser definida e redefinida coletivamente com os profissionais da Escola

II - Gestão de resultados educacionais

OBJETIVOS: Acompanhar o desenvolvimento educacional dos estudantes.

AÇÕES: Diagnóstico inicial das turmas; Conselho de Classe; Acompanhamento de frequência; análise da evolução individual dos estudantes Autoavaliação dos profissionais; acompanhamentos das atividades realizadas diariamente; Avaliações bimestrais; utilização do livro didático; projetos interventivos; reagrupamentos; acompanhamento dos índices externos: IDEB.

META: Acompanhar o crescimento pedagógico da Instituição de Ensino.

RESPONSÁVEIS: Equipe Gestora e Coordenadores.

PRAZO: Durante todo o ano letivo

III - Gestão Participativa

OBJETIVOS: Tornar o Conselho Escolar mais atuante; possibilitar ao Conselho Escolar que delibere sobre questões administrativas, financeiras e político-pedagógicas, condizentes com as necessidades e potencialidades da escola; esclarecer aos membros do Caixa Escolar sua função e importância para transparência na aplicação do recurso público.

AÇÕES: Reuniões para estudar as atribuições do Conselho Escolar e entender como este pode auxiliar no bom andamento das ações da escola. Participação nas reuniões pedagógicas, a fim de se inteirar dos procedimentos pedagógicos. Participação nos conselhos de classe. Realizar discussões acerca da elaboração do calendário escolar. Conhecer e acompanhar a organização e as determinações do Regimento Escolar, propondo alterações quando necessário. Acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, realizando as mudanças que objetivem melhorar a qualidade do ensino ofertado. Eleger os membros do Caixa Escolar; Deliberar sobre as atribuições do Caixa escolar; gerir de forma transparente os recursos financeiros da instituição.

META: Tornar o Conselho Escolar e o Caixa Escolares verdadeiramente atuantes na Gestão Democrática desta instituição de Ensino.

RESPONSÁVEIS: Equipe Gestora, membros do Conselho Escolar e membros do Caixa Escolar.

PRAZO: Bimestrais para avaliação do Conselho Escolar e Quadrimestrais de reavaliação do Caixa Escolar.

IV - Gestão de Pessoas

OBJETIVOS: Melhorar a comunicação entre a escola e a comunidade; proporcionar aos funcionários um ambiente de trabalho agradável e realizar o acompanhamento e orientações aos servidores terceirizados.

AÇÕES: Manter as famílias informadas das ações que estão sendo desenvolvidas na escola; informar qualquer alteração no calendário escolar para as famílias; manter diálogo aberto com todos os segmentos; realizar momentos de confraternização entre os servidores; manter a circulação dos processos atuais nas suas tramitações.

META: Garantir que 100% dos pais recebam os informes internos e externos da escola; Garantir que os funcionários trabalhem com satisfação; Atingir êxito e eficácia nos serviços prestados pelos profissionais da Escola;

RESPONSÁVEIS: Equipe Gestora

PRAZO: Durante todo o ano letivo com avaliações constantes por meio de reuniões da Equipe Gestora com os servidores da instituição.

V - Gestão Financeira

OBJETIVOS: Executar os programas do Governo Federal e Distrital; Utilizar adequadamente os recursos financeiros oriundos do GDF e Governo Federal; Organizar reuniões colegiadas para discutir os desafios da UE; proporcionar aos funcionários e aos alunos um ambiente escolar agradável; adquirir bens permanentes.

AÇÕES: Montar quadros com prestações de contas dos recursos utilizados; garantir que a merenda escolar seja bem preparada e os cardápios sejam respeitados; realizar pequenos reparos na instituição de ensino, como pinturas e manutenções elétricas e hidráulicas; realizar saídas de campo com transporte pago com recursos do PDAF quando famílias não tiverem como arcar com tais custos.

META: Deixar o ambiente escolar mais aconchegante; realizar saídas com os alunos; utilizar adequadamente os recursos financeiros.

RESPONSÁVEIS: Equipe gestora, membros do Conselho Escolar e membros do Caixa Escolar.

PRAZO: Durante todo o ano letivo.

VI - Gestão Administrativa

OBJETIVOS : Organizar e Promover a eleição do Conselho Escolar; Assegurar as condições do trabalho a ser desenvolvido pelo Conselho Escolar; Garantir o bom uso dos recursos materiais que a escola possui; Manter a documentação em dias; Garantir que todos estejam bem informados das ações desenvolvidas na escola; Garantir que na escola sempre tenha um responsável por zelar pelo patrimônio público; Manter a escola como um todo organizada; Acompanhar o horário de entrada e saída dos servidores; Acompanhar entrega de documentações internas no prazo estabelecido (entregas de relatórios e fechamento de diário)

AÇÕES: Realizar reunião com toda comunidade escolar, informando da importância do Conselho Escolar para uma gestão verdadeiramente democrática. Realizar eleição de forma legítima e transparente do Conselho Escolar; tornar o Conselho Escolar ativo na tomada de qualquer decisão na escola. Cuidar para o material escolar ser utilizado sem desperdício. Manter os depósitos pedagógicos sempre organizados e manter controle de bens permanentes utilizados individualmente em sala de aula ou em outros ambientes. Manter atualizadas folhas de ponto, e escalas de vigias e outros documentos administrativos Manter os servidores a par do quantitativo de atestados médicos ou de comparecimento; permitir que os abonos tirados por professores ou outros servidores não prejudiquem atendimento aos alunos; estabelecer escalas de horários de chegada e saída de servidores para que os alunos que chegam mais cedo na escola, ou que saem mais tarde sempre estejam acompanhados por um adulto responsável; acompanhar o recebimento e conferência da merenda escolar; estabelecer horários de limpeza das dependências físicas da escola.

META: Garantir o pleno funcionamento da instituição de ensino.

RESPONSÁVEIS: Todos os profissionais da unidade educacional

PRAZO: As atividades serão desenvolvidas diariamente.

Processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação do PPP

I - Avaliação Coletiva

A avaliação do projeto político pedagógico se dará a qualquer tempo, visto que o PPP é um documento vivo, que deve acompanhar as mudanças da escola, dos estudantes e do corpo docente. Todas as coordenações coletivas são momentos oportunos para avaliação coletiva das tomadas de decisão da escola, bem como do acompanhamento, monitoramento e avaliação do projeto político e pedagógico e do inventário da escola

II - Periodicidade

A Proposta Pedagógica do CEF Tamanduá será revisada anualmente, na semana pedagógica, ao início do ano letivo, onde serão avaliadas as ações desenvolvidas no ano anterior e registradas em ata as novas ações para o ano letivo que se inicia.

III - Procedimentos/Instrumentos

A avaliação com pais e/ou responsáveis será realizada na primeira reunião anual e com alunos no decorrer do ano letivo, nas coordenações coletivas e individuais e nas reuniões de Representantes de Classe e/ou Conselho de Classe.

IV - Registros

Procedimentos e registros a serem utilizados:

- Divulgar por meio de encontros bimestrais com diversos segmentos o Proposta Pedagógica de forma participativa e avaliativa, visando aumentar o compromisso de todos com o processo ensino-aprendizagem;
- Realizar semanalmente, através da figura do coordenador e direção, atendimentos individuais e coletivos nas coordenações, a fim de buscarmos

dentro e fora da escola recursos (cursos da EAPE, palestras, oficinas e outros) que facilitem a prática pedagógica dos mesmos;

- Facilitar a troca de experiências em coordenações mensais com professores de outras escolas, buscando refletir sua prática pedagógica e buscar soluções que possibilitem sanar suas dificuldades em sala de aula;
- Avaliar o trabalho coletivo;
- Realizar reuniões com dinâmicas, palestras, atividades recreativas, com todos os segmentos, a fim de favorecer as relações interpessoais da escola;
- Promover sistematicamente encontros com o Conselho Escolar, visando torná-lo fortalecido e atuante nas decisões escolares tais como: destinação do uso das verbas (PDAF E PDDE), calendário escolar, festividades, etc. tendo autonomia para deliberar decisões de interesses de toda a comunidade escolar.
- Mobilizar a CRE-Gama, a Secretaria de Estado de Educação do DF e a Administração Regional do Gama para juntos articularmos ampliação da escola a fim de otimizar o trabalho pedagógico e administrativo;
- Desenvolver a reflexão/ação das práticas pedagógico/administrativas, tornando-a inovadora, criativa e significativa na construção do conhecimento e na formação globalizada do aluno;
- Envolver professores e demais segmentos na participação e capacitação dentro e fora da escola para o desenvolvimento dos programas propostos pela Secretaria de Educação;
- Realizar a avaliação participativa, processual, cumulativa e contínua por meio de observações, diagnósticos orais e escritos, pesquisas, relatórios, trabalhos de grupo, diários, portfólios e outros;
- Fazer a avaliação institucional mediante reuniões propostas pelo Calendário Escolar da SEE/DF, com todos os segmentos da escola.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Fernando José de e Júnior, Fernando Moraes Fonseca-PROINFO-Projetos e ambientes inovadores-Ministério da Educação- SEED- Brasília- 2000

ANTUNES, Celso. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/conteúdo.php>> acesso em:24/07/2014.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96).

BRASIL, Ministério da Educação, Resolução CNE/CEB 1, de 03 de abril de 2002, Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo.

BRASIL, Ministério da Educação, Resolução CNE/CEB 2, de 28 de abril de 2008, Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do campo.

GDF/SEEDF, PDE-DF, Plano Distrital de Educação, Lei n.º 5.499 de 14/07/2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF/ 2001.

FERREIRA, Andréa e LEAL, Telma. Avaliação na escola e ensino da Língua Portuguesa: introdução ao tema. In MARCUSCHI, Beth e SUASSUNA, Livia. Avaliação em língua portuguesa: contribuições para a prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GDF/SE/FEDF – Currículo em Movimento da Educação Básica das Escolas Públicas do DF, Pressupostos Teóricos. 2000

GDF/SEEDF, Currículo em Movimento da Educação do Distrito Federal – Educação Infantil, dezembro 2018.

GDF/SEEDF, Currículo em Movimento da Educação do Distrito Federal, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, dezembro 2018.

GDF/SEEDF, Diretrizes de avaliação educacional, 2014-2016.

GDF/SEEDF, Diretrizes pedagógicas do BIA, 2012. LEI n.º 4036, de 25 de outubro de 2007. GDF/SE/FEDF, Serviço de Orientação Educacional, Orientação Pedagógica, 2010.

GDF/SEEDF, Programa Superação, 2023.

HADJI, Charles. Avaliação. Desmitificada. Porto Alegre, Artmed, 2001.
LEI n.º 4751-2012 da gestão democrática. Disponível em: www.sinprodf.org.br.

LIMA, Erisevelton Silva. O diretor e as avaliações praticadas na escola. Tese de doutorado. UnB, Brasília-2011.

SAVIANE, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. São Paulo, 2007.

_____. Pedagogia Histórico Crítica: Primeiras Aproximações, 9ª Ed SP. Autores Associados, 2005.

SZYMANZKI, Heloísa. A Relação família/escola: desafios e perspectiva. Brasília: Liber Livro, 2007

VASCONCELOS, Celso dos S. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político ao cotidiano da sala de aula, 9ª Ed.SP: Libertad Editora, 2008.

VILLAS BOAS, Benigna M de F. Projeto de intervenção na escola: mantendo as aprendizagens em dia. Campinas: Papirus, 2010.

VILLAS BOAS, Benigna M. de F. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Campinas–SP: Papirus, 2004.

GDF/SEEDF, Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2018.

Apêndices

I - Planos de Ações 2024

Coordenação Pedagógica

Dimensões de atuação: Mapeamento institucional; Acompanhamento do Processo de Ensino e Aprendizagem; Assessoria ao Trabalho Coletivo					
Eixo: Coordenação coletiva					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Acompanhamento do trabalho docente Execução do PPP	Realizar reuniões Orientar e monitorar o preenchimento dos diários Orientar registro de avaliações e relatórios Acompanhar o planejamento de atividades individuais e coletivas Participação nas formações continuadas	Coordenação coletiva	Durante todo o ano letivo	Professores, equipe gestora e coordenadores da UE	Por meio da participação de todos.

Eixo: Observação do contexto escolar					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Espaços de Escuta Sensível “Rodas de Conversa”.	Proporcionar espaços de escuta sensível envolvendo grupos menores, contemplando os aspectos socioemocionais, gestão do tempo, e autocuidado.	Apresentação de propostas em grupos específicos, contemplando e estimulando espaços de fala e partilha.	Data inicial: a partir da 2ª semana de ambientação, perpassando sempre que há demanda.	Coordenadoras, Supervisora e Equipe Gestora, EEAA, OE	Por meio de anotações sobre especificidades de cada atendimento, reflexão e análise dos dados obtidos.
Observação dos aspectos sócio emocionais, fragilidades e potencialidade dos diversos atores que envolvem a comunidade.	Observar e registrar demandas (anseios, dificuldades e potencialidades em meio à pandemia), buscando construir intervenções	Interação nos diversos espaços possíveis: virtuais, presenciais, individuais e coletivos, (coordenações, reuniões, etc).	Reuniões coletivas propostas e agendadas pelos setores (Equipe gestora, EEAA, SOE, etc.).	Pedagoga EEAA, gestores, coordenadores, supervisor escolar e professores	Por meio de anotações sobre especificidades de cada atendimento, reflexão e análise dos dados obtidos.

Eixo: Observação do contexto escolar					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Observação das emoções apresentadas pelos professores e escuta sensível	Ouvir anseios e dificuldades ao retorno presencial em meio à pandemia, buscando acolher a partir da escuta sensível.	Interação nas coletivas na escola	Reuniões coletivas propostas pelos gestores.	Pedagoga EEAA, gestores, coordenadores e professores	Por meio da observação.
Acompanhar professores e estudantes às aulas em sala.	Conhecer a dinâmica das aulas; compreender as dificuldades de acesso e ensino mediado pelo professor; elaborar estratégias visando melhorar as dinâmicas do mesmo.	Pesquisa, na coordenação coletiva, das dificuldades apresentadas pelos professores e em entrevistas individuais.	A partir das coletivas semanais, ou em momentos propícios.	Pedagoga EEAA, gestores, coordenadores, supervisor escolar e professores	Por meio de anotações sobre especificidades de cada atendimento, reflexão e análise dos dados obtidos.

Eixo: Mapa institucional					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
<p>-Análise documental: PPP da instituição lotada, OP, Estratégia de Matrícula, Portarias, Currículo em movimento, Regimento Escolar das Instituições Escolares da Rede Pública do DF, etc.;</p> <p>- Levantamento de dados junto a secretaria: Quantitativo de alunos, levantamento de estudantes transferidos e que ainda estão nas turmas em vigência e etc.;</p>	<p>-Conhecer o contexto escolar acerca dos diversos aspectos institucionais;</p> <p>-Organizar, planejar e colaborar para promover a qualidade do trabalho desenvolvido e viabilizar a articulação entre os serviços da Equipe de Apoio;</p>	<p>Iniciar com a pesquisa e análise das características da nova forma de atuação dos professores tais como: nível de entendimento sobre as ferramentas tecnológicas utilizadas, quadro funcional, turmas, turnos, entre outros;</p> <p>- Construção do mapa institucional e do Plano de ação.</p>	Durante o ano letivo	Pedagoga EEAA	<p>Por meio do estudo com os profissionais dos três serviços acerca dos dados coletados.</p> <p>- A avaliação analisa, retoma, reorganiza os processos.</p>
Mapeamento institucional e acompanhamento do processo de ensino remoto	Levantar dados relevantes à construção de ações interventivas	Entrevista com o Professor regente. Observação para alimentação do mapeamento institucional (acesso dos alunos.	Durante o ano letivo	Pedagoga EEAA.	Por meio da observação

Formação continuada dos profissionais da educação

Eixo: Formação					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Pós-graduação: Escola de Terra	Apropriar das especificidades relacionadas aos estudantes na educação no campo e desenvolver habilidades relacionadas as necessidades específicas dos estudantes e professores do campo.	Aulas online e presenciais com professores formadores da UnB.	Período: 24//02 a 28/09/2024	Professores formadores da UnB e demais professores das escolas do campo.	Por meio da apresentação dos trabalhos solicitados.
Formação Curso oferecido pela EAPE: Jogos e brincadeiras na escola: práticas corporais na educação básica.	Desenvolver novas estratégias de ensino de forma lúdica.	Aulas online e presenciais sequenciadas com professores formadores da EAPE.	Período de 08/03 a 15/12/24	Professores formadores da EAPE	Por meio da participação e desenvolvimento das atividades propostas.

Eixo: Formação					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
<p>Palestras,</p> <p>Oficinas e reuniões com os tema:</p> <p>Acolhimento;</p> <p>Atuação das equipes de apoio a aprendizagem;</p> <p>Maria da Penha, Sexualidade, dentre outros, a partir da demanda fornecida pela escola.</p>	<p>*Acolher, reconhecer as dificuldades que se apresentam no desenvolvimento do trabalho, principalmente durante esse período de pandemia, incentivar e parabenizar os professores pela dedicação desempenhada;</p> <p>*Informar e desenvolver atividades sobre os temas Transversais que estão sendo trabalhados tanto na escola quanto em toda rede de ensino do DF;</p> <p>Atender as demandas de formação dos professores, relacionadas a diversos temas.</p>	<p>Por meio de Conversas, reuniões coletivas e oficinas Desenvolvidas na coordenação</p>	<p>Durante o ano letivo</p>	<p>Pedagoga EEAA e OE</p>	<p>Por meio da participação de todos</p>

Relação Família-Escola

Eixo: Ações voltadas à relação família-escola					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Acolhimento e orientações afins como suporte no período de aulas.	Construir e suprir as demandas por meio dos diversos canais de comunicação	Reunião de pais e responsáveis; - Disponibilidade de diversos materiais e canais de apoio; formulários - tutoriais lives - folders contatos telefônicos.	Durante o ano letivo.	Pedagoga EEAA e famílias dos estudantes	Por meio da devolutiva e participação dos envolvidos.
Atendimento individual, conversa com responsáveis para auxiliar construção do RAIE – Relatório de Avaliação e Intervenção Educacional.	Pesquisar, refletir e analisar sobre o contexto social do estudante, visando compreender o atual momento de sua vida.	Convocação dos responsáveis quando necessário. Conversa com auxílio da ficha desenvolvida para conversa inicial com a família.	Durante o ano letivo	Pedagoga EEAA	Por meio da participação dos envolvidos.

Eixo: Eventos					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação

Eventos disponibiliza dos pelos órgãos da educação ao nível regional e distrital para formação das equipas.	Participar e aplicar as diversas temáticas abordadas nos espaços das UEs, de acordo com as suas demandas.	Participação ativa das: - Lives reuniões encontros semanas pedagógicas - Vídeos, conferências, etc	Durante o ano letivo	Profissionais do SEAA Regional Gama—DF, coordenadora intermediária e diversos profissionais convidados.	Por meio da participação de todos envolvidos.
Festa junina	Construir junto a comunidade laços; promover a cultura;	Auxiliar na organização da festa e participar nas barracas.	08/07/2024	Comunidade escolar	Por meio da participação de todos envolvidos.

Eixo: Reunião com a gestão escolar					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Reunião com a Equipe Gestora quinzenalmente para feedback das ações, levantamento de demandas e planejamento de ações.	Desenvolver ações coletivas com espaços de escuta e prioridade de demandas relacionadas as necessidades da UE. Promover a comunicação de forma a anular mal entendidos.	Reuniões quando necessário	Durante o ano letivo	Toda UE	Por meio da participação de todos

Eixo: Estudos de caso					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Organizar e compartilhar informações sobre estudantes diagnosticados para definição das estratégias de matrícula do ano vigente seguinte	Preencher a ficha de estratégia de matrícula para o próximo ano vigente. Refletir, conhecer o contexto social, discutir e avaliar os estudantes diagnosticados para poder organizar as turmas inclusivas.	Organizar e registrar informações referentes às avaliações dos estudantes diagnosticados, e definir em que turma irá estudar.	3º bimestre	Profissionais das salas de recursos, equipe gestora, orientadora, coordenadores, professores, regentes, pais e responsáveis.	Por meio do estudo e leitura das avaliações realizadas durante o ano letivo e por meio do relato dos professores regentes, bem como escuta da família e de todos os agentes envolvidos.

Eixo: Conselho de classe					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação

Retroalimentação do MI e levantamento de demandas para a assessoria do trabalho coletivo	Levantar dados para assessoria ao trabalho do professor.	Cooperar com a elaboração de instrumentos para levantamento de dados. - Reuniões, por grupo de professores.	Ao término de cada bimestre	Pedagoga EEEA, equipe gestora, coordenadores e professores	Por meio da análise e reflexão frente ao trabalho desenvolvido
--	--	--	-----------------------------	--	--

Projetos e ações Institucionais

Eixo: Projetos e ações Institucionais					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Intervenções colaborativas de acordo com o PPP. Realização de projetos interventivos: *Projeto: Alfabetização e letramentos, voltado para estudantes não alfabetizados que estão matriculados a partir do 4º ano. * Projeto: Jogos e brincadeiras,	Construir tempos e espaços possíveis de aprendizagem, com base em demandas apresentadas pelos professores regentes, com vistas a desenvolver novas habilidades por meio de atividades	Seguir os trabalhos propostos nos projetos apresentado aos professores na semana da inclusão escolar; brincar dentre outros. Pesquisa e colaboração com a	Durante o ano letivo	Professores do CEF Tamanduá	Durante o andamento dos projetos.

voltado para estudantes de 1º e 2º ano que não frequentaram a Educação infantil devido a pandemia; * Projeto: Matemática e letramento, voltado para estudantes do 6º ao 9º ano que apresentam dificuldades em realizar as 4 operações.	específicas que atendam a demanda não suprimida.	equipe de forma constante.			
---	--	----------------------------	--	--	--

Projetos da Unidade escolar

Eixo: Projetos e ações institucionais					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
<p>Participação e intervenção colaborativa em projetos</p> <p>Projeto Interventivo e Reagrupamento interclasse.</p>	<p>Contribuir com a oferta de tempos e espaços possíveis de aprendizagem significativa, com vistas a desenvolver novas habilidades por meio de atividades diferenciadas das costumeiramente aplicadas.</p>	<p>Avaliação diagnóstica, atividades lúdicas para o desenvolvimento da concentração, autocuidado, memória etc., voltadas para estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem;</p> <p>Planejamento, laboração e intervenção, por meio da realização de atividades diferenciadas, em colaboração com a equipe de profissionais dentro do ambiente escolar, desenvolvidas de forma que variam de acordo com a necessidade específica dos (as) estudantes;</p>	<p>Durante o ano letivo</p>	<p>Professores do CEF Tamanduá.</p> <p>Estudantes, OE e pedagoga da EEAA.</p>	<p>Por meio da participação de todos envolvidos.</p>

Projeto: Valorização da vida.	Promover o debate e a conscientização entre os componentes da comunidade escolar, frente aos desafios relacionados a preservação da saúde mental e da vida.	Articular encontros entre família e escola com intuito de estreitar as relações e promover a reflexão acerca do papel de cada um de nós no contexto em que envolve situações adversas como: bullying, racismo, homofobia, automutilação, dentre outros.	Durante o ano letivo	Professores do CEF Tamanduá. Estudantes, OE e pedagoga da EEAA.	Por meio da participação de todos envolvidos.
Projeto: Superação.	Atenuar os índices de repetência e consequentemente abandono escolar.	Conhecer os estudantes que estão em situação de repetência; pesquisar para entender os motivos que levaram a repetência; Auxiliar os professores no decorrer do projeto.	Durante o ano letivo	Professores do CEF Tamanduá. Estudantes, OE e pedagoga da EEAA.	Por meio da participação de todos envolvidos.
Projeto Alfaletando	Garantir que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental e recompor as aprendizagens, com foco na alfabetização, de 100% das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º ano	Planejamento, laboração e intervenção, por meio da realização de atividades diferenciadas, em colaboração com a equipe de profissionais dentro do ambiente escolar, desenvolvidas de forma que variam de acordo com a necessidade específica dos (as) estudantes;	Durante o ano letivo	Professores do CEF Tamanduá. Estudantes, OE e pedagoga da EEAA.	Por meio da participação de todos envolvidos.

Projeto: A escola do campo no combate à dengue.	Conscientizar a todos da necessidade de combater o mosquito da dengue.	Visita ao posto de saúde nº do Gama DF, para estabelecer parceria com a secretaria de saúde para o combate à dengue. Participação na palestra ministrada pelo enfermeiro: Valderlei, juntamente com seu ajudante João Paulo responsável pela equipe de saúde pública. Edição da ata da palestra	De 13/04/2024 a 25/04/2024	Professores do CEF Tamanduá. Estudantes, equipe gestora, coordenadores, OE e pedagoga da EEAA.	Por meio da participação de todos os envolvidos.
Projeto Educação e Saúde. A medicalização da educação e da sociedade.	Qualificar o debate acerca da medicalização e seus malefícios a sociedade.	Acolhimento as famílias, conscientização e promoção de debates acerca dos malefícios da medicalização.	A definir, a partir do segundo semestre.	Professores do CEF Tamanduá. Estudantes, equipe gestora, coordenadores, OE e pedagoga da EEAA.	Por meio da participação de todos os envolvidos.

Projeto: Consciência negra e diversidade.	Valorizar a cultura afrodescendente e indígena, reconhecendo a presença destas de forma positiva nos diversos segmentos da sociedade, no que diz respeito à literatura, arte, culinária, religião, poesia, música e dança, relacionando – as aos direitos humanos.	Socializar e disponibilizar atividades, vídeos e textos direcionadas às diversidades étnico – raciais e direitos humanos	Durante o ano letivo	Professores do CEF Tamanduá. Estudantes, equipe gestora, coordenadores, OE e pedagoga da EEAA.	Por meio da participação de todos os envolvidos.
Projeto Olimpama	Promover ações através da participação na Olimpama vivências corporais que visam garantir o melhor desenvolvimento de suas qualidades no que se refere à diversidade cultural, esportiva, de lazer e saúde, contribuindo para formação do indivíduo como cidadão participativo e consciente.	Participação dos estudantes nos jogos organizados pela CRE Gama	Durante o período de realização dos jogos	Professores, estudantes, equipe gestora, coordenadores, CRE Gama	Participação de todos os envolvidos

Projeto Horta	Criação de uma horta escola orgânica com estudo sobre educação ambiental	Estudo, planejamento, plantio, manutenção e colheita	durante o ano letivo	Toda comunidade escolar	Participação de todos os envolvidos
Projeto HallowTam	Estudar a cultura dos países de língua inglesa	Estudo da cultura dos países de língua inglesa, entendimento da celebração, preparação da escola e dos estudantes	Mês de outubro	Toda comunidade escolar	Participação de todos os envolvidos

Eixo: Intervenções pedagógicas					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Levantamento do número de estudantes e suas especificidades dentro de cada modalidade	Acompanhar as necessidades ou facilidades de cada estudante nas classes virtuais.	Planejar estratégias junto aos professores sobre o acesso ou não dos seus estudantes na sala virtual.	Periodicamente	Pedagoga EEAA, coordenadoras pedagógicas e professores.	Por meio da análise e reflexão frente aos dados obtidos.
Produção e postagem de vídeos e tutoriais de acolhimento (contemplando aspectos socioemocionais/ orientações operacionais, de rotina).	Acolher, orientar e assessorar o trabalho coletivo (famílias, alunos e professores).	Postagens com material envolvendo linguagem acessível, clara, objetiva e acolhedora.	Durante o ano letivo	Pedagoga EEAA, Equipe Gestora	Por meio das devolutivas dos professores

PLANO DE AÇÃO DOS SERVIDORES READAPTADOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
Apoia à unidade escolar nas demandas da gestão pedagógica, administrativa e de logística interna, em conformidade com parecer médico.	— Trabalho com a sala de leitura, horta, auxílio a equipe gestora, a secretaria e ao administrativo	Toda a unidade escolar	Todos os servidores	Durante todo o ano letivo	Avaliação de todos os participantes

PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Centro de ensino Fundamental Tamanduá – Gama/DF

Coordenação Regional de Ensino: Gama–DF

Unidade escolar: Centro de Ensino Fundamental Tamanduá

Pedagogo(a) Orientador(a) Educacional: Jane de Santana Ferreira

Matrícula: 212283-9

Turno: Matutino/Vespertino

METAS

- **Metas nº 01 - Estruturar o espaço físico e organizar os instrumentos de registros;**
- **Metas nº 02 - Promover da identificação do trabalho da Orientação Educacional;**
- **Metas nº 03 - Analisar a realidade escolar e o planejamento coletivo;**
- **Metas nº 04 - Intervenção e acompanhamento junto a comunidade escolar;**
- **Metas nº 05 - Fornecer apoio pedagógico individual e coletivo, aos professores;**
- **Metas nº 06 - Desenvolver ações pedagógicas de forma coletiva e individual, tendo como público principal, os professores;**
- **Metas nº 07 - Desenvolver ações educativas Individuais e coletivas, tendo como público principal, os estudantes;**
- **Metas nº 08 - Integrar família e escola;**
- **Metas nº 09 - Desenvolver ações junto a Rede de Proteção Social e a Rede interna;**
- **Metas nº 10 - Promover ações que aumentem a autoestima do aluno e do professor;**
- **Metas nº 11 - Promover ações para a cultura de paz, reduzindo o número de casos de violência no ambiente escolar;**
- **Metas nº 12 - Promover ações de conscientização sobre a inclusão de todos os alunos, ressaltando também as diversidades;**
- **Metas nº 13 - Promover e fortalecer espaços de protagonismo dos estudantes;**
- **Metas nº 14 - Oferecer informações e debater sobre gênero e sexualidade na escola;**
- **Metas nº 15 - Construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente;**
- **Metas nº 16 – Transição de classes, 2º período/1º ano, 5º/ 6º ano, 9º/1º ano, ensino médio, a fim de prepará-los para nova realidade educacional.**

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADOS

A avaliação será feita de forma contínua, revisando os resultados e fazendo os ajustes necessários, conforme as necessidades apresentadas. Como forma avaliativa, serão utilizados instrumentos diversos, como, por exemplo, formulários próprios para o levantamento de dados e feedback da comunidade escolar

TEMÁTICAS	OBJETIVOS	AÇÕES	EIXOS TRANSVERSAIS DO CURRÍCULO	METAS E/OU ESTRATÉGIAS DO PDE, E/OU DO PPA, E/OU OBJETIVOS DO PEI E/OU DO ODS	RESPONSÁVEIS/ PARCELIARIAS	CRONOGRAMA
	Acolher os alunos proporcionando suporte emocional e prático para enfrentar desafios acadêmicos .	<ul style="list-style-type: none"> • Ambientalização dos alunos da educação infantil; • Roda de conversa para explicar a rotina e as regras da escola; • Contação de histórias . 	Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	8.23 - Garantir a educação infantil à população do campo, considerando os princípios formativos e as matrizes históricas, sociais e culturais da educação do campo. (PDE)	Orientador Educacional Professores Regentes Equipe Gestora	1º Bimestre

Acolhimento		<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Orientação Educacional aos alunos, através da visita em todas as salas de aulas, informando sobre os recursos oferecidos • Acolhimento nas situações de busca espontânea ou indicadas.. 				
	Oferecer suporte e acolhimento as famílias e procurando atender suas demandas e necessidades específicas;	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Orientação Educacional aos pais ou responsáveis durante a primeira reunião. 	Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	6.13.OE06 - Aprimorar a comunicação interna, fortalecer os canais de comunicação com a sociedade e melhorar a imagem institucional(PEI)	Orientador Educacional	1º Bimestre

		<ul style="list-style-type: none"> • Acolhimento às famílias e/ou responsáveis por solicitação própria ou por convocação 				
	<p>Fornecer o apoio e acolhimento aos professores, oferecendo apoio emocional e pratico para lidar com os desafios do ambiente educacional, através de escuta ativa;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Orientação Educacional ao corpo docente, durante reunião coletiva; • Acolhimento através de escuta ativa e rodas de conversas, dando suporte e apoio necessário; 	Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	6.13. OE02 - Valorizar e desenvolver o capital humano e promover a formação e o bem-estar no ambiente de trabalho(PEI)	Orientador Educacional	1º Bimestre

Autoestima	Promover ações que desenvolvam o autocuidado, a afetividade e o relacionamento interpessoal.	<ul style="list-style-type: none"> • Rodas de conversa com os alunos; • Palestra e oficinas aos alunos e professores. 	Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	6.13.OE02 - Valorizar e desenvolver o capital humano e promover a formação e o bem-estar no ambiente de trabalho(PEI)	Orientador Educacional Palestrantes	2º Bimestre
Cidadania	Conhecer a realidade do contexto escolar, de forma a compreender sua dimensão pedagógica, administrativa, social, cultural e política.	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento da realidade escolar; • Criação de espaços de diálogo e reflexão sobre o respeito, a diversidade e a justiça social 	Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	11.6 - Estabelecer parcerias que promovam as práticas de formação integral no mundo do trabalho e que promovam a inserção das comunidades e dos grupos historicamente excluídos, por meio da educação do campo, da socioeducação na perspectiva dos direitos humanos, da educação integral, da educação de jovens e adultos e da educação especial, assegurando a promoção da	Orientador Educacional	1º ao 4º Bimestre

				cidadania e a educação para a diversidade. (PDE)		
--	--	--	--	---	--	--

<p>Cultura de Paz/Mediação de Conflitos</p>	<p>Capacitar os alunos para serem agentes ativos na promoção da cultura de paz. Através de campanha de conscientização sobre temas relacionados a paz, como respeito mútuo, empatia, tolerância e não violência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da semana do Faça Bonito - Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, através de rodas de conversas, contação de histórias, distribuição de material informativo; Estabelecer um programa de mediação de conflitos, onde os próprios alunos possam ser treinados 	<p>Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos</p>	<p>7.7 - Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à formação dos profissionais de educação para detecção dos sinais de sua causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade. (PDE)</p>	<p>Orientador Educacional Parceiros Institucionais Palestrantes.</p>	<p>1º ao 4º Bimestre</p>
---	--	--	---	--	--	--------------------------

		<p>para resolver conflitos de forma pacífica;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prevenção e combate ao bullying, através de campanha de conscientização entre os alunos, treinamento das habilidades sociais, • Oferecer apoio e intervenção imediata em casos de bullying; • Promover palestras, com ênfase a reflexão dos alunos sobre a Semana de 				
--	--	--	--	--	--	--

		educação para vida				
--	--	-------------------------------	--	--	--	--

Competências Socioemocionais/ Saúde Mental	Promover o bem-estar emocional, a resiliência e as habilidades interpessoais dos estudantes.	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar os estudantes sobre as relações interpessoais saudáveis e respeitadas, de forma individual e ou coletiva; • Promoção de campanha sobre saúde mental e bem estar emocional; • Colaborar com professores para integrar atividades socioemocionais no currículo diversificado; 	Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	7.15 - Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. (PDE)	Orientador Educacional Parceiros Institucionais Palestrantes.	1º ao 4º Bimestre
---	---	---	---	---	--	--------------------------

<p>Desenvolvimento Humano</p> <p>Processo de Ensino-Aprendizagem</p>	<p>Integrar o conhecimento do desenvolvimento humano ao processo de ensino e aprendizagem, com intuito de criar um ambiente educacional que promovam o crescimento integral do aluno.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer atendimento individual ao aluno, com aplicações de atividades de sondagem e triagem sobre o nível de desenvolvimento acadêmico; • Oferecer suporte e acompanhamento psicopedagógico para alunos com dificuldades de aprendizagem, comportamentais e ou emocionais. • Oferecer suporte e 	<p>Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos</p>	<p>2.12 - Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, tentando para as especificidades do estudante de forma a garantir a qualidade do atendimento.(PDE)</p> <p>8.9 - Destinar área específica às práticas agroecológicas, assim como construções que permitam o cultivo e oficinas de trabalho, no terreno próprio da escola, oportunizando ação pedagógica nas escolas do campo, promovendo inclusive intercâmbio com as escolas da cidade. (PDE)</p>	<p>Orientador Educacional</p>	<p>1º ao 4º Bimestre</p>
--	---	--	---	--	-------------------------------	--------------------------

		orientação vocacional aos estudantes, que estejam em dúvidas quando aos seus interesses, valores, habilidades e competencias.				
--	--	--	--	--	--	--

Educação Ambiental	Sensibilizar e capacitar os alunos na promoção de práticas ambientais responsáveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parceria com a ONG Jaguaracambé, que dará apoio e suporte aos alunos e professores sobre o Bioma Cerrado; • Realizar de oficinas com os alunos, utilizando os recursos naturais do perímetro escolar. 	Educação para Sustentabilidade	<p>2.24 - Promover, até o final da vigência deste Plano, a implementação e o acompanhamento das diretrizes do Programa Escola Sustentável do Ministério da Educação em todas as unidades escolares do ensino fundamental da rede pública de ensino, fundamentadas nos eixos horta escolar e gastronomia, consumo consciente, prevenção e controle da dengue e bioma cerrado. (PDE)</p> <p>7.12 – Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiência. (PDE)</p>	Orientador Educacional Parceiros Institucionais (ONG)	3º Bimestre
--------------------	---	--	--------------------------------	---	---	-------------

<p>Inclusão de diversidades</p>	<p>Promover um ambiente escolar inclusivo e respeitoso, que valorize a diversidade, garantindo que todos os alunos sintam-se apoiados e seguros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer apoio individualizado aos alunos que enfrentam desafios específicos relacionados a diversidade, como alunos com necessidades especiais, estudantes LGBTQ+, ou alunos de origem étnica ou culturais diversas • Proporcionar orientações aos professores sobre a prática da empatia, do altruísmo, do 	<p>Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos</p>	<p>11.6 – Estabelecer parcerias que promovam as práticas de formação integral no mundo do trabalho e que promovam a inserção das comunidades e dos grupos historicamente excluídos, por meio da educação do campo, da socioeducação na perspectiva dos direitos humanos, da educação integral, da Orientador Educacional educação de jovens e adultos e da educação especial, assegurando a promoção da cidadania e a educação para a diversidade (PDE)</p> <p>4.18 – Apoiar ações de enfrentamento à discriminação, ao preconceito e à violência, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional dos educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude(PDE)</p>	<p>Orientador Educacional Palestrantes.</p>	<p>1º ao 4º Bimestre</p>
--	--	---	---	--	---	--------------------------

		<p>acolhimento e da sororidade no contexto da diversidade escolar;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover palestras de conscientização o, para pais e educadores sobre o tema; • Dar suporte e apoio às famílias e aos alunos. 				
--	--	---	--	--	--	--

Integração Família / Escola	Fortalecer os laços e a comunicação entre a família e a escola, promovendo uma colaboração efetiva e positiva que apoie o desenvolvimento geral do aluno,	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer suporte e orientação individualizada aos pais, para lidar com desafios da educação de seus filhos; • Orientar as famílias sobre os procedimentos e encaminhamentos necessários para o desenvolvimento e melhoria do processo educativo de seus filhos. • Promover palestra, com aconselhament 	Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	<p>4.29 – Estabelecer, por meio de parcerias, ações que promovam o apoio e o acompanhamento à família, além da continuidade do atendimento ao estudante com necessidade especial e a sua inclusão no mundo do trabalho e do esporte, possibilitando também a superação das dificuldades enfrentadas no dia a dia.(PDE)</p> <p>3.8 – Assegurar que a educação das relações étnico-raciais e a educação patrimonial sejam contempladas conforme estabelecem o art. 26-A da LDB (Leis federais nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 2008), o Parecer CNE/CP 003/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e a Lei nº 4.920, de 2012, fomentando políticas de promoção de cultura de direitos humanos no ensino médio, pautada na democratização das relações, na valorização da família e na convivência saudável</p>	Orientador Educativo Famílias	1º ao 4º Bimestre
--	---	--	--	--	--	------------------------------

		<p>o familiar sobre questões que podem impactar o desempenho acadêmico, tal como luto, divórcio, problemas financeiros.</p>		com toda a comunidade escola(PDE)		
--	--	---	--	-----------------------------------	--	--

Protagonismo Participação Estudantil	<p>/ Criar espaços para que os alunos participem ativamente do processo de tomada de decisões na escola, fortalecendo a autonomia e o protagonismo estudantil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conduzir o processo de eleição de representante de turma, junto aos alunos e professores; • Encorajar os alunos a participar da campanha eleitoral, desenvolvendo propostas que atendam as necessidades da turma, • Oferecer apoio e orientação aos alunos eleitos, de forma ajudá-los a alcançar os objetivos. 	Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	2.26 – Ampliar atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades.(PDE)	Orientador Educacional	1º Bimestre
---	--	---	---	--	-------------------------------	--------------------

Psicomotricidade / Ludicidade,	Promover o desenvolvimento integral dos alunos por meio de atividades psicomotoras e lúdicas, estimulando seu crescimento cognitivo, emocional e social, além de fomentar criatividade, expressão corporal e autonomia.	<ul style="list-style-type: none"> Organizar atividades que estimulem a interação, adaptação e cooperação entre os alunos, desenvolvendo suas habilidades sociais, tais como brincadeira de roda, contação de história e oficinas/ Acompanhar de forma individual aos alunos que apresentam dificuldades psicomotoras; Oferecer suporte aos 	Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	1.10 – Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 a 5 anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6 anos de idade no ensino fundamental.(PDE)	Orientador Educacional	1º ao 4º Bimestre
--------------------------------	---	--	--	---	------------------------	-------------------

		professores, com sugestões de atividades lúdicas e sensoriais, que possam integrar as práticas pedagógicas.				
Sexualidade	Introduzir conceitos básicos de sexualidade de forma adequada a idade, promovendo uma compreensão positiva e inclusiva desde os primeiros anos escolares,	<ul style="list-style-type: none"> Promover ações que desenvolvam o autocuidado, cuidado, afetividade e relacionamento interpessoal, tais como rodas de conversas, palestras expositivas. 	Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	OE13 - Proporcionar educação de excelência, inclusiva e pautada na Educação em Direitos Humanos para a formação cidadã e preparação para o mundo do trabalho(PEI)	Orientador Educacional	2º e 3º Bimestre

	valorizando o respeito mútuo e a autonomia.	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar a cartilha “Eu me Protejo”, para ensinar as crianças a reconhecer e se proteger de situações de abuso e agressões; • Realizar atendimento e orientação às famílias, com vistas a esclarecer e ajudar nessa fase de descobertas da sexualidade do estudante. 				
--	---	---	--	--	--	--

Transição Escolar	Facilitar a transição suave e bem sucedida entre as diferentes fases escolares, proporcionando apoio emocional, orientação académica e desenvolvimentos de habilidades de adaptação para o sucesso contínuo dos alunos.	<ul style="list-style-type: none"> Articulação de ações junto a escola sequenciada, de forma a garantir aos estudantes o conhecimento da nova realidade educacional, apresentando aos mesmos, o espaço físico e o currículo pedagógico. 	Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	8.30 - Garantir atendimento adequado e acolhedor às crianças, aos adolescentes e aos jovens que migram das escolas rurais para as escolas de área urbana.(PDE) 2.35 – Fomentar ações pedagógicas que promovam a transição entre as etapas da educação básica e as fases do ensino fundamental e que gerem debates e avaliações entre os profissionais da educação sobre a organização escolar em ciclos e a organização do trabalho pedagógico, buscando melhorar a qualidade da educação. (PDE)	Orientador Educacional	4º Bimestre
----------------------	---	--	--	---	------------------------	-------------

Plano de Ação Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem – EEAA

UE: Centro de Ensino Fundamental Tamanduá. Telefone: 61 33182364

Diretor(a): Geysa Ribeiro Rocha **Vice-diretor(a):** Araken Rodrigues de Carvalho Arianne

Quantitativo de estudantes: 334 **Nº de turmas:** 16 **Etapas/modalidades:** Educação Infantil/ Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais)

Serviços de Apoio: Sala de Recursos () **Orientação Educacional** (X) **Sala de Apoio à Aprendizagem** () **Outro:**

EEAA: Pedagoga(o) Nathanry Lourenço Araujo Psicóloga(o) _____

Eixos sugeridos:

1. Coordenação Coletiva
2. Observação do contexto escolar
3. Observação em sala de aula
4. Ações voltadas à relação família-escola
5. Formação continuada de professores
6. Reunião EEAA
7. Eventos
8. Reunião com a Gestão Escolar
9. Estudos de caso
10. Conselhos de Classe
11. Projetos e ações institucionais
12. Atendimento de acompanhamento mediado
13. Planejamento EEAA
14. Reunião com a itinerante da SAA

Eixo: Coordenação coletiva					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Acolhimento aos professores	Esclarecer dúvidas sobre as competências atribuídas aos profissionais da EEAA	Apresentação na coordenação coletiva em conjunto ao OE.	05 de março	Pedagoga EEAA e OE.	Por meio da participação de todos
Incentivo a práticas inovadoras e a ação reflexão ação.	Promover a manutenção de espaços crítico-reflexivos capazes de favorecer a ressignificação das concepções de desenvolvimento, de aprendizagem, de ensino, de avaliação, com vistas ao aprimoramento das práticas educativas.	Levantamento de temas transversais pertinentes a escola permitindo abertura de diálogos a partir de questionamentos frente a diversos temas, como: consciência negra, inclusão, sexualidade, diversidade, bullying, dengue, meio ambiente, cerrado, dentre outros.	Durante todo ano letivo	Pedagoga EEAA, gestores, coordenadora e OE.	Por meio da participação de todos

Eixo: Observação no contexto escolar					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Observação das emoções apresentadas pelos professores e escuta sensível.	Ouvir anseios e dificuldades buscando acolher a partir da escuta sensível.	Interação nas coletivas da escola	Reuniões coletivas propostas pelos gestores	Pedagoga EEAA, coordenadoras pedagógicas e OE	Por meio da observação

<p>Acompanhamento de professores e estudantes na transição e adaptação no retorno às aulas.</p>	<p>Conhecer e entender a dinâmica das aulas, seja na Educação Infantil, nas séries iniciais, ou anos finais;</p> <p>Compreender as dificuldades apresentadas acerca da pluralidade cultural, frente a: turmas superlotadas, muitas vezes sem acompanhamento familiar, com estudantes fora da faixa etária e do nível de aprendizagem esperado;</p> <p>Construir, elaborar e sugerir novas estratégias de atuação.</p>	<p>Observação dentro dos ambientes escolares.</p> <p>Pesquisa e estudos frente a dificuldades apresentadas pelos professores. Entrevistas individuais sempre que houver abertura para tal procedimento.</p> <p>Apresentar aos professores sugestões de novas estratégias de atuação.</p>	<p>No primeiro bimestre.</p>	<p>Pedagoga EEAA, coordenadoras pedagógicas e professores</p>	<p>Por meio de anotações sobre especificidades de cada atendimento, reflexão e análise dos dados obtidos</p>
--	--	---	-------------------------------------	--	---

<p>Observação dos aspectos socioemocionais, fragilidades, das potencialidades afins dos diversos atores que envolvem a comunidade escolar.</p>	<p>Observar e registrar demandas (anseios, dificuldades e potencialidades em meio a diversidade), buscando construir intervenções.</p>	<p>Promoção de espaços e momentos que possam proporcionar a interação e reflexão nos diversos espaços possíveis: individuais e coletivos. (coordenações, reuniões etc.).</p>	<p>Reuniões Coletivas e individuais, propostas e agendadas pelos setores (Equipe gestora, EEAA, OE etc.).</p>	<p>Pedagoga EEAA, gestores, coordenadores, supervisor escolar e professores</p>	<p>Por meio de observação e registros sobre especificidades de cada atendimento, além da análise e reflexão sobre os dados obtidos.</p>
<p>Identificar características particulares que interferem diretamente no desempenho da UE.</p>	<p>Levantar dados relevantes à construção de ações interventivas</p>	<p>Elaboração e construção do Mapeamento Institucional e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem.</p>	<p>Durante o ano letivo</p>	<p>Pedagoga da EEAA</p>	<p>Por meio da observação e participação de todos os profissionais da escola.</p>

Eixo: Observação em sala de aula					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem. Mapeamento institucional	Observar o contexto da sala de aula; conhecer a metodologia de trabalho do professor; identificar os processos avaliativos utilizados com a turma; conhecer os motivos dos encaminhamentos; conhecer o(a) estudante; observar seu comportamento e refletir sobre a postura do professor frente ao estudante.	Entrevistar o(a) professor(a) regente. Combinar com os professores a intervenção; interagir com estudantes; registrar as observações.	No decorrer do ano letivo quando houver necessidade. A partir das demandas de encaminhamento de avaliação de estudantes, ou em momentos propícios	Pedagoga EEAA	Por meio da observação e reflexão a respeito das tarefas propostas pelo(a) professor(a);

Eixo: Ações voltadas à relação família-escola					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
<p>Acolhimento e orientações afins como suporte no período de aulas.</p> <p>Reunião de pais e responsáveis;</p> <p>Escuta sensível e encaminhamentos caso seja necessário.</p>	<p>Construir um canal de comunicação acessível com as famílias dos estudantes;</p> <p>Entrevistar responsáveis acerca do contexto em que está inserido o estudante quando este se encontra fora do ambiente escolar.</p>	<p>Convocação do responsável via bilhete, caso não atenda via telefone; Encontro pessoal antecipadamente marcado na Sala de apoio com presença de outros profissionais: coordenador, orientadora, professor ou não.</p>	<p>Durante o ano letivo ou de acordo com a demanda</p>	<p>Pedagoga EEAA, gestores, coordenadores, supervisor escolar e professores</p>	<p>Avaliação feita por meio da participação dos responsáveis.</p>

Eixo: Formação continuada de professores

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Analisar, pesquisar e estudar documentações que são referências do trabalho desenvolvido pela EEAA.	Contribuir com conhecimentos especializados acerca dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem.	Leitura dos documentos: PPP da instituição lotada, OP SEAA, Estratégia de Matrícula, Inventário, Portarias, Currículo em movimento, Regimento Escolar, dentre outros.	Durante o ano letivo	Pedagoga da EEAA e OE	Por meio da participação dos envolvidos

Eixo: Reunião EEAA

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Espaço de formação/ informes gerais e troca de experiências com a coordenação intermediária e GSEAA	Construir coletivamente espaços de formação para o efetivo atendimento na UE	Participação ativa nas reuniões coletivas (sexta-feira) e extraordinariamente em caráter geral e setorizado com aplicabilidade na rotina da U.	Durante o ano letivo.	Profissionais do SEAA Regional Gama-DF, Coordenadora intermediária e diversos profissionais convidados.	Por meio da participação de todos envolvidos.

Organização setorizada para atendimento das demandas.	Disponibilizar material de apoio de forma mais pontual para atendimento das diversas demandas e realidades.	Organização de grupos por subeixos para elaboração de ações e intervenções práticas a serem compartilhadas entre as equipes.	Durante o ano letivo.	Profissionais do SEAA Regional Gama-DF.	Por meio da participação de todos envolvidos
Planejamento interno com base nas demandas levantadas pelo Mapeamento Institucional	Atender de forma mais pontual e organizada por meio de ações interventivas, em caráter articulado (SOE) e exclusivo.	Organização interna, pesquisa documental e planejamento das atividades e agendamento semanal de acordo com as demandas e realidades.	Durante o ano letivo.	Pedagoga EEAA.	Por meio da observação e reflexão sobre a atuação desenvolvida.

Eixo: Eventos					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Participação em eventos disponibilizados pelos órgãos da educação dentre outros, em nível regional e distrital para formação das EEAA.	Participar e aplicar as diversas temáticas abordadas nos espaços das UEs, de acordo com as suas demandas.	Participação ativa nas: reuniões, encontros semanais, coordenações pedagógicas, conferências, fóruns etc.	Durante o ano letivo	Profissionais do SEAA, regional Gama-DF. Coordenadora intermediária e diversos profissionais convidados.	Por meio da participação de todos envolvidos.
Participação em eventos escolares como: Festa junina, passeios, ações voltadas a prevenção a doenças (vacinação), ações voltadas para o combate ao racismo, , dentre outros.	Fornecer subsídios para que as ações escolares ocorram tanto em uma dimensão coletiva quanto individual, valorizando os saberes dos professores, suas práticas, suas identidades profissionais, suas experiências de vida; estimulando a inovação dos modos de trabalho pedagógico	Participação, em conjunto com os demais profissionais da instituição educacional, tanto no planejamento quanto na realização e na avaliação do trabalho desenvolvido.	Durante o ano letivo	Comunidade escolar	Por meio da participação de todos os envolvidos.

Eixo: Reunião com a Gestão Escolar

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Reunião com a Equipe Gestora sempre que necessário para feedback das ações desenvolvidas, levantamento de demandas e planejamento de ações.	Desenvolver ações coletivas com espaços de escuta e prioridade de demandas. Colaborar e compartilhar com ideias, novos projetos e estratégias de forma a alinhar os pensamentos sobre o fazer pedagógico.	Análise sobre potencialidades e fragilidades; Construção do Mapeamento Institucional; Compartilhar resultados de investigação; Encontros pré-agendados ou reuniões quando necessário.	Durante o ano letivo.	Pedagoga EEAA, Equipe gestora, Coordenadora e OE.	Por meio da participação de todos.

Eixo: Estudos de caso

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Organizar e compartilhar informações sobre estudantes diagnosticados para definição das estratégias de matrícula do ano seguinte.	Contribuir no preenchimento da ficha de estratégia de matrícula para o próximo ano vigente. Refletir, conhecer o contexto social, discutir e avaliar os estudantes diagnosticados para poder organizar as turmas inclusivas.	Avaliação dos estudantes diagnosticados; Preenchimento da ficha de estratégia de matrícula com vistas para o próximo ano; Organização e registro de informações referentes às avaliações dos estudantes diagnosticados, e definir em que turma irá estudar no próximo ano letivo.	Durante o ano letivo.	Pedagoga EEAA, Profissionais da equipe gestora, OE, coordenadores, professores regentes, pais e responsáveis.	Por meio do estudo e leitura das avaliações realizadas durante o ano letivo e por meio do relato dos professores regentes, bem como escuta da família e de todos os agentes envolvidos.

<p>Organização de tempos e espaços com vistas a reflexão acerca do desenvolvimento do estudante e análise das opções de intervenções frente as necessidades dos estudantes que apresentam laudo ou não.</p>	<p>Articular ações com os profissionais do serviço de Orientação Educacional e das salas de recursos, quando se tratar dos estudantes com necessidades educacionais especiais ou não.</p>	<p>Programação junto a equipe gestora do calendário, com as datas, horários e momentos disponíveis para marcação de encontros que envolvem todos os que são diretamente responsáveis pela avaliação do desenvolvimento dos estudantes em questão.</p>	<p>Durante o ano letivo</p>	<p>Pedagoga EEAA, Profissionais da equipe gestora, OE, coordenadores, professores regentes, pais e responsáveis.</p>	<p>Por meio da participação de todos os envolvidos.</p>
--	--	--	------------------------------------	---	--

Eixo: Conselhos de Classe

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Retroalimentação do MI (Mapeamento Institucional) e levantamento de demandas para a assessoria do trabalho coletivo.	Levantar dados para assessoria ao trabalho do professor; Cooperar com a elaboração de instrumentos para levantamento de dados. Investigar, evidenciar e analisar convergências, incoerências, conflitos ou avanços a partir da análise documental e da observação das práticas escolares.	Participação nas reuniões bimestrais, separados por etapas e modalidade de ensino.	Ao término de cada bimestre.	Pedagoga EEAA, equipe gestora, coordenadores e professores.	Por meio da análise e reflexão frente ao Trabalho desenvolvido durante o bimestre.

Eixo: Atendimento de acompanhamento mediado

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
<p>Acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem;</p> <p>Incentivo a reflexão junto aos atores da instituição de como esses planejam ações e estratégias de ensino, executam e avaliam seu trabalho.</p>	<p>Possibilitar espaços de escuta sensível com o estudante e conhecer as percepções e expectativas existentes a respeito da vida escolar,</p> <p>Acompanhar o crescimento e desenvolvimento dos (as) estudantes;</p> <p>Contribuir de forma efetiva, com o desenvolvimento integral dos (das) estudantes.</p>	<p>Organização de tempos e espaços que propicie o diálogo com o estudante com vistas a possibilitar espaços de escuta sensível;</p> <p>Promoção de novas perspectivas frente ao crescimento pessoal com vistas a efetivação de ações interventivas diferenciadas das costumeiramente aplicadas, por meio do acompanhamento junto aos estudantes com intuito de incentivar mudanças de paradigmas.</p>	<p>Durante o ano letivo.</p>	<p>Pedagoga EEAA, coordenadoras pedagógicas e professores.</p>	<p>Por meio da análise e reflexão frente aos dados obtidos.</p>

Avaliação diagnóstica e atendimento individual dos estudantes encaminhados, ou com laudo médico; Apresentar procedimentos e as conclusões gerados pelo processo de avaliação, relatando sobre intervenções, encaminhamentos, orientações e sugestões.	Intervir no contexto escolar de forma a favorecer o desenvolvimento de ações com vistas ao pleno desenvolvimento do estudante, a partir das demandas originadas pelos atores da instituição educacional que se relacionam a situações de queixa escolar.	Receber as demandas escolares relacionadas as dificuldades de aprendizagem; Intervenção nas situações de queixa escolar, por meio de ações descritas no PAIQUE, dentre as quais frequentemente é necessário que sejam realizadas avaliação diagnóstica, intervenções junto aos estudantes que apresentam histórico de multirepetência, defasagem idade/série, fragmentação do processo de alfabetização, suspeita de necessidades educacionais especiais, dentre outros.	Durante o ano letivo.	Pedagoga EEAA.	Por meio de atividades diversas realizadas de acordo com as especificidades de cada estudante .
--	---	---	------------------------------	-----------------------	--

Eixo: Planejamento EEAA					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação

Análise e planejamento das ações realizadas com foco nas várias dimensões que envolvem a UE, sejam elas pedagógicas, administrativas, sociais ou culturais, por meio da construção do Mapeamento institucional e do Plano de ação.	Compreender o contexto escolar, valorizando as características particulares que interferem diretamente na mesma.	Mapear a instituição educacional de forma a integrar-se a uma perspectiva de atuação preventiva e institucional; Construção do plano de ação, documento que dentre outros identifica e organiza as ações dentro do serviço ofertado pela equipe.	Durante o ano letivo	Pedagoga do SEAA	Por meio da construção de uma auto-avaliação reflexiva e dentro da avaliação institucional.
---	---	---	-----------------------------	-------------------------	--

Eixo: Reunião com a itinerante da SAA

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Comunicação entre Sala de Apoio a Aprendizagem, família e escola por meio de encontros presenciais e ou via internet.	Promover, incentivar e facilitar a participação dos estudantes com TFDE no atendimento oferecido pelas Salas de apoio a aprendizagem.	Organização, edição e envio das documentações necessárias ao ingresso do estudante com TFED na Sala de Apoio a Aprendizagem.	Durante o ano letivo	Pedagoga EEAA, pedagoga itinerante e responsáveis	Por meio da participação de todos.

PLANO DE AÇÃO ANUAL DA SALA DE LEITURA

Centro de ensino Fundamental Tamanduá – Gama/DF

SALA DE LEITURA: USOS E SENTIDOS

EIXO NORTEADOR:

Diversidade, Cidadania, Direitos Humanos e Escola do Campo

Coordenação Regional de Ensino: Gama – DF

Unidade escolar: Centro de Ensino Fundamental Tamanduá

Professor: Cristino Cesário Rocha

Matrícula: 39298-7

Turno: Matutino/Vespertino

Grupo prioritário a ser atendido: EJA Interventiva, Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

METAS
<ul style="list-style-type: none"> • Meta nº 01 – Despertar a consciência crítica e interpretativa; • Meta nº 02 – Promover Roda de Conversa com estudantes e professores/as sobre assuntos da sociedade brasileira contemporânea; • Meta nº 02 – Ampliar a visão de mundo a partir da escolha espontânea de livros e orientada por professores/as; • Meta nº 03 – Estabelecer interação/comunicação entre leitor/a, texto, autor/a e contexto social; • Meta nº 04 – Acolher a comunidade escolar que faz uso do espaço (Sala de Leitura); • Meta nº 05 – Desenvolver atividades programadas com a “comunidade escolar”, de acordo com o conceito proposto na Lei de Gestão Democrática N. 4.751, de 07 de fevereiro de 2012, Art. 3º, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII. • Meta nº 06 – Estabelecer a consciência da Sala de Leitura como espaço de acolhimento, escuta e de fala; • Meta nº 07 – Promover a práxis libertadora através da leitura, escrita e interpretação. • Meta nº 08 – Potencializar o respeito às diferenças.
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADOS
<ul style="list-style-type: none"> ■ A avaliação ocorrerá no sentido de promover a qualidade social, política, cultural e científica dos sujeitos envolvidos nas ações. Avalia-se, portanto, a qualidade do espaço (nível macro-estrutural), as interações e ações com o objetivo de promover a vida digna e a humanidade, em devir.

TEMÁTICAS	OBJETIVOS	AÇÕES	EIXOS TRANSVERSAIS DO CURRÍCULO	METAS E/OU ESTRATÉGIAS DO PDE, E/OU DO PPA, E/OU OBJETIVOS DO PEI E/OU DO ODS	RESPONSÁVEIS/ PARCERIAS	CRONOGRAMA
Leitura como praxis transformadora em sociedades concretas. Usos e sentidos da Sala de Leitura: ler e interpretar para transformar	<p>Acolher estudantes, professores/as e demais segmentos da comunidade escolar.</p> <p>Constituição de sujeitos humanos, críticos, propositivos e transformadores/as.</p> <p>Promover o respeito interracial e humano.</p> <p>Desvendar os olhos diante da realidade que ofusca a dignidade humana – ler e reler para transformar.</p>	<p>Roda de Conversa com estudantes e professores/as sobre assuntos da contemporaneidade brasileira;</p> <ul style="list-style-type: none"> Projeto transversal/interdisciplinar na perspectiva dos direitos humanos, etnia/raça, sexo e cidadania. 	Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos	<p>8.23 - Garantir a educação infantil à população do campo, considerando os princípios formativos e as matrizes históricas, sociais e culturais da educação do campo. (PDE)</p> <p>Garantir educação de qualidade social, política, cultural e científica às camadas populares da Escola do e no Campo como direito social humano em nível institucional (Cristino C. Rocha).</p>	<p>Professor readaptado</p> <p>Professores/as da escola</p> <p>Equipe Gestora</p> <p>Orientação Educacional da escola</p> <p>Coordenação Pedagógica da escola</p> <p>Equipe Especializada de Apoio à Educação da escola.</p> <p>Cordenadoria Regional de Ensino do Gama/DF.</p>	1º Anual

Plano de Ação Projeto Superação

Eixo: Projeto Superação					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
execução do projeto Superação	Construir coletivamente espaços de formação para o efetivo atendimento na UE	Reuniões com a equipe gestora, coordenação, professores e estudantes do projeto	Durante o ano letivo.	Equipe gestora, coordenação pedagógica, SEAA, OE, professores e estudantes	Por meio da participação de todos envolvidos.
Organização setorizada para atendimento das demandas.	Formação dos estudantes atendidos pelo projeto	Aulas expositivas, trabalhos em grupo, seminários, trabalhos escritos, reagrupamentos, projetos interventivos	Durante o ano letivo.	Toda comunidade escolar	Trabalhos, avaliações orais e escritas

Plano de Ação Projeto Alfailetrando

Eixo: Projeto Alfailetrando					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Execução do projeto Alfailetrando	Construir coletivamente espaços de formação para o efetivo atendimento na UE	Participação no curso Alfailetrando ofertado pela CRE Gama	Durante o ano letivo.	Equipe gestora, coordenação pedagógica, SEAA, OE, professores e estudantes	Por meio da participação de todos envolvidos.
Organização setorizada para atendimento das demandas.	Formação dos estudantes atendidos pelo projeto	Acompanhamento Pedagógico dos professores das turmas participantes do programa. Orientação dos professores para uso do material oferecido pelo programa.	Durante o ano letivo.	Toda comunidade escolar	Por meio da participação de todos envolvidos.

Projetos específicos da unidade educacional

Projeto

NVENTÁRIO SCOLAR

Público Alvo:

Educação Infantil - 02 turmas
Anos Iniciais - 08 turmas
Anos Finais - 08 turmas
EJA (Interventivo) - 01 turma

Responsáveis

Gestoras Escolares	Geysa Rocha (diretora) e Araken Rodrigues (vice-diretora)
Supervisora Pedagógica	Karla Costa
Coordenadores Pedagógicos	Fernanda (Anos Finais)
Coordenadora do Projeto	Elizabeth Tavares (Professora Readaptada)
Professores	Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e EJA (Interventivo)
Demais profissionais	Carreira Assistência e Professores Readaptados

Memória

Em consonância com as Diretrizes Pedagógicas para Educação Básica do Campo e segundo a Portaria 419/2018 — SEEDF o Centro de Ensino Fundamental Tamanduá do Gama (CEFTAM) trabalhará permanentemente com a construção e reformulação anual do Inventário: Histórico, Social, Cultural e Ambiental da comunidade escolar situada na Ponte Alta do Gama-DF, que “constitui-se em instrumento investigativo coletivo, dialógico e dialético cujo objetivo é reconhecer os elementos educativos presentes no território camponês que servirão de subsídio na construção do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, cuja essência como elemento técnico, visa garantir a política educacional voltada para as Escolas do Campo, legitimando-as”. (SEEDF, 2018)

No CEFTAM o processo de construção do Inventário Escolar iniciou-se em 2017 com as primeiras discussões acerca do tema para elaboração do documento solicitado pela Secretaria de Educação. No ano seguinte a escola elaborou um projeto específico para iniciar as pesquisas junto a comunidade da Ponte Alta e esse processo durou cerca de dois anos. Os segmentos representativos de pais, estudantes e professores realizaram visitas aos territórios, rodas de conversas, coordenações coletivas e entrevistas, a fim de evidenciar os princípios da Educação do Campo, presentes na comunidade, principalmente os ligados às matrizes formativas do campo: Terra, Trabalho, História, Cultura, Luta Social, Vivência de Opressão, Conhecimento Popular e Organização Coletiva. (SEEDF, 2018). O engajamento do trabalho coletivo resultou

numa construção histórica, social, cultural e ambiental, não só da instituição de ensino, mas principalmente da comunidade escolar da Ponte Alta do Gama. As pesquisas foram paralisadas em virtude da pandemia de Covid19. Após o período pandêmico os resultados das pesquisas foram analisados, compilados e sistematizados no Inventário: Histórico, Social, Cultural e Ambiental, e sua primeira versão foi entregue a Secretaria de Educação no ano de 2022.

De acordo com SEEDF (2019) por representarem um recorte de contextos sociais complexos e em constante evolução, o PPP (Projeto Político-Pedagógico) e o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das escolas rurais devem ser documentos dinâmicos e vivos, requerendo uma atualização anual. E segundo CALDART (2016) após a conclusão do primeiro inventário, recomenda-se que a escola incorpore no seu calendário anual a atividade de atualização do inventário. Tal procedimento não requer a reexecução de todos os levantamentos, mas sim a identificação de alterações e novos elementos que demandem revisão ou inclusão. Baseado nestas orientações, o projeto de atualização do Inventário Escolar fará parte da programação permanente da escola, elaborado anualmente na Semana Pedagógica e realizado durante o ano letivo corrente.

Matrizes Formativas da Educação do Campo

Trabalho — Terra — História — Cultura — Luta Social

Vivência de Opressão — Conhecimento Popular — Organização Coletiva

Objetivos

Geral: Promover uma reflexão abrangente, incluindo todos os membros da comunidade escolar (pais, mães, responsáveis, estudantes, profissionais da educação e Conselho Escolar), sobre vários aspectos ligados à vida escolar, considerando o contexto geográfico e as condições sociais, históricas e culturais da Ponte Alta que moldam o perfil da comunidade escolar do CEFTAM.

- Identificar possibilidades de relação da escola com o trabalho socialmente produtivo, para discussão com a comunidade e possível inclusão no planejamento pedagógico;
- Levantar informações para estudos sobre agroecologia e agricultura na relação com o trabalho, considerando a possibilidade real de ligação das escolas do campo com atividades de produção agrícola de base agroecológica, e a necessidade de refletir sobre a realidade da agricultura hoje e suas mudanças no tempo e no espaço;
- Verificar porções da realidade inventariada que possam ser ligadas ao estudo dos conteúdos de ensino das diferentes áreas;
- Identificar conteúdos a serem incluídos no plano de estudos em vista da compreensão de questões relevantes da realidade atual;

- Levantar possibilidades de pesquisas ou visitas de campo com os estudantes para aprofundar o estudo científico de determinadas questões da realidade na relação com os conteúdos de ensino.

Metas

- Organizar equipes para atualizar o inventário.
- Utilizar observação, diálogo cotidiano e pesquisa para coletar informações.
- Priorizar o uso pedagógico dos dados levantados no Inventário Escolar.
- Compreender o inventário como um processo dinâmico em constante movimento.
- Contribuir para a formação multidimensional dos estudantes e a construção de relações equilibradas entre ser humano e natureza.
- Visitar às famílias, os grupos coletivos e os locais de produção para busca das informações.

Ações

Utilizar as técnicas de visitas de estudo, organização de registros, leitura de documentos, extração de dados, atividades de entrevistas, rodas de diálogo e dias de campo para realizar as seguintes ações:

- Estabelecimento de um cronograma para revisar o inventário anualmente.
- Verificação se os dados (demográficos, número de alunos, professores e funcionários), estão atualizados ou precisam ser incluso novas informações relevantes.
- Realização de reuniões com a comunidade escolar, incluindo pais, alunos, professores e funcionários.
- Ouvir as percepções da comunidade escolar sobre a escola, o entorno e as mudanças ocorridas, os principais desafios enfrentados pela escola e suas potencialidades.
- Identificação de mudanças físicas, como construções, reformas ou alterações no ambiente e na comunidade.
- Entrevistas com membros da comunidade para obter informações detalhadas.
- Censo elaborado pelos alunos: questionários para coletar dados específicos sobre a realidade escolar.
- Descrição de eventos, atividades, festas, palestras e projetos realizados na escola.
- Inclusão de novos aspectos relevantes, como iniciativas de sustentabilidade, parcerias com a comunidade local ou mudanças na legislação educacional.
- Tirar fotos da escola, das salas de aula, do pátio e do entorno para documentar visualmente as mudanças ao longo do tempo.
- Elaboração de mapas e plantas baixas da escola e de locais da comunidade.
- Enumeração de materiais, livros, equipamentos e recursos disponíveis na escola.

Avaliação

A avaliação, em quaisquer níveis ou modalidade de ensino, será utilizada de maneira que promova a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a sustentabilidade:

1. Com foco na valorização dos relatos de experiências e envolvimento dos estudantes nas atividades propostas, participação nas discussões sobre o tema e qualidade das produções artísticas.

Cronograma

O projeto será elaborado durante a semana pedagógica do início do ano letivo e será executado durante o ano letivo de 2024.

Parcerias

Comunidade Escolar do CEF Tamanduá



Público Alvo:

Educação Infantil - 02 turmas
Anos Iniciais - 08 turmas
Anos Finais - 08 turmas
EJA (Interventivo) - 01 turma

Responsáveis

Gestoras Escolares	Geysa Rocha (diretora) e Araken Rodrigues (vice-diretora)
Supervisora Pedagógica	Karla Costa
Coordenadores Pedagógicos	Fernanda (Anos Finais)
Coordenador do Projeto	
Professores Regentes	Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e EJA (Interventivo)

Memória

No ano de 2019, em parceria com a Emater, foi implementado o projeto de horta escolar no CEFTAM para o cultivo de folhosas (alface, couve, cebolinha e coentro). Foi um projeto realizado em todas as etapas do Ensino Fundamental, onde duas turmas, uma do matutino (anos finais) e uma do vespertino (anos iniciais) eram responsáveis por cultivar um canteiro. Os estudantes realizaram todo o processo da cadeia produtiva, desde a montagem do canteiro a colheita. A Emater colaborou com as orientações técnicas aos professores, de qual procedimentos deviam desenvolver com os estudantes, em cada etapa do cultivo. Para alguns estudantes foi a primeira experiência com a agricultura, para outros que vivem essa realidade em casa, foi momento de compartilhar os seus conhecimentos com o cultivo da terra. O processo de colheita foi realizado e a produção foi destinada à merenda escolar.

Em 2020 a escola paralisou os projetos com relação ao cultivo da terra, devido às restrições de combate a pandemia de Covid19. O que inviabilizou o prosseguimento do cultivo da horta, em virtude da suspensão das aulas presenciais no ano de 2020. Já no ano de 2022, após período pandêmico, a escola retomou suas atividades de cultivo da terra, reativando os canteiros existentes e construindo mais alguns. O projeto prosseguiu também em 2023 com o mesmo formato anterior de distribuição das atividades, onde todas as turmas têm a oportunidade de escolher o que produzir nos seus canteiros.

Matrizes Formativas da Educação do Campo

Objetivos

Geral: Promover a construção de uma escola do campo vinculada à identidade, à realidade e à emancipação dos sujeitos do campo.

- Trabalhar conceitos relacionados ao meio ambiente, incentivando a consciência ambiental dos estudantes.
- Utilizar o espaço da horta para ministrar aulas multidisciplinares em ciências, geografia, matemática, arte e outras matérias pertinentes.
- Estimular a adoção de bons hábitos alimentares por meio do cultivo e consumo de alimentos orgânicos
- Valorizar o trabalho colaborativo como princípio educativo entre os estudantes na manutenção da horta.
- Destacar a importância do cultivo de hortas tanto para alimentação e saúde valorizando o cultivo por pequenos produtores rurais.
- Compreender as condições de trabalho, os aspectos econômicos e sociais do meio rural mediante visita às propriedades rurais dos estudantes.

Metas

- Plantio na horta de ervas, frutas e outros vegetais que possam ser utilizados na merenda escolar ou doados à comunidade local.
- Desenvolver um espaço de aprendizado prático sobre o ciclo de vida das plantas, a importância da água, do solo e da biodiversidade, aonde os estudantes possam aprender sobre compostagem, polinização e conservação dos recursos naturais.
- Utilização da horta como recurso pedagógico interdisciplinar.
- Utilização da horta como ponto de encontro local para a comunidade escolar, fortalecendo os laços entre estudantes, pais e docentes
- Visita às propriedades rurais para observar de perto as atividades agrícolas, o manejo dos animais e as técnicas de produção da comunidade.
- Visita à Vitrine de Exposição da Embrapa Hortaliças.

Ações

- Limpeza dos canteiros, preparação do solo com adubação orgânica, plantio, cuidados e rega diária dos canteiros.
- Produção de calendários: entender a sazonalidade dos alimentos com calendário de plantação, sementeiras e colheitas apropriado a cada cultivo.
- Produção de composteiras: processo de compostagem através da degradação de resíduos orgânicos produzidos na escola em fertilização natural.
- Plantio de ervas aromáticas e temperos: para cultivo e uso na merenda escolar e como meio de controle de pragas.

- **Oficinas culinárias com alimentos da horta:** utilização os alimentos colhidos na horta para realizar oficinas culinárias com receitas saudáveis e práticas, valorizando os produtos cultivados por eles mesmo.
- **Produção audiovisual:** elaboração de reportagens, manuais, posts para redes sociais com ênfase na temática da sustentabilidade.
- **Solicitar autorização do transporte escolar rural** a Secretaria de Educação para as visitas às propriedades rurais.
- **Interação com produtores:** O contato direto com os produtores para os estudantes perguntarem, aprendam e troquem experiências sobre desafios enfrentados, estratégias de manejo e inovações na agricultura.

Avaliação

A avaliação, em quaisquer níveis ou modalidade de ensino, será utilizada de maneira que promova a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a sustentabilidade:

1. Com foco na valorização dos relatos de experiências dos estudantes, entrevistas, produção audiovisuais, portfólios e caderno de campo.
2. Avaliação bimestral com os estudantes e comunidade escolar das ações exitosas para continuidade, e das dificuldades enfrentadas com possíveis soluções para os problemas.

Cronograma

O desenvolvimento do projeto será durante todo o ano letivo de 2024.

Parcerias

Emater, Embrapa e Produtores Rurais da comunidade

Projeto

FESTA JUNINA

Público Alvo:

Educação Infantil - 02 turmas
Anos Iniciais - 08 turmas
Anos Finais - 08 turmas
EJA (Interventivo) - 01 turma

Responsáveis

Gestoras Escolares	Deysa Rocha (diretora) e Araken Rodrigues (vice-diretora)
Supervisora Pedagógica	Karla Costa
Coordenadores Pedagógicos	Fernanda (Anos Finais)
Professores Regentes	Anos Iniciais, Anos Finais e EJA (Interventivo)
Demais funcionários	Carreira Assistência e Professores Readaptados

Memória

A festa junina na escola desempenha um papel fundamental na valorização das tradições culturais brasileiras e na formação integral dos estudantes. Além da celebração, proporciona uma série de benefícios educacionais, sociais e emocionais como: preservação das tradições culturais brasileiras, especialmente as ligadas ao período das festas juninas; conhecimento e aprendizado sobre a história, origem, danças, músicas, comidas típicas e costumes regionais; desenvolvimento social com a interação entre os alunos, pais, professores e a comunidade escolar; estímulo à criatividade a onde os estudantes têm a oportunidade de exercitar a criatividade ao participarem da decoração, confecção de trajes típicos, ensaios de danças e apresentações; valorização da diversidade cultural brasileira, respeitando as diferentes origens e tradições dos estudantes e momento de descontração e alegria essenciais para o bem-estar emocional das pessoas.

Um dos primeiros registros de festa junina da escola é datada de 1972, quando foi realizada Festa Junina conjunta com a Escola Rural Córrego Barreiro, para maior integração entre as escolas. A festa foi realizada no território da escola Córrego Barreiro, e a comunidade da Escola Tamanduá se deslocou para lá, mediante transporte cedido pelo chefe da Fazenda Tamanduá. Na ocasião foi realizado o concurso “Rainha da Pipoca” com a disputa entre uma candidata de cada escola. O nome da candidata representante do Tamanduá era Elaine Couto. A renda líquida da festa foi dividida igualmente entre as escolas.

A tradicional Festa Junina ocorre geralmente no mês de junho ou julho e conta com barraquinhas de comida, jogos de pescaria, bazar de roupas, quadrilha e danças juninas, comidas típicas e distribuição gratuita de canjica a comunidade. Como a escola trabalha com várias etapas da educação básica foi nomeada de Quadrinha Formiguinha (anos iniciais) e Quadrinha Formigão (anos finais). A renda da festa é revertida em melhorias da merenda escolar, pequenos consertos, auxílio em outras festividades como Dia das Crianças, entre outras. O bazar é muito esperado também, pois oportuniza à comunidade comprar roupas em ótimo estado a um preço acessível, uma vez que as peças são doadas pelo corpo de funcionários da escola, assim não existindo custo a escola. A renda arrecada no bazar é doada aos formandos do 9º ano que viajam a Caldas Novas como atividade de formatura. A festa junina também conta com o Concurso Rainha e Rei da Pipoca entre os alunos dos anos iniciais da Educação Básica.

Matrizes Formativas da Educação do Campo

Trabalho — Terra — História — Cultura — Luta Social

Vivência de Opressão — Conhecimento Popular — Organização Coletiva

Objetivos

- Proporcionar aos estudantes uma experiência educativa por meio da celebração da festa junina.
- Valorizar a cultura brasileira, em especial as tradições juninas.
- Promover a integração entre alunos, professores e comunidade escolar.
- Fortalecer os vínculos entre a comunidade escolar.
- Incentivar a criatividade.
- Arrecadar fundos para projetos e melhorias na escola.

Metas

- Atingir a participação de pelo menos 80% dos estudantes e familiares.
- Conseguir patrocínios de empresas locais para contribuir com a festa.
- Arrecadar uma quantia específica para destinar a projetos e melhorias na escola.
- Criar um ambiente festivo com elementos típicos das festas juninas.
- Realizar uma apresentação de quadrilha e danças típicas.
- Proporcionar degustação de comidas juninas.
- Proporcionar momentos de diversão com brincadeiras como pescaria, correio elegante, boca do palhaço, etc.

Ações

- Realizar apresentações de danças típicas, como quadrilha e forró.
- Ter barracas com comidas tradicionais como galinhada, canjica, pé-de-moleque e pastel.

- Organizar brincadeiras juninas, como pescaria e correio elegante.
- Promover um concurso de trajes caipiras para alunos e professores.
- Criar uma campanha de divulgação nas redes sociais e na comunidade local.
- Envolver os alunos na confecção de bandeirinhas, balões, e outros enfeites.
- Ensaiar os passos da quadrilha com os alunos, escolher os trajes típicos e organizar a apresentação.
- Solicitar a colaboração dos pais de insumos para produção das comidas juninas.

Avaliação

A avaliação, em quaisquer níveis ou modalidade de ensino, será utilizada de maneira que promova a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a sustentabilidade:

1. Com foco na valorização e participação dos estudantes no envolvimento nas atividades a eles atribuídas.
2. Avaliação com os estudantes e comunidade escolar das ações exitosas e das dificuldades enfrentadas durante o período do projeto.

Cronograma

O desenvolvimento do projeto será durante o 2º bimestre letivo de 2024, com a culminância no dia a ser marcado para a realização da Festa Junina.

Parcerias

Comércio local.

Projeto **HALLOWTAM**

Público Alvo:

Educação Infantil - 02 turmas
Anos Iniciais - 08 turmas
Anos Finais - 08 turmas
EJA (Interventivo) - 01 turma

Responsáveis

Gestoras Escolares	Geysa Rocha (diretora) e Araken Rodrigues (vice-diretora)
Supervisora Pedagógica	Karla Costa
Coordenadores Pedagógicos	Fernanda (Anos Finais)
Professores	Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e EJA (Interventivo)
Demais profissionais	Carreira Assistência e Professores Readaptados

Memória

O Halloween, também conhecido como Dia das Bruxas, é uma data comemorativa típica dos países anglófonos, como o Reino Unido, Irlanda, Estados Unidos e Austrália. Tradicionalmente celebrado em 31 de outubro, suas raízes culturais assemelham-se ao nosso Dia de Finados (2 de novembro), que nos países de origem e língua espanhola é conhecido como o “*Día de Los Muertos*”. Ambas as celebrações têm em comum a homenagem aos que se foram.

As primeiras atividades com tema Halloween iniciaram no ano de 2017 na escola a pedido dos estudantes e desde então vem sendo realizada todos os anos, com exceção aos anos de pandemia de Covid19.

O Halloween permite explorar conceitos como morte, espiritualidade, respeito a diferentes religiões e culturas, multiculturalismo e lembrança. Essa época oferece uma oportunidade interessante para trabalhar conceitos difíceis com os alunos de forma lúdica e envolvente. É uma data simbólica que oferece um rico universo de lendas e mitos, despertando o interesse e a curiosidade dos estudantes.

Matrizes Formativas da Educação do Campo

Trabalho — Terra — História — Cultura — Luta Social
Vivência de Opressão — Conhecimento Popular — Organização Coletiva

Objetivos

- Promover o respeito e a valorização de diferentes tradições culturais.
- Estimular a criatividade dos alunos por meio de atividades temáticas.
- Reforçar o aprendizado de vocabulário em inglês relacionado ao Halloween, explorando a linguagem oral e escrita.
- Desenvolver senso crítico, capacidade de interpretação e abstração.
- Apresentar uma cultura diferente.
- Desenvolver e estimular o respeito por todas as culturas, tradições e religiões.
- Trabalhar a coordenação motora.
- Identificar os símbolos do Dia das Bruxas.
- Celebrar a data de forma lúdica e educativa, promovendo a integração, trabalho coletivo e o aprendizado de uma maneira divertida.

Metas

- Realizar uma exposição temática na escola, envolvendo decoração e trabalhos dos alunos.
- Promover a confecção de fantasias e adereços relacionados ao Halloween.
- Realizar atividades lúdicas e educativas sobre a origem e significado do Dia das Bruxas.

Ações

- Sondagem aos alunos sobre o que eles já sabem e conhecem acerca do Halloween, o que mais gostam e se interessam na data, bem como o que gostariam de aprender
- Realizar pesquisas em sala de aula sobre a história e tradições do Halloween (fantasias, doces ou travessuras).
- Oficinas de artesanato para confecção de decoração, enfeites, lanternas, abóbora, fantasias, fantasmas de lençóis e morcegos de papel.
- Sessão de contação de histórias sobre o tema.
- Decoração da sala de aula e escola com desenhos dos alunos.
- Organizar uma festa temática de Halloween, com brincadeiras e culinária típica.
- Apresentação teatral e dança sobre o tema.
- Caça aos doces: em vez da tradicional caça ao tesouro com pistas relacionadas ao Halloween.
- Desfile de fantasias, incentivando os estudantes a se vestirem de forma criativa e assustadora para a ocasião.

Avaliação

A avaliação, em quaisquer níveis ou modalidade de ensino, será utilizada de maneira que promova a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a sustentabilidade:

1. Com foco na valorização dos relatos de experiências e envolvimento dos estudantes nas atividades propostas, participação nas discussões sobre o tema e qualidade das produções artísticas.

Cronograma

O desenvolvimento do projeto será durante o 3º bimestre letivo de 2024, com a culminância no dia 31/10/2024, Dia do Halloween.

Parcerias

Comunidade Escolar do CEF Tamanduá

Projeto

CONSCIÊNCIA NEGRA

Público Alvo:

Educação Infantil - 02 turmas
Anos Iniciais - 08 turmas
Anos Finais - 08 turmas
EJA (Interventivo) - 01 turma

Responsáveis

Gestoras Escolares	Deysa Rocha (diretora) e Araken Rodrigues (vice-diretora)
Supervisora Pedagógica	Karla Costa
Coordenadores Pedagógicos	Fernanda (Anos Finais)
Professores	Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e EJA (Interventivo)
Demais profissionais	Carreira Assistência e Professores Readaptados

Memória

O Dia da Consciência Negra, comemorado anualmente em 20 de novembro, homenageia Zumbi dos Palmares, um líder que desafiou a escravidão e lutou pela liberdade e igualdade dos povos negros. Freire destaca em sua obra “Pedagogia do Oprimido” que, nas experiências de opressão, os sujeitos rurais e outros indivíduos (coletivos e movimentos sociais) trazem consigo saberes e pedagogias derivadas das experiências cruéis de subalternização (ARROYO, 2012), e que o legado da memória representa um significativo imaginário social para as identidades locais. De acordo com Caldart (2003), a escola desempenha um papel fundamental ao resgatar e explorar os tesouros do passado. É essencial celebrar, construir e transmitir a memória coletiva, especialmente às novas gerações, enquanto se visa compreender profundamente os contextos históricos das sociedades.

Matrizes Formativas da Educação do Campo

Trabalho — Terra — História — Cultura — Luta Social

Vivência de Opressão — Conhecimento Popular — Organização Coletiva

Objetivos

Geral: Desenvolver a consciência nos alunos do respeito e da valorização dos povos negros, da cultura africana e afro-brasileira na sociedade, destacando a importância deles na construção da identidade do povo brasileiro.

- Compreender a relevância histórica do Dia da Consciência Negra.
- Valorizar a diversificada cultura africana e afro-brasileira.
- Reconhecer a significativa contribuição dos povos negros para a formação do Brasil.
- Promover atitudes fundamentadas em respeito e igualdade étnico-racial.
- Estimular a inclusão social e combater o preconceito proativamente.

Metas

- Iniciar o projeto com uma roda de conversa sobre a história de Zumbi dos Palmares e a importância do Dia da Consciência Negra.
- Ler livros infantis e infanto-juvenil que abordem a cultura africana e afro-brasileira.
- Criar máscaras africanas com materiais simples.
- Realizar atividades de expressão corporal com músicas e danças inspiradas na cultura afro.
- Montar uma exposição com os trabalhos artísticos produzidos pelos alunos.
- Visitar o Quilombo Mesquita.

Ações

- Diálogo sobre a história de Zumbi dos Palmares e a importância do Dia da Consciência Negra.
- Leitura de histórias infantis, infanto-juvenil e contos que abordem a cultura africana e afro-brasileira.
- Criação de desenhos e garatuñas relacionados ao tema
- Exploração da expressão corporal por meio de danças e movimentos inspirados na cultura afro.
- Canto de cantigas infantis e músicas (samba, maracatu e afoxé) que valorizem a diversidade étnica.
- Atividades de modelagem, pintura e recorte que representem elementos da cultura africana.
- Criação de máscaras, padrões e símbolos inspirados na cultura africanas.
- Preparação de uma receita tradicional afro-brasileira como a feijoada.
- Realização de jogos africanos tradicionais.
- Montagem de livro com ilustrações que contam histórias de personalidades negras.
- Oficina de turbantes para ensinar a fazer suas próprias amarrações.
- Solicitar autorização do transporte escolar rural a Secretaria de Educação para a visita ao Quilombo Mesquita.

Avaliação

A avaliação, em quaisquer níveis ou modalidade de ensino, será utilizada de maneira que promova a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a sustentabilidade:

1. Com foco na valorização dos relatos de experiências e envolvimento dos estudantes nas atividades propostas, participação nas discussões sobre o tema e qualidade das produções artísticas.

Cronograma

O desenvolvimento do projeto será durante o 3º bimestre letivo de 2024, com a culminância no dia 20/11/2024, Dia da Consciência Negra.

Parcerias

Secretaria de Educação



Responsáveis

Gestoras Escolares	Geysa Rocha (diretora) e Araken Rodrigues (vice-diretora)
Supervisora Pedagógica	Karla Costa
Coordenadores Pedagógicos	
Professor Regente	Hernani
Demais Profissionais	Carreira Assistência, Professores Regentes e Readaptados

Memória

No ano de 1989 foi criada a primeira turma de Educação Infantil da escola. Desde então virou tradição realizar a formatura desta modalidade de ensino ao final do ano letivo, sendo um momento especial que marca o encerramento de uma etapa significativa na vida das crianças, com uma grande celebração entre estudantes, pais e escola.

Matrizes Formativas da Educação do Campo

Trabalho — Terra — História — Cultura — Luta Social

Vivência de Opressão — Conhecimento Popular — Organização Coletiva

Objetivos

- Proporcionar um momento para reconhecer e valorizar as conquistas e aprendizados das crianças durante o percurso na educação infantil.
- Promover a interação entre alunos, pais, professores e a comunidade escolar para fortalecer os vínculos afetivos e sociais.
- Estimular a criatividade das crianças por meio de atividades como teatro, música e decoração.
- Criar memórias afetivas e significativas para as crianças e suas famílias.

Metas

- Definir um tema para a formatura.

- Realizar parceria com a Embrapa para utilizar o auditório da instituição como local da formatura.
- Preparar apresentações artísticas.
- Solicitar contribuição aos pais para financiamento da formatura.
- Convidar os pais e familiares para a formatura.
- Transportar os alunos para o local da cerimônia de formatura no transporte escolar rural.
- Proporcionar um momento de despedida ao ano letivo.
- Registrar o momento da formatura.

Ações

- Realizar uma discussão com os alunos sobre possíveis temas.
- Escolher um tema que seja relevante e envolvente para todos.
- Comunicar a data, hora e local da formatura.
- Escolher músicas juntamente com os alunos.
- Criar um coral com músicas conhecidas ou criadas por eles.
- Criar convites personalizados.
- Elaborar murais, cartazes e outros elementos decorativos.
- Solicitar autorização do transporte escolar rural a Secretaria de Educação.
- Encenar uma dramatização que reflita a jornada das crianças na educação infantil.
- Escrever mensagens de agradecimento aos professores, colegas e funcionários.
- Cantar uma música de despedida.
- Criar um álbum de fotos ou vídeo da formatura.
- Entregar diplomas simbólicos às crianças.

Avaliação

A avaliação, em quaisquer níveis ou modalidade de ensino, será utilizada de maneira que promova a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a sustentabilidade:

1. Será observada e registrada a evolução e o progresso das crianças nos diversos contextos e momentos, a criança e a família estarão inseridas no processo por meio de exposições das crianças no dia da formatura.

Cronograma

O desenvolvimento do projeto se dará durante todo o ano letivo de 2024 e o evento de culminância se dará no dia da formatura da Educação Infantil realizada ao final do 4º bimestre letivo.

Parcerias : Embrapa e comunidade escolar.

Responsáveis

Gestoras Escolares	Geysa Rocha (diretora) e Araken Rodrigues (vice-diretora)
Supervisora Pedagógica	Karla Costa
Coordenadores Pedagógicos	Fernanda (Anos Finais)
Professor Responsável	Henísio (Português) e William (História)
Demais Profissionais	Carreira Assistência, Professores Regentes e Readaptados

Memória

Em 1986, ocorreu a formatura da primeira turma de 8ª série da escola. Para celebrar essa conquista, os alunos realizaram uma viagem para Caldas Novas – GO com, financiada pelos pais e pela escola, que realizava atividades de arrecadação de fundos, como bingos e rifas, durante todo o ano letivo. Desde então todos os anos os formandos do 9º ano do Ensino Fundamental realizam essa viagem, uma tradição de mais de 30 anos. A viagem faz parte da história escolar e principalmente de ex-estudantes, que relatam memórias inesquecíveis que viveram e que gostariam que seus filhos vivessem também. Para muitos estudantes, a viagem a Caldas Novas é a única viagem turística para fora do Distrito Federal, que já fizeram na vida.

Essa parceria escola/comunidade em prol dos estudantes só foi interrompida pela pandemia de COVID19 iniciada no ano de 2020, que suspendeu as aulas presenciais na rede pública de ensino. Em 2022, as viagens foram retomadas pelos professores conselheiros das turmas de 9º ano, que, com os pais e estudantes, continuam a arrecadar fundos com rifas, bingos e, ainda, com a ajuda financeira da barraca de pizza da festa junina da escola.

Matrizes Formativas da Educação do Campo

Trabalho — Terra — História — Cultura — Luta Social
Vivência de Opressão — Conhecimento Popular — Organização Coletiva

Objetivos

- Proporcionar uma experiência enriquecedora e inesquecível para os estudantes do 9º ano, marcando a transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio.
- Promover a organização coletiva entre os estudantes, incentivando o trabalho em equipe e fortalecendo os laços de amizade.
- Proporcionar experiências enriquecedoras que estimulem o aprendizado fora da sala de aula, promovendo a autonomia e a responsabilidade dos jovens.

Metas

- Pesquisar informações que explorem a história e a cultura local da cidade de Caldas Novas.
- Estimular a convivência, organização coletiva e responsabilidade dos estudantes durante o projeto e a viagem.
- Montar a barraca da pizza e bazar na festa junina da escola.
- Fomentar a comunicação em grupo e a resolução de conflitos.
- Criar momentos de celebração da formatura proporcionando uma despedida emocionante e marcante.
- Realizar atividades esportivas e culturais no próprio hotel em Caldas Novas.

Ações

- Definir datas, duração e orçamento da viagem a Caldas Novas.
- Reunir os pais dos formandos para informá-los sobre a viagem.
- Definir funções para os estudantes participarem e colaborem nas atividades de arrecadação de fundos para a viagem.
- Organizar os alunos para montagem das barracas e participação nas atividades da festa junina.
- Integrar conteúdo das disciplinas escolares ao roteiro da viagem, considerando, aspectos como história, cultura e atrativos turísticos de Caldas Novas.
- Elaborar roteiro, que contemple visitas ao parque de diversões, restaurantes e atividades esportivas.
- Reservar hospedagem e transporte interestadual.
- Criar atividades lúdicas e educativas para os estudantes no próprio hotel.
- Zelar pelo bem-estar e segurança dos formandos e demais funcionários da escola que participarão da viagem.

Avaliação

A avaliação, em quaisquer níveis ou modalidade de ensino, será utilizada de maneira que promova a Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a sustentabilidade:

1. Com foco na valorização e participação dos estudantes no envolvimento nas atividades a eles atribuídas.

2. **Avaliação com os estudantes e comunidade escolar das ações exitosas e das dificuldades enfrentadas durante o período de realização do projeto e da viagem a Caldas Novas.**

Cronograma

O desenvolvimento do projeto se dará durante todo o ano letivo de 2024 e o evento de culminância se a viagem a Caldas Novas, realizada no início do 4º bimestre letivo.

Parcerias

Comunidade escolar.



CEF TAMANDUÁ

INVENTÁRIO

HISTÓRICO, SOCIAL,
CULTURAL E AMBIENTAL

GAMA, 2024

Governador do Distrito Federal
IBANEIS ROCHA

Vice-Governador
CELINA LEÃO

Secretário de Estado de Educação
HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA

Subsecretário de Educação Básica
IEDES SOARES BRAGA

Coordenadora Regional de Ensino do Gama
CÁSSIA MARIA MARQUES NUNES

Diretor do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá
GEYSA RIBEIRO ROCHA

Vice-diretora do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá
ARAKEN RODRIGUES DE CARVALHO ARIANI

Responsável pela elaboração
ELIZABETH TAVARES DE GONZAGA

Sumário

Apresentação	5
CEF Tamanduá—O território MÃE	6
A escola nascida antes de Brasília	6
Os limites do atual território	8
A linha do tempo	9
Os Pontos de Referência da CEFTAM	27
As Atividades Culturais	28
A Organização do Trabalho Escolar	29
O Docente na Escola do Campo.....	31
A Coordenação Pedagógica	35
A Estrutura Física.....	38
Água.....	39
Descarte do Lixo	39
Meios de Transporte	40
As relações de Cultivo da Terra.....	43
A diversidade de sujeitos do camponês.....	45
Os Territórios da Comunidade Tamanduá	47
Acampamento Che Guevara.....	48
Bar do Gordo	59
Cerâmica Santa Maria	63
Chácara Camargo.....	69
Entrevista: Érick dos Santos	77
Condomínio Asa Branca	80
Território Sindjus.....	88
Entrevista: Senhor Pedro Couto	92
Território: SUINOCOP.....	93
Tamanduá virou notícia.....	97
AGRICULTURA NO DF: DOS INÓSPITOS CERRADOS DO PLANALTO CENTRAL A VITRINE DO AGRONEGÓCIO.....	97
CRAS—Centro de Referência de Assistência Social do Gama DF	100
SECRETARIA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE	104
DF Trans atende demandas de usuários	105

Formatura dos guardiões V.....	106
CEF TAMANDUÁ COMPLETA 50 ANOS E CONVIDA COMUNIDADE PARA COMEMORAÇÃO.....	110
Diretores de escolas rurais do Distrito Federal participam de reunião no IBICT..	110
Ensino remoto emergencial na rede pública traz muitos desafios	112
Portal de Conferências da UnB, 26º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNB E 17º DO DF.....	114
Partitura Dramática: uma proposta metodológica para o ensino de teatro em ambiente escolar.....	115
Considerações Finais.....	116
Referências	118

Apresentação

Em consonância com as Diretrizes Pedagógicas para Educação Básica do Campo e segundo a Portaria 419/2018 - SEEDF o Centro de Ensino Fundamental Tamanduá do Gama (CEFTAM) apresenta o Inventário: Histórico, Social, Cultural e Ambiental da comunidade escolar situada na Ponte Alta do Gama–DF, que “constitui-se em instrumento investigativo coletivo, dialógico e dialético que tem como objetivo reconhecer os elementos educativos presentes no território camponês que servirão de subsídio na construção do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, cuja essência como elemento técnico, visa garantir a política educacional voltada para as Escolas do Campo, legitimando-as”. (SEEDF, 2018)

O CEFTAM é uma das instituições públicas de ensino mais antigas do Distrito Federal, tendo esse reconhecimento pelo Museu da Educação do Distrito Federal no ano de 2018, que foi conferido a escola o título de Escola Pioneira do DF em virtude das suas primeiras atividades serem datadas do ano de 1959.

Atualmente a instituição de ensino faz parte da Coordenação Regional de Ensino do Gama, porém sua localização geográfica está na área da Região Administrativa do Recanto das Emas, chamada de Vargem da Benção.

Para efeito deste estudo a comunidade escolar foi dividida em sete territórios geográficos (Acampamento Che Guevara, Bar do Gordo, Cerâmica Santa Maria, Chácara Camargo, Condomínio Asa Branca, Território Sindjus e Território Suinocop) de acordo com sua localização, história de formação e do modo de relação que esses sujeitos mantêm com o trabalho e a produção na terra.

Durante o processo de pesquisa com os segmentos representativos de pais, estudantes e professores foram realizadas visitas aos territórios, rodas de conversas, coordenações coletivas e entrevistas, a fim de evidenciar os princípios da Educação do Campo, presentes na comunidade, principalmente aqueles diretamente ligados às matrizes formativas do campo: Terra, Trabalho, História, Cultura, Luta Social, Vivência de Opressão, Conhecimento Popular e Organização Coletiva. (SEEDF, 2018)

Assim, o percurso de construção deste Inventário Escolar é apresentado em três capítulos: Tamanduá o Território Mãe, Os Territórios da Comunidade Tamanduá e Tamanduá virou Notícia, com o engajamento do trabalho coletivo resultou numa construção histórica, social, cultural e ambiental, não só da instituição de ensino, mas principalmente da comunidade escolar da Ponte Alta do Gama.

CEF Tamanduá – O território MÃE

A escola nascida antes de Brasília



(Figura 1 – Vista aérea do CEFTAM em 2016)

A Escola Rural do Tamanduá, hoje o Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (CEFTAM) do Gama, iniciou suas atividades escolares no ano de 1959, de acordo com informações prestada pelo Museu da Educação do Distrito Federal, e teve o seu reconhecimento oficial, pela então Fundação Educacional do DF, em 1966. Nesta época as turmas eram multisseriadas, e estudavam na mesma sala estudantes de 1ª a 4ª séries do antigo Ensino Fundamental. A escola surgiu da necessidade de escolarização dos filhos dos moradores e trabalhadores da Fazenda Experimental Tamanduá, localizada em área da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF). A Fazenda Experimental Tamanduá tinha como finalidade produzir hortaliças para os moradores da futura capital do Brasil por meio da Sistema de Abastecimento de Brasília (SAB). Até hoje há moradores da época da fundação da escola que residem na comunidade.

Nesse período houve grande migração de pessoas de vários locais do país para trabalharem na região, em especial da região do Goiás, Minas Gerais e estados

do Nordeste. Após esse período a Fazenda Tamanduá passou a ser controlada pela Secretaria de Agricultura do DF, devido à mudança do sistema de governo, quando foi criado o Governo do Distrito Federal (GDF), com seu primeiro governador, Wadjô da Costa Gomide. Também foi criada a Secretaria de Agricultura, assim substituindo o Serviço de Produção Agrícola de Brasília (SPAB) e nomeando também o primeiro secretário de agricultura, que foi Júlio Quirino da Costa.

Os trabalhadores da Fazenda Tamanduá pertenciam ao quadro de funcionários da Fundação Zoobotânica, que produziam a engorda de boi e tinham casas funcionais na região pertencentes ao prefeito, para auxiliar no abastecimento da Sistema de Abastecimento de Brasília (SAB). Entre 1964 à 1968 a produção agrícola na região era de cana.

A escola Tamanduá acolhia em grande maioria os filhos dos funcionários devido à proximidade da fazenda com a escola. Quem queria estudar e morava longe da instituição de ensino, tinha que vir a pé num percurso de 2 km à 3 km, porque nessa época não tinha transporte e os meios de locomoção eram carroça e bicicleta. Muitas pessoas desistiam de estudar devido às dificuldades encontradas.

Diante da falta de estrutura, em que não havia energia elétrica na região, os moradores eram beneficiados com energia por meio de um gerador, que era ligado às 18 horas e desligado às 22 horas, nesse período eram realizadas as atividades que necessitavam de energia elétrica.

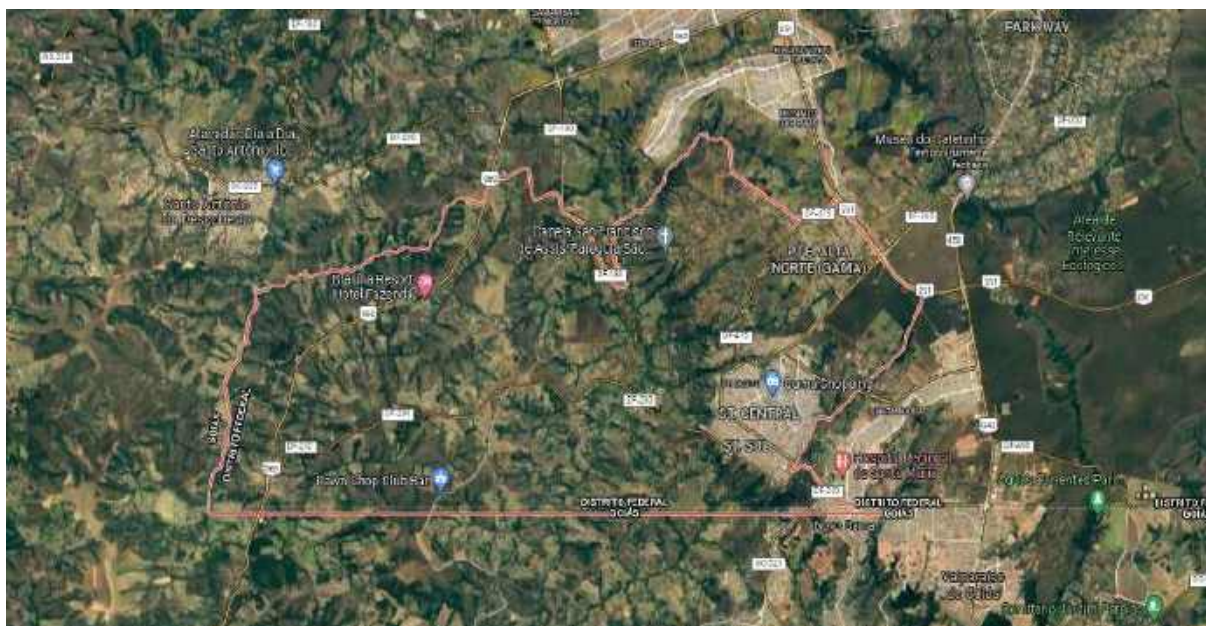
Ao longo dos anos algumas melhorias de infraestrutura foram sendo realizadas devido às necessidades e reivindicações da comunidade: como a implantação da energia elétrica entre 1969 a 1970 e a pavimentação da rodovia que liga a região local até o Gama no ano de 1972, hoje a Rodovia DF 270. Com isso as pessoas foram tendo mais facilidades no seu dia a dia e melhorias nas condições de vida.

Na época dessa primeira pavimentação, havia várias fazendas com terras ociosas e outras, de propriedade da Terracap. Segundo o governo, os grandes proprietários foram indenizados, com o intuito de repassarem as terras para quem não tinham e queriam produzir. Em especial a Fazenda Bom Sucesso que era propriedade particular foi fracionada em módulos de no mínimo de 2 hectares de área para serem vendidos, e até hoje corre na justiça processos de legalizações dessa área.

Devido a interesses políticos a realidade foi mudando e em 1975 a Fundação Zoobotânica foi substituída pela atual Embrapa, que assumiu parte da Fazenda Tamanduá, buscando novos caminhos de pesquisa e produção de hortaliças,

Os limites do atual território

189



(Figura 3 – Mapa de satélite da RA – Gama)

A linha do tempo

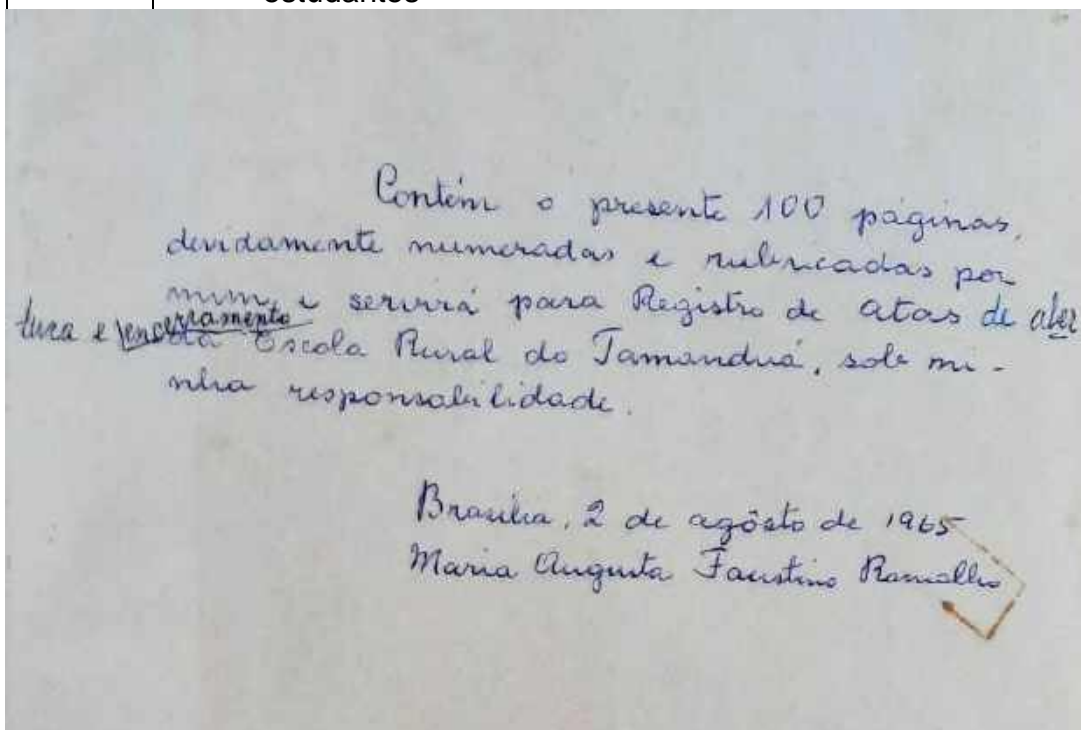
Para maior compreensão e entendimento da história desta escola foi traçada uma linha do tempo com informações das atividades históricas, culturais e sociais que envolveram a comunidade da Ponte Alta do Gama, que tanto contribuiu para o desenvolvimento da Nova Capital do Brasil, e o CEF Tamanduá foi e continua sendo, uma instituição de referência para os processos de socialização de conhecimentos e ideias dos moradores e estudantes da região.

1959	<ul style="list-style-type: none"> • A Instituição de Ensino era chamada Escola da Granja do Tamanduá. Já existia antes mesmo da mudança da capital do Brasil, era provisória e funcionava na Granja Modelo 1, também chamada de Granja do Tamanduá. • Início das atividades em maio/1959, com 52 alunos matriculados e trabalhava como professor José Francisco Ramos. A primeira diretora desta instituição foi a senhora Maria Augusta Faustino Ramalho.
1963 ou 1964	<ul style="list-style-type: none"> • Turma da professora Marlene Faustino no ano de 1963 ou 1964 (não foi possível precisar o ano da foto com exatidão)



(Figura 4 – Turma da Professora Marlene 1963 ou 1964)

1965	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiros registros escritos da Escola Rural Tamanduá é o livro ata de abertura e encerramento dos anos letivos, que inclusive é utilizado até os dias atuais com essa finalidade. • Realização de leilão (não está descrito o que foi leiloado) em benefício da merenda escolar e outros auxílios aos estudantes
------	--



(Figura 5 - Fotografia da primeira página do livro ata de abertura e encerramento do ano letivo)

1966	<ul style="list-style-type: none"> • Ato de criação: Decreto "N" nº 481 – GDF, de 14/01/1966; DOU nº 19 de 27/01/1966, p. 1038.
------	--

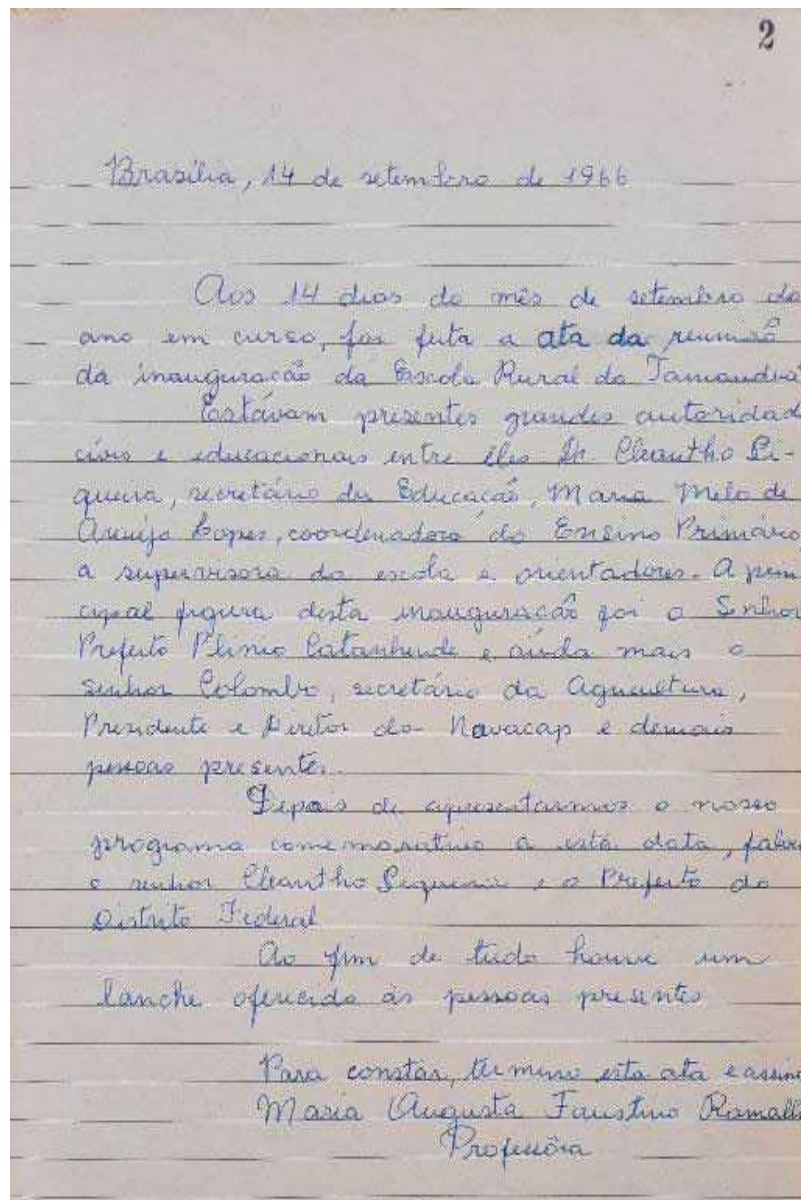


Figura 6 – Ata de inauguração/reconhecimento da Escola Rural Tamanduá, que contou com a presença do senhor Plínio Cantanhede (Prefeito do Distrito Federal de 1964 – 1967), o senhor Colombo (Secretário de Agricultura, Presidente e Diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) e Cleantho Siqueira (Secretário de Educação e Cultura e Presidente da Fundação Cultural do DF de 1965 – 1966).

1968	<ul style="list-style-type: none"> A escola era utilizada como espaço de convivência da comunidade. Realização do casamento de Maria Helena Couto, que mais tarde viria a ser servidora da Instituição de Ensino
-------------	---



Figura 7 – Esquerda para direita: José Pereira Bahia (padrinho), José Gonçalves Câmara (noivo), Maria Helena Couto (noiva) e Antony Leonardo Laurenth Rodh (Administrador da Fazenda Tamanduá)

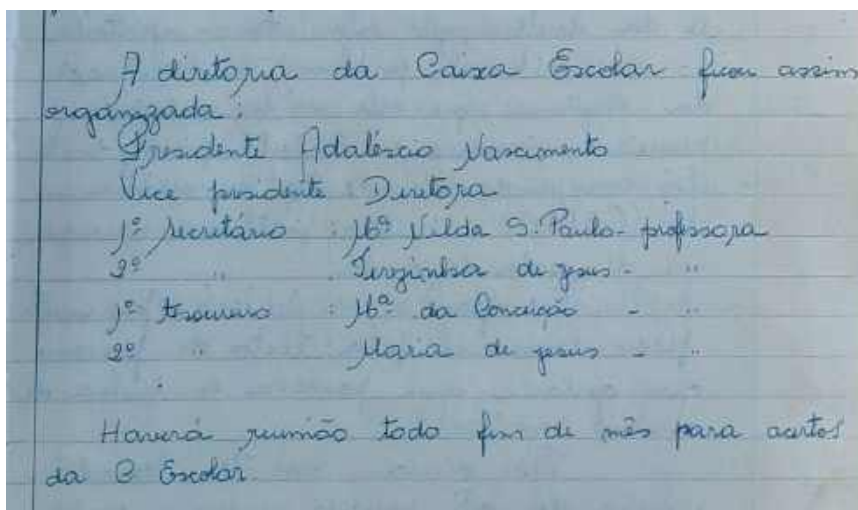


(Figura 8 – José Câmara (noivo), Maria Helena Couto (noiva) e Celeste (dama de honra)

<p>1959</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Instituição de Ensino era chamada Escola da Granja do Tamanduá. Já existia antes mesmo da mudança da capital do Brasil, era provisória e funcionava na Granja Modelo 1, também chamada de Granja do Tamanduá. • Início das atividades em maio/1959, com 52 alunos matriculados e trabalhava como professor José Francisco
--------------------	--

	Ramos. A primeira diretora desta instituição foi a senhora Maria Augusta Faustino Ramalho.
1963 ou 1964	<ul style="list-style-type: none"> • Turma da professora Marlene Faustino no ano de 1963 ou 1964 (não foi possível precisar o ano da foto com exatidão)
1969	<ul style="list-style-type: none"> • Ano letivo dividido em dois semestres escolares, sendo os estudantes aprovados por série ao final do ano. • Havia duas professores na escola que se alternavam na responsabilidade pela direção escolar e questões administrativas, e pela docência em sala de aula, reversando as funções a cada semestre letivo: <ul style="list-style-type: none"> ○ 1º Semestre: Francisca Vasconcelos Lopes ○ 2º Semestre: Maria Zilda de Souza Paulo
1970	<ul style="list-style-type: none"> • A escola terminou o ano letivo com 84 estudantes de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas e 3ª e 4ª série, sendo todos aprovados.
1971	<ul style="list-style-type: none"> • Ano letivo iniciou com 76 estudantes.
1972	<ul style="list-style-type: none"> • A comunidade da Fazenda Tamanduá foi assunto de notícia da Revista do Cerrado, referentes ao contexto histórico que relata as ações da Secretaria de Agricultura no desenvolvimento da área rural do Distrito Federal e Entorno. (Ver capítulo 3 - Tamanduá virou notícia)
1973	<ul style="list-style-type: none"> • Realizada Festa Junina conjunta com a Escola Rural Córrego Barreiro, para maior integração entre as escolas. A festa foi realizada no território da escola Córrego Barreiro, e a comunidade da Escola Tamanduá se deslocou para lá, através de transporte cedido pelo chefe da Fazenda Tamanduá. Na ocasião foi realizado o concurso “Rainha da Pipoca” com a disputa entre uma candidata de cada escola. O nome da candidata representante do Tamanduá era Elaine Couto. A renda líquida da festa foi dividida igualmente entre as escolas. • As atividades extraclasse da escola eram realizadas por coletivos de aprendizagem assim distribuídas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Setor Agrícola – encarregado da implantação e cultivo do Clube Agrícola e criação de animais de pequeno porte, cuja escolha neste ano recaiu sobre o coelho. Responsável vice-diretora, Cleuza Luiza. ▪ Setor Caixa Escolar – fazer promoções a atividades de assistência aos alunos, procurar, manter, orientar e aprimorar a merenda escolar. Responsável professora Terezinha de Jesus. ▪ Setor Cívico – promover atividades que visem a formação do sentimento democrático, cívico

	<p>e de conservação do patrimônio nacional. Responsável professora Maria de Jesus.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Setor Social – promover atividades que visem a integração social dos membros da comunidade escolar. Responsável professora Maria Zilda. ▪ Setor Educativo – promover atividades de caráter educativo que envolvem qualquer membro da comunidade escolar. Responsável professora Rosálida de Magalhães.
1974	<ul style="list-style-type: none"> • No período de férias a escola oferecia lanche da merenda escolar aos estudantes. • Primeira vez que aparece o termo recuperação de alunos nas atas de abertura e encerramento do ano letivo. • A professora Delzuita exercia a função de secretária escolar. • Almoço de comemoração ao encerramento do ano letivo, e foram convidadas as professoras da Escola Rural Córrego do Barreiro que compareceram a intitulada Confraternização Global das escolas. • Fundada a primeira diretoria da Caixa Escolar, sendo os seus primeiros membros: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Presidente: Adalécio Nascimento (pais) ▪ Vice-presidente: Geralda de Carvalho (diretora)



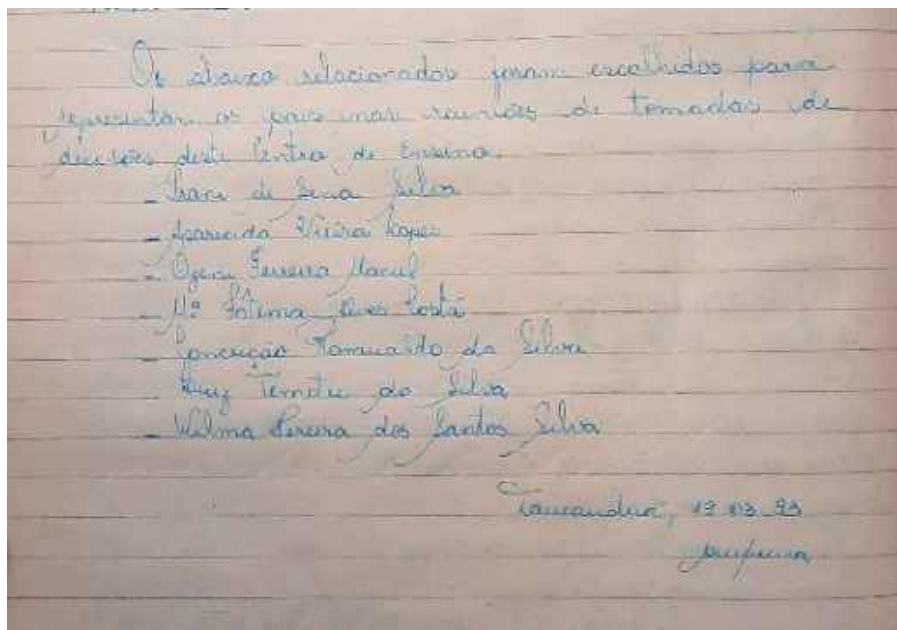
(Figura 9 - Cópia da Ata de fundação da Caixa Escolar)

1975	<ul style="list-style-type: none"> • Semana da Comunidade com apresentações de exposições, números musicais, poesias, jograis e realização de entrevistas. • Ano letivo encerrado com 78 alunos, sendo cumpridos 190 dias letivos com 760 horas/aulas (primeira vez que são citados dias letivos e hora/aula). • Confraternização de final de ano em atividade conjunta com a Escola Rural Córrego do Barreiro, onde houve uma “Amiga
-------------	--

	<p>Secretaria” com troca de presentes. A diretora distribuiu a cada uma um cartão desejando Feliz Natal.</p>
1976	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração de nomenclatura para Escola Classe do Tamanduá. Resolução n.º 95–CD de 21/10/1976, DODF 30. Suplemento de 11/02/1977, anexo III, p. 01–81. • Calendário Escolar com previsão de 190 dias letivos totalizando 760 horas/aula. • Alto índice de reprovação escolar nas turmas de 1ª série: de 58 estudantes, 36 foram reprovados.
1977	<ul style="list-style-type: none"> • Calendário Escolar com previsão de 180 dias letivos. • Ano letivo iniciado sem merenda escolar por falta de gêneros alimentícios. • Festa Natalina com o apoio dos servidores da Embrapa, onde o Papai Noel distribuiu lembrancinhas, bombons, picolés, pirulitos, sanduíches e refrigerantes aos estudantes.
1978	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Ano iniciou com 168 estudantes e finalizou com 182 estudantes.</i> • <i>Festa Natalina com a presença do Papai Noel que distribuiu bolo e refrigerante.</i>
1980	<ul style="list-style-type: none"> • A escola foi vinculada ao Complexo Escolar “A” do Gama, hoje Coordenação Regional de Ensino do Gama. • Entrega de apostilas aos estudantes que concluíram os cursos de olericultura e fruticultura. • Apresentação teatral dos estudantes da 4ª série com a peça Os bonecos que educam no encerramento do ano letivo. O que representou a formatura da turma, pois na escola não havia a 5ª série para prosseguimento dos estudos.
1981	<ul style="list-style-type: none"> • Campanha para manutenção da merenda escolar em virtude da falta de gêneros distribuídos pela FEDF. • Realizada uma “Tarde Dançante”. • Ministradas aulas de catequese aos sábados na escola.
1982	<ul style="list-style-type: none"> • Parecer n.º 145/1980–CEDF aprova o funcionamento da grade curricular de 1ª a 5ª série e Supletivo Fase II nesta instituição de ensino para o ano seguinte. • Campanha para arrecadação de complementação da merenda escolar. • Exigência do uso de uniforme a partir do 2º semestre letivo.
1983	<ul style="list-style-type: none"> • Em decorrência da forte migração na região, do crescimento populacional e da dificuldade de locomoção para as escolas da área urbana, a comunidade passou a necessitar de uma escola que ofertasse o ensino até a 8ª série do ensino fundamental. Iniciou em 1983 a primeira turma de 5ª série, com as mesmas professoras que atendiam as turmas de 1ª a 4ª séries.

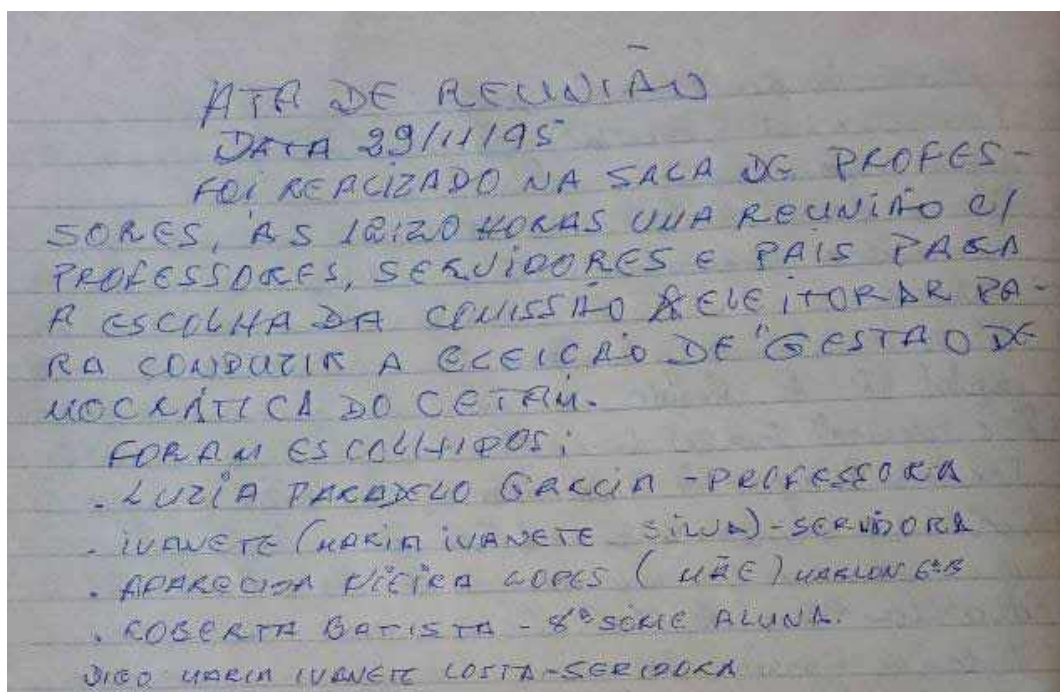
	<ul style="list-style-type: none"> • Ano letivo iniciou com 230 estudantes sendo cumpridos 181 dias letivos do Calendário Escolar. • Detectado problema de evasão escolar e o corpo docente decidiu por visitar as residências da comunidade para conversar com os pais sobre a situação desses alunos.
1984	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionamento em caráter provisório na Escola Classe Córrego Barreiro, em virtude de construção de benfeitorias na escola.
1985	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração de nomenclatura para Centro de Ensino de 1º Grau Tamanduá. Resolução n.º 1360–CD de 28/02/1985, DODF 55, de 21/03/1985, p. 22
1986	<ul style="list-style-type: none"> • Formatura da primeira turma de 8ª série da escola, quando foi realizada uma viagem com os estudantes para a cidade de Caldas Novas–GO. Desde então todos os anos os formandos do 9º ano do Ensino Fundamental realizam essa viagem, uma tradição de mais de 30 anos, que só foi interrompida pela pandemia de COVID19 iniciada no ano de 2020.
1987	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do CBA–Ciclo Básico de Alfabetização que englobava as turmas de 1ª e 2ª séries. • Primeira vez que se fala em cuidado com os livros. • Os pais decidem por não ter festa de solenidade de formatura dos alunos de 8ª série. • Comunidade escolar discute propostas para o ensino público gratuito a ser incluída na Assembleia Constituinte.
1988	<ul style="list-style-type: none"> • Parecer 150/87–CEDF– aprovou as grades curriculares para o ensino de 1º e 2º graus para os estabelecimentos da rede oficial de ensino, inclusive das Turmas de Aceleração da Aprendizagem, de acordo com a Lei n.º 7044/1982.
1989	<ul style="list-style-type: none"> • Criada a primeira turma de Educação Infantil da escola. • Comunidade Escolar se reúne para eleger o Calendário Escolar do ano letivo de 1989 para a reposição das aulas perdidas durante a greve. Assinaram a ata cerca de 193 pessoas, entre pais e servidores. • Projeto Memória da Educação no DF que envolvia os professores e estudantes, como também ex-funcionários e ex-estudantes, para um trabalho de memória histórica da escola.
1993	<ul style="list-style-type: none"> • Extinção da turma de Educação Infantil da escola e acréscimo de uma turma de CBA– Ciclo Básico de Alfabetização. • O ano letivo iniciou-se com 316 estudantes matriculados. • Extinta da grade curricular as disciplinas/matérias: Educação Moral e Cívica (E.M.C), Organização Social Política Brasileira

	<p>(O.S.P.B) a partir do 3º bimestre letivo conforme Lei n.º 8663/1993 e Parecer 171/1993–CEDF.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei N.º 575 de 26/10/1993 — Dispõe sobre a gestão democrática das Unidades Públicas de Ensino do Distrito Federal e dá outras providências. • Pais são escolhidos como representantes desse segmento nas tomadas de decisões da escola:
--	--



(Figura 10 - Cópia da ata de reunião para eleição de pais representantes)

1994	<ul style="list-style-type: none"> • Provável ano de início das atividades da Biblioteca Cora Coralina, nome escolhido pelos estudantes da escola. A princípio a sala transformada em biblioteca foi construída pelo professor Reginaldo para ser a sala de artes. Porém antes que fosse inaugurada com esta destinação, o professor saiu da escola e a comunidade escolar preferiu que o espaço fosse utilizado como sala de leitura.
1995	<ul style="list-style-type: none"> • Professor Josias Ribeiro do Couto foi indicado como diretor desta Instituição de Ensino e o professor Ezequias foi indicado como vice-diretor por escolha e aprovação dos docentes da escola. • Reunião com as famílias da comunidade escolar para esclarecimento dos critérios de inscrição no Programa Bolsa Escola. • Lei n.º 957 de 22/11/1995 — Dispõe sobre a Gestão Democrática da Escola Pública e dá outras providências. • Realizadas eleições escolares sendo eleitos por voto direto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Diretor: João Rosa Borges ○ Vice-diretora: Rejane Valéria Silva Yamada



(Figura 11-Cópia da ata de reunião para escolha da comissão eleitoral da eleição de "Gestão compartilhada do CETAM")

1996	<ul style="list-style-type: none"> • Calendário Escolar previsto com 201 dias letivos sendo cumprido 198 dias. Três dias foram destinados a: 03/10–Feriado devido eleição, 14/10–recesso para emendar o feriado do Dia do Professor e 28/10 – Dia do Servidor Público.
1997	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Caixa Escolar como pessoa jurídica. • Escola volta a oferecer vagas para a turma de Educação Infantil e implanta a Turma de Reintegração. • Realizadas eleições escolares de Gestão Democrática para Direção e Conselho Escolar.
1998	<ul style="list-style-type: none"> • Surge na <i>Conferência Nacional por uma Educação do Campo</i> o termo Educação do Campo, que se diferencia do termo Escola Rural. • Implantação da Lei n.º 1540, de 11/07/1997, que institui o regime de dependência no âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal. • Implantado nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a 1ª e 2ª Fase da Escola Candanga. Formação das turmas baseado na idade do estudante. Estudantes com 06, 07 ou 08 anos formavam as turmas de 1ª fase, os estudantes com 09, 10, 11 anos formavam as turmas de 2ª fase. Os alunos que estavam acima dos 11 anos eram matriculados na Turma de Reintegração. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996–LDB: <ul style="list-style-type: none"> “Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma

	<p>diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.”</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Implantação do sistema de jornada ampliada para os professores regentes de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e passaram a ministrar aulas num turno de 5 horas diárias mais 3 horas de coordenação pedagógica. Perfazendo, assim, o total de 40 horas semanais de trabalho, de acordo com a Resolução CNE/CEB n.º 3, de 8 de outubro de 1997: <p>“IV-a jornada de trabalho dos docentes poderá ser de até 40 (quarenta) horas e incluirá uma parte de horas de aula e outra de horas de atividades, estas últimas correspondendo a um percentual entre 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do total da jornada, consideradas horas de atividades aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola; ”</p> ● Como a escola também oferecia as Séries Finais do Ensino Fundamental, esses professores continuaram ministrando aulas nos dois turnos, pois a legislação ainda não permitia o sistema de ciclos para essa etapa de ensino. ● Realizado o projeto Educação Tamanho Família, que teve como tema central: O que podemos aprender com os mais vivos? Também foram abordados temas como: doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e portadores de necessidades especiais. ● Escolha de livro didáticos para as turmas de 1ª a 4ª séries através de guia impresso. ● Escola atingiu o total de 360 estudantes matriculados.
1999	<ul style="list-style-type: none"> ● Parecer n.º 62/99–CEDF–Aprova a Proposta Pedagógica da Educação Básica para as Escolas Públicas do Distrito Federal. — Aprova as Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, do Curso Normal em nível médio e da Educação de Jovens e Adultos das Escolas Públicas do Distrito Federal. ● A turma de 06 anos da Escola Candanga passa a ser chamada de Fase Preparatória para a Alfabetização.
2000	<ul style="list-style-type: none"> ● Atendendo as novas denominações da LDB, a qual perdura até hoje, houve a alteração de nomenclatura para Centro de Ensino Fundamental Tamanduá. Portaria n.º 129 de 18/07/2000, DODF 137, de 19/07/2000, p. 13–22. ● Implantada a Jornada Ampliada para os professores de Séries Finais do Ensino Fundamental.

	<ul style="list-style-type: none"> ● Parecer n.º 233/2000-CEDF– Aprova o Calendário Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal para o ano 2001 em substituição do Parecer n.º 213/2000-CEDF, que se fez necessária em decorrência do movimento de paralisação dos professores, ocorrido no período de 28/9/2000 a 14/11/2000, o que ocasionou a prorrogação do ano letivo de 2000 até 24/01/2001. ● A Fase Preparatória para a Alfabetização passa a ser denominada Pré-Período Único e as turmas de Reintegração passam a ser chamadas de CAA–Classe de Aceleração da Aprendizagem.
2001	<ul style="list-style-type: none"> ● Portaria n.º194 de 21/05/2001, p. 44 Alteração de vinculação da escola da Regional de Ensino do Gama para Regional de Ensino do Recanto das Emas. ● Parecer CNE/CEB n.º 36 de 04/12/2001-Aprova Resolução que fixa Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Estabelece princípios e procedimentos que visam a adequar o projeto institucional das Escolas do Campo às demais diretrizes nacionais aplicadas à educação. ● Reunião com as famílias contempladas com o Programa Bolsa Federal.
2003	<ul style="list-style-type: none"> ● Os alunos realizaram no auditório da EMBRAPA a Conferência do Meio Ambiente do CEFTAM. ● Nova nomenclatura para as turmas de Educação Infantil: 2º período — turma de 05 anos e 3º período — turma de 06 anos. ● Ano letivo iniciou-se com 387 estudantes e terminou com 338 estudantes. ● Estudantes participam do Projeto Criança Saúde Ocular. ● Alguns estudantes são incluídos no Programa Renda Minha.
2004	<ul style="list-style-type: none"> ● Portaria n.º 03 de 12/01/2004, p.11 — Alteração de vinculação da Regional de Ensino do Recanto das Emas para Regional de Ensino do Gama. ● A turma de 2º período agora também é chamada de QMCM– Quanto Mais Cedo Melhor. ● Implantada a primeira turma de CASF — Classe de Aceleração das Séries Finais.
2005	<ul style="list-style-type: none"> ● Implantação do sistema I-Educar na secretaria escolar.
2007	<ul style="list-style-type: none"> ● Atendimento parcial dos estudantes por transporte escolar locado, através de cartão do Passe Livre.
2008	<ul style="list-style-type: none"> ● Implantação do projeto de Escola Integral para os alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental com atividades no contraturno escolar como: futebol, culinária, teatro e capoeira.

	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do projeto Segundo Tempo, parceria com o Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional. • Recebimento de recursos financeiros do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira– PDAF através do Decreto n.º 29.200 de 25/06/2008 que dispõe sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira para Apoio às Instituições Educacionais e às Diretorias Regionais de Ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal — PDAF, e dá outras providências. • Lotada a primeira professora Orientadora Educacional da escola.
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da Festa da Família como culminância do projeto Família Resgatando Valores e Dia da Consciência Negra. • Reinauguração da Biblioteca Cora Coralina através da parceria com o projeto Casa do Saber, que revitalizou o local com mobiliários e livros novos.
2013	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Transporte Escolar Rural a todos os alunos dos Anos Iniciais da Educação Básica. • Reforma dos banheiros dos estudantes através da verba do PDAF e instalação de câmeras de segurança com a colaboração dos pais e servidores da escola. • Realizada eleição escolar para a Direção e Conselho Escolar. • Palestra sobre o projeto Minho casa da ONG Sombra da Mata sobre destinação adequada de resíduos orgânicos.
2014	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação do Programa Cartão Material através da Portaria Conjunta SEDF/SEMPES/DF n.º 16 de 19/12/2013: Parágrafo único. O Cartão Material Escolar representa um auxílio pecuniário aos pais ou responsáveis por alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal, e tem por objeto complementar o valor despendido na aquisição do material escolar e oportunizar ao beneficiário poder de escolha quanto à qualidade do material a ser adquirido. • Lei n.º 13.005 de 25/06/2014—aprova o Plano Nacional de Educação—PNE com vigência decenal. • Realizada palestra com o tema automutilação infanto-juvenil.
2015	<ul style="list-style-type: none"> • Ano letivo iniciou-se com os professores em estado de greve, deflagrada ao final do ano em 19/10/2015 a 12/11/2015. • Lei n.º 5.499 de 14/07/2015—aprova o Plano Distrital de Educação—PDE com vigência decenal. • Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal-reconhece a Educação do Campo como modalidade de ensino de acordo com os artigos n.º 74 a n.º 84.

- Comemoração dos 50 anos do CEF Tamanduá. Esta comemoração ocorreu neste ano, pois os aniversários da escola levavam-se em conta a data de reconhecimento da Secretaria de Educação que ocorreu em 1966. Algum tempo depois a escola recebeu declaração expedida pelo Museu da Educação do DF como Escola Pioneira de Brasília, pois suas atividades iniciaram-se no ano de 1959, anterior a inauguração do nova capital do Brasil.
- Produção da cápsula do tempo para ser aberta após 5 anos.
- Realizado juntamente com a comunidade escolar os Dias Letivos Temático sobre Dengue e Bullying.

2016



(Figura 12 – Festa de comemoração do aniversário de 50 Anos do CEFTAM)

Meu nome é Maria Helena do Couto Câmara. Tenho 62 anos e trabalho no CEFAM há 25 anos. Vim do Estado de Goiás com 14 anos de idade para morar com a Dona Plina, esposa do meu irmão, que em 1968 começou a trabalhar aqui nesta escola como merendinha. Nessa época comecei a estudar aqui. Já existiam duas salas de aula que eram multisseriadas. Estudei até a quarta série pois não tinha ainda o ensino fundamental completo. Nesse período conheci o meu esposo e me casei numa cerimônia realizada nesta escola, no ano de 1969. Ainda mori nesta comunidade por alguns anos ainda e me mudei para Taguatinga. Em 1989 fiz o concurso da FEDE e retornei a escola como servidora, e aqui estou até hoje.

(Figura 13-Relato de Maria Helena Couto Câmara)

Relato realizado em comemoração aos 50 anos da escola pela servidora Maria Helena Couto Câmara, hoje aposentada, sobre sua trajetória pessoal e profissional no CEFTAM

<p>2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Implantação da primeira Classe Especial (Alfabetização) do Ensino Especial da Instituição de Ensino, com estudantes oriundos dos Anos Iniciais da Educação Básica. ● Implantado o 3º Ciclo de Aprendizagens do Ensino Fundamental da Educação Básica.
<p>2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Realizado o Dia Letivo Temático com o tema: Educação Patrimonial–Inventário Escolar. Estudos sobre a Meta 08 do PDE (Plano Distrital de Educação) e formado os primeiros grupos de trabalho para a construção do inventário histórico, social e cultural da escola. ● Ampliação do Transporte Escolar Rural para os Anos Finais da Educação Básica, assim 100% dos estudantes passaram a usufruir do direito estabelecido pela Meta 08 do PDE: <p style="text-align: center;">Garantir a política de transporte escolar exclusivo com monitor para a educação do campo, conforme a legislação vigente, que assegure o direito aos estudantes em todas as etapas e modalidades de ensino, assim como em todos os turnos, incluindo a presença da família no ambiente escolar quando necessário e visando o acesso e à permanência na escola, com padrões adequados de segurança, seguro de vida coletivo e trafegabilidade em vias públicas”</p> ● Os serviços de conservação e limpeza da instituição de ensino passaram a ser prestado por uma empresa terceirizada. Os funcionários efetivos destes cargos foram realocados em outras funções na própria escola. ● Reconhecimento da Instituição de Ensino como Escola Pioneira de acordo com o Museu da Educação do Distrito Federal.



(Figura 14-Declaração de Escola Pioneira do DF)

<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Entra em vigor as Diretrizes Pedagógicas do Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal—<i>que deverão nortear a organização do trabalho pedagógico e orientar as unidades escolares em seus níveis central, intermediário e local, de forma a conceber e estruturar a Educação do Campo.</i> ● Implantação da Horta Escolar em parceria com a EMATER.
<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● A ONS—Organização Mundial de Saúde declara estado de pandemia em virtude da contaminação e mortes ocasionadas pelo novo coronavírus (SARSCOV-19), causador da doença infectocontagiosa chamada COVID-19. ● O governado do Distrito Federal em virtude da pandemia institui o Decreto GDF n.º 40.509 de 11/03/2020: <p>Art. 2º Ficam suspensos, no âmbito do Distrito Federal, pelo prazo de quinze dias:</p> <p>III-atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada.</p> ● O decreto foi renovado várias vezes, prorrogando a suspensão das aulas presenciais em toda a rede de ensino até julho de 2021, devido à pandemia de COVID19. ● Início do sistema remoto de ensino para atender aos estudantes através de plataformas virtuais, atividades copiadas e enviadas para casa, WhatsApp, vídeo-aulas. Devido à falta de acesso a equipamentos tecnológicos e

	internet de qualidade, o ensino remoto em nossa instituição sofreu com a precariedade vivenciada pela comunidade do campo, tornando-se em algumas situações inviáveis, fazendo com que os gestores se deslocassem até as residências dos estudantes para entregar livros e atividades escritas a fim de minimizar a falta de acesso ao ambiente escolar.
2021	<ul style="list-style-type: none"> • Retorno das aulas presenciais a partir do 2º semestre letivo, em Regime de Alternância. As turmas foram divididas em dois grupos de alunos, um grupo frequentava a escola, enquanto o outro ficava em casa. Na semana seguinte era alternado esses grupos.
2023	<ul style="list-style-type: none"> • Eleição Gestão Democrática para os cargos de direção e Conselho Escolar
2024	<ul style="list-style-type: none"> • Posse da nova gestão escolar e conselheiros do Conselho Escolar. • Implantação da Educação de Jovens e Adultos (interventiva e multisseriada)

Os Pontos de Referência da CEFTAM

O Centro de Ensino Fundamental Tamanduá do Gama está situado numa área cedida pela Embrapa—Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, sendo seu principal ponto de referência a Embrapa Hortaliças, tendo outros pontos de referência como:

- Embrapa CTZL—Centro de Tecnologias para Raças Zebuínas Leiteiras (Conhecido na comunidade como Gado Leiteiro) situado na Rodovia DF-180, km 64, Recanto das Emas, Brasília—DF. Na região a atividade de produção de leite é de tempos remotos, anterior à época de implantação da escola na Fazenda Tamanduá.
- Outro ponto de referência é a “escola do balão” ou “escola da árvore”. O balão é uma rotatória da rodovia DF 290, e nele havia uma árvore de Flamboyant. Que morreu tendo sido cortada há alguns anos. Essa árvore já foi motivo de muitos acidentes de carros na rodovia, pois não

havia iluminação pública na via e os carros não visualizavam a árvore em tempo hábil para desviar dela durante a noite. O balão está no nível da pista não havendo meio fio para delimitá-lo. Aparentemente a árvore morreu por motivos naturais, ou pode ter tido suas estruturas abaladas em virtudes das várias batidas. Mas até hoje a árvore está viva na memória das pessoas que a usam de ponto de referência da escola.

As Atividades Culturais

Na instituição de ensino existem algumas atividades culturais que já fazem parte do calendário de festividades da comunidade como a tradicional Festa Junina que ocorre geralmente no mês de junho ou julho e conta com barraquinhas de comida, jogos de pescaria, bazar de roupas, quadrilha e danças juninas e a distribuição de canjica. Quem come afirma ser uma das melhores. Como a escola trabalha com várias etapas da educação básica foi nomeada de Quadrinha Formiguinha a de anos iniciais e Quadrinha Formigão há de anos finais.

A renda da festa é revertida em melhorias da merenda escolar, pequenos consertos, auxílio em outras festividades como Dia das Crianças, etc. O bazar é muito esperado também, pois oportuniza à comunidade comprar roupas em ótimo estado a um preço acessível, uma vez que as peças são doadas pelo corpo de funcionários da escola, assim não existindo custo a escola. A renda arrecada no bazar é doada aos formandos do 9º ano que viajam a Caldas Novas como atividade de formatura.

A festa junina também conta com o Concurso Rainha e Rei da Pipoca entre os alunos dos anos iniciais da Educação Básica. Não existindo escolha de apenas um candidato ou candidata por turma. Quantos estudantes desejarem participar do concurso poderão, sendo vencedor ou vencedora aquele que vender mais votos. O valor arrecadado nesta atividade é utilizado para comprar lembranças a todos os candidatos; premiação aos primeiros colocados, que em entrevistas realizadas anteriormente sugerem um presente que gostariam de ganhar e o saldo que fica é revestido em atividades somente dos anos iniciais.

A viagem a Caldas Novas é outra atividade muito esperada pelos estudantes dos anos finais. A escolha da cidade foi realizada no primeiro ano da viagem e até hoje continua sendo o destino escolhido. É sabido que muitas vezes é a primeira viagem para lugares mais distantes dos nossos estudantes. A confiança dos

pais na escola garante a alguns alunos a sua primeira viagem sem a supervisão dos seus pais e/ou responsáveis.

A Organização do Trabalho Escolar

A organização do tempo e espaço na escola interfere na organização do processo didático, no sentido de revelar como o trabalho é concebido e realizado no ambiente escolar, conforme afirma Wallon apud Almeida (2000, p. 86): “Somos componentes privilegiados do meio do nosso aluno, torná-lo propício ao desenvolvimento é nossa responsabilidade”.

A escola funciona em dois turnos: matutino e vespertino e os alunos estão organizados em turmas da Educação Básica estruturadas na forma de ciclos para as aprendizagens sendo: 1º ciclo (Educação Infantil-1º e 2º períodos), 2º ciclo (1º ao 5º ano), 3º ciclo (6º ao 9º ano) e Ensino Especial, conforme a tabela abaixo:

Etapa - Modalidade de Atendimento (2024)	Número de Turmas	Número de Alunos
Educação Infantil – 1º e 2º Período	2	46
Ensino Fundamental - Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	6	135
Ensino Fundamental - Anos Finais (6º ao 9º Ano)	8	149
Educação de Jovens e Adultos (interventiva – multisseriada)	1	3
TOTAL	17	333

As turmas de Ensino Fundamental Anos Finais e a EJA (Interventiva) funcionam no turno matutino de 07h30min às 12h30min. As turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais funcionam no turno vespertino das 12h30min às 17h30min horas.

De tempo em tempos a escola realiza consulta pública a comunidade sobre a necessidade em trocar os turnos de atendimentos das turmas de anos iniciais com a de anos finais. E por maioria dos votos à comunidade decide em permanecer com o atendimento da forma que é oferecido.

O corpo docente está formado para o ano de 2024 segundo a tabela abaixo:

Número total de funcionários	Carreira Magistério	Carreira Assistência	Monitor Educador Social Voluntário
-------------------------------------	----------------------------	-----------------------------	---

47	Efetivo	Temporário	Efetivo	Terceirizados	02
	17	12	4	13	

- Professores Regentes:
 - Anos iniciais:
 - 08 professores–40 horas
 - sem coordenador
 - Anos finais:
 - 09 professores -40 horas (Português, Matemática, História, Geografia, inglês, Educação Física, Ciências e Artes)
 - 01 professores – 20 horas (Matemática e CN)
 - 02 professores – 20 horas (EJA – interventivo)
 - 01 coordenador – 40 horas
- Professores Readaptados ou Restritos de Função:
 - 01 professores na sala de leitura–40 horas
 - 03 professores no apoio à coord. pedagógica–40 horas
 - 01 diretora escolar
- Professores em outras áreas de atuação:
 - 01 diretora–40 horas
 - 01 vice-diretor–40 horas
 - 01 pedagoga na Equipe de Apoio à Aprendizagem
 - 01 orientadora educacional – 40 horas
 - 01 supervisora pedagógica

Carreira Assistência à Educação:

- 01 chefe de Secretária
- 01 supervisor administrativo
- 02 agentes Conservação e Limpeza (Empresa Interativa)
- 02 agentes de Copa e Cozinha (Empresa GE)
- 04 agentes de Vigilância (Empresa)
- 02 auxiliares técnico-administrativos
- 02 monitores educacional social voluntário

O Docente na Escola do Campo

Em 2021 foram realizados estudos sobre as Diretrizes das Escolas do Campo do DF e leitura de textos das visitas aos territórios da comunidade escolar. As atividades ocorreram remotamente durante as coordenações coletivas, e foram abordados junto aos professores questionamentos como:

O que te levou a trabalhar na Escola do Campo?

Professores	Respostas
Entrevistado 1	Quando cheguei de Minas Gerais em 1993 para morar no DF, vim direto para a Ponte Alta morar na chácara do meu ex-sogro. Sempre que passava pela escola pensava: um dia vou trabalhar aqui. Nessa época eu tinha contrato temporário no CEF 09 do Gama. Quando passei no concurso eu já morava em Luziânia-GO e mesmo assim vim até a escola ver se tinha vaga. Dei sorte que existia a vaga e assim que tomei posse vim direto para cá. Estou aqui há 24 anos.
Entrevistado 2	A princípio não foi por escolha, era contrato temporário e na minha área só tinha carência no CEFTAM. Com o passar do tempo fui me apaixonando pelo lugar e por suas peculiaridades. Esse ano completei 26 anos de regência na Escola do CAMPO: 24 anos no CEFTAM e 2 Anos no CED CASA GRANDE.
Entrevistado 3	A primeira vez que fui trabalhar foi relacionado às devoluções e acabei indo por não ter outras opções. Mas me apaixonei pelo lugar e pelo trabalho... depois acabei sendo devolvida novamente e alguns anos depois tive a oportunidade de retornar, mas dessa vez fui por vontade própria e não quero mais sair. O ambiente, os alunos, tudo me faz querer ficar.
Entrevistado 4	Conhecer na prática uma realidade que eu apenas conhecia na teoria.
Entrevistado 5	A primeira escola que trabalhei na SEE/DF foi do Campo, uma experiência muito feliz, quando decidi voltar para sala de aula, resolvi voltar para o Campo. Também fui coordenadora regional das escolas do Campo.
Entrevistado 6	O desejo de conhecer a realidade escolar do campo e saber se realmente existia uma diferença entre alunos do campo e alunos da cidade.
Entrevistado 7	Gosto muito do público discente da escola do campo. Sinto os mesmos mais esforçados e dedicados na execução das atividades propostas. E a relação aluno/professor é bem mais respeitosa. Isso tudo é um

	atrativo para trabalhar nas escolas do campo; sem contar o ambiente familiar e tão próximo da natureza. Para mim isso favorece e enriquece muito o nosso trabalho como professor.
Entrevistado 8	Única opção quando tomei posse na SEE/DF oferecida pela regional de ensino.
Entrevistado 9	Queria trabalhar com um público diferenciado, uma experiência diferente.
Entrevistado 10	A paz do campo.
Entrevistado 11	Como eu sempre trabalhei em escolas urbanas, fiquei curioso em conhecer o ritmo de trabalho na escola do campo, bem como a sua clientela.
Entrevistado 12	Proximidade com minha residência.
Entrevistado 13	Já havia trabalhado em outras escolas do campo, e gostei muito do envolvimento da comunidade.
Entrevistado 14	Paz e tranquilidade. Por causa da minha restrição.

Outro questionamento abordado afim de reconhecer a identidade e experiência na docência do campo foi:

Conte um pouco da sua experiência profissional nesta área?

Professores	Respostas
Entrevistado 15	Cheguei agora, estou me adaptando, mas é muito diferente das escolas urbanas.
Entrevistado 16	Adoro o ambiente e a comunidade desta escola. Sinto-me muito motivada com o meu trabalho aqui e a convivência com meus alunos me faz melhor, não só como profissional, mas como pessoa.
Entrevistado 17	Foi uma experiência fantástica. As crianças e jovens que estudam nesta área são muito diferentes dos jovens e crianças que estudam na cidade. Sem falar que o ambiente é muito agradável.

Entrevistado 18	<p>Eu já trabalhei muitos anos na zona urbana. Tive experiências boas e ruins também. Porém, depois que fui trabalhar em escolas do campo me identifiquei e senti uma satisfação maior para efetuar meu trabalho. Trabalho a bastante tempo a noite na educação de jovens e adultos em escola do campo e um tempo pouco menor com adolescentes no diurno no CEFTAM. De dia o entusiasmo é maior, pois são adolescentes com toda energia que a fase proporciona. A noite são adultos, a grande maioria trabalha e vem do serviço direto para a escola. Porém, ambos com objetivo comum de aprender para obterem um futuro próspero. Sou feliz por trabalhar em escolas do campo. Existem algumas dificuldades, mas cremos que devemos olhar para a frente e enfrentar as mesmas com o que temos “força de vontade”.</p>
Entrevistado 19	<p>Tive meu primeiro contato com o assunto ESCOLA DO CAMPO, na época ainda chamada de Escola de Zona Rural, quando assumi a primeira vez a função de chefe da Unidade de Ensino Básico (UNIEB) na Regional do Gama. Depois disso fui trabalhar em uma Escola Regular (tinha vindo do CEE) para conhecer essa realidade. Em 2017 voltei a assumir a função de chefia da UNIEB e já estava em curso o "processo" denominado Inventário com o qual trabalhamos hoje, pela função exercida participei de várias reuniões, encontros e debates "teóricos" sobre o assunto. Em 2019, quando saí da Regional decidi trabalhar em uma turma de alfabetização, mas numa Escola do Campo e assim parei no CEF TAMANDUÁ.</p>
Entrevistado 20	<p>Sou professora substituta (contrato temporário), às vezes não temos muitas escolhas, mas sempre quando possível, dou prioridade para escolas do campo, acho uma clientela mais humilde, os alunos são esforçados e carinhosos. A experiência que tive trabalhando em outras escolas, me levou a ter uma outra visão da escola do campo. Esse ano estou com uma turma de 3º ano, trabalhando com os alunos através das aulas remotas, mas já percebi como é bem parecida a comunidade, a maioria dos meus alunos moram no acampamento Che Guevara, são pais e alunos bem humildes, porém participativos.</p>
Entrevistado 21	<p>Realizei a minha graduação participando do Programa Especial de Treinamento – Pet, e recebi uma bolsa para continuar cursando a UnB. Trabalhávamos em São</p>

	Gabriel, São João D'Aliança com a comunidade rural, Calungas e Sem Terra sobre a importância da preservação da cultura, educação e meio ambiente. Me identifiquei na hora quando fui para o CEF TAMANDUÁ.
Entrevistado 22	Trabalho na SEE/DF há 23 anos atuando no SEAA há 7 anos e meio, gosto muito de atuar nessa área, pois é a área onde a ajuda sempre é bem-vinda.
Entrevistado 23	Para mim é enriquecedor conhecer mais e mais a comunidade, trabalhar com as gerações das famílias, suas histórias e tão diferentes realidades. Também tive a oportunidade de trabalhar desde a Educação Infantil ao 9º ano, o que me faz ter vontade de me aperfeiçoar mais diariamente.
Entrevistado 24	Sou do tempo em que o professor que trabalhava na chamada Zona Rural, dava aula de tudo, isso mesmo, dei aula de várias disciplinas. E foi através desses desafios que aprendi muito. A Escola do Campo abriu vários horizontes na minha vida profissional e me fez ter um olhar diferente para a vida.
Entrevistado 25	Não tenho experiência nesta área porque a minha rotina de trabalho foi em escolas urbanas.
Entrevistado 26	A escola me proporcionou desenvolvimento e crescimento nos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. Acolhimento dos colegas, alunos e comunidade.
Entrevistado 27	Tenho pouco tempo de escola do campo e realmente é bem diferente das escolas urbanas. A organização deixa a desejar por demorar e às vezes não chegar certas atividades para professores e alunos. O acesso à cultura, por exemplo, o transporte escolar deixa engessado certa flexibilidade. Mas é muito bom o envolvimento da comunidade escolar e o carinho dos alunos e equipe da escola.
Entrevistado 28	Ter vivido no campo toda a minha vida foi a minha maior experiência para sonhar em lecionar em escolas nesta região. Como professora me apaixono a cada dia mais pela realidade que conhecia e venho conhecendo mais.
Entrevistado 29	Todo o meu crescimento profissional e como ser humano foi a partir da experiência que vivencio no dia a dia da

	nossa comunidade escolar, da qual tenho a honra de fazer parte.
--	---

A Coordenação Pedagógica

Consoante a portaria de distribuição de turmas para o ano de 2022, a escola faz jus a 02 coordenadores pedagógicos, sendo um para os anos iniciais e outro para os anos finais da Educação Básica. As coordenações coletivas que tratam de assuntos pedagógicos e administrativos são realizadas as quartas-feiras pelos professores, coordenadores e por um dos membros da direção escolar. Os demais dias são destinados a coordenações individuais ou por área do conhecimento. Sendo facultado as segundas e sextas-feiras o comparecimento a unidade de ensino para realização de coordenação.

Nas coordenações são planejados desde o dia a dia das aulas, como também atividades semanais, mensais, bimestrais e/ou anuais. São tratados os conteúdos a serem ministrados, os temas dos projetos a serem desenvolvidos, as dificuldades de aprendizagem dos alunos, os avanços na aprendizagem, as rotinas da biblioteca e laboratórios de informática, os alunos que devem ser encaminhados aos serviços de apoio como Serviço Especializado de Atendimento ao Aluno, Orientação Educacional. O período de coordenação também é destinado ao atendimento aos pais e/ou responsáveis que necessitam de ajuda ou vão buscar informações da vida escolar de seus filhos.

Para o ano de 2021, em virtude da pandemia de Covid19, essas normas de coordenação foram alteradas para via remota.

A escola é atendida pelo Programa Nacional do Livro Didático. A cada três anos há a escolha do livro a ser utilizado nos anos letivos. A escolha de anos iniciais se dá mediante colegiado por decisão da maioria de qual livro será utilizado, uma vez que a rotatividade de docente no ano e turma ocorre anualmente. A escolha do livro didático para os anos finais se dá por disciplina, ficando a cargo do professor e coordenador a indicação do título utilizado, pois a escola praticamente tem apenas um professor para cada disciplina. Os livros são utilizados como base para a introdução de conteúdo, não se reduzindo a ele o conhecimento ou conteúdo aplicado, pois muitas vezes não estão adaptados à realidade do campo.

Em ações para construção do inventário histórico-cultural e social da escola em 2018 os alunos desenharam a planta baixa da escola com o auxílio dos professores da área de matemática e sobre orientação do então coordenador **Tarcílio Negreiros**, que era cursista da formação continuada para as Escolas do Campo na EAPE.



(Figura 15 - Medição da escola pelos estudantes)



(Figura 16 – Professores e Estudantes elaborando as escalas do mapa)



(Figura 17 - Professores e Estudantes elaborando as escalas do mapa)

A Estrutura Física

Em 2021 a escola passou por algumas alterações na estrutura física, em virtude das normas sanitária da pandemia de COVID19 e outras de fundo técnico/pedagógico para adequações de ambiente em relação à funcionalidade de atendimento. Abaixo foi editado sobre a planta baixa de 2018 as novas alterações:



(Figura 18 – Mapa da planta baixa da escola elaborada pelos estudantes)

Água

O abastecimento de água na instituição de ensino é realizado através de poço artesiano, a água é bombeada para a caixa d'água central e depois distribuída para as dependências da escola. A água passa por filtração em duas etapas: pelo filtro central da caixa d'água e no filtro dos bebedouros. A análise da qualidade da água é realizada pela ADASA e Vigilância Sanitária, que realizam testagens de diferentes locais de captação como torneiras, saída e entrada da caixa d'água e do próprio poço. A água sempre teve aprovação para consumo humano, principalmente as amostras do poço artesiano. Por algumas vezes houve alteração na qualidade na amostra do reservatório da caixa d'água, foi realizada a limpeza normalizado a qualidade da água.

Descarte do Lixo

Quanto ao tratamento e descartes do lixo escolar temos três tipos de resíduos: orgânicos da merenda escolar, orgânicos e seco (recicláveis) da escola. Os resíduos da merenda escolar são realizados de acordo com o Caderno de Legislação 2021 do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, atualizado em 04/01/2021, que diz:

4.5 MANEJO DOS RESÍDUOS

4.5.1 O estabelecimento deve dispor de recipientes identificados e íntegros, de fácil higienização e transporte, em número e capacidade suficientes para conter os resíduos.

4.5.2 Os coletores utilizados para deposição dos resíduos das áreas de preparação e armazenamento de alimentos devem ser dotados de tampas acionadas sem contato manual.

4.5.3 Os resíduos devem ser frequentemente coletados e estocados em local fechado e isolado da área de preparação e armazenamento dos alimentos, de forma a evitar focos de contaminação e atração de vetores e pragas (...).

O lixo produzido na escola é separado entre secos e molhados. Cada sala de aula e áreas coletivas possuem duas lixeiras distintas para essa destinação. Ao final de cada turno o lixo é recolhido e acondicionada em lixeiras maiores na entrada da escola para que as terças-feiras e quinta-feira a coleta pública recolha os resíduos orgânicos, e nas sextas-feiras uma equipe da Embrapa recolha o lixo seco, por ser o órgão público de maior proximidade da escola, que conta com projeto de coleta seletiva de materiais recicláveis?

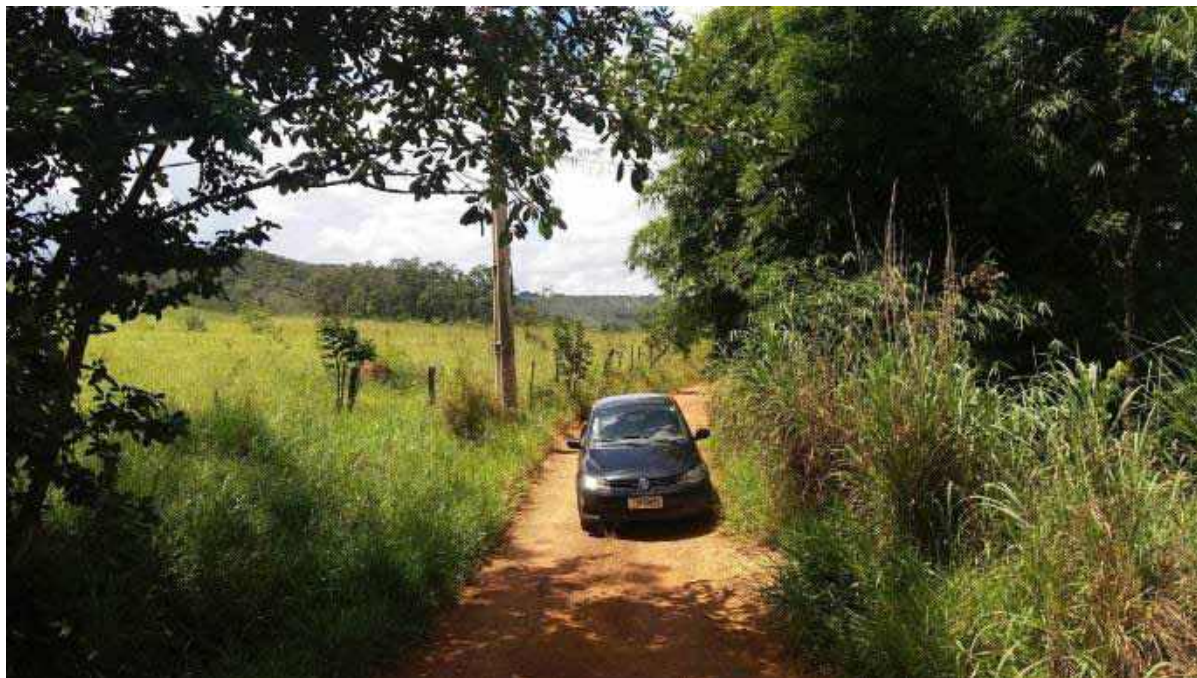
Meios de Transporte

A comunidade escolar utiliza vários meios de transporte para se locomover no território da Ponte Alta como carros próprios, linha de ônibus 206.1 e o transporte escolar rural (locado).

A maioria dos estudantes chega à escola através do transporte escolar rural conforme a Resolução CNE/CEB n.º 2, de 28 de abril de 2008, que:

Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para desenvolvimento da Educação Básica no Campo, definindo critérios para nucleação de escolas e atendimento pelo transporte escolar com a preocupação de ampliar as possibilidades de oferta de educação o mais próximo possível da moradia dos estudantes.

Em uma das ações da construção do inventário, o corpo docente realizou alguns trajetos no ônibus escolar para conhecer os percursos e dificuldades enfrentadas por nossos alunos diariamente.



(Figura 19 – Meio de transporte: carro particular)



(Figura 20 – Meio de transporte: moto particular)



(Figura 20 – Meio de transporte: Transporte Escolar Rural)

O transporte escolar é realizado por empresa particular que deve manter um motorista e monitor identificados para segurança dos estudantes. No caso do CEF Tamanduá os ônibus estão em razoável estado de conservação. Durante o trajeto foi percebido que cada rota tem suas especificidades como belas paisagens naturais (flora), córregos, áreas de péssimo acesso devido à composição do solo, o ônibus sacode muito devido à estrada de chão, que por vez estão descuidadas.



(Figura 21 – Faixa de reivindicação de reforma da rodovia)

A principal rodovia (DF 180) pavimentada está em condição precária, sendo motivo de ações coletivas dos moradores, junto ao DER e demais órgãos públicos responsáveis pelas estradas. Reivindicam a reforma da pista com nova pavimentação, e não somente com operação tapa buracos, que não resolve mais a situação devido ao avançado estado de desgaste e remendos no asfalto.

O corpo docente não pode contar somente com o transporte público para chegar à escola no horário de atendimento aos alunos, pois os horários disponibilizados pela empresa não atendem à demanda escolar, nem da comunidade em geral, que fica à mercê da boa vontade de carona de conhecidos. As paradas de ônibus são insuficientes e as que existem estão em péssimo estado. Os funcionários da escola para amenizarem a dificuldade de deslocamento realizam carona solidária entre eles. O que ocorre também com muitos pais e ou responsáveis, quando necessitam ir à instituição de ensino.

As relações de Cultivo da Terra

No ano de 2019, em parceria com a Emater, foi implementado o projeto de horta escolar para o cultivo de folhosas (alface, couve, cebolinha e coentro). Foi um projeto realizado em todas as etapas do Ensino Fundamental, uma do matutino (anos finais) e uma do vespertino (anos iniciais) eram responsáveis por cultivar um canteiro. Os estudantes realizaram todo o processo da cadeia produtiva, desde a montagem do canteiro a colheita.

A Emater colaborou com as orientações técnicas aos professores, de qual procedimentos deviam desenvolver com os estudantes, em cada etapa do cultivo.

Para alguns estudantes foi a primeira experiência com a agricultura, para outros que vivem essa realidade em casa, foi momento de compartilhar os seus conhecimentos com o cultivo da terra. O processo de colheita foi realizado e a produção foi destinada à merenda escolar.



(Figura 22 – Foto do início das atividades da horta escolar no ano de 2019)

Em 2020 a escola paralisou os projetos com relação ao cultivo da terra, devido às restrições de combate a pandemia de Covid19. O que inviabilizou o prosseguimento do cultivo da horta, em virtude da suspensão das aulas presenciais no ano de 2020.

Já no ano de 2022, após período pandêmico, a escola retomou suas atividades de cultivo da terra, reativando os canteiros existentes e construindo mais alguns. O projeto prosseguiu com o mesmo formato anterior de distribuição das atividades, com todas as turmas tendo a oportunidade de escolher o que produzir nos seus canteiros.



(Figura 23 – Foto da horta escolar no ano de 2022)

A diversidade de sujeitos do camponês

Diante da diversidade social, política, cultural, e geográfica da comunidade escolar se fez necessário identificar os principais tipos de modo de vida camponês presente na comunidade para se entender os avanços e desafios nas relações entre comunidade e escola, a fim da consolidação de uma escola do campo, que veja a diversidade como algo imprescindível ao ser humano.

De acordo com Bogo (2010) para se conceituar e identificar os modos de vida camponês se faz necessário considerar as diversas características das regiões do Brasil, a natureza constitutiva, as formas produtivas e situações sociais em que está imersa a comunidade, fazendo cinco diferenciações que ajudam entender esses modos de vida:

- a. Pelas características das atividades produtivas com a força de trabalho familiar (quebradeiras de coco de babaçu, castanheiros, seringueiros, lavradores, colonos, pequenos agricultores, sertanejos nordestinos, meeiros, assentados);
- b. Condição social histórica sem definição de propriedade (quilombolas, posseiros, agregados, rendeiros, meeiros, sem-terra, acampados);
- c. Localização geográfica e residencial (ribeirinhos, extrativistas, cizaleiros, fundo de pasto);

- d. Assalariados temporários e avulsos que moram na terra, mas parte da renda extraem da venda da força do trabalho (diaristas, vaqueiros, peões);
e. Caboclos e comunidades indígenas. (BOGO, 2010, p. 92 – 93)

Baseados nas definições de Ademar Bogo e considerando-se as identificações regionais da comunidade Ponte Alta, foi aplicado um formulário e os estudantes escreveram, espontaneamente, qual trabalho sustentava sua família, e identificou-se que na escola quanto ao modo de trabalho e de vida camponês apresenta três tipos de aproximações com a comunidade, podendo ser assim identificadas: i) a diversidade de sujeitos do campo; ii) sujeitos do campo, que não trabalham com a terra, e iii) o sujeito oriundo de assentamento de lutas sociais. As atividades e profissões declaradas pelos estudantes foram sistematizadas na tabela abaixo:

Qual trabalho sustenta sua família		
Sujeitos do campo que trabalha com o cultivo da terra	Sujeitos do campo que não trabalham com a terra	Sujeito do campo oriundo de assentamento de lutas sociais
agricultor desempregado caseiro chacareiro criador rural cuidador de cavalos desossador na JBS S.A entregador de verduras feirante gerente de fazenda granjeiro jardineiro manutenção de haras ordenhador porteiro do condomínio produtor de hortaliças serviços gerais de fazenda trabalha rastelando trabalhador da Horta Lima trabalhador da Suinocop trabalhador da JBS S.A trabalhador do Incubatório LJIL trabalhador em granja de galinha trabalhador no Pontal Frigorífico trabalhador rural tratorista vendedora de folhagem vendedor de verduras	advogado aposentada artista autônomo auxiliar de limpeza escolar barbearia cabeleireira carregador de caminhão comerciante coordenador financeiro costureira corretor de imóveis cozinheira clube de tiro cuidadora de crianças cuidadora de idoso delegado desempregado diarista doméstica dona de restaurante estética encarregado de obras eletricista eletrotécnico do metrô engenheiro do metrô estoquista farmacêutica faxineira garçom manicure marceneiro mecânico da Embrapa mestre de obras motorista de ambulância	açougueiro auxiliar de lanchonete corretor costureira desempregado design de sobancelha desossador na JBS S.A diarista doméstica estoquista garçom lanternagem de carros manicure mecânico de automóveis montador de móveis pedreiro porteiro seguro desemprego serviços gerais no shopping trabalhador da construção civil trabalhador da JBS S.A trabalhadora de creche escolar trabalhador em lava-jato trabalhador em padaria trabalhador em restaurante. Trabalhador em supermercado Vigilante cultivo da terra com: <ul style="list-style-type: none"> pequenas culturas (feijão, milho, mandioca) criações (galinhas e cabras)

	motorista de ônibus escolar padeiro pedreiro pintor policial porteiro professora representante de indústria farmacêutica salva-vidas no SINDJUS serviços gerais servidor público trabalhador da construção civil trabalhador de pet shop trabalhador de supermercado trabalhador em hotel trabalhador em restaurante trabalhador em fonte de água mineral trabalhador do Banco do Brasil tratorista técnico em enfermagem vendedora da Natura vendedora de roupas vendedor de churrasquinho vigilante	
--	---	--

Os Territórios da Comunidade Tamanduá

De acordo com Roseli Caldart “é fundamental conhecer a história (transformações) do território onde a escola se insere: o percurso da comunidade, das famílias, do lugar em que estamos hoje vivendo, trabalhando” (CALDART, 2016, p. 10).

Através dessa necessidade juntamente com as formações do Curso Escola da Terra – 2018 a comunidade escolar iniciou um estudo sistematizado por meio de territórios estudos, segundo a localização dos núcleos familiares e dos modos de vida camponês, observando a definição de território como um o espaço físico onde o sujeito vive e constrói relações político-sociais que podem modificar o meio com ações política, ambiental, cultural e sociais por meio de ações individuais ou pela força da coletividade (SEEDF, 2018).

Para efeito deste estudo a comunidade escolar foi dividida em sete territórios geográfico (Acampamento Che Guevara, Bar do Gordo, Cerâmica Santa Maria, Chácara Camargo, Condomínio Asa Branca, Território Sindjus e Território Suinocop) de acordo com sua localização, história de formação e do modo de relação que esses sujeitos mantêm com o trabalho e a produção na terra.

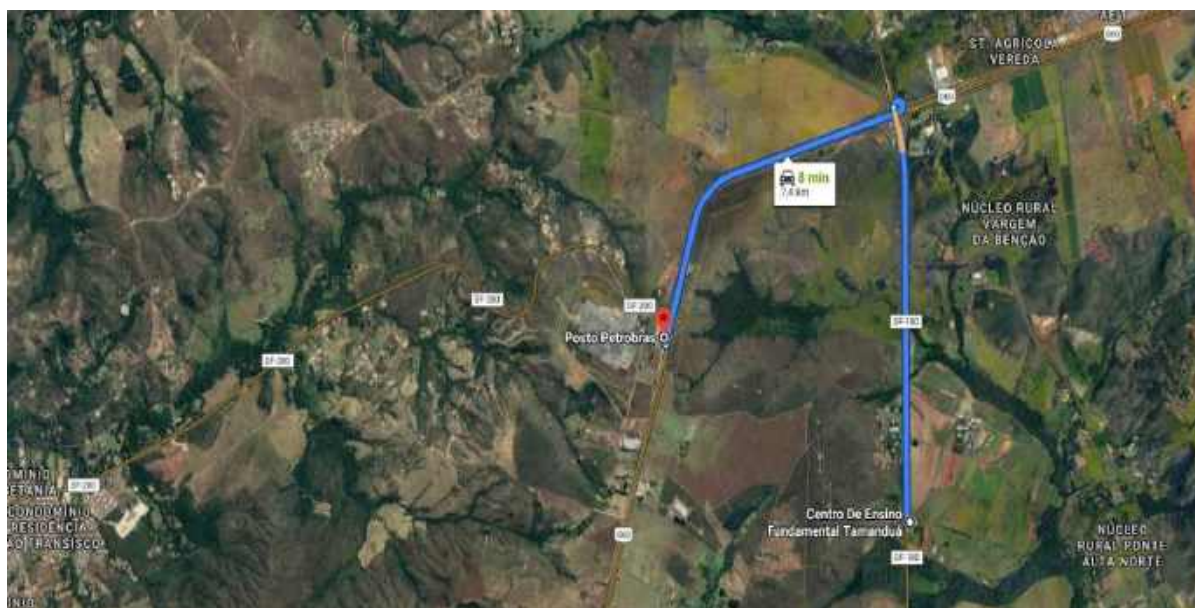
Acampamento Che Guevara

Visitadores: Araken, Elizabeth, Joelma, Marines e Ronison

Entrevistados: Cláudio, Dona Rosa, Gleice, Maria e Petra

Estudantes: Anderson, Breno, Clara, Daniel, Darlan, Gabriel, Gabriele, Giovanna, Isabel, Isabelle, João, Juan, Júlia, Larissa, Leice, Mariana, Miguel, Milena e Wanderley.

Data: 12/03/2019



(Figura 24 – Mapa de trajeto escola Acampamento Che Guevara)

A algum tempo a comunidade escolar do CEF Tamanduá também é composta por acampados das lutas sociais pela reforma agrária. Atualmente na escola temos matriculados estudantes do Acampamento Che Guevara, localizado em área pública da cidade de Samambaia na Rodovia BR 060, tendo em suas redondezas alguns pontos de referência como:

- Acampamento Rosa Luxemburgo – Samambaia
- Furnas Centrais Elétricas – Subestação de Samambaia
- Posto de Fiscalização Tributária da Receita do DF – Rodovia BR 060
- Posto Petrobrás – Rodovia BR 060 Km 13
- Rodovia DF 280 via de acesso à cidade de Santo Antônio do Descoberto



(Figura 25 - Café da manhã coletivo no dia da visitação ao Acampamento)

A visitação ao acampamento iniciou com a acolhida dos visitantes na tenda onde realizam suas reuniões coletivas. Petra, a responsável pela organização do acampamento, declamou um poema sobre a luta pela terra. Depois a comunidade ofereceu um lanche coletivo servido a todos os presentes. Após esse momento os visitantes foram conhecer o acampamento com os alunos, que contavam onde moravam, quais os animais que tinham, quais os tipos de cultivos e as dificuldades que enfrentam principalmente pela escassez de água.

Durante a visitação ao Acampamento Che Guevara, que faz parte da FNL – Frente Nacional de Luta Campo e Cidade, tivemos uma verdadeira aula sobre movimento social de reforma agrária. Os esclarecimentos dos seus líderes desmistificaram os acontecimentos divulgados pelos meios de comunicação de maneira tendenciosa a criminalizar o movimento. Também foi percebido como não distribuir a terra de forma justa, levou muitos moradores a aderirem ao movimento, por não dar conta de pagar aluguel na cidade e ficaram sem ter para onde ir.

Eles estão acampados na BR 060 a cinco anos aproximadamente (2017) e atualmente vivem lá 150 famílias, sem espaço para novas famílias, dos quais muitos de seus filhos são alunos da escola, pois uma das regras desse coletivo é que criança em idade escolar não pode ficar fora da escola. A área em questão só tem espaço para assentar 30 famílias, conforme a legislação do Incra, onde cada unidade rural não pode ter menos de 2 hectares. De acordo com informações do senhor Cláudio

(um dos responsáveis pelo acampamento) quando houver a regulação das terras, as famílias não contempladas irão buscar outras terras improdutivas para novos assentamentos.

Atualmente os lotes do acampamento possuem medidas de 20mX30m distribuídos em cinco ruas bem organizadas. As casas são construídas de madeiras, madeirites ou lonas, e geralmente esses materiais são doados por terceiros. Mesmo nestas pequenas propriedades as famílias precisam praticar alguma atividade de agricultura ou pecuária. Dizem que demoraram para iniciar a produzir por medo de perder seus cultivos, devido aos dois pedidos de reintegrações de posse que já passaram.



(Figura 26 – Foto das ruas do Acampamento)



(Figura 27 – Foto de moradia de madeira no Acampamento)



(Figura 28 – Foto de moradia de lona no Acampamento)

Mesmo receosos na comunidade já existem algumas relações com a agricultura e a pecuária, mediante cultivos individuais de hortaliças, criação de galinhas, plantação de milho e mandioca, e estão terminando de fazer um tanque de piscicultura para produção coletiva. As produções de hortaliças e animais não são vendidas, sendo consumidos pelas próprias famílias.



(Figura 29 - Criação de caprinos no Acampamento)



(Figura 30 - Plantação de milho no Acampamento)



(Figura 31 - Criação de galinhas no Acampamento)

A liderança, mas ativa no acampamento, é da Senhora Petra, responsável por organizar as ações da comunidade, onde os moradores são divididos em coletivos para melhor organização das ações sociais, culturais, de saúde, de educação. A cada 10 famílias formam-se um grupo social, um coletivo de trabalho com dois coordenadores, sendo obrigatoriamente um homem e uma mulher, para as lideranças serem igualitárias no aspecto de gênero. Também existem algumas atividades culturais como a Casa da Mulher Camponesa que trabalham com artesanato e o CCJ – Comunicação Cultural e Juventude, que buscam não deixar a cultura e a história do movimento pelas lutas sociais e de reforma agrária serem esquecidas.

Os moradores do acampamento são atendidos por algumas políticas públicas como o CRAS – Centro de Referência e Assistência Social de Samambaia e pelo Posto de Saúde n.º 3 de Samambaia, que auxilia e orienta o tratamento para o consumo da água na comunidade. Não reclamaram de falta de acesso ao transporte público, por conseguirem se locomover através da BR 060. Todos os estudantes do CEF Tamanduá que moram no acampamento são atendidos pelo Transporte Escolar Rural.

O abastecimento de água da comunidade é realizado via carro Pipa, pago por cada morador, que armazena a água de cada casa em caixa d'água. Dona Rosa, a responsável pelo coletivo da água, relata que solicita o abastecimento uma vez na semana, porém muitas famílias não conseguem arcar com o custo da água. A mina de onde vem a água do carro pipa é da Caesb em Taguatinga. Ainda existe na comunidade um poço usado apenas para beber e cozinhar, pois não tem capacidade de gerir quantidade suficiente para demais atividades, por isso a necessidade de comprar água do carro pipa.



(Figura 32 – Dona Rosa, responsável pelo coletivo de saúde do Acampamento)

O esgoto é escoado mediante fossa séptica construída em cada moradia.

Existe distribuição de energia elétrica para as famílias, porém de maneira irregular. O acampamento está localizado bem próximo às torres de transmissão de energia de Furnas.



(Figura 33 – Foto das linhas de transmissão de Furnas)

A comunidade não usufrui de coleta pública de lixo, cabendo a cada morador cuidar de seu lixo e coletivamente eles levam o lixo produzido a alguma lixeira as margens da rodovia onde passe a coleta de lixo. A limpeza das ruas do acampamento é realizada uma vez por semana, via mutirões dos moradores. O mato recolhido durante a limpeza serve de adubo para as produções da comunidade.

Quanto aos recursos naturais nas proximidades do acampamento existe uma cachoeira, que está localizada mais próxima do Assentamento Rosa Luxemburgo, onde os moradores dessas duas comunidades usam para o lazer. Também encontramos algumas plantas nativas do cerrado.



(Figura 34 – Planta nativa do cerrado no Acampamento)

Muitas famílias do coletivo Che Guevara residem no meio camponês, mas vivem de trabalho assalariado de serviços não ligados ao cultivo da terra, outras estão sem nenhum tipo de emprego e há as famílias que realizam a agricultura familiar no próprio acampamento. Há cultivos de milho, feijão e hortaliça, e criação de galinhas, porcos e caprinos. Como uma ação coletiva estão implantando a piscicultura no acampamento e já prepararam os tanques de criação dos peixes. Os moradores do acampamento se ofereceram para produzir uma horta na escola, criando uma parceria comunidade/escola.

Os moradores do acampamento relatam a tensão que vivem diariamente frente ao medo de serem expulso do local onde estão, e sonham com o dia do assentamento de suas famílias, para poderem de fato realizarem o uso da terra para a agricultura.

Para finalizar a visitação, o coletivo do acampamento se reuniu para cantar a música:

Essa luta é nossa
 Essa luta é do povo
 É só lutando que se constrói um Brasil novo
 Essa luta é nossa
 Essa luta é do povo
 É só lutando que se constrói um Brasil novo

São 500 anos de miséria e exploração
 E o nosso povo sem saúde e educação

Essa luta é nossa
 Essa luta é do povo
 É só lutando que se constrói um Brasil novo
 Essa luta é nossa
 Essa luta é do povo
 É só lutando que se constrói um Brasil novo

O que trabalha tanto e não tem o que comer
 Esse é o projeto de quem está lá no poder
 Essa luta é nossa

Essa luta é do povo
 É só lutando que se constrói um Brasil novo
 Essa luta é nossa
 Essa luta é do povo
 É só lutando que se constrói um Brasil novo

Tem que haver mudança em toda a sociedade
 E o movimento mostrando a realidade

Essa luta é nossa
 Essa luta é do povo
 É só lutando que se constrói um Brasil novo
 Essa luta é nossa
 Essa luta é do povo
 É só lutando que se constrói um Brasil novo



(Figura 35 - Coletivo Escola/Comunidade no Acampamento ao final da visita ao território)

No ano de 2021, durante a pandemia de COVID19 o acampamento acolheu 28 famílias vindas da ocupação do Jôquei Club de Brasília, e mais outras famílias, que impactadas pelas normas de isolamento social, desemprego e insegurança alimentar optar por residir no acampamento, por falta de recursos em se manterem em suas antigas moradias. Aumentando consideravelmente o número de ocupações e proporcionalmente o número de matrículas na escola.

Em 2022 a destinação da área do acampamento deixou de ser para reforma agrária e passou a ser de loteamento residencial, mudando a nomenclatura para Residencial Nova Jerusalém. Importante ressaltar que a comunidade deixou de fazer parte da FNL.

Bar do Gordo

Visitadores: Daiane, Deivison, Doralice, Kátia e Marcia

Entrevistados: Aline, Jackson, Mailson, Marcelo

Estudantes: Davi Simões, Estefani, Francisco Eduardo, Gervaldo, Iara, Inaiara, Maiara, Oséias, Pietro, William

Data: 12/03/2019



(Figura 36 – Mapa de trajeto escola Bar do Gordo)

Na comunidade do CEF Tamanduá existe uma área pertencente a cidade do Recanto das Emas chamada Núcleo Rural Vargem da Benção. Um grande território formado em torno de um ponto de referência chamado “Bar do Wellington”, mais conhecido como “Gordo”. Devido a suas belezas naturais a localidade oferece uma diversidade de opções de lazer, principalmente haras, que geralmente são frequentadas por pessoas vindas de outras localidades de fora da Ponte Alta. Os haras mais conhecidos na região são:

- Espaço da Lenda: Empreendimento voltado a criação e venda de cavalos Mangalarga Marchador localizado na Rodovia BR 060 Km 09 Ponte Alta Gama.
- Haras do Morro: Ambiente destinado a eventos, festa, retiro espirituais, ensaios fotográficos e eventos corporativos localizado no Núcleo Rural Vargem da Benção Chácara Nº 43 Ponte Alta Gama.

- Haras Matuza: Centro de treinamento de cavalos e criação de Mangalarga Marchador.
- Haras Recanto das Montanhas – Vargem da Benção
- Haras Recanto Vovô Carlinhos – Vargem da Benção
- Igreja do Evangelho Pleno – Rodovia DF 180: Cultos realizados aos sábados e domingos.

Nesta localidade também havia o Pesque-Pague Aquarius bem estruturado de propriedade do Senhor Adriano, que hoje não está mais em funcionamento.

Esta região é composta por vários empreendimentos comerciais e chácaras destinadas ao lazer, que são cuidadas por caseiros, que acabam morando nas propriedades em que trabalham. As dimensões das chácaras são variadas sendo que a menor chácara ocupa um espaço de 20.000m² o que mantém a área preservada de parcelamento ou fracionamento irregular do solo.

Não existe somente caseiros nesta região. O trabalho também se dá através de trabalhadores assalariados, que trabalham fora do campo e há moradores que são proprietários de suas terras e que praticam a agricultura de subsistência ou para pequenas vendas nos arredores das chácaras. Cultivam milho, mandioca e hortaliças sem agrotóxico, que são as mais fortes na área e praticam a pecuária através de pequenas criações de galinhas, porcos e bovinos.

De acordo com informações obtidas em entrevistas na comunidade soube-se que a Dona Divina foi uma das primeiras professoras do CEF Tamanduá por morar nesta região. Na época para trabalhar na escola tinha que residir nas proximidades, para não depender de transporte público que era muito escasso e não atendia as demandas da comunidade escolar. Hoje a professora não reside mais na comunidade da Ponte Alta. Ainda temos outros proprietários que permanecem a muito tempo na comunidade, sendo eles: Geralda e Cleuza – Sítio Djanir Nº 49 e 50, Dona Valmira – Chácara Nº 58 a 63, Dona Helena – Chácara Nº 70, Edson – Chácara Nº 75A e Seu Anastácio com 101 anos de idade morador da Chácara Nº 69.

Na comunidade não há líder comunitário, nem movimentos sociais ou ONG em atividades. Mas a comunidade se organiza para realizar encontros e festividades como as festas juninas, principalmente o dia 24 de junho que se comemora o dia de São João. Fazem outros encontros sem data específica como forró, bingo e torneio de sinuca, tudo realizado no “Bar do Gordo”.

A região tem o abastecimento de água através de minas, onde a água é bombeada para uma caixa central feita de cimento e dessa é redistribuída para as famílias locais. A CAESB realiza o controle de qualidade dessa água fazendo análise de 2 em 2 meses.

Em relação ao lixo produzido a coleta é feita uma vez por semana através da coleta pública e não abrange todas as chácaras, e nestes casos o lixo é queimado nas propriedades.

Neste território da comunidade há muitos recursos naturais, porém em especial os córregos estão poluídos, com as águas impróprias para consumo. A região é cortada pelo Córrego Estiva que está poluído pela própria CAESB que joga dejetos de esgoto não tratados no leito do córrego. Os moradores reclamaram do forte odor causado pelo esgoto não tratado, e relatam que antes da poluição das águas, se reuniam para o lazer, pescavam e consumiam sem medo os peixes do córrego. Não existe nenhum projeto voltado para a preservação desses recursos naturais em desenvolvimento na área.

Neste território a comunidade dá preferência por colocarem seus filhos para estudarem no CEF Tamanduá por questões de confiança nos profissionais da escola. Mesmo com a distância de suas residências e precisando do transporte escolar rural, não sentem necessidade de matricular seus filhos em outra instituição de ensino.

Durante as entrevistas percebeu-se a diversidade cultural que compõe esta comunidade com uma geração de ex-alunos, que tem um carinho especial pela escola e que permanecem nesse ambiente escolar através de seus filhos, atuais estudantes da escola. Jackson e Aline são ex-alunos entrevistados e que dizem sentir falta desse aconchego que é o CEF Tamanduá. Tivemos também os irmãos Marcelo e Mailson ex-alunos e que hoje possuem filhos estudando nas séries iniciais da escola. Estiveram em campo de pesquisa as estudantes Iara, Maiara e Inaiara, que são irmãs e estudam no Tamanduá desde a educação infantil, sendo que a mais velha (Iara) já está nos anos finais do ensino fundamental. Assim como elas existem vários outros alunos que inicia na educação infantil da escola e vai até o 9º ano. Participaram também outros estudantes como: Davi Simões, Estefani, Oséias, Gervaldo, Valteir, Pietro, William e Francisco Eduardo pertencentes a esse território do CEF Tamanduá.

Ao final das entrevistas a comunidade cobrou e questionou a necessidade de tentar implantar a Educação de Jovens e Adultos na escola, pois sentem falta dessa parceria para os sujeitos do campo que não tiveram oportunidade de estudar no

período hábil, por vários motivos, e o principal deles foi a opção por trabalho em vez dos estudos.



(Figura 37 - Coletivo escola Vargem da Benção – Bar do Gordo)

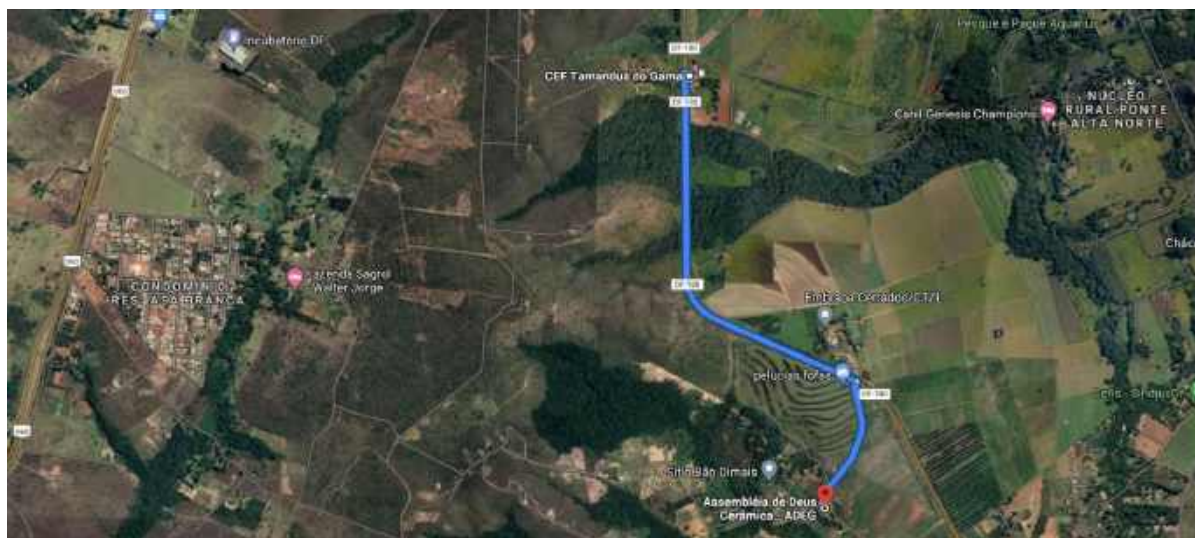
Cerâmica Santa Maria

Visitadores: Carla Georgia, Fioravante, Geysa e Maria Aparecida

Entrevistados: Ana Paula, Dona Terezinha, Izabel e Vera Lucia

Estudantes: Eloiza, Gabriel, Rita de Cássia, Rayane e Wellington

Data: 12/03/2019



(Figura 38 – Mapa de trajeto escola Cerâmica Santa Maria)

A comunidade escolar do CEF Tamanduá também é formada por um território conhecido como Cerâmica Santa Maria, que tem como pontos de referência:

- Centro de Tecnologias para Raças Zebuínas Leiteiras (CTZL) – conhecida na comunidade como Gado de Leite – Rodovia DF-180, km 64, Recanto das Emas, Brasília–DF
- Assembleia de Deus Cerâmica – ADEG

Essa comunidade começou a ocupar essa área quando vieram as primeiras pessoas de Luziânia–GO em busca de trabalho na olaria existente no local, que tinha como finalidade a fabricação de cerâmicas. Todos que vieram para este local trouxeram suas famílias (esposas e filhos). Os trabalhadores trabalhavam em média de 10 a 12 horas por dia, e não recebiam pagamento em dinheiro pelo serviço prestado. A forma de pagamento aos trabalhadores era mediante mantimentos, remédios e outros gêneros comprados em locais especificados pelo dono da fabricação e tudo era anotado em caderneta.

Atualmente as terras estão divididas entre os moradores locais, porém a área está na justiça para legalização das propriedades.

Na comunidade existe a APROSANTA/DF – Associação dos Produtores Moradores e Trabalhadores Rurais da Cerâmica Santa Maria, destinada a organizar as ações da comunidade. Os líderes vêm buscando acelerar o processo de regulação da posse da terra, como noticiado em publicação da Câmara Legislativa do DF:

Câmara Legislativa de Brasília - Comissão geral discute regularização terras públicas rurais

Por iniciativa do deputado Hermeto (MDB), a Câmara Legislativa do Distrito Federal debateu na tarde desta quinta-feira (23/05/2020) políticas de regularização de terras públicas rurais.

O diretor da Associação dos Produtores, Moradores e Trabalhadores Rurais da Cerâmica Santa Maria (Aprosanta/DF), Cristiano Varela, destacou que os produtores rurais têm o sonho de ter o documento de sua terra e tranquilidade para plantar. “O campo pede socorro por segurança jurídica”, disse. Varela.

Os moradores dessa área não costumam participar de atividades culturais ou de manifestações artísticas na comunidade da Ponte Alta, preferindo frequentar centros religiosos.

Quanto as relações de trabalho, são poucos os que trabalham em atividades camponesas para sobreviver ou vender o que produzem. A maioria trabalha em atividades fora do campo que é seu lugar de moradia.

Algumas famílias cultivam suas hortas para o consumo próprio e outras para vender seus cultivos de mandioca, abóbora e quiabo, e há algumas famílias que criam aves para vendas. Afirmam que não recorrem a defensores agrícolas em suas produções.

Nas produções destinadas a vendas, geralmente o comprador quem busca no local de cultivo, pois as famílias que foram entrevistadas não possuem carros para realizar as entregas. E há aquelas famílias que já conseguem escoar sua produção para serem vendidas em feiras. Não existe nessa comunidade uma organização por cooperativa para ajudá-los na organização do trabalho camponês.



(Figura 39 - Professor Fioravante na área de cultivo de mandioca na Cerâmica Santa Maria)



(Figura 40 - Professoras: Carla, Geysa, Fioravante e Cida (esquerda para direita))

O meio de transporte mais utilizado nesta área é o transporte público, que é precário e não atende as necessidades dos moradores. Algumas famílias têm seus

carros próprios. Todos os estudantes que residem neste território e estão matriculados no CEF Tamanduá usam o Transporte Escolar Rural para se deslocar para a escola.

Durante a visitação foi perceptível que neste território falta estrutura de saneamento e acompanhamento básico de saúde. A comunidade conta com o abastecimento de água via poço artesiano, de onde a água é bombeada para uma caixa d'água central e redistribuída para cada moradia. A CAESB – Companhia de Água e Esgoto de Brasília foi quem realizou a implantação deste sistema de abastecimento, e, em contrapartida, cobra uma taxa aos moradores para custear os gastos com a bomba elétrica do poço. Também tem famílias que utilizam água do córrego para irrigação de suas plantações.

Já o lixo em sua maioria é jogado em um buraco numa parte do terreno de cada morador e queimado, mas também tem outros moradores que descartam seus lixos na beira da DF 180, onde são recolhidos depois pela coleta pública de lixo. Como a coleta não ocorre todos os dias, o lixo ficava acumulado, gerando mau cheiro e atraindo animais. No ano de 2021 foi instalado um papa-lixo, o que melhorou muito as condições sanitárias deste local.



(Figura 41 – Papa-lixo instalado na entrada de acesso à Cerâmica Santa Maria)

Os recursos naturais existem na área são algumas nascentes de água e córregos, que estão ali desde o início da comunidade. Neste território não há projetos voltados para conservação desses recursos naturais.

A comunidade gostaria de criar uma parceria com a escola, nos meios culturais e de vendas de produtos cultivados e criados por eles, onde pudessem expor e vender seus produtos para outras famílias que formam a comunidade do CEF Tamanduá.

Durante as entrevistas, as famílias afirmaram que escolheram o Tamanduá para matricular seus filhos, por ser a escola mais próxima da área da Cerâmica Santa Maria. No início não havia ônibus, as crianças e jovens andavam quilômetros a pé até chegar na escola. Com o passar do tempo houve a chegada dos Transporte Escolar Rural, onde só estudantes poderiam usar o ônibus, facilitando muito o deslocamento e a segurança de seus filhos.



(Figura 42 - Coletivo escola Comunidade Cerâmica Santa Maria)

Chácara Camargo

Visitadores: Agnaldo, Edinalva, Evandra e Wanda

Entrevistados: Liliane e Lilian

Estudantes: Ana Beatriz, Alisson, Gabriel Vinícius, Kemilly Aparecida, Lucas Philipe, Madson, Samuel e Vitor Hugo

Data: 12/03/2019



(Figura 43 – Mapa de trajeto escola Chácara Camargo)

Um dos territórios que forma a comunidade escolar do CEF Tamanduá é uma área composta por três principais pontos de referência:

- Chácara Camargo – Chácara de agricultura familiar
- Fazenda Leão de Judah – Turismo ecológico e agricultura.
- Frigorífico Boa Carne Ltda (Antigo Pontal Frigorífico) – Comércio atacadista de produtos hortigranjeiros – legumes, verduras, raízes e tubérculos, frutas e ovos, aves e pequenos animais para alimentação.



(Figura 44 – Foto de moradia na Chácara Camargo)

Durante entrevista com os moradores da Chácara Camargo, os entrevistados relataram que a comunidade surgiu quando o avô Mariano Bertoldo se mudou para a Ponte Alta e trouxe seus filhos juntos para morar aqui, isso há mais de 30 anos. O avô comprou a terra por conta de uma tragédia que ocorreu na família. A filha do avô Mariano foi assassinada pelo marido, e para não passar no caminho que ocorreu o crime ele mudou-se deste local e comprou as terras da Chácara Camargo na Ponte Alta do Gama. O avô e os filhos foram os primeiros a morarem na chácara. Ainda hoje alguns filhos vivem lá e outros foram para outras cidades de Brasília. O avô Mariano já é falecido e as terras viraram herança dos 7 filhos que moram na chácara com suas famílias, e mais 4 filhos que moram fora do campo. Atualmente na Chácara Camargo a dona Lucélia da Silva, mãe de Lilian e Liliane, é a responsável por toda a organização da propriedade.

Também contaram que no ano de 2018 a AGEFIS (Agência de Fiscalização do Distrito Federal) tentou embargar as terras das chácaras da família e derrubar as moradias. O processo continua na justiça e a família não entende porque querem embargar as terras que possuem a tantos anos e que receberam de herança.

Não existem atividades culturais, movimentos sociais ou ONG com atividades desenvolvidas especificamente por essa comunidade. Participam dos eventos culturais realizados na comunidade Ponte Alta.

Quanto aos meios de produção neste território, são geralmente de agricultores familiares que cultivam hortas de milho, mandioca e quiabo para consumo próprio das famílias. Criam vacas, cavalos, mulas, bodes, ovelhas, galinhas, perus e pato. Na região também há criatório de peixe e no caso da Chácara Camargo é a tia Cláudia a responsável pela piscicultura.



(Figura 45 - Produção agrícola na Chácara Camargo)



(Figura 46 - Produção de mandioca na Chácara Camargo)

Geralmente não realizam vendas da produção para a comunidade ou em feiras e nem se utilizam de sistema de cooperativas para escoar a produção.

O trabalho assalariado rural se apresenta nesta comunidade em virtude de muitos moradores trabalharem no Frigorífico Boa Carne.

O meio de transporte mais utilizado neste território são os carros particulares e todos os estudantes dependem do Transporte Escolar Rural para a locomoção até a escola.

Quanto ao descarte de lixo, a comunidade não é atendida pela coleta pública. Os moradores levam o lixo até os contêineres localizados as margens da rodovia ou é jogado em um buraco para depois colocarem fogo.

Os recursos naturais mais presentes na região são os hídricos, principalmente córregos. Na propriedade da Fazenda Leão de Judah existe um córrego com uma cachoeira que passa no fundo da chácara utilizados pelos visitantes da fazenda. Na Chácara Camargo também havia uma cachoeira e um córrego que eram cheios quando Lilian e Liliane eram crianças, mas o nível das águas reduziu ao nível

baixíssimo. As entrevistadas narraram a história da mãe dona Lucélia, que todos os dias sai para trabalhar, caminha pelo mato, passa pelo córrego (antes passava por uma ponte feita com tronco de madeira) e agora por correr perigo de queda no tronco devido ser muito antigo, passa por dentro da água do córrego mesmo.



(Figura 47 – Margem do córrego que passa pela chácara)



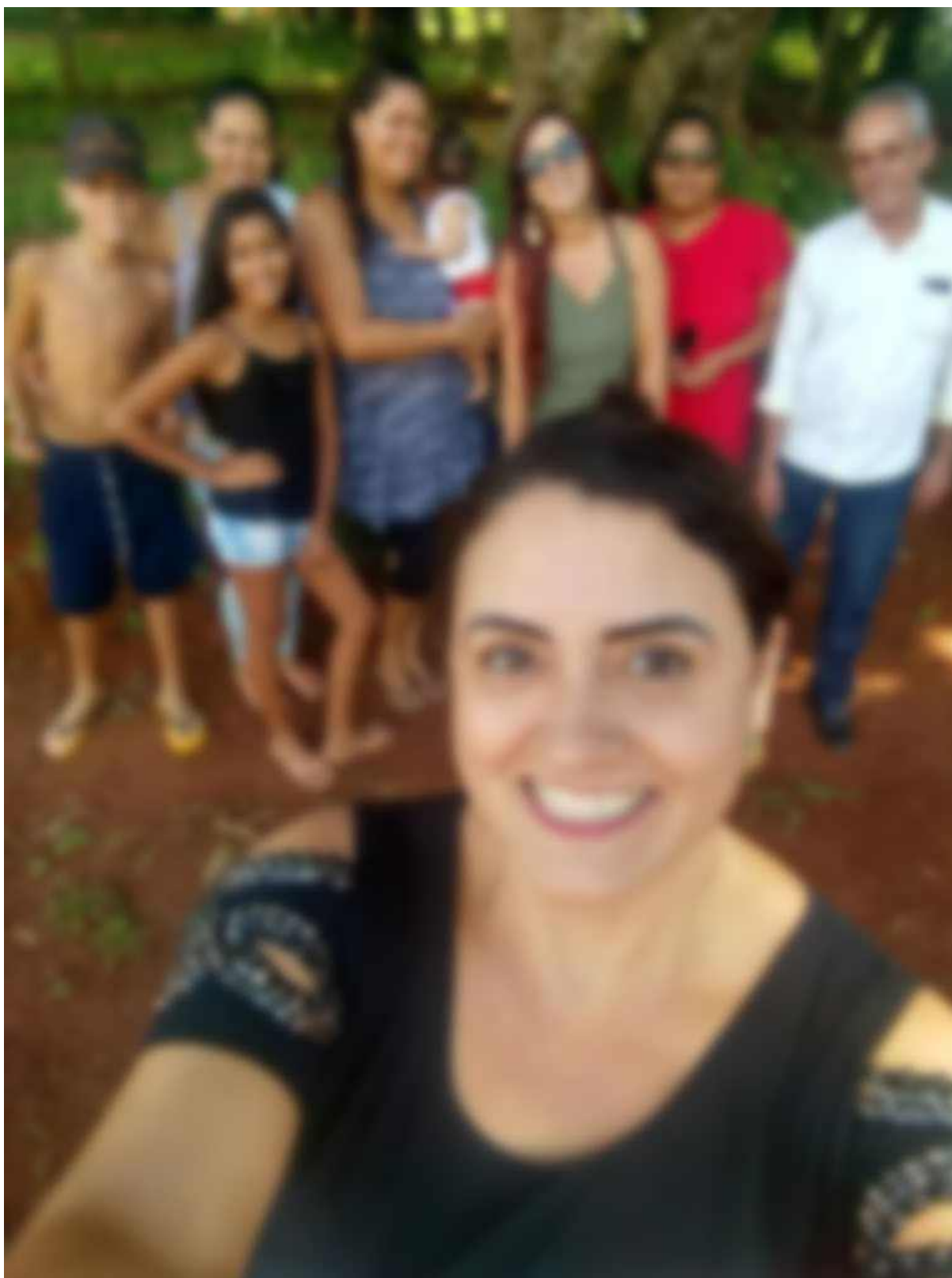
(Figura 48 - Córrego na Chácara Camargo)

A maioria da comunidade tem acesso à água via poço artesiano, e no caso da Chácara Camargo não fazem nenhum tipo de tratamento da água por considerar a água de boa qualidade. Não há projetos voltados para a preservação ambiental dos recursos naturais da região.

As famílias desse território fazem preferência por matricular seus filhos no CEF Tamanduá, porque Liliane estudou lá e amou a escola. Com 6 anos de idade ela já aprendeu a ler, e diz que se sente feliz pelos filhos terem sido “sorteados” e estarem estudando na escola: *“os nossos filhos voltam “limpinhos” e a escola é muito organizada, tem um bom ensino e o corpo docente é muito dedicado e esforçado!”*

Foi uma experiência muito rica para todos nós, ver alegria e emoção das pessoas ao falar do amor ao CEF Tamanduá. De ex-alunos que falam com emoção da escola e dos professores que o ensinaram com tanta dedicação.

Um das propostas que a comunidade fez de parceria com a escola foi a de reflorestamento da nascente do córrego que passa aos fundos da Chácara Camargo, estando disponível para o plantio de árvores de espécies nativas do cerrado.



(Figura 49 - Coletivo escola e Chácara Camargo no dia da visitação)

Entrevista: Erick dos Santos

Líder da Comitiva de Cavalgada: SEM RUMO

Entrevistador: Leonardo Murraes – 7º Ano “D” (Estudante e integrante da comitiva)

Nome e idade?

Erick dos Santos Guimarães, 27 anos.

De qual comunidade faz parte a comitiva?

Ponte Alta Sul – Gama

Quando o grupo foi criado?

Foi criado em 14 de fevereiro de 2016.

Quais são os eventos que participam?

Cavalgadas, bailões, festas da Comunidade e eventos beneficentes

Quantos participantes tem no momento?

30 participantes.

Que outras ações que a comitiva faz na comunidade?

Por que essa Comitiva foi criada e como foi escolhido o nome?

Nós os primeiros integrantes passávamos muito tempo juntos e uma paixão maior nos unia, o cavalo. Então resolvemos dar um nome ao nosso grupo. E esse foi o nome que mais me agradou e mais nos descreve.

A comitiva no momento está dando aula de violão para alguns jovens da região, e para continuarmos precisamos de doações de violões para o projeto.

Ponte Alta – Gama/2019



(Figura 50 – Foto de uma das aulas do projeto da Comitiva Sem Rumor)

Os movimentos de Comitivas de Cavalgadas e Carro de Bois vêm crescendo na localidade, e talvez seja umas das atividades de maior participação das pessoas em uma ação coletiva e cultural. A região já conta com seis comitivas formadas e atuantes na Ponte Alta – Gama.

As Comitivas são grupos de pessoas que gostam do estilo caipira e sertanejo e se reúnem para as festas de rodeio, festas de padroeiros (as), cavalgadas, eventos culinários dentre outros, na qual não deixam ser esquecido esse grande significado do nome comitiva, adotando isso como estilo de vida, além de fortalecerem seus laços de amizade. Este tipo de grupo ajuda a divulgar o passado e cultura caipira e tudo que o envolve. Outra função das comitivas são as ações solidárias que elas prestam às comunidades carentes e que precisam do apoio da sociedade. Essas ações prestam grandes serviços à população necessitada da comunidade ou região.

Condomínio Asa Branca

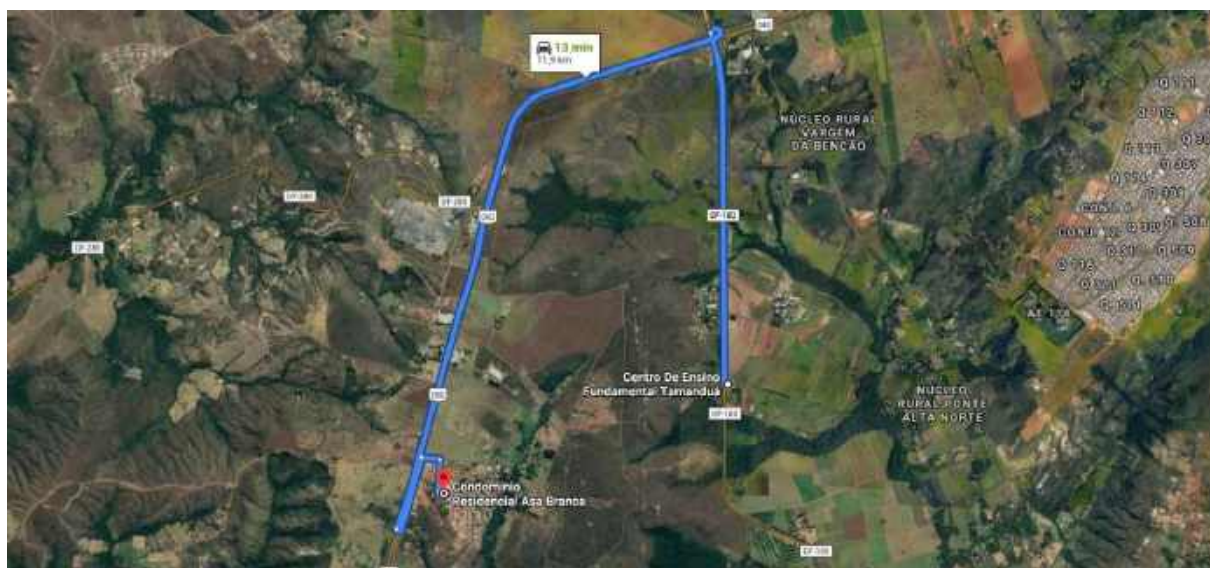
Visitadores: Airton, Haila, Rejane e Samara

Entrevistados: Francisco das Chagas de Souza (subsíndico)

Genivaldo Rabelo da Conceição (funcionário)

Estudantes: Alex, Flavyanny, Gustavo Henrique, Hosmanny Huryel, João Victor, Julia Mariana, Kayky, Maria Paula, Moisés, Sandra Rebeca, Thiago e Thierry

Data: 12/03/2019



(Figura 51 – Mapa de trajeto escola Condomínio Asa Branca)

A comunidade escolar do CEF Tamanduá também é composta por um território chamado Condomínio Asa Branca, que está localizado às margens da Rodovia BR 060, próximo ao Posto de Gasolina Asa Branca. É formado por 153 lotes de 300 m². Nas terras existe um parcelamento irregular não autorizado pelo condomínio. Atualmente a ocupação dos lotes está em aproximadamente 70% da capacidade do condomínio.

Nesse território possui alguns pontos de referência como:

- Atex Brasil: Empresa produtora de formas para lajes nervuradas - BR 060. KM 16 - CH Buriti - Gleba 06 - Recanto das Emas–DF.
- Fazenda Sagrol – Local destinado a eventos e ecoturismo.
- Posto de Gasolina: Asa Branca.
- Posto da Polícia Rodoviária Federal – UOP Recanto das Emas
- Furnas Centrais Elétricas – Subestação Samambaia

A área do Condomínio Asa Branca fazia parte da fazenda Buriti e Tição (fazenda que começava em Luziânia–GO), que foi dividida em várias fazendas menores e numa delas funcionava a Granja Reunidas Asa Branca, que ganhou esse nome devido ao posto de gasolina Asa Branca.

Na região existem várias aves da espécie Asa Branca ou Pomba Asa-Branca que é uma ave columbídea endêmica da América do Sul, que ocorre no Brasil, do nordeste ao sul, no Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina. A Asa-Branca vive em campos, cerrados, bordas de florestas e também em centros urbanos. Provavelmente vem daí a escolha por esse nome para o posto de gasolina, que também derivou para o nome do condomínio.

A área destinada ao condomínio começou a ser definida em 1987, mas ele só começou a ser constituído de fato em 1994.

Na época da constituição do Condomínio Asa Branca o proprietário da fazenda da Granja Reunidas Asa Branca, separou alguns lotes para as famílias que residiam na fazenda, sendo assim as famílias de sobrenome Brasil e Rabelo, receberam esses lotes mediante doação do proprietário.

Atualmente existe a escritura pública da área total do condomínio, que está em fase de regularização dos parcelamentos para que cada proprietário dos lotes tenha a escritura das suas próprias terras. No local há diversos tipos de moradias como: casas próprias, alugadas e cedidas.

As dificuldades de regularização desta área são de tempos remotos, como noticiado pela reportagem do Correio Braziliense, 11/12/2012, Cidades, p. 21:

Confusão fundiária é anterior a Brasília

Autor: Tahan, Lilian, Campos, Ana Maria

“Documentos obtidos pelo Correio revelam a dificuldade do governo JK em conduzir as desapropriações de terras no quadrilátero do DF. Além de frequentes erros de grafia, as delimitações levavam em conta acidentes geográficos, vegetações e até cupinzeiros

(...)

Na matrícula da Fazenda Papuda, por exemplo, onde hoje é o bairro Jardim Botânico, a descrição começava assim: “Do fundo dos quintais das casas da Fazenda Papuda, pela estrada que vem para esta cidade, à cabeceira do açude mais próximo às ditas casas...” Já a Fazenda Buriti ou Tição, no sudoeste do DF, é localizada “pelo norte com terras de Pedro Cardoso Romeiro; pelo poente do veio d’água acima do Rio Descoberto até a Capella de Santo Antônio...”

De acordo com mapas da CODEPLAN, baseados em dados da Terracap de 2013, essa área faz parte da Região Administrativa do Gama e é considerada como PUI – Parcelamento Urbano Isolado (fora de setor) chamado de Granjas Reunidas Asa Branca.

Quanto aos meios de trabalho e modos de vida da comunidade foi observado que os moradores antigos da fazenda Granja Reunidas Asa Branca, que ainda moram nesta área, não conseguiram permanecer na condição de sujeito camponês devido ao parcelamento dos lotes, que reduziu muito a área para a produção rural. No condomínio existe uma grande diversidade de pessoas já aposentadas que procuram um lugar tranquilo para viver, tem algumas famílias que produzem pequenas hortas e galinheiros nos seus lotes para consumo próprio, também há alguns empresários, um deputado distrital e trabalhadores assalariados de fora do campo.

As pessoas que geralmente trabalham fora do campo se utilizam de carro próprio no deslocamento casa/trabalho ou utilizam o transporte público da linha do Engenho das Lajes, que só possui três horários, não atendendo a demanda da comunidade. Os estudantes chegam à escola através do Transporte Escolar Rural, antes da implantação deste programa, os alunos iam para a escola a pé atravessando uma longa distância pelas terras da EMBRAPA – Hortaliças.

O abastecimento de água na comunidade é realizado mediante um único poço artesiano, onde cada família tem direito ao consumo de 30 mil litros de água por mês, sem nenhum acréscimo na taxa de condomínio, caso o morador ultrapasse esse consumo ele paga pelo excedente. Por isso algumas famílias possuem cisternas para uso nas hortas, molhar plantas e gramados e consumo na casa. Existem relógios de saída de água na caixa d'água central do condomínio que controla o consumo da água das residências, que tem suas caixas d'água individualizada.

A água não passa por sistemas de tratamento, mas segundo informações do síndico do condomínio a análise de qualidade é considerada uma água quase mineral. O escoamento do esgoto residencial é realizado por meio de fossas sépticas.

O lixo doméstico é recolhido nas portas das casas três vezes por semana em um carro específico do condomínio, sendo colocado no depósito para ser recolhido pelo serviço de coleta pública. Ainda não existe a separação do lixo para a reciclagem. Nas terras desse território havia uma grande cobertura de vegetação de cerrado e antes da existência do condomínio houve exploração dos recursos naturais para retirada de cascalho. Hoje no condomínio há um espaço destinado para Reserva Legal “área da propriedade que deve ter um percentual mínimo, definido em lei, de vegetação nativa, de modo a auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos”. No condomínio também passa o córrego Engenho da Lajes (Buritis), e nessa área foi criada uma A.P.P (Área de Proteção Permanente) que por definição é

“à área a ser preservada no entorno de recursos hídricos”, onde não é permitido o uso nem visitação de pessoas nesta área. Ambos os conceitos foram retirados do site: <https://www.conjur.com.br>. O condomínio tem realizado ações para plantar árvores em sua área.

Atualmente estudam aproximadamente 30 alunos do condomínio Asa Branca no CEF Tamanduá. Um dos entrevistados foi o ex-aluno Genivaldo, que hoje é funcionário do condomínio. Relatou morar na fazenda que virou o condomínio e ele e os irmãos estudaram na escola Tamanduá. Também contou que com os irmãos Valdirene, Rosilene, Rosenilda iam a pé para escola pelo meio do cerrado, pois na época da década de 1980 e 1990 não existia transporte que atendesse os estudantes no trajeto casa/escola. O Transporte Escolar Rural para essa área só começou a funcionar no ano de 2006/2007.

A visita começou com uma breve reunião de apresentação do grupo da escola, com o subsíndico do condomínio Sr. Francisco e familiares dos estudantes. A comunidade deste território se envolveu bastante com as atividades realizadas, com participação efetiva das famílias e alunos que estudam no CEF Tamanduá. Além da reunião geral também foi realizada outra roda de conversa com algumas mães e a visitação continuou em algumas residências dos nossos estudantes como:

- Casa dos alunos Kayky da Silva Viana e Alex da Silva Viana (mãe: Maria Adriane);
- Casa dos alunos, Thiago Pinheiro Lisboa e Thierry (mãe: Eliana Alho)
- Casa dos alunos Maria Paula da Silva Takamatsu, João Victor da Silva Takamatsu e Gustavo Henrique da Silva Takamatsu (mãe: Márcia Regina)
- Casa dos alunos Hosmanny Huryel de Godoy Holanda e Flavyanny Vyctorya de Godoy Holanda (Flávia e Francisco)
- Casa dos alunos Sandra Rebeca Rêgo Souza de Castro e Móises Sales Rêgo Souza de Castro (pais: Dinair e Sandro)
- Casa da aluna Julia Mariana Silva Santos (pais: Joana e Clemilton)



(Figura 52 - Visita à casa dos alunos Alex Viana e Kayky Viana - residência alugada)



(Figura 53 - Visita à casa dos alunos Thiago e Thierry - residência própria)



(Figura 54 - Visita à casa dos alunos Móises e Sandra Rebeca - residência própria)



(Figura 55 - Conversa com algumas mães do condomínio no dia da visita)



(Figura 56 - Planta baixa do Condomínio Asa Branca)



(Figura 57 - Conforme informação do funcionário Genivaldo a partir desse ponto começa a APP e ninguém do condomínio é autorizado a entrar na área)



Figura 58 - Alunos presentes na visitação e seus familiares:

Ao fundo em pé do lado direito

- 1) funcionária do condomínio (camisa branca e óculos);
- 2) Subsíndico Sr. Francisco das Chagas F. de Souza (camisa cinza e óculos);
- 3) Funcionário do condomínio Genivaldo Rabelo da Conceição que é ex-aluno do CEF Tamanduá e era residente na fazenda antes da constituição do condomínio (com chapéu).

Território Sindjus

Visitadores: Ana Lúcia, Everane, Mirna, Tânia e Tarcílio

Entrevistados: Loiola Pereira, Mauro Nunes, Raquel Barros e Ricardo Rabelo,

Estudantes: Fabiana, Glauco, Itamar, Lívia, Natália e Renato,

Data: 12/03/2019



(Figura 59 – Mapa de trajeto escola Sindjus)

A comunidade escolar do CEF Tamanduá também é constituída por um território que tem como ponto de referência o Sindjus - Clube Social do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF e várias chácaras familiares formadas a partir da desapropriação da Fazenda Bom Sucesso. Nesta área também há uma grande variedade de pontos de referência e com diversos serviços prestados à comunidade da Ponte Alta e aos visitantes de fora do campo como:

- Agropecuária Ágape: Venda de ração, sementes e materiais de construção.
- AMPPA – Associação de Moradores e Produtores da Ponte Alta – Atividades de associações de defesa de direitos sociais relacionadas aos direitos humanos, direitos de grupos minoritários étnicos, assim como outros direitos difusos e coletivos. A eleição do presidente da associação é realizada de 3 em 3 anos.
- CD YOKI: Centro de Distribuição.
- Capela Nossa Senhora Aparecida: Igreja Católica.
- Congregação Cristã do Brasil: Igreja Evangélica

- Escola Classe Córrego Barreiro: Escola de vizinhança e sequencial do CEF Tamanduá que atende a Educação Infantil e as séries iniciais da Educação Básica. Localizada na Rodovia DF 180 Km 08 Ponte Alta Gama.
- L JIL Avícola (Incubadora): Missão: “Produzir serviços Avícolas com baixo custo e qualidade, respeitando as leis tributárias e fiscais do seu País, gerando oportunidade de crescimento aos seus funcionários juntamente com a empresa. Promover um ambiente de trabalho que todos sintam-se felizes produzindo com satisfação”.
- Mercearia Gomes: Supermercado

Em entrevista realizada na Chácara Recanto Feliz/Fazenda Bonsucesso, que está localizada próxima ao SINDJUS e a Chácara do Cavaleiro, os entrevistados contam que os primeiros moradores dessa área chegaram na da Ponte Alta na década de 60 para desbravar a região e montaram a Fábrica de Farinha Santo Antônio, que gerava empregos aos moradores aproveitando o cultivo local da mandioca para produzir a farinha. Nesta época as terras também eram ocupadas por pessoas que trabalhavam para a família do Ministro César Cals de Oliveira Filho (Ministro de Minas e Energia entre 1979 e 1985)

Atualmente os moradores vivem em pequenas chácaras, porém ainda nem todas são escrituradas em seus nomes. A posse das terras é uma questão que está tramitando na justiça, pois há pessoas que reivindicam a propriedade das antigas fazendas.

Em entrevista publicada no site da Associação dos Produtores Rurais e Proprietários do Núcleo Rural Casa Grande (núcleo rural vizinho ao núcleo rural da Ponte Alta) o professor Aníbal Rodrigues Coelho explica como ocorreu a disputa de terras nesta área da Fazenda Bom Sucesso:

Quando Juscelino Kubitschek decidiu construir Brasília baixaram uma lei pela qual todos os terrenos do quadrilátero seriam desapropriados e passariam a ser do governo, que indenizaria cada proprietário. Aconteceu, porém, que o governo não conseguiu pagar a todos. Com isso, em algumas áreas, os legítimos proprietários entraram com processo de reintegração de posse. Aqui na região havia as fazendas Ponte Alta e Bom Sucesso. A fazenda Ponte Alta foi indenizada e a fazenda Bom Sucesso não. Então os ex-proprietários reverteram o processo de desapropriação e, em 1977, o senhor Pedro Machado, assessorado pela empresa paulista Iara Agroindústria, adquiriu os direitos da fazenda Bom Sucesso e a fracionou em lotes de 2 hectares

(20 mil metros quadrados), que é o menor módulo exigido pelo Incra para ser considerado área rural.

Atualmente nesta região algumas famílias vivem da agricultura familiar, sendo o principal cultivo a produção de folhagens, que são comercializadas na Feira Permanente do Gama. Há também cultivos de milho, abóbora, mamão, tomate e verduras em geral. As famílias relatam que a produção de hortaliças está bastante prejudicada devido a poluição das águas do Rio Ponte Alta, pelo esgoto não tratado que vem da Samambaia e Recanto das Emas.

Relataram que existiam neste território uma grande quantidade da fruta artium, e que hoje está mais difícil de encontrar pois as pessoas retiram antes da época e levam para amadurecer em carbureto.

A água para consumo doméstico vem de cisternas e poços artesianos, pois as águas do Rio Ponte Alta, do Córrego da Benção e das nascentes próximas estão contaminadas pelo esgoto das cidades vizinhas e também pelos defensivos agrícolas utilizados nas plantações.

Nestas propriedades o lixo é ensacado e levado para um local onde o caminhão da coleta pública passa recolhendo três vezes na semana (segunda, quarta e sexta-feira).

Na comunidade há um projeto sendo desenvolvido em parceria com a EMBRAPA, voltado ao reflorestamento de mata ciliar em uma área de 30 metros às margens do Rio Ponte Alta com plantio de mudas nativas do cerrado fornecidas pela EMBRAPA.

Os meios de transporte mais utilizados nesta área são ônibus do transporte público, carros particulares, bicicletas e o Transporte Escolar Rural para o deslocamento dos estudantes até a escola.

Ricardo Ribeiro ex-aluno do CEF Tamanduá é membro voluntário da AMPPA (Associação de Moradores da Ponte Alta) e mobiliza a população local a lutar por melhorias do transporte público e das estradas de acesso às chácaras.

Quanto as atividades culturais participam principalmente de festas religiosas e/ou eventos da Igreja e se reúnem para encontros de lazer.

No ano de 2018 em entrevista realizada com o senhor Antônio, então presidente da Associação de Moradores, de acordo com a associação vivem aproximadamente duas mil famílias na comunidade da Ponte Alta, tendo como principal fonte de renda o trabalho assalariado (caseiros), agricultores familiares

(cultivo de frutas, verduras, hortaliças e piscicultura para venda em feiras) e servidores públicos. Relatou que os problemas ambientais mais presentes na comunidade estão relacionados principalmente a poluição e escassez da água, falta de coleta de lixo e as queimadas ilegais no período da seca.

Os atuais pais de alunos, na sua maioria são ex-alunos da escola. Dizem que é uma escola que tem amor, um bom nível de aprendizagem, disciplina, compromisso e gratidão pelos estudantes. Alguns afirmam ter conseguido passar em concurso público graças as aprendizagens adquiridas no CEF Tamanduá.



(Figura 60 – Foto do coletivo escola e Sindjus no dia da visitação)

Entrevista: Senhor Pedro Couto

Antigo morador e trabalhador da região, que reside até hoje na Ponte Alta

Entrevistadores: Celina, Márcia e Tarcílio



(Figura 61 - Dona Dina e Seu Pedro)

Como funcionava e a quem pertencia a Fazenda Tamanduá na época em que o Senhor chegou na região da Ponte Alta?

Não existia a Secretaria de Agricultura era a Fundação Zoobotânica¹, junto com o Serviço de Produção Agrícola de Brasília. Depois quando criou o Governo do Distrito Federal de 67 para 68, pois ainda era Prefeitura do Distrito Federal o primeiro governador que foi o senhor Wadjô da Costa Gomide², goiano de Catalão assumiu o governo do Distrito Federal e o secretário de agricultura na época que foi criada pelo Wadjô foi o Dr. Júlio de Lino da Costa primeiro secretário de Agricultura do DF. Aí o Tamanduá passou a ser regido pela Secretaria de Agricultura³ em 1968 Essa secretaria foi criada depois do governo do Distrito Federal que antes era PDF – Prefeitura do Distrito Federal.

Qual era a principal produção da Fazenda Tamanduá nesta época?

Teve um tempo que era para engorda e confinamento de boi que teve um projeto pela secretaria de agricultura destinado ao abastecimento do Supermercado da Sociedade de Abastecimento de Brasília⁴ (SAB), que era subordinada também a Secretaria de Agricultura, que trabalhava em parceria com a Fundação Zoobotânica. Então tinha esse objetivo de criar e produzir os bois, engordar e fazer confinamento. Nós chegamos a fazer aqui muita silagem e

nós não vamos tocar isso aí, isso aí não dá certo e coisa e tal, vamos mudar, vamos criar novos projetos, que isso para nós é supérfluo, não dá certo. Então aí mudou de acordo com a política, foi entrando gente com a mentalidade diferente, não sei si uma mentalidade pior ou melhor, teve mentalidade uma ideia diferente para tocar isso aqui. Essa parte de confinamento depois foi feito um leilão, vendeu todo gado que tinha na propriedade, passou então para outras atividades de pesquisa. A Fundação Zoobotânica implantou uma pesquisa de olericultura de maneira geral, parte de folhosas e tubérculos, então ela tocou por muito tempo até que chegou a Embrapa, que tomou parte do projeto e até que mudou o sistema muito. E hoje a Embrapa toca com a hortaliça que é a mesma Fundação Zoobotânica tocava, ela pegou e abraçou aquela causa, mas ela melhorou muito, ela ampliou muito também o trabalho de pesquisa. Hoje a Embrapa tá aí com essa pesquisa toda e não tem só aqui, mas já tem várias unidades da Embrapa em Brasília e cada uma trata de uma atividade diferente. Em 1975 ela tomou, fez uma parceria com a Secretaria de Agricultura e tomou parte na Fazenda Tamanduá e abraçou essa causa de tocar as pesquisas

Como que o pessoal chegava aqui? Como o senhor veio para essa chácara? Essas terras eram do GDF? Como que as pessoas tinham acesso a essas propriedades?

Isso aqui não fazia parte da Fazenda Tamanduá, essa área fazia parte de uma fazenda chamada Fazenda Bom Sucesso, era uma fazenda muito grande tinha 400 e poucos alqueires. Ela foi vendida para uma imobiliária e essa imobiliária dividiu tudo isso e parcelou tudo em propriedades menores, chácaras de 2 hectares. Aonde eu comprei a minha parte, onde eu estou morando até hoje. Essa área era particular, não era do governo. Ela tinha escritura. Passamos a escritura no cartório tudo bonitinho. O registro no cartório está tudo documentado através da Fazenda Bom Sucesso, que vendeu para essa imobiliária e essa imobiliária então vendeu para nós, tudo já fracionado em 2 hectares. A Fazenda Tamanduá hoje é a área que a Embrapa domina, essa área aqui era outra área particular que não pertencia ao governo, não pertencia a União e não pertencia a Novacap.

O que era produzido na Fazenda Bom Sucesso?

ração com essa finalidade. Mas você sabe que tudo é dependendo da política. Quando muda a política também chega as pessoas com nova mentalidade e diz:

O antigo dono da Fazenda Bom Sucesso era um Senador da República e ele tinha parte de um rebanho, um pouquinho de gado, não tinha maiores atividades, mas ele era da política.

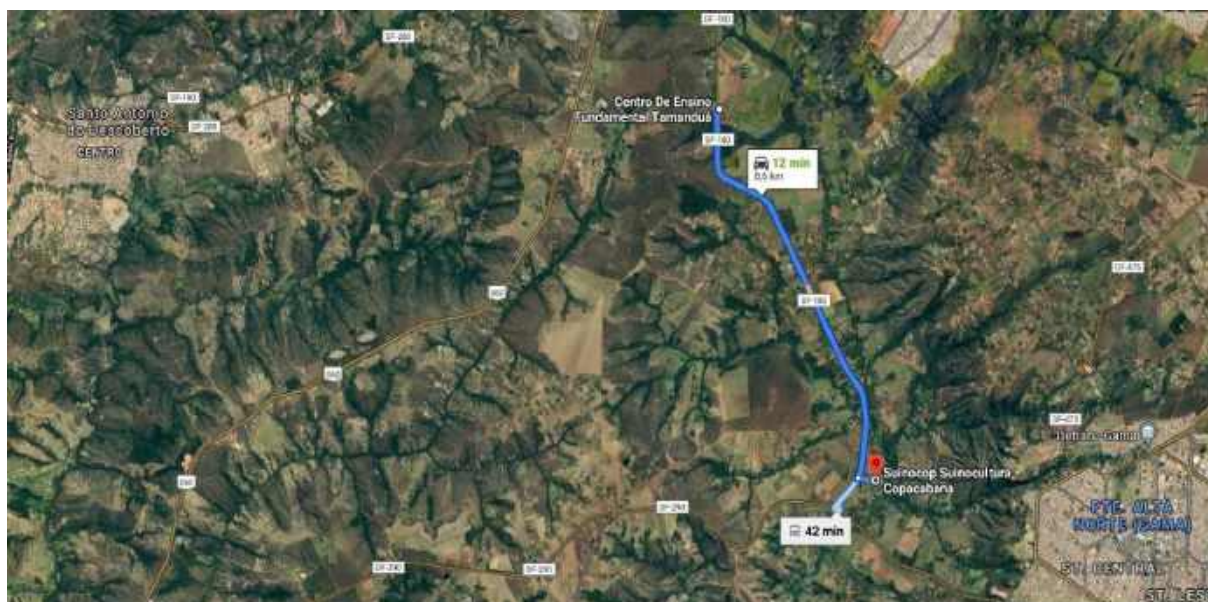
Território: SUINOCOP

Visitadores: Celina, Eduardo, Josiane e Osvaldo

Entrevistados: Célia Vânia da S. Santos, Iraci José S. Filho, Luciene S. Rocha

Alunos: Lucas, Gabriel, Bruno, Thaylane e Arthur

Data: 12/03/2019



(Figura 62 – Mapa de trajeto escola Suinocop)

O território denominado Suinocop compreende os arredores da empresa Suinocop: Suinocultura Copacabana – que realiza a suinocultura com o objetivo de abate, revenda e distribuição comercial e sua sede está localizada na Rodovia DF 290 Chácara 114 Ponte Alta Gama. Nestas redondezas existem alguns pontos de referência bem conhecidos pela comunidade:

- **Ong Sobra da Mata:** O Projeto Sombra da Mata oferece inclusão socioambiental a crianças e jovens da Ponte Alta do Gama/DF através do apoio de pessoas, empresas, organizações não governamentais e entidades governamentais.

- **Centro de Lazer Galois:** Nesta fazenda são desenvolvidas atividades pedagógicas que complementam os conteúdos estudados em sala de aula pelos estudantes do Colégio Galois de Brasília.
- **Restaurante Cantinho Mineiro:** Rodovia DF 290 Núcleo Rural Ponte Alta - Gama, Brasília – DF
- **Barraca do Seu Zé:** Venda de produtos locais.

A empresa foi criada aproximadamente a 40 anos com a produção de linguiça e cortes de suínos e sua comercialização ocorre só no âmbito do DF.

A propriedade é composta pela empresa e pelos alojamentos cedidos aos funcionários, que vivem com suas famílias. Com a convivência, tornaram-se uma grande comunidade, pois muitos trabalham lá no mínimo a 15 anos. Não há relatos se os funcionários que trabalharam na fundação da empresa ainda residam na comunidade da Ponte Alta.



(Figura 63 – Foto de moradia no Território Sindjus)

Não possuem liderança comunitária ou líder responsável por organizar as ações da comunidade. Vivem em núcleos familiares cada família em sua casa. Quando promovem festa de aniversários, churrascos ou outras comemorações vão apenas os que são convidados, respeitando assim, o espaço de cada um. O território

não realiza atividades culturais e/ou religiosas próprias dessa comunidade, participando de atividades na comunidade da Ponte Alta em sentido mais amplo. Ficou implícito que há trabalhos artesanais sendo produzidos na comunidade, pois foi falado da necessidade de parcerias com a escola, onde os trabalhos artesanais dos moradores pudessem ser vendidos em festas ou reuniões realizadas pela instituição escolar.

Quanto ao modo de trabalho são na maioria trabalhadores assalariados rurais, uma vez que são funcionários da Suinocop. Geralmente os homens trabalham na empresa, com horário definido e as mulheres ficam em casa, ou trabalham em outros lugares como comércio e serviços fora do campo.

As famílias mantêm relações com agricultura através de horta familiar cultivando milho, feijão e mandioca em uma área específica da chácara, autorizada pela empresa para consumo próprio. Porém não há atividades de pecuária realizadas pelos moradores, uma vez que, por normas de segurança sanitária impostas a Empresa Suinocop não pode haver nas dependências da chácara outros animais que não sejam os destinados ao abate.

Todos da chácara consomem água da mesma fonte, que vem de poço artesiano tratado periodicamente. A Vigilância Sanitária é a responsável pela fiscalização da qualidade desta água.

O lixo caseiro dos moradores é armazenado da forma devida e recolhido semanalmente pelo serviço de coleta pública.

Segundo os moradores a empresa possui projetos de preservação ambiental e faz reflorestamentos na área. Nos fundos da chácara passa o Córrego Barreiro, mas suas águas estão poluídas e imprópria ao consumo. Na propriedade ainda existe uma lagoa artificial.

Os moradores, em sua maioria, possuem carros próprios e também utilizam o transporte público que é muito precário, com horários que não atendem as demandas da comunidade. Já os estudantes se utilizam do programa Transporte Escolar Rural para irem à escola.

Atualmente são atendidos 15 alunos desse território pela escola. A comunidade diz que optam por colocar seus filhos no CEFTAM pela proximidade com a escola, pela qualidade do ensino ministrado e porque muitos de seus parentes já estudaram na instituição, fazendo com que se sintam acolhidos e pertencentes a história escolar.



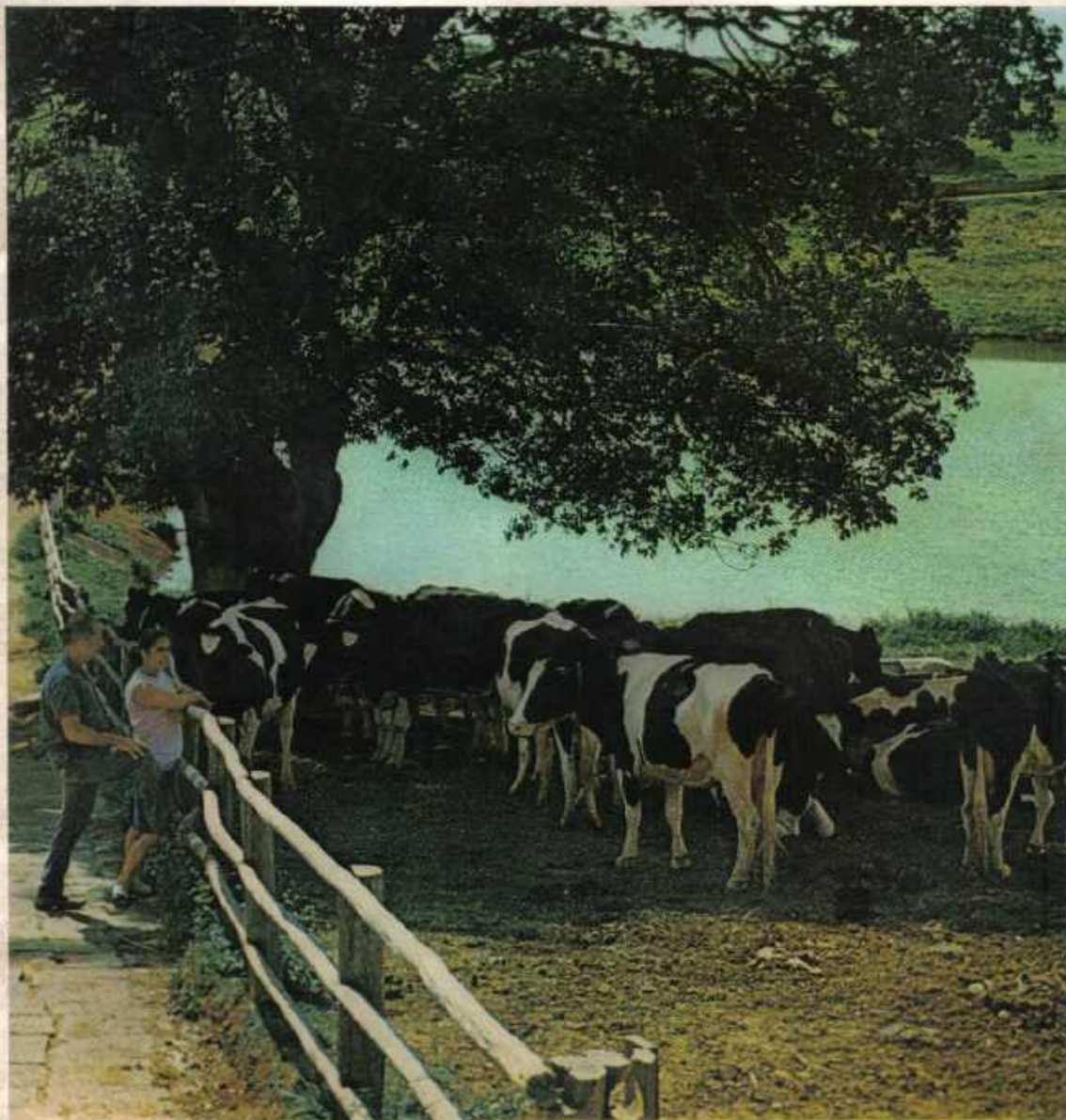
(Figura 64 – Foto do coletivo escola Sindjus no dia da visita)

Tamanduá virou notícia

AGRICULTURA NO DF: DOS INÓSPITOS CERRADOS DO PLANALTO CENTRAL A VITRINE DO AGRONEGÓCIO

Recortes informativos relatam o contexto histórico e as ações da Secretaria de Agricultura, desde a Fundação Zoobotânica, no desenvolvimento da área rural do Distrito Federal e Entorno.

cerrado



brasília - setembro 1972 - ano V - n.º 17

“Em nossa capa, uma paisagem típica de fazenda produtora de leite...”

NOTÍCIAS

Nessa edição Nº 17, de setembro de 1972, três flashes informam as seguintes notícias (p. 35):

- *Através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, o IBC firmou convênio com a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, visando à implantação de uma lavoura de 5 mil pés de café na **Fazenda Experimental do Tamanduá**. A*

lavoura será conduzida pelo Departamento de Pesquisas e Experimentação da FZDF, comprometendo-se o Instituto Brasileiro do Café a fornecer recursos no montante de 15 mil cruzeiros para custeio dos serviços. O prazo de vigência do convênio é de três anos.

- A Secretaria de Agricultura está iniciando obras no Núcleo Rural de Taquara-Pipiripau e na **Fazenda Experimental do Tamanduá**. No núcleo, serão feitas casas para agrônomo e veterinário, o posto médico e dentário, escola, revenda e edifício para administração. Na **Fazenda do Tamanduá**, a Secretaria erguerá pavilhões administrativos. As obras tiveram início este mês e estarão concluídas em meados do próximo ano.
- O Secretário Provincial de Terras e Povoamento de Moçambique, Sr. José Alberto Lemos Martins Santareno, visitou Brasília no início de setembro, em companhia dos Chefes dos Serviços de Produção Animal e Vegetal da entidade que dirige. Recebido pelo Sr. Manoel Carneiro, Secretário de Agricultura e Produção do Distrito Federal, o Sr. Martins Santareno conheceu, em nossa capital, o Departamento de Pesquisas e Experimentação da FZDF, o Parque Zoobotânico, o Serviço de Revenda, a Mecanização Agrícola e a Central de Abastecimento. O Sr. Martins Santareno ficou surpreso com o estágio de desenvolvimento já alcançado pela pesquisa no Distrito Federal, manifestando seu aplauso ao Secretário Manoel Carneiro. De Brasília, o visitante embarcou para São Paulo, de onde regressou à África.



A FOTO

Manoel Carneiro (e) recebe o Secretário Provincial de Terras e Povoamento de Moçambique (centro).

Foto: Célio Azevedo

Comentário:

Aspectos climáticos, tecnologia e o desenvolvimento da agricultura no Distrito Federal atraíram, no contexto atual, dezenas de comitivas africanas às propriedades rurais da região. Por outro lado, a Secretaria de Agricultura e a EMATER/DF também marcam presença em agendas africanas com temas sobre desenvolvimento sustentável, produção de alimentos e capacitação do pequeno agricultor.

Seria o Secretário Provincial de Terras e Povoamento de Moçambique o precursor deste intenso intercâmbio?

Capa e texto: Francisco Barros
Colaboração: Aires Rosa de Souza

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social do Gama DF



Pretendemos construir uma nova forma de trabalhar e construir políticas públicas, superando a fragmentação dos conhecimentos e dos setores, para produzir efeitos mais significativos na vida da população do Gama/DF. Encontre aqui: diálogo, parceria, interdependência de serviços, garantia de direitos, priorização de acesso com base nas vulnerabilidades e risco social, respeito à diversidade e às particularidades de cada setor

quinta-feira, 22 de março de 2012

Busca Ativa na Ponte Alta

O segundo local de realização da busca ativa no Gama foi a Ponte Alta, no Centro de Ensino Fundamental Tamanduá. O encontro com as lideranças comunitárias locais ocorreu no dia 12/03 e contou com a participação de escolas, associações de moradores, agentes de saúde e entidades locais. Foi planejada a mobilização da comunidade e o trajeto a ser realizado pelos 2 ônibus que buscaram as famílias em locais mais próximos de sua residência. A disponibilização do meio de transporte foi importante para assegurar a participação das famílias, considerando a grande extensão da área rural atendida na ação.

No sábado, dia 17/03, a ação de Busca Ativa na Ponte Alta foi realizada pelos servidores do CRAS, CREAS e Centro de Convivência Gama Oeste. Os servidores aproveitaram a oportunidade para levar à comunidade as atividades de Lazer Social: castelo inflável, pula-pula, xadrez gigante, pintura de rosto, torneio de futebol, além de contar com parcerias com a Embelleze (corte de cabelo) e Vigilância Sanitária, que deu dicas para prevenção à dengue.

Na Reunião com as Famílias, os presentes receberam explicação sobre os serviços da assistência social, cadastro único, critérios para inclusão nos programas sociais do Governo Federal e Bolsa Família. No dia da busca ativa, as famílias foram agendadas para preenchimento do cadastro para o dia 22/03, lá mesmo no Centro de Ensino Tamanduá, na Ponte Alta.







SECRETARIA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE

SEMOB



22/11/12 às 20h30 - Atualizado em 22/11/12 às 20h30

DFTrans atende demandas de usuários

Representantes da Ouvidoria do DFTrans reuniram-se com moradores de Ponte Alta, no Gama, e permissionários da cooperativa Cootransp, com o objetivo de resolver problemas relacionados com as reclamações apresentadas pela Associação de Moradores e Produtores da Área Rural de Ponte Alta. A comunidade alega falta de cumprimento de horários por parte do permissionário nas linhas 0.206 e 206.0, o que vem acarretando – aos estudantes e moradores da localidade – transtornos e atrasos, além da perda de aulas.

No encontro, o permissionário comprometeu-se a cumprir os horários das linhas citadas, conforme o estabelecido junto ao DFTrans e divulgado na página da autarquia. Acertou-se, ainda, que a linha 206.0 terá ampliação de itinerário, saindo do Gama Oeste até a estação Samambaia Sul do metrô, passando pela Embrapa e **Escola CEF Tamanduá**, bem como, a realização do 6h10m, saindo de Samambaia Sul, via **Escola CEF Tamanduá**, até o Gama Oeste.

De acordo com o representante da Associação, Ricardo Ribeiro, foi necessário encontrar soluções para os problemas da região, pois estava incomodando muito os moradores a questão dos atrasos e do não cumprimento dos horários por parte da cooperativa. “Houve um ganho para população pois, dessa forma, a localidade passa a ter mais opções em horários e itinerários. Caso haja o correto cumprimento do que foi acertado na reunião, a comunidade será melhor atendida pelo Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal”.

Linha 640.1 tem novos horários

Os moradores das Estâncias I a V de Planaltina, que utilizam a linha 640.1, contam com mais dois horários para chegar ao Plano Piloto. Entre segunda e sábado, os passageiros podem pegar, na origem, os veículos às 6h e às 6h40, no Supermercado Trevo DF-128. No trajeto de volta, os ônibus saem da Estação do Metrô da Asa Sul, às 17h e às 17h50.

No itinerário, os veículos passam, entre outras localidades, pela Ponte do Bragueto, W3 Sul e Plataforma Superior da Rodoviária. O caminho completo pode ser consultado no <http://www.horarios.dftrans.df.gov.br>.

<http://www.semob.df.gov.br/dftrans-atende-demandas-de-usuarios/>



Com uma mistura de lazer e educação, o elenco, formado por integrantes da Polícia Militar do Distrito Federal, usa a linguagem das artes cênicas para falar sobre preservação da natureza com crianças e adultos.

QUARTA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 2016

Formatura dos guardiões V

Dupla formatura

No dia 5 de julho, em uma festa única, foi realizada a formatura de 53 alunos novos guardiões Ambientais, da turma Quero-quero e Tamanduá II, das escolas: Centro de Ensino Fundamental Tamanduá e Escola Classe Córrego Barreiros da DF 180 Ponte Alta no Gama. A festa foi diferenciada, devido ter sido feita em conjunto pelas duas escolas no auditório da EMBRAPA.





Prof. Diretora Rejane do C.E.F.Tam. e a Prof. Diretora Gracilane da E.C.C.B.

A Profª Diretora Rejane do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá deu início a solenidade de formatura dizendo estar feliz por realizar a segunda formatura do CEFTam; e com satisfação completando cinquenta anos de existência (O cinquentenário também foi marcado por uma descoberta: ao vasculhar os arquivos da escola foi encontrada a primeira formatura realizada pela escola na EMBRAPA. A formatura do 8º ano foi realizada em 1986, ou seja, a trinta anos).

A professora também enfatizou o compromisso que os alunos estavam fazendo; e que isso, pudesse ser refletido em proteção contra a devastação do cerrado da Ponte Alta do Gama. E mais, o aprendizado recebido deverá ser praticado no lar, na vizinhança e nas próximas escolas para as quais eles forem. Disse mais: “Se essa semente realmente for plantada a questão ambiental naquela localidade receberá uma proteção maior”.

A aluna Kananda, da professora Da Guia leu a redação dela, escolhida para representar a escola Córrego Barreiro, com relação ao ensinamento dado pela polícia. A aluna Tatiana, da turma do professor Ronison, foi a escolhida pra ler sua redação representando os alunos do C.E.F. Tamanduá.



A palavra foi dada ao educador policial militar que ressaltou o fato de duas escolas fazerem a formatura conjunta e a presença expressiva dos pais. Disse também que o objetivo do curso era formar futuros cidadãos que saibam o que é certo e errado com relação a crimes ambientais e que o lixo jogado em qualquer lugar pode trazer doenças, além de se tornar um possível caso de polícia.



A professora Gracilane fez o encerramento e logo após o herói lobo guará chegou para, junto com os alunos, bradar o lema dos guardiões da liga ambiental.

Por fim, a aluna Ester deu uma lembrança ao policial educador.



Postado por [Prealgblog](#) às 18:00



DISTRITO FEDERAL

CEF TAMANDUÁ COMPLETA 50 ANOS E CONVIDA COMUNIDADE PARA COMEMORAÇÃO

JORNALISTA: TOMAZ CAMPOS

21 DE SETEMBRO DE 2016

No próximo sábado (24) o CEF Tamanduá convida toda a comunidade escolar para a comemoração de seus 50 anos.

Esta escola rural iniciou suas atividades em 1959, mas apenas em 1966 foi reconhecida e começou a fazer parte da rede de ensino do DF. Atualmente a escola possui 14 turmas, desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental. Para comemorar estes 50 anos, será desenvolvido o projeto “Tamanduá 50 anos: eu faço parte desta história”, com a participação da comunidade escolar e ex-alunos(as). A programação consiste em culto ecumênico, apresentação de espetáculo circense, apresentação de dança, shows com artistas, almoço, bingo, oficinas de saúde, brinquedos (cama elástica, totó, tênis de mesa), assim como um bolo de aniversário para comemorar mais este aniversário da escola.

O evento será na própria escola, das 9h às 16h, localizada na Rodovia DF-180, Km 61, Ponte Alta (Gama). Participe

Fonte: SINPRO-DF

<https://www.sinprodf.org.br/cef-tamandua-completa-50-anos-e-convida-comunidade-para-comemoracao/>

Sala de Imprensa

Diretores de escolas rurais do Distrito Federal participam de reunião no IBICT



Reunião com escolas rurais do Distrito Federal

Com o objetivo de retomar as discussões sobre o projeto Corredor Digital Rural, finalizado em 2013, a diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Cecília Leite, reuniu-se, nesta quinta-feira (23), com representantes de escolas rurais do Distrito Federal, no auditório do instituto.

Segundo Cecília Leite, o projeto Corredor Digital Rural, criado em 2009, foi um desdobramento do Corredor Digital, e iniciou-se com o treinamento e a capacitação de dez escolas do meio rural, sendo que depois passou para 18 e posteriormente para 28 escolas.

“Não podemos trabalhar desvinculados da Secretaria de Educação do GDF. Marcamos essa reunião com os diretores para encontrar juntos uma solução, uma vez que as escolas continuam com os laboratórios de informática e com os equipamentos cedidos. Algumas já concordaram em retirar os equipamentos, pois não possuem mais espaço na escola devido à chegada do segundo grau. Mas a maioria tem interesse em continuar com os equipamentos e vai se organizar para saber de que forma a secretaria vai conseguir resolver essa questão, pois eles precisam de manutenção, e nós do aval e sustentação formal da secretaria em apoio a isso. Da nossa parte nós fizemos tudo, tentamos um acordo de cooperação renovável há três anos, porém não temos mais o amparo legal para fazer doação, nem nada. A nossa única opção é encerrar, por enquanto”, salientou.

Rejane Valéria Silva Yamada, diretora do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (CEF Tamanduá) do Recanto das Emas, Distrito Federal, relatou que desde a implantação do laboratório de informática pelo projeto Corredor Digital Rural, o local tem funcionado plenamente, sendo o espaço mais visitado pelos alunos. “Temos interesse em manter o laboratório. Inclusive, já passamos para os professores a possibilidade da retirada dos equipamentos e todo grupo não concorda com isso. Nós achamos uma perda para a escola e para os alunos que precisam do funcionamento do laboratório. Vai ser uma lacuna muito grande para o Centro de Ensino”, ressaltou.

De acordo com o professor do Centro de Ensino Fundamental Tamanduá Oswaldo Freitas, o laboratório é imprescindível para a escola. “Não consigo pensar na possibilidade de não termos mais o laboratório de informática. Para a comunidade seria um prejuízo inacreditável, resumiu.

Daniela Cunha

Núcleo de Comunicação Social do IBICT

Data da Notícia: 24/02/2017 11:55

<http://sitehistorico.ibict.br/Sala-de-Imprensa/noticias/diretores-de-escolas-rurais-do-distrito-federal-participam-de-reuniao-no-ibict>

Ensino remoto emergencial na rede pública traz muitos desafios

As aulas remotas devem começar em 13 de julho. Educadores relatam dificuldades e ecoam angústias dos alunos na procura de soluções para a adaptação

LF

Lorena Fraga*

postado em 02/07/2020 18:44 / atualizado em 16/09/2020 10:33

Dificuldade de contato e localização dos responsáveis. Risco de contágio com troca de materiais, apostilas e livros. Falta de aparelhos eletrônicos, como celular e computador. Burocracia no acesso à plataforma Google Sala de Aula. Essas são algumas das situações enfrentadas por estudantes e educadores da rede pública na adaptação ao ensino remoto emergencial.



A Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF) adiou a volta às aulas em regime de ensino remoto emergencial para 13 de julho. A partir desta data, haverá obrigatoriedade de presença. O prazo de retomada on-line foi postergado como resultado da solicitação de educadores para que houvesse mais tempo de adaptação e identificação dos problemas e dificuldades dos alunos.

O levantamento dos principais obstáculos dos estudantes com a plataforma Google Sala de Aula é feito por professores; enquanto as escolas coordenam a identificação de problemas e apontam soluções. A partir desta semana, docentes iniciaram uma busca ativa dos alunos que ainda não aderiram ao sistema.

Adaptação em área rural no Gama

No Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (CEF Tamanduá), localizado na Ponte Alta do Gama, o corpo estudantil é formado por moradores de chácaras, acampamentos e assentamentos da região, na maioria estudantes carentes. Carla Geórgia de Freitas, 44 anos, é professora da escola e relata que as dificuldades começaram já no contato com as famílias. Para chegar até os alunos, foi necessário bater de porta em porta.

Muitos não tinham sequer como colocar crédito no celular para receber as chamadas. A grande maioria não possui notebook ou computador, apenas o celular com internet, que no caso é o celular dos pais, diz. Carla conta que apenas na segunda-feira (29/6), os professores conseguiram autorização para o acesso dos estudantes ao Google Sala de Aula.



Enquanto esperam a autorização dos pais para criar um e-mail institucional para cada aluno, os docentes criaram grupos no WhatsApp com os pais que têm acesso à internet. A procura pelos responsáveis faz parte das sugestões incluídas nas estratégias de acolhimento e ambientação sugeridas pela SEEF.

O Guia de Acolhimento à Comunidade Escolar tem quatro diretrizes para orientar os educadores: acolhimento e ambientação; avaliação diagnóstica; revisão dos conteúdos e objetivos de aprendizagem; e por fim, a realização de busca ativa dos estudantes.

Era para começar a adaptação dia 22 de junho, mas só conseguimos no dia 29. Para nos organizarmos, mandamos todas as atividades por WhatsApp, incluindo vídeos e outros materiais. Além disso, os professores montaram kits com apostilas para os alunos irem buscar. Essa opção foi proposta pela SEE-DF para ajudar os estudantes sem acesso a dispositivos digitais (já que, para os que têm esses equipamentos, mas não têm internet, a secretaria pagaria um plano de conexão).

No caso da nossa escola, o material impresso não foi uma opção, ele foi a alternativa. Mandamos os livros para casa, complementamos com apostilas e atividades, explica Carla. Alguns pais não tiveram condições de buscar os materiais. Então, a escola se organizou para entregar.

Achando soluções

Para correção das tarefas sem correr riscos de contágio na troca de materiais, os pais tiram fotos das atividades, enviam para os professores e devolvem para os alunos. O Google Sala de Aula é usado por ser uma regra, mas acaba sendo algo mais burocrático: no dia a dia, é quase dispensável, segundo a professora Carla. Como sabemos da dificuldade da nossa comunidade, nós estamos alimentando a plataforma por ser uma obrigatoriedade, uma exigência da SEEDF.;

Carla conta que, em algumas turmas, os professores ainda não conseguiram contatar os pais. Para ela, as dificuldades enfrentadas no ano letivo da pandemia trarão impacto por algum tempo na educação. Principalmente nas séries iniciais, vai ficar uma falha muito grande. Ano que vem, teremos alunos com defasagem pedagógica significativa. A SEEDF tentou se organizar, mas teremos grandes problemas com nossos jovens por conta dessas aulas, que ainda são muito falhas, prevê.

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2020/07/02/interna-educacaobasica-2019,868923/ensino-remoto-emergencial-na-rede-publica-traz-muitos-desafios.shtml

Portal de Conferências da UnB, 26º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNB E 17º DO DF

Portal de Conferências da UnB>Congresso de Iniciação Científica da Unb e Congresso de Iniciação Científica do DF>26º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNB E 17º DO DF>Submissões gerais>**Alves**

ARTICULAÇÃO ENTRE SABERES LOCAIS E CURRICULARES NA COMUNIDADE DA PONTE ALTA/GAMA

Flávio Carvalho Alves

Última alteração:2020-12-28

Resumo

Orientador (a): Maria Lidia Bueno Fernandes

Resumo:

Introdução A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender a articulação entre os saberes dos jovens da comunidade do Núcleo Rural da Ponte Alta, área rural da cidade do Gama/DF, localizada a 30 km do Plano Piloto, Brasília/DF. Parte do pressuposto de que a escola, pela lógica capitalista, é lócus de embates, antagonismos e contradições, e que o ingresso de uma população anteriormente excluída, escancara contradições. Interessamos investigar se, a escola "isolada na sua finalidade alfabetizante, a escola do campo (...) produz um involuntário desenraizamento das crianças." (TEIXEIRA, 1997, p. 99). Tem como objetivos específicos: conhecer as histórias de vida em diálogo com as histórias do território do Gama; identificar projetos contra hegemônicos no âmbito da comunidade escolar; acionar o conhecimento prévio dos alunos na perspectiva do território.

Metodologia Nesta pesquisa foi utilizada a abordagem metodológica qualitativa que "implica em uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e na latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível" (CHIZZOTTI, 1995, p. 221). Esta proposição metodológica previu o estudo teórico, análise documental (Projeto Político Pedagógico da Escola), a investigação bibliográfica, a pesquisa de campo com observação participante, levantamento de dados, por meio de diálogos, das vivências e de questionários aplicados, a categorização dos dados e um retorno ao estudo teórico para esclarecimento, escolha e síntese do processo de pesquisa. Desenvolvida no Centro de Ensino Fundamental Tamanduá, área rural da cidade do Gama nas turmas 8º "A" e 8º "B", acompanhadas por um período de dois meses. Por fim, culminou nas considerações finais com análise crítica dos dados coletados.

Resultados Percebemos que a escola articula o saber dos estudantes ao conhecimento escolar, com incentivo aos estudantes para falarem do local onde moram, dos problemas do lugar, propondo produção de jornais das turmas. Estimulados a falar sobre um problema central de sua comunidade (escolheram o lixo jogado no córrego), produziram uma pequena lenda urbana e uma paródia. Pudemos presenciar, na semana que sucedeu o dia do campo a valorização do conhecimento popular. Os jovens da escola puderam compartilhar conhecimentos sobre plantas (professores auxiliaram com em uma pesquisa que buscava saber o nome científico de cada planta), dialogaram sobre nascentes, solo, plantio e chás. Havia barracas para degustação de chás, explicações sobre seus benefícios e o modo de fazer (com a opção de adocicar com mel), ao qual do presente pesquisador, pôde aprender e adicionar receitas de chás ao seu dia-a-dia.

Discussão/Conclusão O esforço do CEF Tamanduá ao buscar articular os saberes dos jovens com o saber curricular, demonstra a possibilidade de uma conjugação destes saberes para a valorização dos jovens e de sua própria comunidade na construção de uma base fértil para novos saberes. Essa relação entre saber cotidiano e saber curricular foi discutida por Freire, afirmando que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos:

"possivelmente foi a convivência sempre respeitosa que tive com o "senso comum", desde os idos de minha experiência no Nordeste brasileiro, a que se junta a certeza que em mim nunca fraquejou de que sua superação passa por ele, que me fez jamais desdenhá-lo ou simplesmente minimizá-lo. Se não é possível defender uma prática educativa que se contente em girar em torno do 'senso comum', também não é possível aceitar a prática educativa que, zerando o 'saber de experiência feito', parta do conhecimento sistemático do(a) educador(a)"(FREIRE, 2008, p. 58-59).

Colaboradores: Alunos do CEF Tamanduá

Palavras-Chave: Educação do Campo; Distrito Federal; Gama; Jovens; Território

<https://conferencias.unb.br/index.php/iniciacaocientifica/26CICUNB17DF/paper/view/32369>

Partitura Dramática: uma proposta metodológica para o ensino de teatro em ambiente escolar

Universidade de Brasília

Instituto de Artes – IDA

Mestrado Profissional em Artes Cênicas – PROFARTES

Ezequias Soares de Andrade

“A simultaneidade da prática do teatro e do estudo de pedagogia fortaleceu e ampliou minha formação estética e pedagógica. Esse processo de aprendizagem híbrido (formal e informal) já esboçava a perspectiva de uma carreira profissional que teria a educação e a arte como objeto. Ao me formar em 1986, tornei-me convicto de que “seria” artista e professor.

A graduação cursada na Faculdade de Artes Dulcina de Moraes, em 1991, imbricou as duas áreas profissionais. Estudei Licenciatura Plena em Artes Cênicas. Nessa ocasião já contava um ano de experiência como professor. No ano anterior fui contratado pela SEEDF. Lecionei “Dinamização” nos “Anos Iniciais” do Ensino Fundamental. Concomitantemente ao curso, durante os cinco anos de estudo, lecionei no Centro de Ensino Fundamental Tamanduá (CEF-TAM). Também nesse período, atuei simultaneamente no Grupo Teatral Duarte.

Foi no Centro de Ensino Fundamental Tamanduá - CEF-TAM que teve início a minha trajetória profissional como arte-educador, a qual me colocou em contato direto com o universo pedagógico infantil. Nele pude elaborar e desenvolver processos de aprendizagem voltados para a arte e para educação simultaneamente. Explorei, através de diversas atividades, as dimensões psicomotoras, socioafetivas, criativas e expressivas. Naquele colégio ocorreram os primeiros ensaios para o desenvolvimento de uma alfabetização artística voltada para o público infantil.” –
página 15

Brasília/2020

Considerações Finais

Durante o percurso de construção e estudos para o Inventário Escolar do CEF Tamanduá evidenciou que a escola vem buscando propor ações para a construção de uma escola que dialogue com as matrizes formativa do campo, reconhecendo-a como espaço de conhecimentos e de contraditórios de culturas, histórias, de modos de vida, modos de trabalhos e de lutas sociais, e que neste processo há avanços e desafios a serem superados pela comunidade escolar para uma escola “pensada a partir do estudante e do seu lugar de produção de vida, das formas de organização, sua identidade cultural e a relação de pertencimento à sua comunidade”. (SEEDF, 2016, p.7 apud SEEDF, 2019)

Diante da realidade evidenciada através do Inventário Escolar algumas considerações foram elaboradas pela comunidade escolar quanto a desafios que envolvem a modalidade de ensino da Educação do Campo, que necessitam ser implantadas no Projeto Político Pedagógico da escola como:

- Participação mais ativa da comunidade (pais) não só nas reuniões de pais, mas também em outras deliberações que a escola necessite dos pais e ou responsáveis.
- Reuniões de pais mais dinâmicas onde possam ser realizadas exposições, feiras e apresentações de produtos cultivados ou comercializados pelos moradores da comunidade.
- Cronograma específico para visitas do corpo docentes aos territórios que compõem a comunidade escolar para que os profissionais vivenciem a realidade do sujeito camponês. A proposta é que essas visitas comecem após quinze dias do início do ano letivo.
- Atividades de capacitação e formação continuada específica para profissionais do campo na própria instituição de ensino, que contemplem servidores efetivos e principalmente contratos temporários, uma vez que, na instituição há alta rotatividade de professores, e que muitos deles não são lotados na semana pedagógica do início do ano letivo.
- Fortalecimento do Conselho Escolar para que deliberem sobre as demandas pedagógicas e administrativas da escola, e não somente para as questões referentes as verbas públicas da Caixa Escolar da instituição.

- Implementar projetos de valorização dos meios de produção da terra e do sujeito do campo, para que não esbarrem nas dificuldades que relatam sobre a precarização do transporte público e dificuldades financeiras para se eximir da responsabilidade em resolver questões dos estudantes abordadas pela escola.
- Utilização do Inventário Escolar como recurso didático para gerar conteúdo às diversas disciplinas escolares, através de projetos interdisciplinares, referenciados nas matrizes do campo objetivando o protagonismo do estudante camponês.

A educação do Campo é uma construção constante de valorização dos conhecimentos tradicionais, da realidade da comunidade escolar e da troca de experiências, e deve ser concebida pela pesquisa, escuta sensível e principalmente pelo diálogo com os sujeitos do campo, seus conhecimentos, seu território, sua cultura. Não basta dizer que é escola do campo se realmente não houver debate, se não for pensada coletivamente, como tal. A localização geográfica da escola não a faz ser uma escola do Campo, assim deve-se articular ideias e ações que desafie e contraponha aos impactos dos pensamentos de senso-comum que afetam as práticas escolares e o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino.

Referências

BOGO, A. **Identidade e Luta de Classes**. 2ª Edição. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 264 p.

CALDART, R. S. (org.), **Dicionário da Educação do Campo** / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S., Guia discutido no Seminário: **Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo**, Participaram da elaboração: Roseli Salete Caldart, Ceres Hadich, José Maria Tardin, Diana Daros, Marlene Sapelli, Luiz Carlos de Freitas, Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerioli, Nivia Silva e Adalberto Martins – Veranópolis/RS (IEJC), 16 a 18 de junho 2016, concluída em julho 2016.

CALDART, R. S. **Sem-Terra com Poesia: Os Significados Pedagógicos e Políticos da Produção Poética dos Agricultores Sem-Terra da Região Sul do Brasil – Um Estudo Exploratório**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1986

DISTRITO FEDERAL (DF). Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Educação da Educação Básica: Pressupostos Teóricos**. 2ª. ed. Brasília: SEEDF, 2018.

DISTRITO FEDERAL (DF). Secretaria de Educação do Distrito Federal, **Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública do Distrito Federal de Ensino**, 1. ed., Brasília: SEEDF, 2019.

ROCHA, E. N.(org.), **Escola da terra: formação de professores das escolas do campo no Distrito Federal** / Organizado por Eliene Novaes Rocha, Caroline Siqueira Gomide, Clarice Aparecida dos Santos, Felipe Canova Gonçalves, Nathan Carvalho Pinheiro, Rafael Litvin Villas Bôas, Rogério Ferreira – Brasília, Universidade de Brasília, Faculdade UnB, Planaltina, 2021.

SILVA, M. R. **O modo de vida camponês e a agricultura familiar no Brasil: Conceitos e debates contemporâneos** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Vol. 09, pp. 65-74. maio de 2020. ISSN: 2448-0959